

**PAULA JEORGEA DE SOUZA CAMPOS**

**UMA TERMINOLOGIA DO DISCURSO NEOLIBERAL?**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
INSTITUTO DE LINGUAGENS  
MESTRADO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM

**CUIABÁ-MT  
2007**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PAULA JEORGEA DE SOUZA CAMPOS**

**UMA TERMINOLOGIA DO DISCURSO NEOLIBERAL?**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Estudos de Linguagem, do Instituto de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso, como exigência parcial para obtenção do título de mestre.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
INSTITUTO DE LINGUAGENS  
MESTRADO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:  
Estudos Lingüísticos**

**LINHA DE PESQUISA:  
Descrição do Português Brasileiro**

**ORIENTAÇÃO:  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sirlei Aparecida Silveira**

**Cuiabá-MT  
2007**

## FICHA CATALOGRÁFICA

C198t

Campos, Paula Jeorgea de Souza.

Uma terminologia do discurso neoliberal? / Paula  
Jeorgea de Souza Campos. – Cuiabá: a autora, 2007.  
280p.

Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Mato  
Grosso. Instituto de Linguagens. Campus Cuiabá.

1. Lingüística. 2. Lexicologia. 3. Terminologia.  
4. Discurso neoliberal. 5. Termo. 6. Signos. I. Título.

CDU 81'373:81'42

**Dedico...**

À minha mãezinha linda e ao meu primeiro e único amor, Eldimar,  
que não me permitiram desistir no meio do caminho...

À minha irmã,  
cujo silêncio me disse muito.

Ao meu irmão,  
que, de forma serena e meio que de brincadeira,  
fez vezes de meu orientador mais novo.

Ao meu vozinho,  
baiano guerreiro, vixi!!!!!!!!!!

Ao meu pai.  
Esse que, mesmo de longe,  
acompanhou cada passo do meu dolorido percurso.

À família que vou constituir, aos filhos que um dia vou ter...  
Do presente depende o futuro!

**E à minha querida avó, eterna  
apaixonada pelo CONHECIMENTO.  
(Onde quer que esteja, Mainha,  
este fruto é seu!!!)**

## AGRADECIMENTOS

Ao Rei, Pão da Vida, Deus da Misericórdia Absoluta, Espírito Santo Salvador: **minha Força Maior!!**

À Rita. Ah, a Rita, meu Deus!! Que, pela unção do Teu Espírito, foi usada como instrumento do Bem para o cumprimento da Tua Vontade: a finalmente conclusão deste trabalho.

Aos meus tios mais do que especiais: Beto, Morena e Herônia. Eles que, com amor de *pai e mães*, desde sempre profetizaram que EU, um dia, VENCERIA.

Às GRANDES AMIZADES: das mais antigas, porém sempre renovadas, àquelas que tenho recentemente descoberto: Lena, (Ed)Sônia, Rodney, Carmem, Henriette, Carol. Esses que me sustentaram, cada um a seu modo, quando eu, como um furacão, por vezes ARRASAVA a mim mesma... Definitivamente, não nos conhecemos por acaso!

A meus alunos e ex-alunos, que involuntariamente me ENSINARAM a beleza da licenciatura!

Aos professores Marta e Boaventura, os quais se dispuseram a, sem pesar, participar deste projeto EMPREENDEDOR.

Às professoras Marieta e Maria Aparecida, que comigo aceitaram dividir ao menos um *pouquinho* de seu valioso CONHECIMENTO.

CAMPOS, P. J. de S. **Uma terminologia do discurso neoliberal?** Cuiabá, MT: [s.n.], 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem), UFMT, Instituto de Linguagens.

**RESUMO:** Este estudo investiga a existência de uma terminologia do discurso neoliberal atualizado pela mídia. Da política econômica neoliberal, recorta o mercado financeiro internacional, com destaque para a economia brasileira, o que denota uma pesquisa interdisciplinar, um intercâmbio entre a Lingüística e a Economia. O interesse pelo tema surgiu da constatação de que há, nos meios políticos, sociais, sindicais, depoimentos como “Nós, da CUT, reagimos contra as políticas neoliberais de FHC” ou “O governo Lula é neoliberal”, que traduzem rótulos em formato de signos lingüísticos associados à corrente de pensamento denominada neoliberal. O trabalho objetiva descrever e analisar esse provável conjunto lexical do neoliberalismo, a partir de dois *corpora*: um documental – 235 matérias jornalísticas do JB Online, veiculados na seção Economia – e um de análise – duas entrevistas com profissionais das áreas econômica e da mídia, respectivamente, que aqui se prestam como consultores. O estudo especialmente se apóia na investigação lexicológica de Leborans (1977), com os conceitos de campos conceitual e léxico-semântico, e Pottier (1978), com sua definição de lexias, e na investigação terminológica de Maria Teresa Cabré (1997, 2005). Das representantes da Lexicologia e da Terminologia no Brasil, toma-se o apoio de Maria Aparecida Barbosa (USP) e Maria Tereza Biderman (UNESP). Além dessas disciplinas da Lingüística Descritiva, lança-se mão de alguns conceitos gerais da Economia Política e da Macroeconomia. Fichas de trabalho e mapa conceitual serviram ao cumprimento do modelo metodológico. Como produto do exame léxico-semântico e conceitual, está um pequeno dicionário de termos político-econômicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lexicologia, Terminologia, termo, dicionário, neoliberalismo.

CAMPOS, P. J. de S. **Is there a neo-liberalism discourse terminology?** Cuiabá, MT: [s.n.], 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem), UFMT, Instituto de Linguagens.

**ABSTRACT:** This study approaches a neo-liberalism discourse terminology which is used by the media. It comprises from economical politics the international financial market, focusing Brazilian economy, what indicates a interdisciplinary research, an interchange between Linguistics and Economy. This theme emerged from an observation of political, social and syndical discourses such as “ We, from CUT, react against FHC neo-liberal politics” or “Lula’s government is neo-liberal”, which bring labels as linguistic signs joined to a neo-liberal concept. This study is concerned in describing and analyzing lexical items connected to neo-liberalism discourse, from two sources: a documentary of 235 articles published on JB Online, all of them in the economical section, and an analysis of two interviews with professionals of economics and media area, who present themselves as consultants. This investigation is supported by Leborans (1977) lexical research, and her concepts of conceptual and lexical-semantic fields, it is also supported by Pottier (1978) and his definition of lexie, and by Maria Teresa Cabré (1997, 2005) at the terminology investigation. From Brazil we were supported by Maria Aparecida Barbosa (USP) and Maria Tereza Biderman (UNESP) who are Brazilian representatives of Lexicology and Terminology. Beyond this Linguistics field, concepts of Political Economy and Macroeconomics were used. Concept map and study papers were used as a methodology model. From the lexical-semantic examination a small political-economical dictionary was created.

**Keywords:** Lexicology, Terminology, term, dictionary, neo-liberalism.



# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO 1.</b>	
<b>ESTUDOS LEXICAIS E TERMINOLÓGICOS .....</b>	<b>13</b>
1.1 – O léxico comum e o léxico especializado .....	18
1.2 – O termo ou a unidade terminológica .....	20
1.3 – O campo conceitual e o campo léxico-semântico .....	21
1.4 – O mapa conceitual .....	25
1.5 – As lexias de Pottier .....	26
1.6 – Os fazeres lexicográfico e terminográfico .....	29
1.6.1 – O dicionário, o vocabulário, o glossário .....	31
1.6.1.1 – A sinonímia .....	32
<b>CAPÍTULO 2.</b>	
<b>(NEO)LIBERALISMO .....</b>	<b>33</b>
2.1 – O liberalismo de Adam Smith: a “mão invisível do mercado” .....	35
2.2 – Política econômica neoliberal: um pouco de teoria .....	36
<b>CAPÍTULO 3.</b>	
<b>ESTABELECIMENTO DO <i>CORPUS</i> .....</b>	<b>39</b>
3.1 – Descrição dos <i>corpora</i> documental e de análise .....	39
3.2 – Etapas da pesquisa .....	43
3.2.1 – Fichas de trabalho .....	43
3.2.1.1 – Tabela de frequência dos termos .....	56
3.2.2 – Mapa conceitual .....	57
<b>CAPÍTULO 4.</b>	
<b>DICIONÁRIO .....</b>	<b>59</b>
4.1 – Análise estatística dos termos .....	59
4.2 – Pequeno dicionário de termos político-econômicos no discurso neoliberal .....	62
<b>CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>75</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>78</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>79</b>
<b>ANEXO A – MATÉRIAS PUBLICADAS NO JB ONLINE, SEÇÃO ECONOMIA, SETEMBRO 2005 .....</b>	<b>81</b>

## INTRODUÇÃO

*A crise brasileira à qual as práticas neoliberais nos levaram só será superada mediante a intervenção forte do Estado Nacional, à frente de um projeto centrado na questão social. [...] Não se propõe uma ruptura com o capitalismo mas se propõe, sim, uma ruptura com o neoliberalismo.*

(LESSA, C. *et al.* O Brasil tem saída.  
In *Leituras cotidianas*, nº 154, 18 de março de 2005.)

Na mídia contemporânea, é freqüente encontrar temas relacionados à “era neoliberal”, explícita ou implicitamente, seja no campo pessoal, seja no campo dos negócios, uma vez estarmos todos, de forma irremediável, inseridos nesse contexto político-econômico e até histórico, como querem outros. Apesar de toda essa exposição, ou talvez mesmo por isso, a política neoliberal ainda causa sérios questionamentos àqueles que nesse regime se inserem.

A pesquisa e o estudo de uma possível terminologia neoliberal, veiculada pelas mídias – jornal, rádio, TV, Internet etc. –, justificam-se em função da constatação de que, nos meios políticos, sociais e sindicais, há um sentimento traduzido por rótulos que se apresentam como signos lingüísticos associados à corrente de pensamento denominada neoliberal, por exemplo, em depoimentos como “Nós, da CUT, reagimos contra as políticas neoliberais de FHC” ou “O governo Lula é neoliberal”. Além do mais,

em virtude do progresso técnico e científico, da rapidez das mudanças sociais na integração progressiva das culturas e dos povos, bem como na atuação dos meios de comunicação de massa e das telecomunicações, os léxicos das sociedades mais avançadas estão crescendo exponencialmente. (BIDERMAN, 2001: 158)

Disso resultam as terminologias técnico-científicas. A partir daí, a questão é: existe, na mídia eletrônica, um dizer neoliberal traduzido por uma “terminologia do neoliberalismo”? Em outros termos: há um conjunto de termos relacionado a esse dizer, já que a linguagem especializada recobre áreas conceituais, estabelecendo ligação entre a manifestação lingüística e os domínios do conhecimento?

Diga-se, de antemão, que o presente estudo tem nenhuma pretensão enunciativo-discursiva, esta aliada a quaisquer das correntes da Análise do Discurso. É sob a perspectiva da Lingüística Estrutural e Descritiva que ele percorre o objetivo primeiro de descrever e analisar esse possível conjunto léxico-terminológico do neoliberalismo. Para isso, são tomados como base teórica os pressupostos que orientam tradicionalmente a prática da Lexicologia e da

Terminologia, com ênfase para o processo de constituição de campo léxico-semântico-conceitual.

Da política econômica neoliberal, este trabalho recorta o mercado financeiro internacional, com destaque para a economia brasileira. Pelo intercâmbio entre os campos de conhecimento lingüístico e político-econômico, configura-se uma pesquisa interdisciplinar.

Os *corpora* de pesquisa são: o **documental** – 235 matérias do jornal eletrônico JB Online, recolhidas da seção Economia veiculada no mês de setembro de 2005 – e o **de análise**, entrevistas com dois professores doutores, respectivamente, das áreas de Economia e Comunicação Social. Esta escolha justifica-se pelo fato de o primeiro *corpus* constituir-se de textos de vulgarização, pertencentes à denominada “economia de mídia” (KENNEDY, 2004): nem escritos em linguagem especializada, econômica técnica (o vulgarmente denominado “economês”), nem em linguagem comum, características essas próprias dos textos jornalísticos de economia, que têm o objetivo de repassar um conhecimento técnico a leitores leigos.

Devido a esses fatores, os professores convidados exercem o papel de consultores, especialmente para a avaliação final do dicionário e sua validação, cobrindo, assim, todo o domínio interdisciplinar do conhecimento. Com um trabalho em equipe, põe-se por terra qualquer polêmica sobre quem deve fazer o trabalho terminológico: se o linguista, o político ou o economista.

Pelo fato de o *corpus* documental configurar uma pequena amostra do campo de conhecimento neoliberal, levando em conta sua infinidade de termos – se assim podemos chamar –, veiculados numa imensa variedade de suportes de texto e gêneros discursivos, ter optado por descrever apenas um mês de publicação do jornal representa uma primeira experiência com o trabalho terminológico, o primeiro contato com esse fazer, o qual poderá, tranqüilamente, ser estendido e desenvolvido em estudos posteriores. Além do mais, são levadas em conta as limitações de tempo e a própria natureza de uma dissertação de mestrado.

Após cumprir o objetivo de descrever essa possível terminologia neoliberal, partimos para o inventário dos termos, aqui figurado como dicionário.

Cabe ressaltar, sobre os temas abordados nos textos jornalísticos, que, devido à época de publicação, final de 2005, muito foi dito acerca da falência da Varig e seu plano de recuperação e acerca dos estragos e conseqüências econômicas deixados pelo furacão Katrina. Contudo, nem um nem outro, Varig<sup>1</sup> e Katrina, foram, obviamente, considerados termos “candidatos a neoliberais”, por isso não constam no inventário. Vale ainda dizer, que, apesar de o discurso

jornalístico caracterizar-se também pelo fotojornalismo, nesta investigação são desconsideradas as fotografias que “ilustram”<sup>1</sup> as reportagens.

Sobre o suporte on-line dos textos jornalísticos, cabem esclarecimentos. Num primeiro momento, pensamos que o *corpus* documental tratava-se de hipertextos, pelo suporte ser a Internet. Todavia, ARAÚJO (2004), a partir da formulação de gêneros do discurso promovida por Bakhtin em *Marxismo e filosofia da linguagem*, sana-nos qualquer dúvida, ao definir hipertexto como um mesclar das linguagens verbal, auditiva e visual (com escrita, som e imagem), apresentadas pela tela do computador e cuja forma de referenciação são os *links*: constitui-se um modo de enunciação digital (a partir de XAVIER, 2002; MARCUSCHI, 2000; LÉVY, 2000; DEMÉTRIO, 2000; BURBULES, 1998; *apud* ARAÚJO, 2004). Não basta, então, o suporte ser eletrônico para chamarmos de hipertexto e isso nos levou a constatar que, de fato, analisamos **apenas** a linguagem escrita, nem as fotos, como já dito, são aproveitadas neste estudo. Além do mais, a versão veiculada na *Web*, conforme assegura o próprio Jornal do Brasil (JB), divulga exatamente os mesmos conteúdos, manchetes, fotos etc. de sua versão impressa.

No constituir do dicionário, são basicamente utilizados os pressupostos teóricos da Lexicografia, disciplina técnica de confecção de dicionários do léxico geral, e da Terminologia, que trata de linguagens especializadas, restritas a certos campos da atuação humana, como as linguagens profissionais e de áreas científicas.

Por uma questão didática, o trabalho é organizado em seis capítulos.

O primeiro apresenta uma visão panorâmica das tarefas que cumprem a Lexicologia e a Terminologia e alguns de seus conceitos básicos, dos quais lançamos mão para a análise do *corpus* documental e explicita as normas e alguns cuidados para o fazer terminográfico, estabelecendo, inclusive, a diferença entre dicionário, vocabulário e glossário; o segundo aborda a noção de neoliberalismo, o que permite situar o leitor nas definições relacionadas a esse conceito adotadas na pesquisa; o terceiro capítulo revela a constituição dos *corpora*, a natureza da pesquisa e os procedimentos metodológicos para coleta e análise dos dados; o quarto contém a análise dos dados propriamente dita e o dicionário; e o sexto, finalmente, revela a conclusão e últimas considerações deste estudo.

A obra terminológica mostra-se um relevante instrumento de apoio ao ensino do léxico, bem como às pesquisas em lexicologia e semântica lexical, uma vez que representa uma pequena, porém rica, amostra do processo de criação e divulgação do vocabulário da língua em

---

<sup>1</sup> Entre aspas pelo fato de os estudos discursivos não considerarem tais imagens meramente ilustrativas. Neste trabalho não cabe, porém, qualquer abordagem nesse sentido.

sua variedade e funcionalidade dinâmica, não só no que diz respeito ao léxico geral, mas também – e de forma mais rigorosa, porque padronizada – ao léxico especializado, de um dado domínio do conhecimento.

A escolha da perspectiva terminográfica para tratamento dos possíveis termos neoliberais partiu do objetivo de oferecer um trabalho que facilitasse o acesso e a consulta a esses dados. Além do fácil manuseio de um dicionário, com que estamos acostumados desde os primeiros anos escolares, também foi considerada a complexidade do tema *neoliberalismo*, o qual, levado daquela forma para a sala de aula e/ou aproveitada no estudo de leitores comuns interessados nesse campo político-econômico, torna-se mais compreensível.

Esse último cuidado – sala de aula – é relevante pela verificação de que os alunos de Ensino Médio, fase escolar em que a discussão de assuntos sociais é mais freqüente, pela questão polêmica do exame vestibular, que gera tanta ansiedade e, muitas vezes, pavor nos candidatos, especialmente se adolescentes, apresentam maior dificuldade quando abordam temas relacionados à política econômica e/ou à macroeconomia, sobretudo nas atividades de leitura e produção de textos desenvolvidas nas aulas de Língua Portuguesa.

Além do mais,

A complexa e multifacetada problemática do ensino do léxico se tem configurado como forte preocupação dos pesquisadores, no quadro das variadas e urgentes tarefas que se impõem à Lexicologia, à Lexicografia e à Terminologia. No mundo contemporâneo, o exame das práticas semi-lingüísticas dos enunciadores e dos enunciatários do discurso pedagógico permitem observar claramente que a questão do ensino do léxico não é considerada importante, é, até mesmo, freqüentemente esquecida ou desconhecida, no tocante aos modelos e aplicações, de que resulta, qualitativa e quantitativamente, um baixo rendimento, não só na matéria específica da língua materna, como também em todas as demais, eis que todas se realizam em linguagem. (BARBOSA, 2006)

Levar em conta a sala de aula, as aulas de Redação, significa dizer que o público-alvo do dicionário, produto final deste estudo, é representado por esses alunos de Ensino Médio, além dos óbvios alunos de Economia e áreas afins e/ou demais interessados na política neoliberal e na macroeconomia, o que determina sua relevância social.

Sobre o nome dado ao trabalho, *Uma terminologia do discurso neoliberal?*, parece necessário fazer algumas considerações.

A princípio, um título formulado em pergunta pode dar a impressão de incerteza de nossa parte sobre a existência de um conjunto de termos neoliberais. E, de antemão, afirmamos: é isso mesmo! Todavia, a escolha de um título ambíguo é totalmente proposital: sem, neste momento, antecipar as conclusões, *Uma terminologia do discurso neoliberal?* remete a, pelo menos, dois

sentidos – as possibilidades de o *corpus* documental *ser* uma terminologia do discurso neoliberal e de *haver* esse próprio discurso.

E ainda há uma outra razão, igualmente intencional: levar o leitor a um questionamento prévio a respeito do tema em questão; causar, até mesmo, certa curiosidade em folhear o trabalho. Finalmente, após o leitor ter contato com todas as seções deste estudo, especialmente, da metodologia aos resultados finais e, por último, ler a conclusão, aí sim, sem precipitações, ele poderá não só entender com ainda maior clareza os múltiplos sentidos do título, mas também apreciar sua escolha.

# CAPÍTULO 1

## ESTUDOS LEXICAIS E TERMINOLÓGICOS

O propósito, neste capítulo, é traçar uma visão panorâmica dos estudos lexicais e terminológicos. Nesse apanhado geral, é importante situar seus respectivos objetos e sua relação de interdependência, aproveitada neste estudo, em especial no que concerne ao recorte metodológico de análise do *corpus* documental. Tal contextualização mostra-se imprescindível aos iniciantes nesses estudos, especialmente àqueles egressos do curso de Letras que não tiveram oportunidade de realizar uma abordagem introdutória da Lexicologia e da Terminologia, hoje tão importantes, com o avanço da especialização do saber e sua conseqüente manifestação lingüística.

Disciplinas – ou campos de conhecimento como preferem outros – oriundas da Lingüística Estrutural e Descritiva, a Lexicologia e a Terminologia compartilham o mesmo objeto de estudo: o léxico. Porém, a primeira procura dar conta do léxico geral e a segunda, ao contrário, dedica-se à descrição do léxico especializado. Essas disciplinas estabelecem ainda ponto em comum quanto à escolha dos modelos teóricos. Uma e outra utilizam os mesmos modelos ou referências para estudar a forma das unidades lexicais. Assim como a Lexicologia, a Terminologia demanda interdisciplinaridade: são multilaterais.

Embora sejam interdisciplinares, diferem em sua práxis. Enquanto a Lexicologia debruça-se no estudo científico do léxico comum, sua estrutura e sua organização, a Terminologia – assim como a Lexicografia, ciência das definições – cuida da elaboração de dicionários técnico-científicos, baseada, no entanto, em teorias lexicológicas. É possível notar que a zona de intersecção entre as disciplinas existe, aliás, fica evidente a interdependência entre elas.

A Terminologia, entretanto, em sua configuração atual, vai muito além da elaboração de dicionários terminológicos, não se tratando apenas de uma técnica de produção, e por isso diversos autores a consideram um campo de conhecimento, isto é, o estudo científico de noções e termos em uso nas línguas de especialidades. Estas reveladas como subsistemas lingüísticos constituídos por um conjunto de meios lingüísticos que caracterizam um domínio particular relativo a uma disciplina, ciência, técnica, tecnologia, profissão, tendo esses meios lingüísticos o objetivo da não-ambigüidade da comunicação especializada (LERAT, 1995: 16). Terminologia é, portanto, um termo polisêmico.

Com a finalidade de cumprir com a não-ambigüidade, os textos especializados têm caráter referencial e, para tanto, configuram-se de modo a informar objetivamente. Recorrem a descrição, definição, classificação, enumeração, referência e tudo mais necessário à homogeneidade da informação, desprezando recursos textuais explorados na escrita comum, como a narração.

A ciência terminológica, relativamente recente no cenário dos estudos lingüísticos, pode ainda ser tomada como o conjunto de palavras técnicas que constituem o vocabulário específico de uma área do conhecimento. Ampliando seus objetos de estudo para além dos termos, a Terminologia ainda compreende a definição terminológica e a fraseologia especializada. É uma ciência plurivalente: adota abordagens diversas para também diversos campos de atuação.

Em consonância, Cabré (2005) considera a ciência terminológica poliédrica, o que significa considerar as unidades terminológicas enquanto lingüísticas, cognitivas e sociocomunicativas e, portanto, com relação a seus fundamentos, seus enfoques e suas aplicações práticas. Segundo a autora, para a Terminologia há uma diversidade de definições, podendo essa nomenclatura tanto ser usada para designar uma disciplina, uma prática, o produto gerado por essa prática ou um campo de conhecimento. Mas é enquanto campo de conhecimento que ela prefere definir, devido a parecer mais abrangente, uma vez constituído sob concepções sociais.

Um breve percurso por suas origens nos faz entender melhor esse, então, *campo de conhecimento*.

Cabré (1997) indica que os primeiros vestígios da terminologia datam do século XVII, com os vocabulários especializados de botânica, medicina humana etc., mesmo que naquela época não representassem um corpo sistemático de conceitos. Sob esse viés, os estudos terminológicos sempre existiram, ainda que não apresentassem caráter científico. Este só se dá na primeira metade do século XX, década de 30, com as investigações do engenheiro austríaco Eugen Wüster, a quem se atribui, por seus discípulos e seguidores de linha européia, o papel de fundador da *Teoria Geral da Terminologia* (TGT). Essa teoria foi elaborada a partir da descrição dos dados terminológicos de seus dicionários de engenharia, com o propósito de normalizar esses dados em padrões internacionais. Criando uma terminologia universal, apresenta, assim, caráter prescritivo. Aí está a gênese da Terminologia como técnica de elaboração de dicionários.

É com a finalidade de padronizar as técnicas para a confecção de obras terminológicas, para a normalização das terminologias, que surge a ISO – International Organization for Standardization.



Cabré (2005: 7) reforça o reconhecimento científico da Terminologia conquistado por Wüster, porém alerta:

A pesar de que los seguidores de la teoría tradicional argumentan que la TGT de Wüster ha sido muy ampliada con la incorporación de aspectos sociales y comunicativos nuevos que ha dado lugar a una TGT muy expandida. Pero, en nuestra opinión no se trata tanto de ampliar una teoría, sino de construir un nuevo marco en el que sea posible dar cuenta de los datos empíricos producidos en una gran variedad de escenarios y, al mismo tiempo, ofrecer una ubicación adecuada a los distintos puntos de vista y a las priorizaciones destinadas a la resolución de las diferentes necesidades. Y, para ello, hay que analizar si las propuestas elaboradas por Wüster y sus seguidores son suficientemente amplias y representativas de los datos terminológicos y de su funcionamiento global para poder hablar de una teoría unificada de la terminología.

A lógica conceptual clássica era o ponto de partida de Wüster, visando à criação de uma teoria e de uma metodologia da Terminologia, como contribuição à comunicação sem ambigüidade, inequívoca. Para ele, tal teoria precisava servir para determinar uma realidade especializada de maneira unívoca e permitir a comunicação entre especialistas no âmbito internacional, estandardizada e, portanto, sem bases sociais. Porém, a desvinculação da linguagem especializada de uma base social levou a TGT a ser bastante criticada, à medida que compartilha do ideal de uma linguagem unívoca, homogênea e universal, distinta da linguagem comum.

Apesar de tais considerações, é da TGT de Wüster de que se aproveitam alguns estudiosos para criar, por exemplo, a Socioterminologia (Gaudin) e a Teoria Comunicativa da Terminologia – TCT (Cabré).

Cabré (2005:2) explica que, para Wüster, o trabalho terminológico deriva de um processo onomasiológico, na medida em que “el conocimiento sobre los conceptos de una materia precede a la selección de las denominaciones más convenientes”, ou seja, vai do conceito à designação e tende a satisfazer a necessidade comunicativa dos especialistas. Essa pressuposição do conceito sobre a palavra de que trata o teórico é aprofundada pela vertente conceitual da terminologia, cuja investigação se debruça sobre os fundamentos dos conceitos especializados e as estruturas conceituais – aqui, é óbvia sua inter-relação com a Lexicologia.

Apesar de ser considerado o pai da Terminologia, Wüster não conseguiu implantar o estudo da disciplina nos cursos acadêmicos de Filologia e Lingüística, argumentando estes que, sendo disciplina de aplicação, seria desnecessário o conhecimento lingüístico aprofundado dos especialistas e, por isso, ainda hoje é prioritariamente implantada nos cursos de tradução e documentação.

Ampliando o alcance teórico da TGT de Wüster, para Cabré (1997), em sua TCT, a ciência terminológica deve responder a exigências sociais e políticas dos contextos em que aparecem.

El análisis de la organización de las sociedades y de sus ideologías representativas permite establecer las causas de la aparición de la terminología sistemática organizada, y permite también explicar la importancia que hoy día ha adquirido en la mayoría de países avanzados. (Seção 1, slide 3)

Cabré enfatiza que os países adaptam os estudos terminológicos conforme suas respectivas realidades e interesses, levando igualmente em conta os recursos técnicos e humanos disponíveis em cada comunidade lingüística.

A diversidade comunicativa e, ao mesmo tempo, a complexidade do trabalho terminológico reiteram a opção de Cabré em tratar a terminologia como campo do conhecimento, conjunto variado de necessidades, e não mera prática terminográfica homogênea, na medida em que a obra terminológica deve se adequar às condições discursivas onde se insere socialmente.

Entre os aspectos relevantes para a concepção teórica e prática da terminologia, a autora (2005: 4) aponta:

La multiplicación de los intercambios comunicativos plurilingües entre lenguas de diferentes estatus sociopolíticos y de distinto tipo lingüístico, entre países con sistemas culturales muy diferentes y en situaciones de distinto grado de desarrollo económico y tecnológico.

La diversificación de las situaciones de comunicación especializada a causa de la diversidad de necesidades en la transmisión del conocimiento especializado.

La multiplicación de los temas de intercambio internacional causada por un crecimiento acelerado del conocimiento, tanto en intensidad como en extensión, y por la diversificación de los contenidos especializados, con la entrada de temas que no se limitan a los conocimientos propios de las ciencias y las técnicas, sino que se abren a las ciencias sociales y humanas.

La difusión del conocimiento especializado a través de los medios de comunicación de masas y extensión de la formación especializada en todos los niveles educativos.

La aparición y amplia implantación de las tecnologías en todo el espectro profesional.

Aspectos sociais esses que, segundo a autora, influenciam o investimento em recursos terminológicos e, mesmo que de forma indireta, contribuem para o desenvolvimento da terminologia como campo de conhecimento.

Cabré igualmente enfatiza que a revalorização do léxico, ocorrido com os estudos semânticos e com o funcionalismo lingüístico após a década de 60, século XX, levou à também revalorização dos estudos terminológicos. Porém, para a pesquisadora, é também necessário, como parte dos estudos terminológicos, voltar o olhar à pesquisa discursiva:

Para explicar mejor las nuevas posibilidades que el panorama escénico de las distintas disciplinas ofrece en el presente a la terminología, no podemos olvidar tampoco la importancia creciente que día a día tiene el análisis del discurso, importancia que facilita la ubicación de los textos en su contexto de comunicación y permite dar cuenta de la correlación entre las unidades lingüísticas, básicamente unidades léxicas y combinaciones de unidades léxicas, y las características comunicativas. (CABRÉ, 2005: 5, grifo nosso)

Para a autora, as ciências da comunicação propõem modelos com os quais a comunicação especializada se integra e, nesse contexto, a análise do discurso se interessa cada vez mais pelo discurso de especialidade e por sua representação e difusão sociais.

Em meio a essas múltiplas funções que podem adquirir os estudos terminológicos, a Lexicologia vai lhe servindo de base teórica, à medida que oferece dados ao trabalho terminológico. Enquanto estudo científico do léxico comum, base para o estudo científico do léxico especializado, a Lexicologia, conforme Barbosa (1990: 153), assume inúmeras tarefas, tais como:

definir conjuntos e subconjuntos lexicais – universo léxico, conjunto vocabulário, léxico efetivo e virtual, vocabulário ativo e passivo; conceituar e delimitar a unidade lexical de base – a lexia –, bem como elaborar os modelos teóricos subjacentes às suas diferentes denominações; analisar e descrever as estruturas morfo-sintático-semânticas de tais unidades, sua estruturação, tipologia e possibilidades combinatórias; [...]

Também trata dos fenômenos lingüísticos de sinonímia, parassinonímia, antonímia, polissemia etc., e, com grande ênfase, da constituição dos campos semântico-conceituais.

No que concerne à preocupação discursiva, ainda segundo Barbosa, a Lexicologia examina a carga ideológica das unidades lexicais, embutida em seu valor sócio-cultural e materializada no uso lingüístico de dada comunidade.

Barbosa (*idem*, 263) finaliza:

Ao lexicólogo compete, portanto, dedutiva ou indutivamente, tentar analisar, descrever, explicar e reduzir a modelos os dados lexicais, cumprindo-lhe, ainda, na condição de cientista, procurar falsear esses mesmos modelos, num procedimento de validação e superação progressiva desses últimos.

Em comparação com outras disciplinas lingüísticas, como a Sintaxe, a Morfossintaxe e a Semântica a Lexicologia está em posição englobante porque tem por objeto de estudo a palavra

A praxis da investigação científica da Lexicologia é o *fazer saber*, em contrapartida ao *saber fazer* da Terminologia, o que lhes permite manter constante relação de “alimentação e realimentação” (*ibidem*, 152), sem cada uma delas perder, no entanto, suas especificidades epistemológicas.

Os estudos lexicológicos e terminológicos, com as ciências da comunicação e as novas tecnologias, assumem notável expansão e, conseqüentemente, reconhecimento crescente dentre as investigações lingüísticas.

### **1.1 – O léxico comum e o léxico especializado**

Até aqui, está clara a forte relação de alimentação e realimentação entre as disciplinas Lexicologia e Terminologia de que trata Barbosa (1990). Passemos ao estudo específico de seus respectivos objetos, que igualmente estabelecem entre si relação de interdependência.

O léxico comum, ou geral, possui tal denominação porque corresponde àquele comum a todos os falantes de uma língua. Sua variedade consiste na união de todos seus idioletos, isto é, na junção dos vocabulários de cada indivíduo, no sentido de Saussure (2000), empregados diariamente. Por outro lado, o léxico especializado evidencia os termos específicos de determinado domínio de atividade, vulgarmente denominados jargões.

Biderman (2001: 162) lembra que o léxico comum, objeto de descrição lexicológica, engloba palavras de todos os universos da linguagem, não só do universo referencial, como é o caso do léxico especializado, objeto de descrição terminológica. É no domínio referencial, então, em que a Lexicologia e a Terminologia se tocam, se interceptam. E a professora acrescenta: “Dependendo do enfoque peculiar de uma dada área do conhecimento, um determinado referente pode ser percebido e categorizado diversamente, em função do seu uso em cada domínio científico” (*idem*, 160).

Por outro lado, devido à busca incessante de informação, característica da sociedade contemporânea, e ao papel influente exercido pela mídia nesse processo, o léxico técnico-científico facilmente se vulgariza pela imprensa com a finalidade de atingir um público leigo. Daí, o léxico específico passa a fazer parte do léxico geral. Também pode se configurar o contrário: o geral passar a específico, dando origem a um neologismo semântico. E, ainda, há uma terceira possibilidade, de tal forma é o imbricamento entre os conjuntos conceituais dos léxicos: a superposição de termos de mais de uma área do conhecimento.

Nas pesquisas atuais, contudo, exatamente por conta da explosão das novas tecnologias e novas práticas profissionais, os estudiosos acolhem as línguas de especialidade com a relevância

A língua de especialidade, sempre inserida em condições particulares de enunciação, visa à não-ambigüidade da comunicação num domínio particular. “Les fondements théoriques d’une approche linguistique des langues spécialisées ne peuvent être puisés que dans la linguistique générale” (LERAT, 1995: 12).

Com o avanço tecnológico, surge a necessidade cada vez maior de produção de dicionários especializados. As novas tecnologias é que suportam e justificam os estudos terminológicos, como afirma Castillo (1997: 15):

la voluntad de dominar la terminología, la propia y la ajena, es un signo de desarrollo económico, de ambición industrial y exportadora, además de ser condición para participar en el ‘festín económico’ que representarán, en menos de diez años, las industrias de la lengua.

O autor enfatiza serem os dicionários terminológicos eficazes na elaboração de qualquer obra científica – especialmente, diz ele, para a tradução e a informática –, à medida que se convertem em fator de precisão para as comunicações científica e técnica e contribuem para a “aclaración de dudas y, en cierta medida, a la eliminación de disparidades y la unificación de criterios” (CASTILLO, 1997: 14) metodológicos, imprescindíveis aos lexicógrafos.

Devido à impossibilidade de os dicionários de língua geral darem conta dos termos de uso exclusivo dos profissionais de áreas técnicas, os dicionários (glossários, vocabulários etc.) devem atender à necessidade do público leigo, não especializado, de compreender o vocabulário de uma ciência ou técnica, tendo em vista a velocidade em que se dão as inovações da vida pós-moderna.

Vale ressaltar que Castillo critica as denominações “língua especializada” e “língua de especialidade”, por considerar a língua geral uma só e os tecnoletos apenas parte dela, e prefere utilizar o termo “área especializada”, mais coerente para ele.

Las diferencias entre ‘término’ y ‘no término’ son de tipo pragmático, no formal, funcional ni semántico. Esto hace que muchos de los postulados tradicionales de la terminología sean desmentidos, o al menos puestos en entredicho, por la práctica cotidiana. (*idem*: 8)

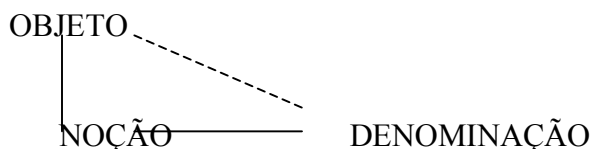
Mesmo assim, língua especializada e língua de especialidade são as denominações adotadas neste trabalho, por serem as mais difundidas na ciência terminológica. Além dessas, recorreremos também às noções de unidade terminológica e campos conceitual e léxico-semântico, para a análise do inventário de termos atualizados no discurso neoliberal.

## 1.2 – O termo ou a unidade terminológica

Para a Terminologia, o termo, sinônimo de unidade terminológica, é a denominação ou designação de um conceito em linguagem de especialidade. É constituído por um ou mais lexemas, desde que estes tenham passado por processo de lexicalização e, juntos, representem uma forma fixa.

As autoras Lino, Mocho, Costa e Desmet (s/d: 283) definem termo como uma “unidade lingüística que designa uma noção de forma unívoca, definida numa língua de especialidade”. E ainda subdividem os termos em *abreviado*, *específico*, *genérico*, *marcado*, *obsoleto*, *privilegiado*, *rejeitado*, *tolerado*, os quais aqui não cabe distinguir, além de *simples*, *composto* e *complexo*, relidos das noções de lexias de Pottier, de que se fará referência adiante, e transpostos para a Terminologia moderna.

Em acréscimo a essa definição, podemos citar aquela utilizada pelo Grupo de Terminologia e Documentação dos Estados da Europa Ocidental e Serviços de Tradução, no caderno *Recommandations relatives a la Terminologie* (1990: 2): “Les termes (mots techniques) sont, dans un sens général, des dénominations spécialisées qui désignent des objets, concrets ou abstraits, qu’il est possible de définir sans équivoque”. Os objetos designados pelos termos são representados no seguinte esquema:



No esquema, noção engloba as características mais ou menos específicas de objetos precisos, características essas que exercem papel relevante no trabalho terminológico, e denominação denota os signos fônicos que permitem exprimir as noções técnicas.

Rondeau (1984: 19), por seu turno, comentando Saussure, lembra que, assim como o lexema da língua geral, o termo é um signo lingüístico que comporta um significante (designação) e um significado (conceito), isto é,

$$\text{TERMO} = \frac{\text{Designação}}{\text{Conceito}} = \frac{\text{significante}}{\text{significado}}$$

O autor distingue o termo de outros signos lingüísticos, uma vez que,

en terminologie, en effet, la question est non pas de savoir ce que signifie telle forme linguistique, mais bien plutôt, une notion ayant été délimitée clairement, de savoir quelle est la forme linguistique qui la représente.

Tal atitude terminológica, cuja prioridade é o conceito sobre a designação, tem conseqüente repercussão no plano metodológico traçado pelo lingüista.

Na relação designação/ conceito, o termo se estabelece sobre o fato de a homonímia não constituir um risco de ambigüidade, à medida que a unidade terminológica é, num dado discurso, facilmente identificada pelo contexto, por exemplo, <cromático>, que pode pertencer ao campo semântico da música, da biologia ou da óptica. Esse emprego homonímico é bastante freqüente na documentação terminológica.

Aproveitando o ensejo, para que não restem dúvidas, Barbosa (2001: 73) distingue os termos *conceituar* de *definir*, que vulgarmente, não raras vezes, são atualizados como sinônimos. A professora diz representarem “processos de distintos níveis do percurso gerativo da enunciação de codificação e decodificação”.

Esse percurso gerativo começa com a percepção do mundo real, de seus fatos naturais, apreendidos pelos homens de diferentes maneiras. Da percepção, passa-se à conceptualização: e aí está o conceituar, que corresponde à produção de modelos mentais; é a abstração do mundo real. A conceptualização Barbosa divide em 3 estágios: o das *latências* (os fatos mostram-se apreensíveis), o das *saliências* (as características principais dos fatos se destacam) e o das *pregnâncias* (os traços mais notáveis são escolhidos para configurarem o conceito). Esses momentos “constituem, assim, o próprio *percurso da cognição*, entendido como a apreensão e construção de uma ‘visão de mundo’”.

Do conceito, passa-se à lexemização, ou, no caso da Terminologia, à terminologização: “corresponde à conversão do conceito em grandeza-signo, em que se deixa o nível cognitivo, para se passar ao nível semiótico propriamente dito” (BARBOSA, 2001: 74). Este é o processo de definir.

### 1.3 – O campo conceitual e o campo léxico-semântico

Há quem separe *campo lexical* de *campo semântico*, é o caso de Robin (1977). Para ele, configuram, respectivamente, como

conjunto das palavras que a língua agrupa ou inventa para designar os diferentes aspectos (ou os diferentes traços semânticos) de uma técnica, de um objecto, de uma noção: campo lexical do ‘automóvel’, da ‘aviação’, da ‘moda’ [...]. (*idem*, 318)

conjunto dos empregos de uma palavra (ou sintagma, ou lexia) onde e pelos quais a palavra adquire uma carga semântica específica. Para delimitar esses empregos, faz-se o levantamento de todos os contextos imediatos que a palavra recebe num texto dado. (*ibidem*, 318-319)

Neste estudo, no entanto, partimos de um só campo, o léxico-semântico, por considerá-lo, de forma mais simplificada, o universo lingüístico, das palavras, em intersecção com o campo conceitual, universo das idéias, anterior àquele. Dito de outra maneira: do processo de conceptualização do mundo exterior – campo conceptual –, realizado pela mente humana, nasce o deciframento lingüístico desses conceitos e categorias abstratos – campo léxico-semântico. Aproveitamos, portanto, os conceitos de Robin, porém como uma unidade indissociável, interdependentes.

A partir das investigações saussureanas sobre as relações associativas entre os signos lingüísticos, o que marca o auge da Semântica, surgem as teorias acerca desses campos. Os lingüistas, então, começam a se perguntar: Como se estrutura um campo conceptual? Como se estrutura um campo semântico? Uma das tarefas do estruturalismo, e ainda nos estudos lingüísticos contemporâneos, é descrever tais sistemas. Na época em que se iniciam esses estudos, ainda não havia critérios objetivos para uma descrição científica, portanto as definições de um campo e outro são bastante próximas e, às vezes, até confusas.

No início do século XX, enquanto os estudos semânticos ainda engatinhavam, a pluralidade de métodos e critérios empregada pelas diversas escolas estruturalistas é justificada pelas também diversas implicações extralingüísticas da língua e pela imprecisão da noção de campo semântico. É justamente este campo que Leborans (1977) tenta determinar em um de seus estudos.

Segundo Leborans (1977), o campo conceitual ou nocional refere-se ao pensamento, à apreensão da realidade em sua essência (ou “essencialização”, como querem outros). É o produto da atividade cognitiva do intelecto humano, a abstração individual do mundo real, porém invariável com relação ao grupo. Segundo a tradição filosófico-aristotélica, constitui um conjunto de conceitos genéricos, universais, ao mesmo tempo que “los conceptos elaborados por el intelecto contienen individualizaciones de la realidad” (*op.cit.*, 31). A autora ainda procura esclarecer o que entende pelo termo *campo*:

Una noción general de campo hace siempre referencia a la noción de espacio, de extensión delimitada, definida por ‘algo’ que le confiere la característica de espacio comunitario, de zona común a los elementos que lo integran, y que constituye al campo como ámbito cerrado por su mismo carácter de unidad englobante, en oposición a otros campos. (1977: 31-32)



Definindo, Leborans, “espacio” como intramental, não físico – isto é, próprio da ordenação da realidade em esquemas cognitivos ou categorias, no sentido clássico aristotélico –, e “cerrado” como organizado, sistemático, mas suscetível de ampliação, não fixo e finito.

Leborans exemplifica campo conceitual. No âmbito “Animal”, por exemplo, os termos homem, pássaro, boi, porco etc. ou, no âmbito “Homem”, os termos branco, índio, negro, japonês etc. estabelecem estreita relação de significado. A autora chama atenção para o fato de os nomes próprios não constituírem um campo conceitual, já que definem indivíduos, únicos e, portanto, não genéricos, não característicos de espécie.

Quando o conceito é convertido em significado lingüístico, passamos ao campo léxico-semântico<sup>1</sup>.

O campo léxico-semântico, com forma e substância (de que trata HJELMSLEV in *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*), que ora é tratado somente como campo semântico, refere-se à expressão lingüística da linguagem, ao vocabulário de uma língua: é a materialização das noções do pensamento. Representa um conjunto de termos e/ou expressões cujos significados são comuns entre si. Se a cada conceito corresponde uma lexia, falamos de campo léxico-semântico.

O campo semântico é um grupo de significados “emparentados por una sustancia significativa común” (LEBORANS, 1977: 36) ou substância conceitual. Aqui, a autora chama a atenção para o fato de a conotação interferir no agrupamento do campo semântico, que constitui um sistema de elementos solidários entre si, ilimitado, devido à característica criadora da linguagem. “Por otra parte, la lista de monemas que los hablantes utilizan en sus actos diarios de comunicación es limitada” (*op.cit.*, 39), para não comprometer a comunicação: é o que mais tarde a Lingüística Textual vai chamar de *conhecimento partilhado* entre os usuários da língua.

Para a formalização do campo léxico-semântico, comparam-se os significados: há traços comuns entre os elementos? Então, há campo semântico ou conjunto de semas, lembrando que os semas só podem ser abstraídos das realidades extralingüísticas, já que um plano lexical pressupõe um plano conceitual. Isso prova a heterogeneidade da estrutura do léxico e, ao mesmo tempo, sua instabilidade, sendo necessário observar os diferentes pontos de vista de análise.

<sup>1</sup> A proposta da autora de distinguir *campo conceitual* de *campo léxico-semântico*, adotada neste trabalho, ajuda a compor o modelo teórico-metodológico uma vez melhor adequar-se ao nosso propósito de análise do *corpus*

Pergunta-se: qual a função de cada unidade lingüística? “En el proceso de conocimiento humano [...] comienza la formación de unidades ya al nivel de la percepción. El fenómeno de ‘estructuración’ no es inherente a la realidad exterior” (*ibidem*, 45). Segundo Leborans, organizamos o mundo exterior por proximidade, semelhança, continuidade e relações de diferença no tempo e no espaço, aparecendo a realidade, muitas vezes, descontínua. Delimitando o mundo real, o homem vai formando um sistema de hierarquizações: planos superiores e inferiores de organização:

Cuando consideramos que el hombre pone límites a la realidad mediante su intelecto – límites que el lenguaje refleja –, entendemos *a priori* que la realidad aparece previamente como un complejo sustancial neutro, indiferenciado, indeterminado. En este sentido – siguiendo la terminología hjelmsleviana –, la realidad sería, antes de la acción del intelecto, una sustancia no formada, puesto que todo intento de limitación por el entendimiento es, en definitiva, un intento de formalización. (LEBORANS, 1977: 47, grifo nosso)

Os conceitos de forma e substância eram especialmente aplicados no estudo fonológico, cujo principal representante foi Hjelmslev. Por um bom tempo, as investigações que se faziam ficaram apenas em torno dos sons da fala, entretanto, para a autora, partir desse pressuposto seria ver o mundo exterior de modo simplificado, à medida que apreender o mundo real e abstraí-lo pela linguagem denota um processo muito mais complexo.

Temos, aqui, uma crítica aos resultados hjelmslevianos, a qual, no entanto, só comprova as limitações e complicações da metalinguagem científica. Afinal, o que é *realidade*? Nada mais do que a nossa percepção pelos sentidos, cuja ciência tenta descrever de forma mais objetiva possível; descrever e analisar essa ordenação cognitiva da realidade por meio do que a autora chama de *esquemas*<sup>1</sup> e *categorias*. A ciência lingüística tem como uma de suas tarefas entender a significação e a estrutura dos campos semânticos.

No que concerne à percepção humana, é impossível apreender a “substância pura”, a “essência” da realidade: esta incognoscível, ao que, aliás, Platão (2001) já faz referência no *Crátilo*. Falamos da distinção e do paralelismo entre o concreto e o abstrato e por isso achamos impróprio o termo “essencialização”. *Estruturação cognitiva*, sugerido por Leborans, parece mais adequado.

Explicitada a linha tênue que separa, ou insinua separar, na teoria, os campos conceitual e léxico-semântico, vamos às redes semânticas que constituem um mapa conceitual.

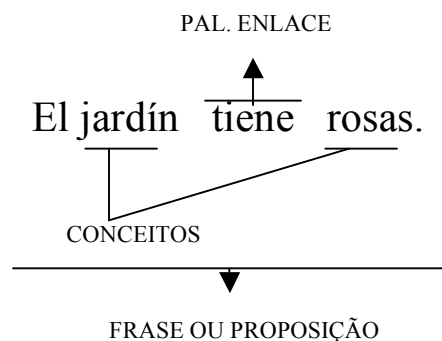
<sup>1</sup> Leborans reconhece a definição de *esquema* de Piaget, tomada enquanto “um princípio implícito, segundo o qual organizamos a experiência”. É um princípio de generalização. Tal denominação será, mais tarde, recuperada pela *Lingüística Textual* no estudo sobre as estruturas cognitivas

## 1.4 – O mapa conceitual

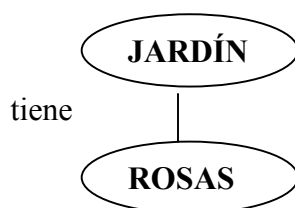
Quanto ao mapa conceitual, elaborado na última parte do trabalho metodológico, cabem algumas curiosidades e considerações teóricas.

Conforme prólogo em Peña *et al* (1996: 9), “los mapas conceptuales, como instrumento de aprender a aprender, han tenido una acogida mucho mayor y el interés por conocerlos y practicarlos se ha acrecentado en los últimos años”. Pelas mãos de Joseph Novak, por volta de 1984, surgiram para ajudar estudantes e professores na compreensão do que estão aprendendo, na sistematização do conhecimento. Bastante difundido na Europa, especialmente na Espanha, o uso de mapas conceituais como técnica de estudo tem maior visibilidade no Brasil com as investigações terminológicas na década de 90.

Segundo Peña *et al*, um mapa conceitual<sup>1</sup> contém *conceitos*, geralmente representados por nomes (substantivos e adjetivos); *palavras enlace*, representadas por verbos, advérbios, conjunção etc., ou seja, tudo que não for conceito, conforme o próprio autor; e *frases ou proposições*, resultado da junção dos conceitos mais a(s) palavra(s) enlace. Nas palavras dos autores, “el mapa conceptual es un esquema gráfico y consiste en un entramado de líneas que se unen en distintos puntos, que son los conceptos” (*ibidem*, 45). Aproveitando o exemplo do livro (p.46), temos o seguinte esquema:



E esse esquema corresponderia a esta unidade mínima de um mapa conceitual posterior:



<sup>1</sup> Para alguns autores, por exemplo Castillo (1997), é também chamado de *árvore conceitual*, ou simplesmente *campo conceitual*, estruturada, geralmente, na primeira parte das obras lexicográficas.

O autor ainda explicita que a construção de um mapa conceitual comumente se dá pelo processo dedutivo – do geral para o particular, ou, neste caso, dos conceitos gerais para os específicos. No entanto, o pesquisador, o elaborador do mapa conceitual pode optar pelo método indutivo – do particular para o geral –, dependendo da natureza do estudo ou pesquisa.

Em consonância com Peña *et al*, Castillo (1997) argumenta que, pela *árvore conceitual* – o mesmo que mapa conceitual –, podemos ter uma visão ampla e generalizada do universo de noções sobre o qual se vai trabalhar. Funciona como instrumento explicativo, complementar à compreensão do objeto investigado e, por ele, é possível responder às seguintes questões: qual o alcance temático da área? Quais os termos mais atualizados? Há completude no inventário, isto é, os dados formam uma unidade que caracterize o campo de conhecimento em questão? Pelo mapa conceitual, ainda, classificamos e ordenamos as fichas para posterior montagem do dicionário, com as definições-chave do objeto de investigação.

E ainda citamos Cabré (1997, seção 11, slide 6), a qual complementa lembrando ser um bom mapa conceitual aquele que:

- abarca todo o campo investigativo e, se possível, o campo imediatamente superior;
- estrutura-se de maneira que um mesmo conceito não seja repetido;
- ordena sistematicamente suas ramificações de modo que delas possa resultar a obra lexicográfica ou terminológica.

### **1.5 – As lexias de Pottier**

Os mapas conceituais são constituídos por campos léxico-semânticos que, por sua vez, constituem-se por lexias, cujo modelo descritivo é teorizado pelo pós-estruturalismo de Pottier. Neste trabalho, foram adotadas as definições de lexias simples, composta e complexa de Pottier (1978), porém esta última foi aproveitada com algumas considerações de Genouvrier & Peytard (1974).

De acordo com Bernard Pottier (1978), a lexia é a menor unidade funcional e significativa do discurso, escrito ou oral, capaz de ser empregada independentemente; é uma unidade memorizada do universo léxico. Lexia é nome geral para qualquer unidade lexemática. À atualização da lexia no universo do discurso, Pottier dá o nome de lexemização.

Uma lexia nasce de um hábito associativo e “pertence a uma categoria (forma do significado) ou a classes superiores” (*idem*, 268). A lexia tem estrutura integrada e, portanto, impossível de ser invertida, por exemplo, “tomar um ônibus”. Em geral, a lexicalização de uma seqüência configura-se em um processo lento.

Entende-se por lexicalização o processo ao fim do qual um sintagma transforma-se em unidade lexical autônoma, é a situação de inserção ou permanência de um item no léxico – tomando léxico como o conjunto-vocabulário de palavras ou expressões que todo usuário da língua domina, é o repertório lingüístico e pode ser comparado ao que Chomsky chamou de *competence* ou, mais recentemente, alguns autores denominaram *gramática internalizada*. Uma vez ser a língua um sistema dinâmico, o léxico é constantemente enriquecido por neologismos: é um inventário aberto.

No processo de determinação das lexias, fazem-se os testes de:

- não-autonomia de um componente. *Veiz/ vez por outra*;
- não-comutabilidade de um componente. *Peso-pesado* (caminhão) não se opõe a peso leve; (e na linguagem do boxe?)
- não-separabilidade de um componente. *Mesa redonda* denota sentido diferente de *A mesa é redonda*;
- particularidade da estrutura interna. *Meter medo e fazer justiça*.

O modelo de lexias proposto por Pottier reconhece três tipos de lexias: simples, composta e complexa. A simples é, como Pottier chama, qualquer “palavra tradicional” (1978: 269), entendendo por isso a menor unidade lexemática. A lexia simples se combina com outras lexias simples para formar novas unidades lexemáticas: a lexia composta, correntemente conhecida por *palavra composta*, que Pottier define como resultado de uma integração semântica. São exemplos de lexias compostas *saca-rolhas*, a junção das lexias simples *saca* + *rolhas*, e *verde-garrafa*, das lexias simples *verde* + *garrafa*.

A lexia complexa, por seu turno, é entendida como uma seqüência de palavras em vias de lexicalização, em graus diversos. Pottier dá os exemplos *guerra fria*, *secos e molhados*, *hot dogs*. Cita também as siglas, “casos particulares de lexias complexas” (*ibidem*, 270), que podem tornar-se novos lexemas de um idioma.

A lexia complexa pode ainda ser textual, quando alcança o nível de enunciado ou de texto: hino nacional, prece, charada, provérbio. O teórico ilustra com o título “Depois da chuva”, o qual supõe um grupo sociocultural conhecedor do segmento “o sol” ou o sinônimo “Depois da tempestade, vem a bonança”, substantivos os quais o leitor, inserido numa comunidade lingüística dada, é capaz de relacionar antonimicamente.

Definir, no entanto, uma lexia complexa a partir da observação de suas *vias de lexicalização* não parece o caminho mais acertado, uma vez estarem todas as lexias, sejam simples, compostas ou complexas, sujeitas àquele processo, porque inerente ao sistema lingüístico.

Genouvrier & Peytard (1974: 302-304), citando Pottier em sua *Introduction à l'étude des structures grammaticales fondamentales*, melhor resolvem essa questão. Além dos critérios de não-autonomia, não-comutabilidade, não-separabilidade e particularidade, os autores lembram de Pottier o critério do valor funcional, que assim define as lexias complexas:

1. substantivo + adjetivo = substantivo (*plataforma giratória*)
2. verbo + substantivo com função de objeto = verbo (*engolir sapo*)
3. sintagmas verbais (*tinha levado*)
4. conjunções (*em vez de*)
5. seqüências estereotipadas (*se não me engano*)

De onde se tira que uma lexia complexa é, em outras palavras, aquela formada pelo agrupamento de lexias simples de classes gramaticais distintas ou resultado de expressões estereotipadas, e não “uma seqüência em vias de lexicalização” (POTTIER, 1978: 269), como o teórico teria definido em *Lingüística Geral: teoria e descrição*.

Ainda sob o aspecto estrutural, Pottier define as lexias enquanto resultado da combinação das classes formais de morfemas ou *catagoremas*: os morfemas gramaticais ou *gramemas* e os morfemas lexicais ou *lexemas*. O gramema é uma classe gramatical (substantivo, adjetivo, verbo etc.), parte do discurso, que fornece como substância semântica o *functema*. Por substância semântica entende-se, por exemplo, o conteúdo dado pelo substantivo (“casa”) e a utilização possível desse conteúdo dada pelo adjetivo (“comida caseira”). Dito em outras palavras, o functema determina a função estabelecida pelos gramemas em uma situação comunicativa, de uso lingüístico: ele é a própria substância semântica.

Sem separar, então, o estrutural do sêmico, Pottier, na análise semântica das lexias, leva em conta o que chama de *semema*, *semantema*, *classema* e *virtuema*.

O semema constitui a substância do morfema ou conjunto de semas, sendo o sema cada traço distintivo relativamente a um conjunto. Por exemplo, “boné” tem como traços distintivos de “chapéu” <de copa redonda, com pala sobre os olhos>. O semantema constitui o conjunto de semas específicos: <cessar de viver/ morrer/ falecer/ perecer>. O classema, o conjunto dos semas genéricos de uma classe dada: <humano/ não-humano>; <macho/ fêmea>. E, por último, o virtuema representa a parte conotativa do semema, como é o caso de <A lua engole a noite>, já que “engolir” é característica de <ser animado> e, não, <ser inanimado>. Constitui a escolha individual do falante-interlocutor no discurso, criando um jogo semântico de estilo.

Finalmente, as lexias ainda podem ser classificadas sob o critério de suas propriedades: *rígidas* (<meter a mão>, <caso de honra>) e *variáveis* (<tudo leva a crer/ supor/ pensar>). Neste

caso, a variedade igualmente se aplica às lexias compostas, por exemplo, em ‹autobiografia/ auto-escola/ autolimpante›.

A escolha do modelo descritivo de lexias desenvolvido por Pottier – que intersecciona os aspectos estrutural, semântico e funcional da língua – deve-se ao fato de o *corpus* documental, em grande parte, constituir-se por unidades complexas, não isoladas umas das outras, das quais um modelo tradicional de descrição não daria conta.

Adiante, vejamos qual é o tratamento dispensado às lexias no fazer terminológico propriamente dito.

## 1.6 – Os fazeres lexicográfico e terminográfico

O entendimento do trato com o léxico comum é condição primeira para o estudo do léxico especializado e seu fazer terminológico.

Em Castillo (1997), o autor faz um apanhado dos passos a serem seguidos por uma equipe de especialistas – entre lingüistas e profissionais de determinada área de especialidade – na elaboração de dicionários especializados (glossários, vocabulários etc.) até sua efetiva publicação. À medida que esta pesquisa não tem como objetivo final a montagem de um glossário propriamente técnico, mas de linguagem mesclada para uso comum diário – uma vez tratar-se de um *corpus* inserido no que Kennedy (2004) chama de *economia de mídia* –, os passos sugeridos por Castillo são ora adaptados para maior proveito do presente estudo, já que o próprio autor diz ser possível tal transposição.

Um trabalho lexicográfico eficaz deve satisfazer, com rigor e rapidez, as necessidades práticas dos conhecimentos científicos e técnicos. Não só, cabe atender às necessidades de um público leigo, não especializado, de compreender o vocabulário de uma ciência ou técnica, devido à velocidade em que se dão as inovações da vida moderna e à impossibilidade de os dicionários da língua geral darem conta dos termos de uso exclusivo dos profissionais da comunicação técnica (CASTILLO, *op.cit.*, 14). Só essas condições lhe garantem razão de ser.

Antes da execução do trabalho terminológico, o lingüista passa pelo cumprimento de requisitos organizacionais e metodológicos – que lhe fornecem fundamento teórico-prático –, resumidos no seguinte critério: as tarefas de uma obra, especializada ou de língua geral, não podem ser cumpridas unilateralmente por um especialista, há padrões internacionais a serem seguidos, mesmo havendo variação de temas e públicos-leitores.

Em seu início, a lexicografia lançava mão de apenas um investigador, porém a disciplina moderna reconhece como imprescindível, para um resultado mais rigoroso, a formação de uma equipe de especialistas, cada qual com sua tarefa, mas sem perder de vista a intercomunicação

Superada a tradição, é “de la buena combinación del conocimiento de la especialidad y el conocimiento lingüístico de los componentes del equipo, junto a su disciplina metodológica, dependerá el éxito del trabajo terminográfico” (CASTILLO, 1997: 20).

Ao confeccionar um dicionário, um glossário etc., seja de que natureza forem, realiza-se uma incursão no universo conceitual de certa área do conhecimento humano. E, aqui, Castillo dá mais uma dica importante: quando o linguista não é especialista na área em questão – é o caso deste estudo interdisciplinar, em que não há conhecimento técnico-científico em economia, muito menos macroeconomia neoliberal –, sugere, enquanto tarefa prévia, “familiarizarse con esa rama de la ciencia o la técnica” (*idem*). Para isso, recomenda “la lectura de obras de carácter general sobre la esfera dada, así como de otras más especializadas que ofrezcan una visión de conjunto de todo el campo de estudio, unido a un asesoramiento previo recibido de especialistas de buen nivel” (CASTILLO, 1997: 20). Foi o que fizemos neste estudo: a familiarização com o universo nocional da política econômica neoliberal.

Não apenas durante o trabalho terminográfico, contudo antes mesmo de sua publicação, Castillo indica o que chama de *informante*: é o especialista na área técnica em questão, uma espécie de parecerista, juiz da obra avaliada. É ele quem aponta possíveis erros conceituais, equivalências equivocadas e quaisquer outras dúvidas, validando ou não as definições. “No hay que descuidar que el especialista es el principal usuario y a la vez difusor del trabajo terminográfico, y si conoce bien su tecnológico, o al menos se preocupa por él, es capaz de desarrollar una labor inestimable em favor de la obra” (MALLART, 1990: 48 *apud* CASTILLO, 1997: 24).

Ainda quanto à metodologia do trabalho terminológico, e por último, Pavel & Nolet (2002: 29 *et seq.*) explicitam os onze procedimentos usuais nesse tipo de investigação, estabelecidos por critérios internacionais. Nesta ordem:

1. Identificar e avaliar a documentação especializada;
2. Delimitar o campo temático da análise terminológica mediante um sistema de classificação;
3. Estabelecer a árvore de conceitos<sup>1</sup> a serem definidos;
4. Recolher os termos de fontes unilíngües e marcar as provas textuais pertinentes;
5. Estabelecer a nomenclatura terminológica unilíngüe com base em árvore de conceitos;

<sup>1</sup> Pavel & Nolet, assim como Castillo (1997), também se referem a mapa conceitual como *árvore conceitual*.



6. Compilar os dados extraídos para constituir dossiês terminológicos uninocionais;
7. Registrar em fichas os termos das nomenclaturas e as provas textuais;
8. Revisar as fichas para assegurar a conformidade das regras de pesquisa, redação, citação e difusão;
9. Registrar as fichas em uma base de dados e verificar a conformidade por meio de uma releitura;
10. Gerenciar o conteúdo terminológico em função da evolução do saber especializado, do uso lingüístico e das necessidades dos usuários;
11. Extrair os dados segundo os tipos de produtos solicitados pelos clientes.

### **1.6.1 – O dicionário, o vocabulário, o glossário**

Não é fácil delimitar as diferenças existentes entre as obras lexicográficas, conforme assegura Haensch (1982, *apud* BARBOSA, s/d: 1), ao mostrar os problemas teóricos e práticos dessa tentativa de delimitação. Para essa tarefa, deve-se levar em conta, além de critérios lingüísticos, teóricos e pragmáticos, a história da lexicografia.

Na Antiguidade, com os gregos e romanos, só depois de muito tempo ouviu-se falar de dicionário, que reunia expressões e locuções; o vocabulário era muito usado pelos estudantes, para se referir a alguns vocábulos; e o termo glossário era apropriado a uma espécie de bloco de glosas ou anotações, feitas para interpretar “vozes antigas”. Os glossários, em tempos remotos, também foram muito utilizados no esclarecimento de dúvidas entre o latim clássico e o latim vulgar.

Na Idade Média, segundo Haensch (*idem*, 2), glossário era toda obra lexicográfica com a finalidade de explicar o vocabulário de um autor ou uma obra literária, mas que, justamente por esse motivo, por alguns estudiosos também era chamada de vocabulário. Aí começa a confusão entre a terminologia das obras lexicográficas. Também para se referir a dicionário, ora se usava este próprio termo, ora vocabulário, ora, ainda, léxico. “Esta confusión se deve al uso arbitrario de estas denominaciones por parte de los distintos autores o casas editoriales y, hasta cierto punto, también, a modas de las distintas épocas” (*ibidem*).

É entendendo a história da lexicografia que também é possível compreender o emprego, ainda hoje, dessa pluralidade de denominações. Os próprios manuais de lexicografia modernos definem aqueles termos sem seguir uma padronização ou, quando seguem uma normalização terminológica, mesmo assim não fica claro o que é um e o que é outro e suas respectivas estruturas.

Barbosa (s/d: 7) tenta delimitar essas denominações a partir dos critérios teórico-lingüísticos e pragmáticos, levando em conta os níveis de atualização da língua definidos por Coseriu (sistema, norma, fala) e os tipos de inventários lexicais definidos por Muller (universo léxico, conjunto vocabulário, conjunto palavras-ocorrência). Sobre dicionário de língua, vocabulário e glossário, a professora escreve:

Quanto aos três tipos de obras acima apontados, é importante ressaltar, preliminarmente, que os chamados dicionários de língua processam as unidades lexicais da língua geral; os denominados vocabulários, dicionários terminológicos, dicionários técnicos, glossários etc. processam vocábulos representativos de uma norma lingüística, inclusive a das línguas de especialidade; e, ainda, glossários ou vocabulários processam o vocabulário de um texto-ocorrência.

Para entender melhor esse raciocínio, Barbosa relaciona *sistema* a *lexema*, *norma* a *vocábulo* e *fala* a *palavra*, daí derivam os dicionários de língua – um sistema abstrato –, que reúnem lexemas; os vocabulários especializados, que reúnem termos de língua de especialidade – uma norma; e os glossários, que reúnem as palavras-ocorrência de um texto de discurso manifestado.

É com base nessas relações estabelecidas por Barbosa que classificamos o produto final deste estudo como **dicionário**.

### 1.6.1.1 – A sinonímia

Lino, Mocho, Costa & Desmet (s/d) definem sinonímia como “relação entre designações da mesma língua, que representam a mesma noção” (p. 272) e sinônimo como “cada um dos termos de uma dada língua que designam uma mesma noção e que se situam num mesmo nível de língua ou num mesmo nível de conceptualização” (p. 273). Essas noções são recuperadas na elaboração do dicionário, especialmente no que concerne às definições dos termos-verbetes.

Dos conceitos lingüísticos necessários ao desenvolvimento deste trabalho, passemos às noções sobre a corrente político-econômica neoliberal, base para melhor entendimento dos *corpora* e da organização dos termos em análise.

## CAPÍTULO 2

### (NEO)LIBERALISMO<sup>1</sup>

O liberalismo geralmente aparece com um discurso sedutor. Apresenta-se como defensor da liberdade, da igualdade, da democracia, dos direitos e, freqüentemente, dissimula e oculta aquilo que lhe é substancial, a defesa da propriedade privada e da sociedade de classes. Então, no discurso e na teoria, a realidade aparece invertida. Aquilo que é essencial aparece como secundário e o secundário aparece como essencial. Entretanto, na prática restabelece-se a verdade das coisas; cada elemento reassume o seu lugar; as máscaras caem e a realidade revela-se dura, nua e crua (ORSO, 2003: 9).

A epígrafe, a despeito de ser de trabalho específico do liberalismo em Roque Spencer Maciel de Barros, militante liberal brasileiro da década de 50, século XX, revela o senso comum acerca do liberalismo – caracterizado pela “defesa da propriedade privada” –, aquele cujas essências foram relidas e aproveitadas em tempos posteriores, por isso modernamente chamá-lo de (neo)liberalismo. É basicamente desse liberalismo “modelo” e de sua (re)leitura neoliberal, a qual embasa esta pesquisa, de que falaremos neste capítulo.

Descendente do liberalismo – ou ideologia da sociedade burguesa, como quer Orso – o neoliberalismo é, basicamente, uma corrente de pensamento político-econômico que defende a desvinculação do Estado na economia. As propostas neoliberais têm o mercado como princípio fundador, auto-unificador e auto-regulador das sociedades, fazendo coincidir, através de um discurso contratualista de direitos, a imperativa necessidade humana de desenvolvimento social com o desenvolvimento despolitizado do mercado.

Conforme grande parte dos estudiosos, no Brasil, primeiro com Collor, depois com FHC, desde o início dos anos 90, portanto recentemente, final do século XX, vivemos sob um regime neoliberal, o que significa abertura econômica, liberalização comercial, descentralização, desmonopolização do Estado, interdependência financeira, negociação de acordos comerciais, admissão de investimento estrangeiro em setores anteriormente reservados unicamente ao capital nacional, privatizações etc.

---

<sup>1</sup> Neste capítulo, consideramos a diferença entre neoliberalismo e política econômica neoliberal, que se assenta no sentido do primeiro como um conjunto de ideologias, idéias e ideais e no sentido do segundo como a realização dessas idéias na prática política governamental

O mercado é caracterizado pelo neoliberalismo como democrático por excelência, produtor de uma ordem que se realiza a partir das múltiplas ações individuais orientadas por interesses particulares: desejos, preferências e decisões livres dos sujeitos. É ele que dá as cartas, que determina o processo econômico de livre oferta e procura, livre concorrência: sem restrições comerciais e protecionismo. Portanto, o Estado deve cumprir papel apenas fiscalizador do bom funcionamento desses princípios reguladores, cabendo a ele a “manutenção da ordem externa – diplomacia, defesa nacional – e interna – preservação da ordem jurídica e dos contratos, sustento do aparelho judicial policial e carcerário, operação do aparelho de governo etc.” (SINGER, 2001: 93).

Moraes (2001) diz ser o mercado, sob a perspectiva neoliberal, um processo competitivo de descoberta. Nele, incontáveis indivíduos movem-se orientados por interesses próprios: ao mesmo tempo, individual e não desígnio da liberação de alguém em particular. Ele é a combinação desses planos e atividades individuais, motores de uma complexa divisão social do trabalho, de um processo seletivo natural, numa analogia à teoria darwinista: pessoas livres e eficientes, que utilizam mais o conhecimento, formam uma sociedade também livre e criativa, sem necessários planejamento e coerção estatal (*op.cit.*, 43- 4).

Na ideologia neoliberal, os mercados (de trabalho ou de bens e serviços) operam por si mesmos, ajustam-se rapidamente a mudanças (DORNBUSCH & FISCHER, 1991: 7) e ao Estado só cabe um papel regulamentador desse livre mercado. Ferrari (1996) resume a origem do neoliberalismo no Mundo:

Graças principalmente à falência do "Estado do Bem Estar Social", que predominou na Europa desde o final da Segunda Guerra, ganha força a velha doutrina econômica liberal travestida modernamente por neoliberalismo. Desde Reagan, nos Estados Unidos, e Margareth Thatcher, na Inglaterra, até o ditador Pinochet, no Chile, esta ideologia se espalha pelo mundo, pregando a supremacia do mercado sobre todas as coisas, incluindo os direitos sociais e trabalhistas e, se necessário, até os direitos políticos.

Constituindo ou não uma organização social, o fato é que o regime político-econômico contemporâneo – pós-moderno para muitos –, a soberania nacional toma outra dimensão e quer dizer, exatamente, interdependência econômica pela abertura a investimentos estrangeiros em setores anteriormente reservados unicamente ao capital nacional. Essa filosofia se alicerça nas teorias do liberalismo clássico, sistematizadas na segunda metade do século XVIII e cujo principal representante foi o economista escocês Adam Smith (1723-1790), de quem falaremos a seguir.

Para este estudo, é coerente lançar mão de uma caracterização generalizada da política econômica neoliberal, disseminada nos quatro cantos do mundo e suas conseqüências para a economia nacional. Não citar conceitos variados e específicos de sua origem e de seu desenvolvimento

menos, atribuir juízo de valor a qualquer um deles, mesmo ao conceito geral que ora se apresenta: isto, definitivamente, não é o foco desta pesquisa.

## **2.1 – O liberalismo de Adam Smith: a “mão invisível do mercado”**

O liberalismo clássico é uma ideologia ou corrente do pensamento político que defende a maximização da liberdade individual mediante o exercício dos direitos e da lei. Individualidade significa que o indivíduo é autônomo o suficiente para dispor de seus bens da forma como lhe aprouver, produção voltada para o mercado, monetarização, trabalho assalariado, racionalismo, ciência e tecnologia.

A economia liberal se desenvolveu junto com o comércio, das forças produtivas, com o surgimento do capitalismo e conseqüente aumento da competição e da concorrência. O liberalismo, em seu esboço, ia contra “as instituições reguladoras do feudalismo, das corporações de ofício e do Estado mercantilista” (MORAES, 2001: 11). O mercantilismo foi o movimento econômico sucedido na Europa de 1450 a 1750, que defendia a idéia metalista: “a prosperidade dos países parece ser diretamente proporcional à quantidade dos metais preciosos possuídos” (HUGON, 1967: 61).

O liberalismo reúne uma reação liberal contra o abuso do intervencionismo político e governamental e uma reação individualista contra a submissão excessiva do indivíduo ao Estado (*idem*, 73).

Adam Smith, considerado o mais famoso dos pensadores liberais, propôs a liberdade de comércio. Em *Riqueza das Nações* (*Wealth of Nations*), publicada em 1776, Smith desenvolveu a teoria de que os indivíduos poderiam estruturar a sua vida econômica e moral sem se restringirem às intenções do Estado e, pelo contrário, de que as nações seriam tanto mais fortes e prósperas quanto mais permitissem que os indivíduos pudessem viver de acordo com a sua própria iniciativa. Seria o *laissez-faire* no funcionamento do mercado.

Smith pôs o trabalho no centro dos problemas econômicos. Segundo o teórico, o trabalho, atividade produtiva, era ajudado pelo capital para obtenção de riqueza. São estes conceitos, trabalho e capital, que Marx posteriormente retoma e critica nO *Capital* (1867). Para Smith, o que torna uma nação mais rica do que outras é sua maior produtividade. Mais do que elementos quantitativos, trabalhadores, a riqueza das nações provém de elemento qualitativo, eficácia, esta que, por seu turno, deriva essencialmente da divisão do trabalho. “O enorme progresso das energias produtoras de trabalho, bem como a maior parte da capacidade, habilidade e tino com que são por tôda parte orientadas e aproveitadas, parece ter sido efeito da divisão do trabalho” (*apud* HUGON, 1967: 92).

No liberalismo, se há desempregados, são todos “voluntários no sentido de que poderiam conseguir empregos se se dispusessem a aceitar os salários que os empregadores ‘racionalmente’ poderiam pagar” (SINGER, 2001: 93-94).

Adam Smith defendia:

- ✓ a livre iniciativa;
- ✓ a desregulamentação do Estado;
- ✓ a privatização das atividades econômicas; e
- ✓ o lucro pelo interesse próprio.

Para ele, ao Estado deve apenas caber “a manutenção da segurança interna e externa, a garantia da propriedade e dos contratos e a responsabilidade por serviços essenciais de utilidade pública” (*apud* MORAES, 2001: 13). E argumenta mais:

Sem qualquer intervenção da lei, os interesses e os sentimentos privados das pessoas naturalmente as levam a dividir e distribuir o capital de cada sociedade entre todas as diversas aplicações nela efetuadas, na medida do possível, na proporção mais condizente com o interesse de toda a sociedade (*idem*, 14).

Para Smith, o mercado é gerador de justiça social, porque estimula o trabalho na garantia de recompensa: o lucro.

Dornbusch & Fischer (1991), em consonância com Moraes, lembram que, em oposição à macroeconomia tradicional, com total intervenção do Estado – e, segundo Smith, vagaroso ajuste de preços e pouca informação –, o liberal prega um regime de empresa privada, organização em que todos os bens de produção são propriedade de particulares. Existiria um “equilíbrio natural dos mercados” (*idem*, 8), que não falham, diferentemente do Estado. Enfim, é a “mão invisível” do mercado que impõe a ordem.

## **2.2 – Política econômica neoliberal: um pouco de teoria**

Segundo Anderson (1995), o exercício da política neoliberal nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa (Inglaterra, com Margaret Thatcher em 1979) e da América do Norte (Estados Unidos, com Ronald Reagan em 1981), onde imperava o capitalismo. Seu marco teórico é dado com a publicação, em 1946, de *O caminho da servidão*, do austríaco cientista político Friedrich Auguste Hayek (1899-1992), uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar, “um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (*idem*, 9).

Hayek (1987: 213) quer “liberar a energia criadora dos indivíduos”, portanto vai contra o paradigma marxista, que propunha o planejamento econômico centralizado como mecanismo de regulação econômica da sociedade capitalista, o que significa que todos os meios de produção estariam socializados e seriam geridos de forma planejada, dispensando-se inteiramente os mecanismos de mercado. Para Marx (1818-1883), comunista, a produção social teria por objetivo atender às necessidades de todos os membros da sociedade, de forma justa e igualitária, sem a instabilidade e a desigualdade que caracteristicamente são geradas pelos mecanismos de mercado.

Sobre o socialismo, dizia Hayek (1987: 40):

A tendência moderna ao socialismo não implica apenas um rompimento definitivo com o passado recente mas com toda a evolução da civilização ocidental, e isso se torna claro quando o consideramos não só em relação ao século XIX mas numa perspectiva histórica mais ampla. [...] Renunciamos progressivamente não só ao liberalismo dos séculos XVIII e XIX, mas ao individualismo essencial que herdamos de Erasmo e Montaigne, de Cícero e Tácito, de Péricles e Tucídides.

Argumenta o teórico que, embora grandes pensadores políticos nos tivessem avisado sobre a “escravidão” que simboliza o socialismo, é no início do século XX a maior caminhada até ele.

O neoliberal Hayek também combatia o keynesianismo reinante de sua época, este que, por sua vez, aproveitava as idéias marxistas. Para Hayek, era necessário preparar as bases para um outro tipo de capitalismo, livre de regras para o futuro, e tal política contra a regulação social só seria possível se caíssem por terra as idéias de Keynes.

Keynes (1883-1946), considerado, para muitos, o pai da Economia moderna, em sua *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936), diferentemente de Smith, a quem criticava, tratou do desemprego, suas causas e seus efeitos na sociedade: “a teoria clássica do equilíbrio econômico só é válida quando o pleno emprêgo se realiza. Existindo o desemprego [...] convém, pois, elaborar uma teoria em que o equilíbrio econômico se estabeleça com e sem o pleno emprêgo” (*apud* HUGON, 1967: 286). Sobre a moeda, Keynes diz não desempenhar papel passivo nas trocas comerciais, mas ativo, “ao passar a ser desejada e procurada com o objetivo de entesouramento” (*idem*). Ao tratar da moeda, para ele um “fenômeno monetário”, introduziu também o fator tempo nos fenômenos econômicos, que, segundo ele, determinam as condições de pleno emprego ou sub-emprego da mão de obra.

Em sua teoria geral, Keynes já levava em conta

a habilidade e quantidade existentes da mão-de-obra disponível, a qualidade e quantidade do equipamento à disposição, o estado da técnica, o grau de concorrência, os gostos e hábitos do consumidor, [...] bem como a estrutura social, inclusive as forças determinantes da distribuição da renda nacional (1936, *apud* HUGON, 1967: 292).

Nisso, Keynes pensava ser indispensável a intervenção do Estado, mais ou menos constante, sob forma de uma política de manipulação da moeda: monetária e fiscal. Mas, para Hayek, essa intervenção “destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos” (ANDERSON, 1995: 10).

Hayek veementemente considerava o resultado da intervenção estatal uma espécie de servidão humana, daí o título de seu livro. Os neoliberais, por isso, queriam ser os libertadores da sociedade, que, para eles, só funcionaria sob a liberdade de cada um conduzir sua vida de acordo com suas próprias idéias. Isso afirma a tese fundamental de *O caminho da servidão*: “a mais importante transformação que um controle governamental amplo produz é de ordem psicológica, é uma alteração no caráter do povo” (HAYEK, 1987: 16).

Acerca da essência individualista que tanto pregava o mestre neoliberal, temos a seguinte passagem:

O individualismo tem hoje uma conotação negativa e passou a ser associado ao egoísmo. Mas o individualismo a que nos referimos, em oposição a socialismo e a todas as outras formas de coletivismo, [...] tem como características essenciais o respeito pelo indivíduo como ser humano, isto é, o reconhecimento da supremacia de suas preferências e opiniões [...] e a convicção de que é desejável que os indivíduos desenvolvam dotes e inclinações pessoais. (*idem*, 40- 41)

Notamos, assim, a defesa apaixonada de uma política do neoliberalismo no Mundo, tão intensamente marcada no discurso do considerado pai da escola neoliberal.



## CAPÍTULO 3

### ESTABELECIMENTO DO *CORPUS*

#### 3.1 – Descrição dos *corpora* documental e de análise

Foram dois *corpora* escolhidos: um documental e um de análise.

A coleta de dados para posterior descrição dos termos econômicos, deu-se a partir do *corpus documental*: matérias da seção “Economia” do jornal eletrônico JB Online (<http://jbonline.terra.com.br/>), veiculados de 01 a 30/09/2005, o que totalizou 235 textos (entre reportagens e artigos). Foi escolhido, entre tantos, o JB Online, “o primeiro jornal brasileiro na internet”, por sua tradição e renome e pelo fácil acesso às matérias, organizadas por datas e sem cortes em comparação à sua versão impressa.

Para a análise desse *corpus*, foram, primeiro, elaboradas **fichas de trabalho** – com termo, classificação de cada termo (simples, composto ou complexo), fonte(s), contexto(s), porcentagem de ocorrência e frequência – e, por último, construído o **mapa conceitual**, com as interligações entre os conceitos específicos. Tal procedimento foi a prévia para a elaboração do dicionário. Nos trabalhos terminológicos, é comum o mapa conceitual vir antes das fichas, todavia nos pareceu um percurso cognitivo mais confuso. Abaixo está o modelo de ficha de trabalho:

<b>termo:</b> classificação. Fontes (textos em que aparecem os termos). <u>Contexto(s)</u> : <u>Ocorrência:</u> <u>Frequência:</u>
---

São exemplos de termos político-econômicos que no contexto neoliberal tomam outro(s) sentido(s): abertura econômica, liberalização comercial, privatizações, investimento estrangeiro, interdependência financeira, acordo comercial etc. Todavia, como será visto mais adiante, apenas dois desses exemplos tiveram ocorrência no *corpus* analisado, refutando nossa hipótese inicial de que, por divulgarem pensamento e ideologia neoliberais, constariam todos nos documentos coletados.

A orientação metodológica é a pesquisa quantitativo-qualitativa. Para a análise dos dados, foi elaborado um modelo teórico próprio a partir da Lexicologia e da Terminologia, disciplinas da Linguística Descritiva.

Os procedimentos metodológicos foram cumpridos na seguinte ordem, passo a passo:

1. Coleta do *corpus* pela Internet;
2. Levantamento das lexias;
3. Seleção das lexias;
4. Organização das lexias em fichas de trabalho;
5. Classificação em possíveis termos neoliberais;
6. Construção do mapa conceitual;
7. Definição dos termos sob a perspectiva da política econômica neoliberal;
8. Elaboração do dicionário; e ainda um nono procedimento, este externo:
9. Avaliação do dicionário pelos consultores especialistas ou informantes.

O primeiro passo – a coleta – foi cumprido em apenas 2 (dois) dias consecutivos, graças à fácil acessibilidade do JB Online e suas respectivas edições<sup>1</sup>, que figuram tal como na versão impressa do jornal.

É relevante expor a maior dificuldade encontrada durante o tratamento do *corpus*, cumprido do segundo ao quinto passo: realizar o processamento dos textos manualmente, em virtude da difícil acessibilidade de softwares de contagem/ contabilização dos termos, ou simplesmente lexias num primeiro momento. Quando não programas de computador estrangeiros – por exemplo, os franceses Stalex e Hyperbase e o americano Wordsmith Tools<sup>2</sup>, encontramos softwares brasileiros, no site da PUC-SP/LAEL, porém apenas para uso on-line, o que inviabilizou o tratamento automático.

Não entraram na seleção as lexias que denominavam instituição (p.ex., Estado, União, Tesouro Nacional etc.) – pública ou privada –, organização (p.ex., FMI, Bolsa de Valores de Nova York e de São Paulo etc.), nome de país (Brasil, China, Estados Unidos etc.), nome de empresa (Petrobras, Varig, Brasil Telecom etc.), nem aquelas de uso comum, da língua geral, que não apresentavam sentido diverso no contexto neoliberal (negócio, avanço, dólar, real etc.). Também as lexias não foram levantadas por maior frequência, já que algumas são hapax, mas pela relevância no cenário político-econômico neoliberal.

<sup>1</sup> Acessando hoje o JB, com novo layout, somente é possível visualizar as edições de até os 11 últimos meses.

<sup>2</sup> Desenvolvidos, respectivamente, pelos professores: André Camplong, da Universidade de Toulouse 2; Etienne Brunet, da Universidade de Nice; e Mike Scott, da Universidade de Liverpool.

É relevante ainda registrar que não constituem parte do recorte de pesquisa as unidades fraseológicas, como, no texto 10, <valorização do real frente ao dólar> e <desvalorização do dólar frente ao real>, por opção de tomar como base apenas os conceitos de lexias de Pottier, que não prevê o tratamento de unidade fraseológica.

O mapa conceitual foi elaborado com os principais conceitos do possível léxico neoliberal, retirado do *corpus*, a partir do esquema apresentado em Peña *et al* (1996), porém com algumas adaptações – sem diagramas e palavras enlace puramente gramaticais, mas, prioritariamente, explicativas.

As definições dos termos, sétimo passo, só foram produzidas após definitiva classificação dos termos como pertencentes ao discurso neoliberal. Aqui, o suporte teórico foi mais do que imprescindível, foi mesmo decisivo. Sem sombra de dúvida, configura-se a fase mais difícil de todo o trabalho investigativo, já que dela dependia a essência da pesquisa: a existência ou não de um conjunto-vocabulário estruturado, organizado do neoliberalismo.

Nesse processo, ter claro o que o senso comum<sup>1</sup> entende por política econômica neoliberal ou neoliberalismo, que tomamos como ponto de partida, foi essencial para não classificar as lexias puramente como pertencentes à linguagem econômica de modo geral ou “economês”, conforme vulgarmente é chamada. Para adquirir tal clareza, muita leitura de livros sobre micro e macroeconomia e dicionários especializados foi processada na biblioteca setorial das Faculdades de Administração, Economia e Ciências Contábeis – FAECC/UFMT, livros esses que, em sua maioria, não são diretamente citados no corpo do texto, por isso não fazerem parte das referências bibliográficas.

Também foram consultados os sites oficiais do Banco do Brasil (<http://www.bb.com.br/appbb/portal/voce/eplinu2/Glossario.jsp>), do Tesouro Nacional ([http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario\\_c.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_c.asp)) e da Bovespa (<http://www.bovespa.com.br/Investidor/DicionarioFinan/dicionario.htm>), com seus respectivos Glossário e Dicionário de Finanças, além de outros sites oficiais do Governo. Toda essa consulta mostrou-se imprescindível para a constituição e montagem do dicionário, especialmente no que diz respeito às definições.

---

<sup>1</sup> Aqui entendido como a opinião consensual da maioria dos estudiosos da área, entre economistas, cientistas políticos, jornalistas etc, por exemplo, nossos consultores de pesquisa, os professores Marta e Boaventura.

O oitavo passo, elaboração do dicionário propriamente dito, depois da feitura das fichas de trabalho e do mapa conceitual, foi, a princípio, a parte mais trabalhosa, demorada, porém a mais tranqüila, porque final. Todavia, enveredar por um domínio do conhecimento para nós desconhecido do ponto de vista científico, neste caso, o domínio econômico – com suas noções e particularidades técnico-científicas –, e ainda relacioná-lo a um dizer lingüístico e ideológico – o discurso neoliberal –, não foi, de fato, uma tarefa que se pôde cumprir facilmente.

Na nona e última fase, avaliação do dicionário, os informantes, professores José Manuel Carvalho Marta, doutor em Economia, e Roberto Boaventura da Silva Sá, doutor em Comunicação e Jornalismo, ambos lotados pela Universidade Federal de Mato Grosso, em entrevistas prévias, definiram política neoliberal.

Quanto ao *corpus de análise*, configuram entrevistas com os professores doutores Marta e Boaventura, respectivamente, das áreas de Economia e Comunicação Social. Ter optado por consultar informantes de formações opostas, por assim dizer, deveu-se ao fato de o *corpus* documental caracterizar-se em textos pertencentes à denominada “economia de mídia” (KENNEDY, 2004), a qual fica na transição entre a linguagem comum e a linguagem especializada, cujo resultado é a própria linguagem midiática, inclusive aquela atualizada nos textos jornalísticos.

Ter optado por consultar apenas dois informantes, deveu-se ao fato inicial e crucial para a pesquisa: buscar posições ao mesmo tempo convergentes e divergentes. Convergentes porque encontrar pontos em comum que denotassem um consenso geral a respeito do conceito de neoliberalismo seria o ideal para uma pesquisa que se prestava imparcial, pelo menos em não estabelecer juízos de valor sobre o que venha a ser e representar a política econômica neoliberal para a sociedade. Divergentes porque funcionariam como controle uma da outra, como ponto de equilíbrio. Dessa forma, obtivemos o compatível e o incompatível entre eles.

As definições registradas de política neoliberal vêm a seguir:

É um conjunto de pensamentos e instrumentos de ação procurando reduzir o papel do Estado na economia. A rigor, enfatiza o individualismo em detrimento do coletivo. Critica formalmente o pensamento social-democrata em suas diversas correntes e propõe um estado mínimo no qual as principais funções são: justiça, segurança, arrecadação através da Fazenda. Entende que as funções de desenvolvimento econômico são dadas pela renda dos diversos controladores dos fatores de produção. O principal instrumento de regulação é o mercado em contraposição ao planejamento. Certamente essa razão leva à privatização, cuja ação explicita-se em uma possível eficiência e eficácia. (Marta, 2006)

e É toda estratégia que visa consolidar um Estado mínimo, logo, um Estado privatizado. É a política que, na reorganização internacional do capital, retirará do Estado sua obrigação com políticas públicas. É a política que transformará tudo em mercadoria. Terá sempre o apoio da mídia comercial. Em suma, é a política que extrema a concentração de rendas e propriedades nas mãos de poucos grupos transnacionais. (Boaventura, 2006)

A metodologia aqui utilizada é bem menos rigorosa, se comparada às grandes comissões internacionais de terminologia – não dispomos de extensa equipe, de bancos de dados, de programas de extração de termos, não fazemos parte de nenhuma organização brasileira ou internacional de normalização, enfim, não dispomos de toda técnica e aparato tecnológico –, porém este estudo, igualmente trabalhoso, é também igualmente importante. E mais: o resultado deste trabalho – o vocabulário de termos do contexto neoliberal – é de relevância acadêmica, porque serve de base para outros pesquisadores em investigações futuras, e de contribuição prática, porque fornece a alunos e professores um material acessível sobre uma vertente político-econômica empregada em todo o mundo capitalista e, sabê-la, representa um passo a mais na discussão de problemas de interesse geral.

Neste estudo, o esforço também se mostra em não tomar o termo *neoliberalismo* em seu sentido pejorativo, esboçando juízo de valor, mas identificá-lo enquanto dado real do chamado “mundo pós-moderno” – talvez uma de suas mais notórias características –, para, a partir daí, levantar hipóteses quanto à estruturação e organização do léxico.

## 3.2 – Etapas da pesquisa

### 3.2.1 – Fichas de trabalho

Os valores representativos de ocorrência e frequência são *aproximados*, com porcentagem de erro para mais.

**ação:** termo simples. In Texto 6, T22, T24, T47, T103, T106, T129, T134, T136, T144, T150, T156, T157, T159, T167, T168, T170, T175, T180, T186, T218 e T223. Contextos: “Dentro do mercado de *ações*, há ainda os investidores que ganharam acima do Ibovespa”, “as *ações* da Nestlé apresentaram queda”, “O desembolso seria considerado um empréstimo, que teria como garantia as *ações* da empresa aérea”, “[...] auxilia na administração de US\$ 750 milhões em *ações* do setor de tecnologia”, “a Bovespa também aparece com um bom retorno para quem investiu em *ações*” etc. Ocorrência: 9,3%. Frequência: 50 vezes.

**agronegócio:** termo simples. In T69, T90, T91, T92 e T109. Contextos: “Empresas brasileiras criam soluções de ponta e ajudam a alavancar *agronegócio*”, “O *agronegócio* brasileiro [...] incorpora cada vez mais os benefícios da alta tecnologia”, “O Brasil hoje [...] produz softwares de qualidade mundial para o *agronegócio*”, “a quebra da safra foi a responsável pela redução de 37% na liberação de recursos para o *agronegócio*” etc. Ocorrência: 2,1%. Frequência: 11 vezes.

**banco:** termo simples. In T2, T4, T6, T11, T12, T16, T25, T33, T48, T49, T50, T51, T52, T55, T58, T61, T64, T69, T81, T86, T95, T103, T105, T107, T113, T116, T119, T120, T125, T128, T130, T134, T138, T144, T145, T146, T147, T148, T149, T151, T161, T163, T164, T166, T168, T170, T171, T173, T176, T179, T180, T186, T188, T190, T191, T194, T198, T202, T203, T206, T210, T216, T217, T218, T223, T227, T228, T231, T232, T233 e T234. Contextos: “Os *bancos*

credenciados a operar o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado já contam com R\$ 200 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)”, “Os *bancos* privados também podem oferecer microcrédito produtivo”, “a casa encontra-se em área de risco, o que exclui a possibilidade de financiamento pelos *bancos* públicos”, “parcerias entre as grandes redes varejistas e *bancos*” etc. Ocorrência: 30,2%. Frequência: 226 vezes.

**Bolsa de Valores**: termo complexo. In T6, T7, T19, T64, T103, T129, T134, T144, T150, T168, T175, T180, T186, T218, T232 e T234. Contextos: “em virtude do arrefecimento dos efeitos do furacão [Katrina], o petróleo fechou [...] a US\$ 64,37 o barril na Bolsa de Nova York”, “A siderúrgica brasileira [Gerdau] tem metade da sua receita nas operações nos Estados Unidos e no Canadá. As ações da empresa – que tem papéis nas bolsas de São Paulo, Nova York e Madri – subiram 22% desde a passagem do Katrina”, “A *Bolsa de Valores* de São Paulo (Bovespa) também recebeu bem a notícia sobre o crescimento econômico nacional”, “*Bovespa* atingiu novo patamar recorde”, “A corretora [...] elevou ontem a estimativa para a *Bolsa* [de Valores de São Paulo], mencionando fatores como queda do risco país e bom desempenho de empresas”, “A participação dos estrangeiros foi fundamental para empurrar a *Bovespa* a seu novo pico histórico” etc. Ocorrência: 8%. Frequência: 32 vezes.

**capital**: termo simples. In T1, T10, T40, T61, T75, T104, T115, T144, T156, T159, T164, T167, T173, T194, T200, T217, T219, T223 e T228. Contextos: “Especialista britânico defende regras claras de atração ao *capital* estrangeiro para avanço de projeto no Brasil”, “O Brasil precisa liberalizar o mercado financeiro, reduzindo os entraves legislativos à entrada do *capital*”, “sem novas regras, o centro não será capaz de atrair *capital* estrangeiro”, “ficaríamos felizes se aparecesse outra oportunidade certa para investir mais *capital* no Brasil” etc. Ocorrência: 8%. Frequência: 33 vezes.

**carga tributária**: termo complexo. In T27, T48, T63, T70, T71, T121, T165, T178, T188, T194 e T204. Contextos: “a *carga tributária* muito elevada e um sistema financeiro pouco desenvolvido são os responsáveis pelo baixo nível de poupança e investimentos”, “Não é possível elevar a receita com *carga tributária*” etc. Domínio de experiência: carga tributária, COPOM, deflação, dívida pública, inflação, juro, PIB, política monetária, SELIC. Ocorrência: 4,6%. Frequência: 13 vezes.

**cartel**: termo simples. In T15, T23 e T183. Contextos: “Multa pesada para *cartel* do aço”, “O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) condenou [...] por formação de *cartel* no mercado de vergalhões”, “Espera-se também, com as mudanças, que o SBDC [Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência] concentre esforços e pessoal na prevenção e punição de infrações à ordem econômica, como formação de *cartel*”, “a Barra Mansa alegou que não poderia integrar o *cartel* justamente por deter uma pequena fatia dos consumidores” etc. Ocorrência: 1,2%. Frequência: 8 vezes.

**comércio**: termo simples. In T1, T4, T10, T21, T36, T39, T44, T50, T68, T72, T79, T89, T96, T104, T111, T112, T120, T126, T145, T154, T155, T158, T172, T190, T195, T198, T199, T204, T211 e T229. Contextos: “*Comércio* desacelera em julho”, “Dos grandes ramos do *comércio*, só o de tecidos, vestuário e calçados registrou bom desempenho na comparação com junho, com alta de 7,23%”, “os dados [...] apontam para ‘um freio’ do *comércio*, que ‘perdeu fôlego’ em razão da perspectiva de menor oferta de crédito e encarecimento dos financiamentos com o juro mais elevado” etc. Ocorrência: 12,7%. Frequência: 54 vezes.

**comércio exterior:** termo complexo. In T4, T10, T36, T39, T72, T111, T154 e T155. Contextos: “Mudança de regra na Previdência prejudica resultados das firmas de *comércio exterior* e ameaça vendas do país”, “Diferentemente do esperado pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e *Comércio Exterior*, [...] a regulamentação das salvaguardas específicas contra a China dificilmente sairá antes da viagem do ministro à China” etc. Ocorrência: 3,4%. Frequência: 12 vezes.

**comércio interno:** termo complexo. In T36 e T39. Contextos: “A nova norma [...] considera que a venda do produto para a trading é *comércio interno* e desconsidera que o destino final do produto é o mercado externo” etc. Ocorrência: 0,8%. Frequência: 2 vezes.

**Comitê de Política Monetária:** termo complexo. In T49, T119, T120, T128, T138, T140, T147, T149, T166, T176, T188, T202, T206, T217 e T231. Contextos: “o *Comitê de Política Monetária* (Copom) baixou a Selic de 19,75% para 19,50% ao ano, pela primeira vez em dezessete meses”, “a decisão do *Comitê de Política Monetária* do Banco Central (Copom) de reduzir a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual [...] foi primeiro passo em direção ao início do ciclo de queda da Selic” etc. Ocorrência: 6,3%. Frequência: 21 vezes.

**compra:** termo simples. In T1, T7, T10, T15, T22, T25, T36, T46, T47, T50, T51, T52, T56, T61, T82, T83, T85, T86, T88, T113, T117, T125, T131, T132, T136, T141, T150, T159, T164, T167, T168, T174, T183, T189, T190, T205, T211, T215, T219, T222, T226, T227 e T230. Contextos: “As *compras* realizadas pelo país no exterior atingiram a marca de US\$ 7,676 bilhões”, “A *compra* da Ambev pela Interbrew foi responsável pela entrada de US\$ 6,3 bilhões até abril de 2005. Já os investimentos do Brasil em outros países atingiram US\$ 2,1 bilhões”, “Em março, a estimativa de crescimento das *compras* externas neste ano era de 18,9%. Em junho, caiu para 16,6% e, agora, para 13,3%”, “— Muitos clientes ficam surpresos quando em meio a agitação das *compras* [sic] descobrem um lugar para relaxar. É como se encontrassem um oásis”, “as *compras* dos investidores externos superavam em R\$ 185,95 bilhões as vendas” etc. Ocorrência: 18,2%. Frequência: 65 vezes.

**concorrência:** termo simples. In T10, T15, T22, T59, T63, T76, T77, T90, T104, T123, T145, T152, T183, T185 e T187. Contextos: “A comissão lembra [...] da *concorrência* que a China impõe à economia sul-americana, como no setor têxtil”, “as líderes causam prejuízo à sociedade porque impedem a *concorrência* e as pequenas, para sobreviver, sonégam impostos”, “TCU [...] questiona etapa de pré-qualificação de concorrentes, mas empresa mantém cronograma da *concorrência*”, “A Varig também sofreu com a forte *concorrência* do mercado e com os custos inerentes à recuperação judicial” etc. Ocorrência: 6,3%. Frequência: 24 vezes.

**consumidor:** termo simples. In T7, T28, T32, T42, T44, T49, T51, T55, T64, T73, T79, T85, T86, T87, T93, T94, T98, T119, T124, T127, T133, T141, T142, T143, T147, T155, T165, T176, T183, T188, T190, T195, T206, T217, T218, T221, T222, T231 e T234. Contextos: “*Consumidor* paga 20% mais por produtos associados a grandes nomes”, “A idéia é que o *consumidor* faça a releitura da obra em um objeto de uso pessoal”, “O setor está realmente preocupado com o avanço desordenado desse mercado e com os limites de endividamento dos *consumidores*”, “No ranking dos encalacrados com as contas no fim do mês – metade dos *consumidores* – o Brasil é superado com folga pela Espanha, que tem 31% de *consumidores* em dificuldades” etc. Ocorrência: 16,5%. Frequência: 104 vezes.

**consumo:** termo simples. In T1, T18, T21, T25, T28, T32, T46, T54, T61, T64, T75, T85, T86, T87, T118, T122, T126, T129, T131, T133, T141, T146, T147, T155, T165, T166, T173, T179, T182, T185, T191, T192, T195, T196, T198, T213, T215, T221, T226 e T228. Contextos: “O *consumo* das famílias expandiu-se 0,9%, depois de cair 0,2% no trimestre anterior. O *consumo* do governo cresceu 1,1%”, “a expansão das vendas este ano será tímida, puxada pelo consumo doméstico que [...] poderia ser maior se não fosse o alto patamar da taxa básica de juros do país (Selic)”, “os efeitos do Katrina podem ser muito piores se o aumento do preço da energia atingir o consumo dos cidadãos”, “Mas é a única forma de as pessoas aderirem ao *consumo*”, “Templos de *consumo zen*”, “E todos os centros de *consumo* estão investindo pesado em atividades que complementem as compras, como massagens”, “Sua preferência é pelos produtos de *consumo* popular”, “o aumento extraordinário do *consumo*, na China e nos Estados Unidos principalmente, foi o motor da alta do valor do barril de petróleo” etc. Ocorrência: 17%. Frequência: 66 vezes.

**COPOM:** termo complexo. In T49, T119, T120, T128, T138, T140, T147, T149, T166, T176, T188, T202, T206, T217 e T231. Contextos: “O *Copom* descartou outro aumento da gasolina este ano, por considerar que a alta de 10%, aplicada há duas semanas pela Petrobras, absorveu o impacto da alta da commodity no mercado externo”, “A ata do *Copom* [...] confirmou a continuidade do processo de afrouxamento da política monetária, mas não deixou claro o ritmo em que os cortes nos juros ocorrerão” etc. Ocorrência: 6,3%. Frequência: 27 vezes.

**crédito:** termo simples. In T1, T61, T69, T75, T81, T85, T86, T87, T88, T93, T95, T104, T105, T113, T116, T117, T119, T124, T125, T126, T130, T143, T147, T161, T163, T164, T181, T188, T192, T197, T199, T208, T215, T216, T217, T223, T226, T227 e T233. Contextos: “— Não é surpreendente que uma empresa de crédito ao consumo brasileira seja tão sofisticada, a nível internacional?”, “*Crédito* ao setor [industrial] avança em ritmo três vezes superior à média”, “a demanda por *crédito* tem sido inibida pela alta liquidez internacional e desvalorização do câmbio, o que tem incentivado as empresas a buscarem empréstimos no exterior e a elevarem as importações de equipamentos”, “Comemorada por especialistas e pelo consumidor, a expansão do *crédito* começa a emitir sinais de perigo”, “Aposentados têm mais crédito, mas sinais de endividamento começam a despontar”, “O *crédito* no Brasil ainda tem muito a crescer” etc. Ocorrência: 16,5%. Frequência: 109 vezes.

**crescimento:** termo simples. In T1, T2, T4, T6, T7, T9, T10, T11, T21, T25, T29, T35, T40, T44, T48, T49, T50, T52, T53, T54, T59, T60, T61, T64, T66, T69, T87, T89, T91, T99, T105, T106, T110, T112, T115, T122, T126, T133, T135, T138, T139, T141, T144, T145, T147, T149, T162, T166, T170, T171, T172, T178, T179, T182, T192, T194, T199, T201, T205, T211, T212, T215, T217, T224, T228, T229 e T235. Contextos: “o setor externo praticamente não contribuiu para o *crescimento*. Quase todo o *crescimento* veio do setor doméstico”, “o *crescimento* do PIB agropecuário foi menor ainda”, “Baixo *crescimento* impede que desocupados sejam incorporados ao mercado”, “Para reencontrar o nível de emprego e renda vistos no início dos anos 80, o Brasil deveria experimentar pelo menos 10 anos de *crescimento* expressivo e sustentado” etc. Ocorrência: 32,3%. Frequência: 194 vezes.

**deflação:** termo simples. In T55, T112, T120, T126, T140, T202 e T231. Contextos: “A *deflação* dos alimentos e a desaceleração das tarifas de telefone e dos preços dos combustíveis levaram à queda do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA)” etc. Ocorrência: 2,9%. Frequência: 11 vezes.



**demanda:** termo simples. In T1, T6, T9, T20, T21, T26, T51, T52, T62, T64, T69, T75, T87, T105, T112, T118, T120, T131, T133, T134, T140, T144, T146, T147, T149, T158, T166, T172, T175, T179, T188, T195, T196, T201, T207, T209, T211, T217, T221 e T235. Contextos: “As vendas externas do mundo apresentaram expansão de 22,5%, em 2004, puxadas pela *demanda* da China e da Índia”, “a geração de vagas temporárias para o Natal aplacará parte da *demanda* por emprego”, “Sua meta é fabricar cerca de 50 mil litros da cachaça branca [...], podendo ser ampliada de acordo com a *demanda*”, “A oferta feita pelo Tesouro foi de US\$ 500 milhões, mas a *demanda* surpreendeu” etc. Ocorrência: 17%. Frequência: 50 vezes.

**desempenho:** termo simples. In T1, T4, T18, T21, T51, T52, T53, T55, T63, T69, T75, T96, T106, T112, T126, T133, T134, T135, T167, T171, T178, T181, T188, T192, T194, T198, T205, T212, T217, T224 e T228. Contextos: “A crise política tem data marcada para afetar o *desempenho* da economia”, “A alta dos preços dos bens exportados [...] explica em parte o bom *desempenho* das vendas externas”, “Contratos de Performance ou *Desempenho*” etc. Ocorrência: 13,1%. Frequência: 43 vezes.

**desemprego:** termo simples. In T11, T67, T86, T88, T177, T189 e T190. Contextos: “o país teve alto índice de *desemprego* e queda no Produto Interno Bruto”, “Entre as causas apontadas pelos inadimplentes para não terem coberto o cheque, o descontrole e o *desemprego* caminhavam juntos” etc. Ocorrência: 2,9%. Frequência: 12 vezes.

**desenvolvimento:** termo simples. In T1, T4, T10, T11, T21, T25, T50, T51, T54, T61, T66, T67, T68, T69, T72, T89, T90, T96, T97, T98, T103, T107, T111, T113, T116, T129, T133, T136, T137, T138, T139, T145, T148, T154, T173, T178, T185, T186, T194, T199, T209, T223, T226, T227, T229 e T233. Contextos: “Vamos ter um IDH mais alto no ano que vem, mas a mudança será insuficiente para grandes evoluções no ranking”, “O Pnud [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento] considerou o Brasil um país profundamente concentrador de renda, com a oitava pior distribuição do mundo e os 10% mais ricos abocanhando 46,95 da renda nacional”, “A Fiat, obviamente, está encarando a Peugeot como parâmetro para o seu *desenvolvimento* futuro”, “A favela é o testemunho mais visível dos padrões históricos de *desenvolvimento* brasileiro, que incorporam precariamente a base social”, “dar tratamento prioritário às questões do *desenvolvimento* urbano” etc. Ocorrência: 20%. Frequência: 125 vezes.

**dívida externa:** termo complexo. In T58, T96, T128, T134, T151 e T170. Contextos: “quanto mais o governo emite títulos, mais cresce a *dívida externa*. No entanto, ao trazer dólares para pagar sua dívida, o governo também protege as reservas internacionais do Banco Central, que servem como garantia aos investidores” etc. Ocorrência: 2,5%. Frequência: 6 vezes.

**dívida pública:** termo complexo. In T48, T146, T149, T194, T202 e T204. Contextos: “é preciso ter uma meta para acabar com o déficit nominal até 2008 e, desta forma, forçar a redução acentuada da relação entre *dívida pública* e PIB e a taxa de juros reais” etc. Ocorrência: 2,5%. Frequência: 13 vezes.

**emprego:** termo simples. In T3, T4, T17, T24, T26, T35, T41, T52, T61, T64, T86, T87, T89, T98, T109, T113, T133, T135, T145, T156, T157, T172, T177, T184, T190, T192, T193, T198, T209, T211, T217 e T235. Contextos: “A maioria das pessoas segue dependente de um *emprego* precário e quando se fala em crescimento é constante ouvir a pergunta: ‘cresceu onde?’”, “*Emprego* é a primeira vítima”, “Apesar de uma taxa de expansão de 3,5% [...] – o que já é comemorado –, a geração de *emprego* ficará no meio do caminho”, “Não sabemos quem são

estes investidores e temos dúvidas sobre a garantia dos *empregos*”, “Cai *emprego* na indústria” etc. Ocorrência: 13,6. Frequência: 67 vezes.

**empresa**: termo simples. In T6, T8, T9, T15, T16, T17, T18, T22, T23, T24, T27, T28, T29, T30, T31, T32, T36, T37, T38, T39, T40, T41, T42, T46, T47, T50, T52, T56, T57, T60, T61, T62, T63, T65, T69, T73, T76, T77, T78, T79, T80, T82, T83, T84, T86, T87, T90, T91, T92, T93, T94, T95, T97, T98, T99, T100, T101, T102, T103, T104, T106, T108, T109, T113, T115, T116, T121, T122, T123, T124, T125, T129, T130, T131, T132, T133, T134, T136, T137, T141, T142, T143, T144, T145, T146, T148, T152, T156, T157, T159, T160, T161, T162, T164, T167, T170, T171, T173, T174, T175, T177, T181, T183, T184, T185, T186, T187, T192, T195, T196, T197, T200, T207, T28, T209, T212, T213, T214, T219, T221, T223, T224, T226, T227, T229, T232, T234 e T235. Contextos: “Sem opção no mercado, as *empresas* dependem exclusivamente de recursos estatais”, “Através da Portinari Licenciamentos, os trabalhos com grandes *empresas* de consumo começaram há cerca de dez anos”, “priorizamos *empresas* líderes de mercado”, “Deborah Secco vem liderando as preferências das principais *empresas* do país”, “as *empresas* estimam um crescimento de 9,02% nas suas folhas de pagamento”, “O Jornal do Brasil fez uma pesquisa entre os consumidores e constatou que os problemas são comuns à maioria das *empresas*”, “As grandes *empresas* que trabalham com o bem-estar começaram a incluir os shoppings em sua rota de expansão” etc. Ocorrência: 54,4%. Frequência: 410 vezes.

**estabilidade**: termo simples. In T6, T17, T52, T189, T190, T198, T209, T218 e T224. Contextos: “as projeções futuras para os juros oscilaram entre a *estabilidade* e pequenas altas”, “O emprego [na indústria] apresentou crescimento por muitos meses e é natural que chegasse à *estabilidade*” etc. Ocorrência: 3,8%. Frequência: 10 vezes.

**expansão**: termo simples. In T1, T4, T6, T10, T11, T21, T25, T26, T46, T48, T49, T51, T52, T53, T57, T64, T66, T69, T75, T85, T87, T91, T94, T110, T112, T113, T120, T122, T124, T126, T131, T133, T135, T146, T147, T160, T163, T175, T177, T179, T184, T188, T192, T198, T205, T212, T215 e T217. Contextos: “Não haverá uma *expansão* nos mesmos moldes do ano passado”, “se o cenário negativo for confirmado, será desperdiçado um esforço de *expansão* de cerca de 1 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB)”, “Ipea detecta impacto da crise [política] sobre atividade econômica no terceiro trimestre, mas revê para cima projeção de *expansão* no ano” etc. Ocorrência: 20,4%. Frequência: 85 vezes.

**exportação**: termo simples. In T1, T4, T10, T21, T36, T37, T38, T39, T45, T46, T50, T51, T52, T53, T56, T59, T90, T92, T94, T96, T112, T113, T144, T145, T147, T148, T170, T178, T184, T193, T205, T217 e T224. Contextos: “As *exportações* continuam em alta, [...] mas a taxa está sendo anulada pelo desempenho das importações”, “Música brasileira tipo *exportação*”, “Serão investidos R\$ 8 milhões e a meta é aumentar em 50% as *exportações* do setor nos próximos três anos”, “*Exportações* de automóveis aceleram”, “A *exportação* de serviços de informática criados aqui acontece em maior número que a venda de pacotes de produtos” etc. Ocorrência: 14%. Frequência: 75 vezes.

**faturamento**: termo simples. In T15, T36, T40, T52, T81, T94, T132, T145, T183, T192, T196 e T215. Contextos: “esses setores recolhiam 2,5% do *faturamento* em contribuições previdenciárias”, “Em companhias com *faturamento* de até US\$ 300 milhões, os diretores recebem aproximadamente 20% a menos do que os que atuam em empresas que faturam até US\$ 1 bilhão ao ano”, “A quinta maior joalheria do mundo, a brasileira H. Stern, [...] e um *faturamento* estimado em mais de US\$ 150 milhões por ano”, “o *faturamento* das empresas vem caindo com o efeito do câmbio” “estar num shopping, que é um lugar de grande circulação de

peessoas, contribuiu muito para o sucesso do negócio. Quanto maior o fluxo, mais elevado é o *faturamento*”, “a expectativa é de subir ainda mais no ranking internacional, já que é esperado crescimento de 27,5% no *faturamento* em 2005”, “Na América Latina, a participação do Brasil é superada apenas pelo México, que tem hoje 1,3% do *faturamento* do mercado mundial” etc. Ocorrência: 5,1%. Frequência: 20 vezes.

**financiamento**: termo simples. In T2, T59, T69, T86, T105, T113, T117, T125, T126, T133, T151, T163, T164, T167, T173, T190, T194, T199, T209, T223, T227, T228 e T233. Contextos: “este ano, os *financiamentos* [a empresas de pequeno porte] deverão chegar a R\$ 50 bi”, “o banco subscreveu debêntures conversíveis em ações no valor do *financiamento*”, “os juros reais que baseiam o custo do crédito do BNDES subiram e, conseqüentemente, o custo do *financiamento*” etc. Ocorrência: 10,2%. Frequência: 59 vezes. Campo léxico-semântico: ação, banco, Bolsa de Valores, crédito, empresa, demanda, financiamento, infra-estrutura, investidor estrangeiro, investimento, investimento estrangeiro, juro, mercado interno, SELIC etc.

**gasto público**: termo complexo. In T178, T194, T204 e T224. Contextos: “O volume [ajuste fiscal] melhorou, mas há uma preocupação em relação à qualidade dos *gastos públicos*”, “o ministro [da Fazenda] afirmou que o governo contrariará a tradição de elevação de *gastos públicos* em anos eleitorais” etc. Ocorrência: 1,7%. Frequência: 11 vezes.

**globalização**: termo simples. In T78. Contexto: “Bich optou por reduzir ao máximo seus preços, possibilitando que a Bic se transformasse em um produto mundial muito antes dos atuais tempos de *globalização*”. Ocorrência: 0,4%. Frequência: 1 vez.

**importação**: termo simples. In T1, T10, T51, T59, T69, T72, T75, T145, T147, T154, T170, T205, T207, T214, T217, T219, T228 e T231. Contextos: “O baixo nível de compras no exterior fez o Ipea [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada] novamente rever para baixo o crescimento das *importações*”, “*Importações* derrubam saldo. Superávit comercial encolhe 34% na semana. Exportações também recuam” etc. Ocorrência: 7,6%. Frequência: 41 vezes.

**imposto**: termo simples. In T48, T61, T63, T70, T71, T79, T98, T109, T121, T125, T145, T152, T164, T165, T181, T185, T199, T214 e T222. Contextos: “A arrecadação de *impostos* no setor de cigarros (99,7%) é feita pela Souza Cruz e a Philip Morris”, “a cada maço com 20 cigarros vendidos, 14 cigarros são para o pagamento de *impostos*. A vantagem é proporcional para quem sonega, uma vez que a carga tributária é o principal custo do setor” etc. Ocorrência: 8%. Frequência: 43 vezes.

**Imposto de Renda**: termo complexo. In T70, T71, T109, T121, T125, T164 e T165. Contextos: “O governo decidiu voltar atrás na decisão de reduzir a alíquota máxima do *Imposto de Renda* para pessoas físicas de 27,5% para 25%. [...] A redução beneficiaria trabalhadores com salário superior a R\$ 2.326 e representaria uma renúncia fiscal de R\$ 2,8 bilhões por ano” etc. Ocorrência: 2,9%. Frequência: 19 vezes.

**indústria**: termo simples. In T1, T4, T10, T14, T25, T36, T37, T38, T44, T46, T47, T52, T53, T63, T65, T69, T72, T75, T90, T91, T97, T98, T100, T107, T109, T110, T111, T114, T120, T133, T135, T138, T145, T152, T154, T158, T169, T172, T173, T175, T177, T178, T182, T183, T185, T192, T193, T195, T198, T217, T220 e T221. Contextos: “Desempenho da *indústria* puxa avanço de 1,4% do Produto Interno Bruto”, “A *indústria* nacional de eletroeletrônicos começou a rever seu ritmo de produção para os próximos meses de 2005”, “a *indústria* petroleira tem

imagem antiquada e futuro pouco promissor devido ao esgotamento das reservas mundiais” etc. Ocorrência: 22,1%. Frequência: 148 vezes.

**inflação**: termo simples. In T1, T21, T25, T27, T35, T40, T44, T49, T51, T52, T54, T55, T61, T66, T79, T108, T112, T119, T120, T121, T126, T128, T138, T139, T140, T146, T147, T164, T166, T171, T173, T176, T177, T188, T189, T190, T192, T194, T198, T203, T204, T206, T211, T217, T224, T228, T231, T232 e T233. Contextos: “Com a *inflação* menor, caem as expectativas para a taxa de juros no mercado futuro”, “Salário de executivo perde para *inflação*”, “os trabalhadores foram bem-sucedidos devido à *inflação* em queda”, “de 1 milhão de servidores, cerca de 300 mil tiveram reajustes menores do que a *inflação*”, “A *inflação* em queda [...] tende a elevar o poder de compra do trabalhador”, “Controle da *inflação*, recorde de exportações e ajuste fiscal em alta. Nada disso foi suficiente para evitar uma queda de oito posições do Brasil no ranking de competitividade global do Fórum Econômico Mundial” etc. Ocorrência: 20,8%. Frequência: 107 vezes.

**infra-estrutura**: termo composto. In T1, T2, T14, T20, T21, T25, T36, T57, T59, T66, T79, T80, T89, T104, T105, T112, T114, T159, T162, T174, T178, T207, T224 e T235. Contextos: “Temos necessidade de investimentos pesados na *infra-estrutura* básica e social”, “O importante é que [...] haja capacitação dos profissionais e a construção de uma *infra-estrutura* de estradas e de comunicações”, “— O Brasil ainda tem um serviço da dívida muito elevado, num sinal de que a economia do governo vai para pagar juros e não para tornar a economia mais competitiva — completa, ressaltando que países melhores colocados como o Chile realizaram forte ajuste fiscal, mas investiram muito em educação, saúde e *infra-estrutura*” etc. Ocorrência: 10,6%. Frequência: 34 vezes.

**investidor estrangeiro**: termo complexo. In T50, T139, T145, T151, T168 e T186. Contextos: “Brasil é o 5º para *investidor estrangeiro*”, “um dos maiores especialistas em política monetária [...] incluiu na conta o histórico de calotes que o Brasil já distribuiu aos *investidores estrangeiros*” etc. Ocorrência: 2,5%. Frequência: 8 vezes.

**investimento**: termo simples. In T1, T2, T6, T11, T20, T21, T25, T27, T28, T29, T37, T42, T48, T50, T56, T59, T62, T66, T69, T75, T76, T78, T89, T91, T92, T93, T95, T96, T98, T99, T100, T102, T103, T105, T112, T113, T122, T129, T133, T136, T138, T142, T144, T145, T146, T147, T150, T156, T157, T158, T159, T160, T162, T164, T165, T166, T167, T168, T170, T173, T174, T175, T177, T178, T179, T184, T186, T188, T199, T200, T214, T217, T223, T224, T226, T227, T228, T229, T230 e T235. Contextos: “a retomada dos *investimentos* mostra a confiança positiva dos empresários”, “A paralisação da agenda de reformas, além do já conhecido baixo nível de poupança e *investimentos*, fará com que o país estacione, na melhor das hipóteses, nos 3% nos próximos anos”, “Os fatos que explicam ser o Brasil um dos lanterninhas entre os emergentes em termos de expansão são conhecidos e o mais contundente deles é o baixo *investimento*”, “a valorização do real em relação às demais moedas aumenta os custos de produção no Brasil e os preços de exportação dos bens fabricados no país, um duplo efeito negativo sobre os *investimentos*” etc. Ocorrência: 34%. Frequência: 172 vezes.

**investimento estrangeiro**: termo complexo. In T2, T50, T147, T170, T186, T224 e T229. Contextos: “Apesar do câmbio valorizado, dos juros altos e do crescimento inferior ao da média dos países emergentes, o Brasil foi apontado como o quinto destino preferencial de *Investimentos Estrangeiros Diretos* (IED) em pesquisa realizada pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad). O levantamento coloca o Brasil atrás de China, Estados Unidos, Índia e Rússia” etc. Ocorrência: 2,0%. Frequência: 23 vezes.

**juro:** termo simples. In T1, T4, T6, T21, T25, T27, T46, T48, T49, TT50, T52, T53, T54, T59, T75, T81, T86, T87, T89, T112, T113, T117, T119, T120, T125, T126, T128, T138, T139, T140, T143, T145, T146, T147, T149, T151, T163, T164, T166, T171, T172, T173, T176, T179, T188, T189, T190, T191, T192, T194, T202, T203, T204, T210, T217, T218, T224, T228, T231 e T233. Contextos: “Apesar dos *juros*, expansão acelera”, “Mais do que baixar a famigerada taxa de *juros*, eleita arquiinimiga de muitos empresários, promover mudanças estruturais geram resultado mais palpável a longo prazo”, “*juros* freiam América Latina”, “Juros não caem sem reformas”, “*Juro* eleva dívida em R\$ 5 bi”, “Piora expectativa de juros”, “câmbio e juros derrubam indústria”, “existe pressão para que os *juros* recuem e isso vai se intensificar”, “*Juro* alto contribui para aumento da inflação por inibir investimento produtivo” etc. Ocorrência: 25,5%. Frequência: 172 vezes.

**liberalismo:** termo simples. In T145. Contextos: “excelência em competitividade que permita ao nosso governo dar lições de *liberalismo* comercial”, “Brasil [...] o país que pratica o maior *liberalismo* nas importações”. Ocorrência: 0,4%. Frequência: 2 vezes.

**lucro:** termo simples. In T21, T28, T36, T60, T65, T77, T83, T91, T106, T135, T142, T144, T148, T167, T170, T171, T180, T182, T210, T218 e T228. Contextos: “A arte de reproduzir *lucros*”, “Apesar da disparada do preço do barril e dos altos *lucros* das empresas, a indústria petroleira vem se mostrando [...] incapaz de atrair jovens para trabalhar no setor”, “O *lucro* bruto da aérea caiu 19%”, “A Ford também está tentando reduzir despesas, já que vive um momento de queda de *lucros*”, “parte do dinheiro ganho com a safra trará mais *lucros* se aplicado na área tecnológica” etc. Ocorrência: 8,9%. Frequência: 29 vezes.

**marketing:** termo simples. In T29, T31, T78, T137, T142, T196, T215 e T216. Contextos: “Creio que o crescimento nas vendas se deva ao composto de *marketing* como um todo: um bom design, uma boa fragrância, uma boa marca, um preço adequado”, “o criador do produto antecipou várias tendências hoje estudadas por profissionais de *marketing*” etc. Ocorrência: 3,4%. Frequência: 9 vezes.

**mercado:** termo simples. In T1, T4, T6, T7, T9, T17, T18, T21, T22, T23, T25, T26, T27, T28, T29, T31, T36, T37, T38, T39, T40, T42, T43, T47, T49, T53, T54, T56, T57, T59, T62, T63, T64, T65, T66, T72, T74, T77, T79, T84, T85, T86, T87, T89, T90, T91, T92, T94, T96, T97, T99, T104, T105, T106, T107, T115, T117, T119, T122, T124, T125, T129, T130, T133, T134, T135, T136, T139, T141, T142, T144, T145, T148, T149, T150, T151, T154, T155, T159, T160, T164, T167, T168, T169, T170, T176, T177, T179, T180, T181, T182, T183, T184, T185, T186, T187, T188, T192, T199, T200, T201, T202, T206, T207, T210, T211, T212, T215, T216, T217, T218, T219, T221, T223, T226, T228, T229, T231, T232 e T235. Contextos: “a previsão média do *mercado* para a expansão do PIB doméstico no ano foi mantida em 3%”, “A expectativa da corretora ficou de acordo com o observado no *mercado*”, “No *mercado* de câmbio, o dólar subiu 0,35%”, “Mais perto do *mercado* consumidor, com óleo de excelente qualidade, [...] a região possui, até agora, reservas da ordem de 2,5 bilhões de barris”, “o Katrina fez desaparecer a pequena margem de excedente que havia no *mercado* de petróleo”, “A abertura do *mercado* incentivará as seguradoras”, “O problema que o *mercado* petrolífero enfrenta atualmente se deve, segundo Rato, ‘não apenas à demanda, mas também às limitações ligadas ao fornecimento, em particular à capacidade de refino’, que hoje são insuficientes”, “o *mercado* de celulose deve se manter estável no próximo ano”, “O *mercado* de energia oferece agora produtor sob encomenda”, “a personalização atrairá cada vez mais consumidores para o *mercado* livre, que hoje responde por 16% de todo o consumo no país”, “O BNDES quer lançar uma linha de debêntures parte do projeto de recuperação do *mercado* de capitais do banco” “para manter um



desenvolvimento sustentável, o país não deve ater-se só à política monetária, mas focar na integração com a economia mundial e na redução do *mercado* informal” etc. Ocorrência: 51%. Frequência: 280 vezes.

**mercado de trabalho**: termo complexo. In T25, T26, T37, T65, T66, T135, T177, T185 e T192. Contextos: “Não se trata simplesmente de incorporar os que chegam ao *mercado de trabalho* todos os anos, mas também agregar a população [...] desempregada, os que estão na informalidade e os que se mantêm com empregos mal remunerados”, “para incluir a população que chega ao *mercado de trabalho* e também os desempregados, seria necessário que o país mantivesse uma taxa de crescimento de 7% ao ano por cerca de uma década” etc. Ocorrência: 3,8%. Frequência: 16 vezes.

**mercado externo**: termo complexo. In T21, T39, T53, T155, T176 e T228. Contextos: “Os negócios no *mercado externo* cresceram 13,9%”, “O hábito da bebida no Uruguai é tão disseminado que o país é o 8º do mundo em consumo per capita, com 32 litros anuais, o que deixa apenas 3% da produção para o *mercado externo*” etc. Ocorrência: 2,5%. Frequência: 6 vezes.

**mercado interno**: termo complexo. In T1, T4, T17, T18, T53, T63, T72, T74 e T228. Contextos: “a economista chama atenção para o empurrão do *mercado interno* no PIB”, “No *mercado interno*, as notícias também foram boas para o setor [de automóveis]”, “a previsão da Conab é de que não haverá desabastecimento de produtos no *mercado interno*” etc. Ocorrência: 3,8%. Frequência: 9 vezes.

**MERCOSUL**: termo complexo. In T34, T59, T72, T92 e T155. Contextos: “Para aumentar o fluxo de brasileiros ao país, as autoridades argentinas vão reforçar a presença em feiras de turismo no maior integrante do *Mercosul*”, “Criações brasileiras começam a ser exportadas, tendo o *Mercosul* como porta de entrada para uma crescente internacionalização”, “O foco inicial é a América do Sul, primeiramente a partir do *Mercosul*, mas temos espaço para chegar aos Estados Unidos e Europa nos próximos anos”, “Aproveitar os benefícios do *Mercosul* para buscar clientes diferenciados, mas sem provocar uma invasão nos mercados vizinhos” etc. Ocorrência: 2,1%. Frequência: 6 vezes.

**oferta**: termo simples. In T6, T17, T18, T20, T22, T24, T27, T47, T61, T85, T86, T87, T103, T113, T126, T128, T129, T134, T136, T144, T145, T146, T147, T154, T159, T164, T174, T179, T201, T207 e T210. Contextos: “a *oferta* e a demanda vão crescer de forma sustentada”, “não há *oferta* de papéis de mais longo prazo, o que piora o nível de poupança”, “Nova *oferta* pela empresa aérea é de US\$ 360 milhões”, “Diante da *oferta* farta de modalidades de pagamento das compras de bens, e com dificuldades de adiar e planejar o consumo, o brasileiro se lançou em dívidas, causando um comprometimento crescente de sua renda” etc. Ocorrência: 13,1%. Frequência: 46 vezes.

**parceria**: termo simples. In T25, T28, T37, T83, T104, T114, T147, T148, T185, T212 e T224. Contextos: “Fundo para *parcerias* deve ser aprovado”, “a nova Unidade de Petroquímicos Básicos (UPB) que será construída em *parceria* com o grupo Ultra e o BNDES evitará que a Petrobras tenha [...] prejuízo”, “a pesquisa feita [...] foi importante para [...] buscar novas *parcerias*”, “a *parceria* com empresas privadas foi fundamental” etc. Ocorrência: 4,6%. Frequência: 26 vezes.

**Parceria Público-Privada:** termo complexo. In T25, T104, T114 e T224. Contextos: “o principal motivo [...] é o atraso na agenda de reformas institucionais [...] e regulatórias, incluindo as regras para fazer deslanchar as *Parcerias Público-Privadas (PPPs)*, carro-chefe das propostas do governo para a retomada de grandes obras de infra-estrutura”, “No Brasil, as *Parcerias Público-Privadas* poderão ajudar” etc. Ocorrência: 1,7%. Frequência: 4 vezes.

**PIB:** termo complexo. In T1, T2, T3, T4, T5, T6, T7, T10, T11, T21, T25, T26, T48, T49, T51, T52, T62, T66, T67, T71, T75, T90, T121, T138, T139, T144, T147, T171, T178, T179, T188, T194, T198, T202, T203, T204, T206, T217, T225, T228 e T230. Contextos: “*PIB* americano decepciona”, “O pagamento de juros da dívida, porém, chegou a R\$ 105,8 bilhões - o montante equivale a 8,39% do *PIB* - o que deixou as contas com um rombo da ordem de R\$ 26 bilhões”, “o governo espera um esforço fiscal de 4,25% do *PIB*”, “O avanço de 1,4% do PIB [...] não traz apenas boas notícias” etc. Ocorrência: 17,4%. Frequência: 100 vezes.

**política monetária:** termo complexo. In T21, T49, T75, T119, T120, T128, T138, T139, T140, T146, T147, T149, T166, T173, T176, T188, T199, T202, T206, T217 e T231. Contextos: “O relatório [das Nações Unidas] considera como prejudicial a ênfase em uma *política monetária* restritiva, com base na adoção de elevadas taxas de juros para perseguir as metas de inflação”, “a *política monetária* prejudica o setor [de máquinas] mais do que a crise política” etc. Ocorrência: 8,9%. Frequência: 53 vezes.

**PPP:** termo complexo. In T25, T114 e T224. Contextos: “Garantia para *PPPs*”, “A falta de regras para o fundo garantidor é considerado o principal entrave para o início dos projetos de *PPP*” etc. Ocorrência: 1,2%. Frequência: 6 vezes.

**prejuízo:** termo simples. In T19, T36, T39, T60, T63, T73, T77, T83 e T148. Contextos: “*Prejuízo* de bilhões à vista”, “Exportação com *prejuízo*”, “Ainda não é possível contabilizar o *prejuízo*”, “Cerca de 30% das exportações agrícolas e da agroindústria são feitos por tradings e alguns setores atingidos já começam a contabilizar os *prejuízos*, como o sucroalcooleiro” etc. Ocorrência: 3,8%. Frequência: 20 vezes.

**privatização:** termo simples. In T228. Contextos: “A reviravolta acontece porque os investimentos externos realizados no período de *privatizações* maturaram, com retornos crescentes”. Ocorrência: 0,4%. Frequência: 1 vez.

**produção:** termo simples. In T1, T5, T7, T9, T18, T19, T25, T36, T37, T42, T43, T45, T46, T49, T50, T51, T52, T54, T56, T62, T63, T69, T72, T73, T74, T75, T78, T83, T86, T90, T91, T92, T99, T107, T108, T110, T113, T120, T122, T129, T135, T136, T145, T146, T148, T153, T155, T158, T160, T169, T173, T177, T179, T180, T184, T192, T201, T206, T209, T212, T213, T219, T221, T228, T235. Contextos: “Sem expansão da *produção*, a oferta não acompanha a demanda, provocando alta de preços”, “A *produção* de café é feita em grande parte por pequenos produtores, que recorrem a tradings devido à impossibilidade de manter uma infra-estrutura própria”, “a previsão para o crescimento da *produção* industrial ficou praticamente estável”, “A forte estiagem [...] fará com que a *produção* nacional de grãos [...] seja 4,7% menor que a alcançada na safra anterior”, “*produção* cai 2,5% em julho, puxada pelo recuo do setor de máquinas”, “*Produção* industrial cai em sete regiões” etc. Ocorrência: 27,6%. Frequência: 127 vezes.

**Produto Interno Bruto:** termo complexo. In T1, T2, T3, T6, T10, T11, T21, T25, T26, T48, T49, T51, T52, T62, T64, T67, T75, T90, T139, T144, T147, T171, T179, T198, T202, T203,

quando a economia avançou apenas 0,4%”, “O superávit primário (receita menos despesas, excluindo pagamento de juros) atingiu R\$ 78,931 bilhões entre janeiro e agosto, o equivalente a 6,26% do *Produto Interno Bruto*” etc. Ocorrência: 13,1%. Frequência: 33 vezes.

**renda**: termo simples. In T6, T26, T48, T52, T62, T66, T67, T70, T71, T85, T86, T87, T89, T105, T108, T109, T117, T121, T124, T125, T126, T133, T135, T150, T164, T165, T170, T177, T189, T190, T191, T192, T209, T214, T215, T222, T225 e T228. Contextos: “Além da geração de vagas, há o desafio de garantir *renda*”, “apesar do crescimento da economia brasileira no ano passado, ainda pesam a baixa escolaridade da população e a má distribuição de *renda*”, “O índice de Gini do país, indicador usado para medir a desigualdade, é de 59,3 – quanto mais perto de 100, maior a concentração de *renda*”, “Como acreditar que o brasileiro está honrando mais seus compromissos do que antes, se a *renda* e o emprego não avançaram e a taxa de juros não caiu?” etc. Ocorrência: 16,1%. Frequência: 98 vezes.

**resultado**: termo simples. In T1, T3, T4, T6, T7, T9, T10, T18, T21, T25, T26, T27, T28, T31, T36, T37, T40, T41, T44, T46, T51, T52, T53, T60, T66, T69, T75, T77, T83, T86, T90, T96, T110, T119, T124, T126, T131, T132, T134, T137, T138, T144, T146, T150, T164, T167, T170, T171, T172, T176, T186, T192, T198, T200, T202, T205, T226, T228, T230 e T231. Contextos: “[...] a continuidade das tendências atuais conduzirá a *resultados* pouco encorajadores”, “Indicador atinge o melhor *resultado* em oito anos”, “Os principais ganhos dos profissionais decorreram de bônus e incentivos, que estão atrelados aos bons *resultados* financeiros das empresas em 2004”, “o *resultado* recorde para os seis primeiros meses só perde para o segundo semestre de 2004”, “A linha branca [...] deve apresentar um *resultado* bem menos expressivo”, “o *resultado* pode até ficar abaixo do esperado”, “Evolução das vagas tem o pior *resultado* em 18 meses” etc. Ocorrência: 25,5%. Frequência: 118 vezes.

**risco**: termo simples. In T17, T18, T20, T21, T40, T50, T54, T59, T85, T86, T87, T89, T104, T105, T133, T138, T144, T146, T151, T152, T164, T166, T168, T169, T173, T174, T179, T180, T185, T188, T218, T220, T231 e T235. Contextos: “risco de ‘efeito Katrina’”, “risco de racionamento”, “risco de déficit”, “fator de risco”, “risco de bolha”, “a Serasa [...] assegurou aos empresários que não há *risco*”, “*riscos* envolvidos”, “área de *risco*”, “o país alcançaria em breve o grau de investimento (investment grade), o que significa pequeno *risco* a investidores”, “*risco* cambial”, “Os entrevistados esperam alta entre 2005 e 2008, mas ressaltam que vários *riscos* podem reverter o otimismo [para IED]. Entre as potenciais ameaças, destacam protecionismo, volatilidade nos preços do petróleo, redução do ritmo de crescimento nos países industrializados, terrorismo e instabilidade financeira” etc. Ocorrência: 14,4%. Frequência: 45 vezes.

**risco país**: termo complexo. In T139, T173, T218 e T232. Contextos: “Ambos tem [sic] *risco país* – indicador que mede [...] a capacidade de um país honrar com suas dívidas – mais baixos do que o Brasil”, “a queda na projeção da inflação, do *risco país* e da taxa básica de juros (Selic) prevista para os próximos meses abriram espaço para promover um corte na TJLP [Taxa de Juros de Longo Prazo]” etc. Ocorrência: 1,7%. Frequência: 6 vezes.

**salário mínimo**: termo complexo. In T21, T70, T117, T189, T191, T209, T214 e T222. Contextos: “Depois de quase perder na votação do *salário mínimo* e sofrer uma derrota no aumento do funcionalismo, desta vez [o governo] tropeçou na área tributária”, “Para famílias com renda inferior a cinco salários mínimos (R\$ 1.500), os juros caem para 6% ao ano. O prazo de financiamento [para habitação popular] é de 240 meses” etc. Ocorrência: 3,4%. Frequência: 11 vezes.



**SELIC:** termo complexo. In T1, T21, T46, T49, T119, T128, T138, T139, T140, T146, T147, T149, T173, T176, T188, T189, T190, T202, T217 e T231. Contextos: “no Brasil, a taxa básica de juros, *Selic*, estava próxima de 20% [...]. Como resultado, [...] foi registrada queda no nível de investimentos e de consumo”, “a expansão das vendas este ano será tímida [...] não fosse o alto patamar da taxa básica de juros do país (*Selic*)”, “O governo central pagará esta ano [...] R\$ 127 bilhões em juros, 60% a mais do que em 2004 (R\$ 79,4 bilhões). A causa indiscutível é a elevação da taxa básica de juros (*Selic*)”, “a *Selic* alta causa inflação ao desestimular o investimento produtivo” etc. Ocorrência: 8,5%. Frequência: 40 vezes.

**setor de serviços:** termo complexo. In T1, T44, T106, T172, T192, T193 e T228. Contextos: “A indústria apresentou expansão de 3% [...], superior ao 1,1% da agropecuária e 1,2% do *setor de serviços*”, “O Dieese verificou que [...] os trabalhadores do *setor de serviços* foram os que menos sucesso tiveram”, “o *setor de serviços* sofreu redução de 0,3 ponto percentual” etc. Ocorrência: 2,9%. Frequência: 8 vezes.

**setor privado:** termo complexo. In T2, T27, T37, T39, T48, T151, T154, T185 e T210. Contextos: “Metade dos recursos virá do *setor privado* e a outra metade do governo”, “quanto mais o *setor privado* transfere receita para o Estado, seja por meio de impostos ou para financiar do déficit, menor o crescimento do país”, “Hoje o *setor privado* fica com o equivalente a 60% do PIB e o governo, 40%” etc. Ocorrência: 3,8%. Frequência: 12 vezes.

**setor público:** termo complexo. In T2, T48, T185, T194 e T202. Contextos: “Somos lenientes com o *setor público* faz uns 12 anos e isso tem de mudar”, “A coordenação entre o *setor público* e o setor privado envolve atualmente associações e o Ministério Público, em parcerias de cooperação mútua para estudos” etc. Ocorrência: 2,1%. Frequência: 5 vezes.

**tributo:** termo simples. In T39, T70, T71, T98, T109, T145, T146, T171 e T178. Contextos: “Ação questiona *tributo*”, “houve uma alteração na Constituição e ficou determinado que todos os *tributos* e contribuições não mais incidiriam nas receitas de exportações”, “[O presidente da Fiesp] pediu ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a abertura de um novo programa de parcelamento de *tributos* federais – como Imposto de Renda, PIS, Cofins, CSLL e INSS” etc. Ocorrência: 3,8%. Frequência: 12 vezes.

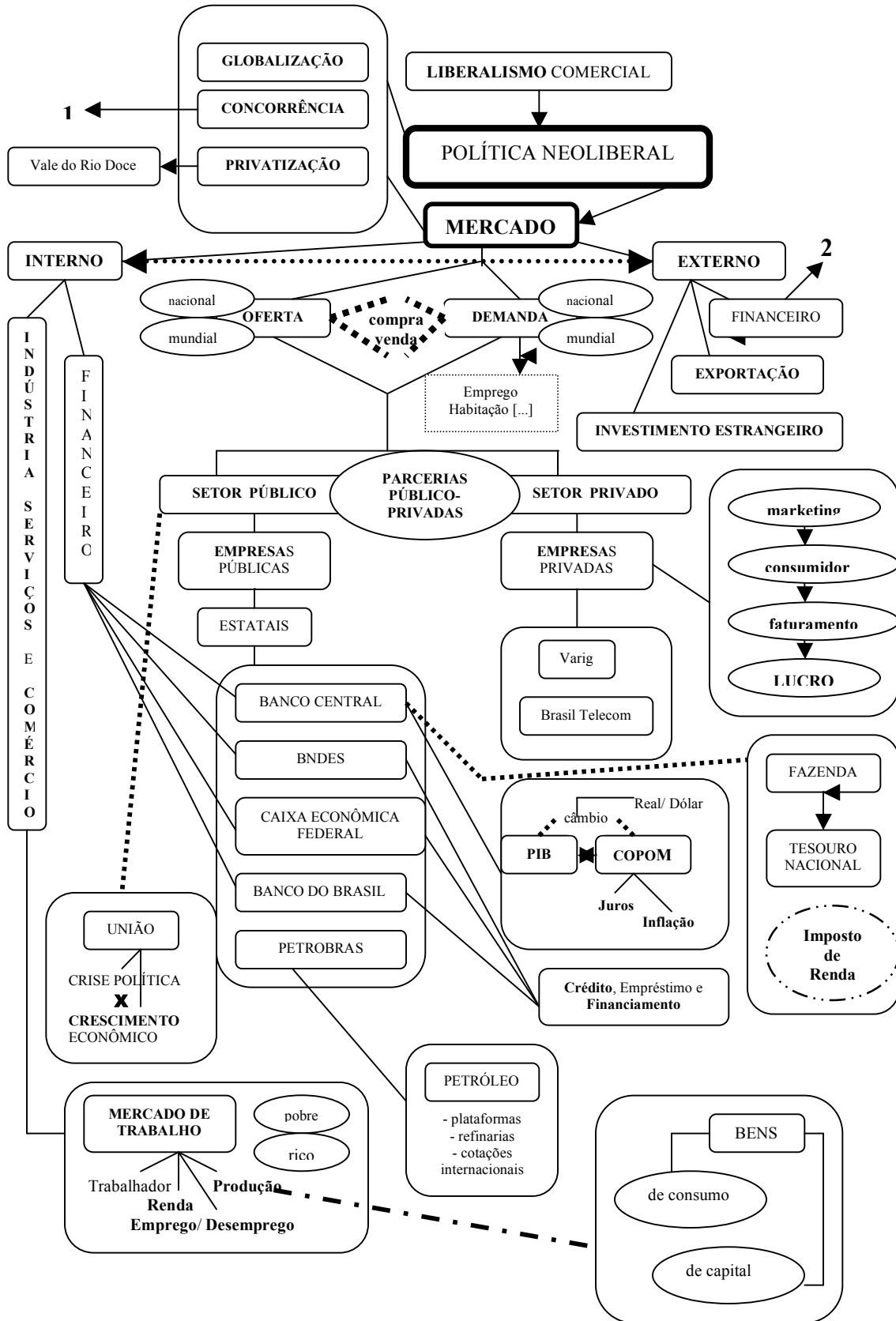
**venda:** termo simples. In T8, T10, T16, T21, T22, T24, T29, T31, T36, T37, T46, T51, T52, T53, T56, T59, T60, T62, T75, T78, T82, T90, T92, T94, T95, T99, T101, T103, T106, T107, T115, T124, T125, T126, T136, T141, T142, T150, T155, T156, T159, T160, T164, T167, T170, T182, T183, T184, T185, T186, T195, T196, T197, T205, T208, T209, T210, T213, T217, T218, T223 e T227. Contextos: “As *vendas* estouraram imediatamente após os filmes com a atriz”, “A estimativa da Eletros é de que as *vendas* do setor cresçam este ano até 6%”, “*Vendas* reais recuam 0,33%”, “os homens eram os grandes responsáveis pelas *vendas*” etc. Ocorrência: 26,8%. Frequência: 127 vezes.

### 3.2.1.1 – Tabela de frequência dos termos

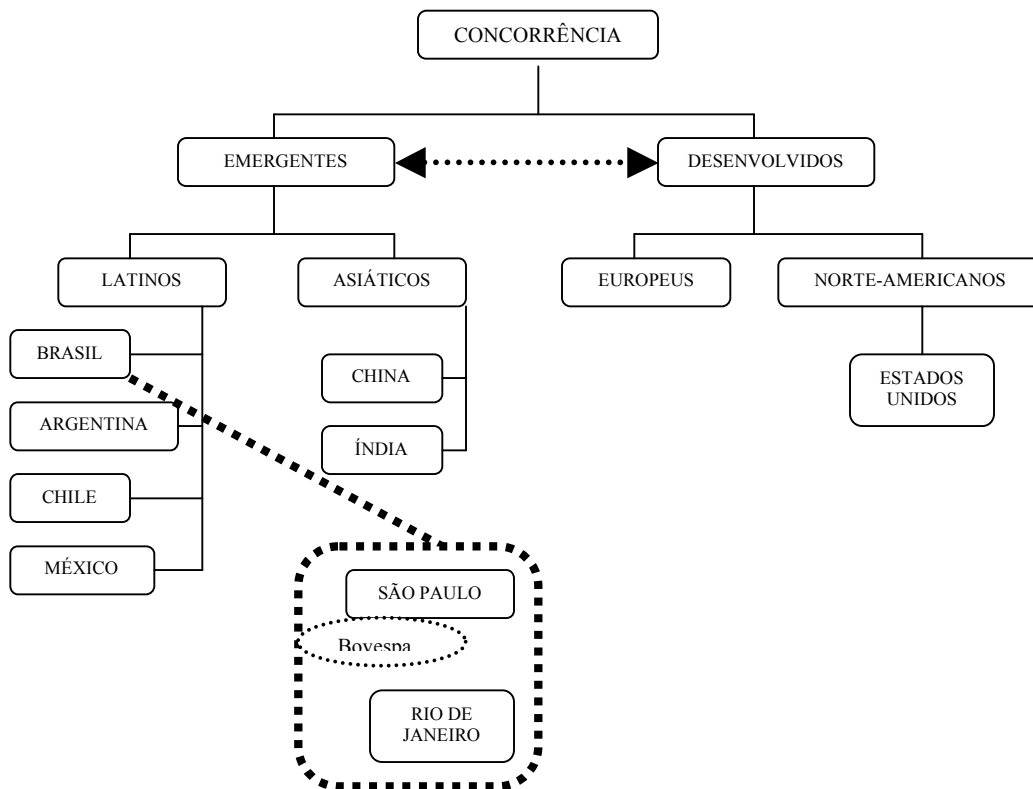
TERMOS	FREQÜÊNCIA
<empresa>.	acima de 400 ocorrências
<banco> e <mercado>.	de 200 a 300
<consumidor>, <crédito>, <crescimento>, <desenvolvimento>, <indústria>, <inflação>, <investimento>, <juro>, <produção>, <PIB>, <resultado> e <venda>.	de 100 a 199
<ação>, <comércio>, <compra>, <consumo>, <demanda>, <emprego>, <expansão>, <exportação>, <financiamento>, <política monetária> e <renda>.	de 50 a 99
<desempenho>, <importação>, <imposto>, <oferta> e <risco>.	de 40 a 49
<capital>, <infra-estrutura> e <SELIC>. <COPOM>, <concorrência>, <faturamento>, <investimento estrangeiro>, <lucro>, <parceria> e <prejuízo>.	de 30 a 39 de 20 a 29
<agronegócio>, <carga tributária>, <comércio exterior>, <deflação>, <desemprego>, <dívida pública>, <estabilidade>, <gasto público>, <Imposto de Renda>, <mercado de trabalho>, <salário mínimo>, <setor privado> e <tributo>.	de 10 a 19
<cartel>, <comércio interno>, <dívida externa>, <investidor estrangeiro>, <liberalismo>, <marketing>, <mercado externo>, <mercado interno>, <MERCOSUL>, <Parceria Público- Privada>, <risco país>, <setor de serviços> e <setor público>.	de 2 a 9
<globalização> e <privatização>.	hapax

### 3.2.2 – Mapa conceitual

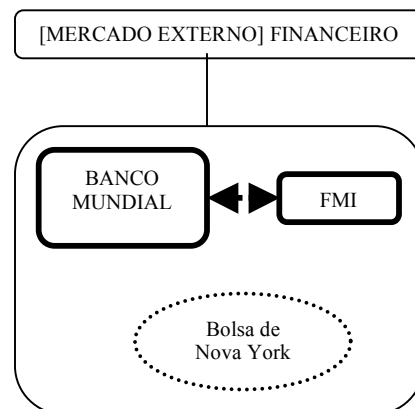
São termos, e por isso constam no dicionário, apenas os lexemas negritos.



1



2



## CAPÍTULO 4.

### DICIONÁRIO

#### 4.1 – Análise estatística dos termos

A partir dos conceitos de lexia de Pottier e de campos conceitual e léxico-semântico de Leborans e tomando como base a noção já exposta de neoliberalismo, vamos, então, ao estudo do *corpus* documental. Antes, retomemos a questão inicial, que dá origem à pesquisa: há uma terminologia, aqui entendida como conjunto de termos, estruturada característica da política econômica neoliberal?

Das 73 lexias levantadas, 45 são simples, 1 é composta e 27, complexas (sendo 5 siglas) ou, na nomenclatura da Terminologia, foram 73 *termos* no total. Pelo maior impacto semântico nos textos, tendo como base o contexto econômico e sua terminologia já própria, há, entre as lexias, substantivos e adjetivos – termos nominais –, em detrimento de verbos – termos verbais.

Foram, no entanto, percebidas várias ocorrências e boa frequência dos verbos *crescer* e *avançar* – entre outros em menor escala, como *investir* e *competir* –, de sintagmas verbais ou outras construções de mesmo valor semântico: “Embalado pelo salto de vários segmentos da indústria, o Produto Interno Bruto (PIB, soma de todas as riquezas geradas no país) *cresceu* 1,4% no segundo trimestre na comparação com os primeiros três meses do ano, quando a economia *avançou* apenas 0,4%”, “A formação bruta de capital fixo (leia-se investimentos) *avançou* 4,5% entre abril e junho”, “o governo *deverá revisar para cima* a estimativa de crescimento da economia em 2005”, “A indústria *apresentou expansão* de 3% no período” etc.

Tal recurso lingüístico denota já indícios de um discurso neoliberal, cujo pensamento é pôr a economia para frente a todo custo. Há grande preocupação em não permitir que o crescimento do país desacelere, façanha nem sempre alcançada pelas empresas e pelo governo brasileiro.

Além dos campos léxico-semânticos crescer/crescimento e avançar/avanço, com relação verbo/nome, há outros como investir/investimento/investidor, competir/competitividade/competição, produzir/produção, acelerar/aceleração, capitalizar/capital, negociar/negociação/negócio entre inúmeros exemplos, já que essa relação conceitual está presente em todo o *corpus*.

Os termos formam redes semânticas predominantes, constituindo campos léxico-semânticos, a princípio, próprios do domínio macroeconômico – com alguns lexemas do léxico

matérias, são alguns deles: 1) capital, comércio, compra, consumo, crédito, demanda, desempenho, desenvolvimento, política monetária; 2) expansão, exportação, importação, indústria, inflação, infra-estrutura, investimento, juro, mercado interno, produção, PIB, resultado; 3) crescimento, financiamento, infra-estrutura, investimento estrangeiro, MERCOSUL, recurso, setor privado, setor público; 4) banco, comércio, comércio exterior, crescimento, desempenho, desenvolvimento, emprego, indústria, juro, mercado interno, resultado; 5) ação, banco, crescimento, demanda, empresa, estabilidade, expansão, investimento, juro, mercado, oferta, renda, resultado, setor de serviços; 6) cartel, compra, concorrência, empresa, faturamento, investimento estrangeiro, lucro, venda; 7) crescimento, demanda, empresa, mercado, produção, resultado; 8) COPOM, inflação, juros, SELIC; 9) crédito, financiamento, renda; 10) mercado externo, oferta, risco; 11) emprego, empresa, estabilidade, mercado de trabalho, renda, salário mínimo. Essas são algumas das combinações possíveis de campos léxico-semânticos, entre, pelo menos, 235 outras possibilidades, conforme os dados aqui coletados e priorizados.

Os lexemas de ordem da corrente neoliberal, como *mercado*, *propriedade privada*, *oferta*, *procura* e *livre-concorrência*, quando não aparecem, figuram seus sinônimos, como “oferta e demanda” ou, ainda, lexias de mesmo campo semântico, como “setor privado” e “rede privada” (T225), o que só confirma a teoria já bastante divulgada sobre o neoliberalismo. Mais um indício de terminologia neoliberal é o fato de o termo complexo *setor privado* figurar nas matérias jornalísticas com quase o dobro de ocorrência e mais que o dobro de frequência em comparação com o termo complexo *setor público*. Na prática do discurso, na atualização, está provada a importância do *capital privado* para o *crescimento econômico* e conseqüente *desenvolvimento* do país.

*Globalização e privatização*, outras lexias de ordem neoliberal, têm a frequência de apenas uma vez cada, contrariando hipótese inicial de que teriam grande ocorrência nos textos. No entanto, ainda assim representam termos imprescindíveis à discussão sobre esse regime: são hapax ou “forma, cuja frequência é igual a 1” (LINO, MOCHO & COSTA, [s/d]: 153).

Mostra-se um conjunto de termos estruturado, imbricados entre si, interdependentes: o significado de um depende do de outro e, assim, é formada uma emaranhada rede de conceitos. Um contexto serve também para outro. É o caso de *mercado*, cujo contexto verbal também serve para exemplificar *concorrência*: “A Varig também sofreu com a forte concorrência do mercado e com os custos inerentes à recuperação judicial” (T77), entre outros exemplos.

Ao mesmo tempo em que se fala de interdependência léxico-conceitual, convém retomar a noção de neoliberalismo. Acerca da não-intervenção estatal, parece relevante repensar a terminologia neoliberal sob a perspectiva de uma tentativa frustrada de implantação daquela

corrente de pensamento no Brasil, conforme asseguram alguns estudiosos da área. Essa possível não implantação, para alguns, pela excessiva intervenção do Estado na economia nacional, até poderia ser provada pela notável ocorrência do lexema *governo* (32,7%), que não figura como termo no dicionário por ser comum a qualquer domínio social, não especificamente econômico: *governo* só teria menor ocorrência que os termos *empresa*, *mercado* e *investimento*, em ordem decrescente.

Contrária às ideologias neoliberais, tal recorrência lexical implica na cobrança, por parte da mídia, de maior, para não dizer intensa, participação do *Estado*, da *União* nas políticas econômicas para ampliação de investimentos, não só em infra-estrutura e capacidade de produção industrial, mas especialmente investimentos estrangeiros, com a promoção mais significativa de Parcerias Público-Privadas, para a entrada desse capital estrangeiro.

Falou-se muito em *recursos públicos* para a ativação dessas parcerias. Além do mais, o governo brasileiro também participa e até interfere no andamento do mercado – interno ou externo – com órgãos de controle da concorrência, é o caso do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC). Até que ponto esses órgãos de controle são “aceitáveis” numa política neoliberal? Não cabe neste trabalho responder.

Ainda sob o discurso de “levar o país para frente” a todo custo, com extrema responsabilidade recaída sobre o Governo Federal, figuram os termos *resultado* e *desempenho*, termos próprios, apesar de não exclusivos, da área de especialidade econômica, mas que tomam outra conotação pelo uso diferenciado, por sua atualização no contexto neoliberal. Contexto esse o qual exige resultados históricos (T18), recordes (T44), não quaisquer resultados; que exige o melhor desempenho (T75), não desempenho médio – cobrados, com maior eloquência, pelos *gigantes do mercado* (T136).

As lexias *risco* e *prejuízo*, que parecem figurar em um campo semântico característico do mundo dos negócios, contrapostas ao campo semântico formado pelas lexias *avanço* e *expansão*, todas essas quatro próprias do léxico comum, também tomam outras acepções no cenário neoliberal, por isso aqui são analisadas como termos. Refletem, exatamente, o espírito do mercado definido pela livre concorrência, em especial quando em contraponto com termos do léxico específico, como *faturamento* e *lucro*.

Vale lembrar que algumas lexias polissêmicas não foram computadas por apresentarem contextos semânticos diferentes daquele priorizado na pesquisa. É o caso das lexias simples *ação*, *Brasil*, *Estado*, *governo*, *receita*, *recurso*, *Rio* e *União*, entre outras com menor frequência, que aparecem em: “ações na Justiça” (T32), “ações de cobrança” (T109), “ações sociais” (T144)

e “ações ambientais” (T226); “Brasil Telecom” (p.ex. em T186), “Plast Rio” (T98), “Rio Polímeros” (T107), “TermoRio” (T133) e “Rio Design Leblon” (T195) – nomes de empresas privadas; “Estado da Louisiana” (T17) e “Estado do Rio” (T125); “Governo do Estado” (p.ex. em T45); “receita bruta mensal” (p.ex. em T109) e “evasão de receitas” (T185); “Recursos Humanos”(T40), “recursos impetrados” (T123) e “recurso no Judiciário” (T183); “açúcar União” (T92) e “União Européia” (T96). Mas o contrário acontece com *serviços*: mesmo como parte integrante de um substantivo próprio – no *corpus* representado por nome de empresa, p.ex., Net Serviços (T60) e GE Commercial Aviation Serviços (T181) – mantém sempre um único conceito, por isso todas as suas atualizações terem sido contabilizadas.

Por último, também foram registradas algumas unidades fraseológicas – como “rumo ao crescimento” (T25), “sucesso de público” (T30), “principais empresas do país” (T31), “o objetivo é não perder a credibilidade” (T31), “competir no exterior” (T37), “aumento da competitividade” (T41), “tendência em todo o mundo” (T131), “fecha com novo recorde” (T134), “risco a investidores” (T138) –, que, embora não façam parte de nosso objeto de estudo, revelam rótulos de uma macroeconomia neoliberal.

Quanto aos termos complexos, enquadram-se nessa classificação ou pela presença de preposição, como em *mercado de trabalho*, *setor de serviços* etc., ou porque “siglas são casos particulares de lexias complexas” (POTTIER, 1978: 270), como *MERCOSUL*, *PIB*, *SELIC* etc., ou ainda porque se enquadram no critério de valor funcional, como *carga tributária*, *comércio exterior*, *setor privado* etc., formados por classes gramaticais diferentes – substantivo + adjetivo.

Aparecem apenas no plural os termos *ações* e *gastos públicos* e, na quase totalidade, aparecem no plural *impostos*, *investimentos estrangeiros* e *juros*. No glossário, todavia, a ordenação dos termos, com suas respectivas entradas, cumpre a ordem alfabética e o número singular, mantendo a padronização da maior parte dos dicionários e vocabulários terminológicos.

## 4.2 – Pequeno dicionário de termos político-econômicos no discurso neoliberal

**ação:** s.f. Título representativo do capital de uma sociedade, negociado na bolsa de valores.

Nota: Quanto maior a especulação, mais valem as ações; quanto maior e mais lucrativa é a empresa a que se associa o acionista, mais poder e status a ele denota.

*As <ações> da empresa – que tem papéis nas bolsas de São Paulo, Nova York e Madri – subiram 22% desde a passagem do Katrina. (Texto 175)*



**agronegócio:** s.m. Conjunto de transações comerciais realizadas no domínio agropecuário (setor primário), cujas operações envolvem desde o setor produtor de insumos agrícolas, como sementes, corretivos, fertilizantes, inseticidas, fungicidas, herbicidas, carrapaticidas, máquinas e implementos, até distribuição do alimento, produção de energia e fibras.

Nota: Com investimentos em alta tecnologia no campo, o agronegócio é hoje um dos setores da atividade econômica brasileira que mais tem contribuído para o desenvolvimento do país, responsável por crescentes superávits na balança comercial.

*O Brasil hoje produz softwares de qualidade mundial para o <agronegócio>. (Texto 90)*

**banco:** s.m. Instituição financeira que aceita depósitos e concede empréstimos.

Nota: Os bancos costumam instituir parceria com grandes empresas e instituições públicas na economia globalizada, com o intuito de obter mais lucros.

*O executivo também listou Bradesco, Itaú e Unibanco como alguns dos <bancos> mais bem-administrados do mundo. (Texto 61)*

**Bolsa de Valores:** s.f. Sistema de negociação em que se realizam transações de compra e venda de títulos e ações.

Nota: As Bolsas de Valores são importantes nas economias de mercado por permitirem a canalização rápida das poupanças para sua transformação em investimentos. Para os investidores, constituem um meio prático de jogar lucrativamente com a compra e venda de títulos e ações, escolhendo os momentos adequados de baixa ou alta nas cotações.

*A <Bolsa de Valores> de São Paulo (Bovespa) atingiu novo patamar recorde ontem. (Texto 134)*

**capital:** s.m. Elemento constitutivo e resultado de produção. Elemento por ser parte necessária no processo de produzir bens: sem investimento inicial, não há produção. Resultado porque deriva do trabalho, sendo a soma adquirida de todos os valores de uma empresa ou pessoa física em determinado período.

*São 341 empresas com <capital> nacional e internacional atuantes no Brasil. (Texto 40)*

**carga tributária:** s.f. Montante de impostos arrecadados pelo governo, medido por percentual do PIB.

Nota: Quando muito alta, prejudica a concorrência entre as empresas.

*Não é possível elevar a receita com <carga tributária>. (Texto 48)*

**cartel:** s.m. Acordo realizado entre empresas de mesma atividade econômica, com o objetivo de boicotar a concorrência.

Nota: Imbricado à estrutura de mercado, o cartel representa risco ao consumidor pela imposição de preço único de mercadoria ou serviço.

*Notas fiscais, tabelas de preço e depoimentos de funcionários das empresas comprovaram a existência do <cartel>. (Texto 183)*

**comércio:** s.m. Organização formada por indivíduos e empresas que trocam, compram ou vendem bens e/ou serviços com fins lucrativos; componente do setor terciário da economia, assim como a saúde, a educação, o lazer, o transporte, as telecomunicações, a publicidade e a administração pública.

*A Dieese verificou que a indústria e o <comércio> seguem como os setores de maior êxito nas negociações. (Texto 44)*

**comércio exterior:** s.m. Organização formada por indivíduos e empresas que trocam, compram ou vendem bens e/ou serviços com fins lucrativos através de fronteiras internacionais ou territórios, entre um país e outro.

Nota: O aumento do comércio internacional é normalmente relacionado com o fenômeno da globalização, de que resulta maior abertura do mercado externo, facilitando as transações comerciais entre os países. O grande regulamentador do comércio mundial é a Organização Mundial de Comércio (OMC).

*Mudança de regra na Previdência prejudica resultados das firmas de <comércio exterior> e ameaça vendas do país. (Texto 36)*

**comércio interno:** s.m. Organização formada por indivíduos e empresas que trocam, compram ou vendem bens e/ou serviços com fins lucrativos dentro de um país.

*A receita decorrente de comercialização com empresa constituída e em funcionamento no país – no caso as tradings – é considerada receita proveniente de <comércio interno>. (Texto 36)*

**COPOM:** s.m. Sigla de Comitê de Política Monetária, órgão governamental subordinado ao Banco Central encarregado de formular a política monetária brasileira, definir as metas de inflação e decidir a taxa básica de juros SELIC.

Nota: Outros países no Mundo adotam prática semelhante de administração financeira, como o americano Federal Open Market Committee (FOMC), o alemão Central Bank Council e o inglês Monetary Policy Committee (MPC).

*O <Comitê de Política Monetária> (COPOM) optou pela redução da taxa básica de juros (Selic). (Texto 119)*

**compra:** s.f. Aquisição de produto, empresa ou serviço pela oferta de dinheiro ao portador desse bem ou serviço; operação básica da economia capitalista e de livre concorrência, assim como a venda, seu inverso.

*Empresas do segmento de bem-estar expandem atividades para shopping centers e associam relaxamento às <compras>. (Texto 131)*

**concorrência:** s.f. Situação do regime de iniciativa privada em que as empresas competem entre si.

Nota: A concorrência pode ser comprometida por alta carga tributária e por altos gastos públicos.

*O governo encaminhou ontem ao Congresso Nacional o projeto de lei que reestrutura Sistema Brasileiro de Defesa da <Concorrência> (SBDC). (Texto 15)*

**consumidor:** s.m. Toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza algum bem ou serviço.

Nota: O consumidor é o grande alvo das empresas, especialmente privadas, que tentam atingi-lo por estratégias de marketing e campanhas publicitárias bem elaboradas.

*<Consumidor> paga 20% mais por produtos associados a grandes nomes da pintura e da escultura. (Texto 28)*

**consumo:** s.m. Utilização, aplicação, uso ou gasto de um bem ou serviço por um indivíduo ou uma empresa; fase final do processo produtivo, precedido pelas etapas de plantio, fabricação, armazenagem, embalagem, distribuição e comercialização.

*1,828 milhão de barris por dia processados em agosto, o equivalente ao <consumo> nacional de derivados. (Texto 18)*

**crédito:** s.m. Capacidade prevista que uma pessoa tem de retornar um investimento (empréstimo, financiamento) sobre ele.

Nota: O crédito é o que buscam as empresas, especialmente aquelas de pequeno porte, que necessitam de apoio financeiro para se desenvolverem em meio à acirrada concorrência imposta pelo mercado, e as pessoas físicas (daí *Crédito Pessoal*) que não conseguem cumprir com a quitação das despesas mensais e/ou também querem abrir seu próprio negócio.

*Bancos concedem menos <crédito> em agosto, apesar de Conselho Monetário Nacional ter determinado ampliação dos recursos. (Texto 163)*

**crescimento:** s.m. Aumento dos bens e serviços, produzidos por um país, de que depende o desenvolvimento nacional e sua elevação ou manutenção no ranking financeiro internacional e globalizado.

Nota: O crescimento econômico está diretamente ligado ao crescimento do PIB. No contexto neoliberal, a meta é o crescimento sustentável, que, derivado da idéia de desenvolvimento sustentável, aplicado pela primeira vez no domínio do campo, é resultado de ampla consciência ambiental: para o Estado, “desenvolver sem destruir, mas preservar” é o grande lema a ser seguido especialmente pelas multinacionais, o que nem sempre ocorre, por motivos vários.

*O Brasil, que finalmente reencontra uma expansão, está sendo condenado ao baixo <crescimento> quando comparado com outros emergentes de peso. (Texto 25)*

**deflação:** s.f. Queda do nível geral de preços, o oposto de *inflação*; fenômeno-alvo dos consumidores.

*A <deflação> dos alimentos e a desaceleração das tarifas de telefone e dos preços dos combustíveis levaram à queda do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). (Texto 55)*

**demanda:** s.f. Procura por bens e serviços assumida pelo consumidor; necessidade de mercado.

*Do lado da <demanda>, o destaque ficou por conta da indústria de bens de capital (máquinas industriais) e da construção civil. (Texto 1)*

**desempenho:** s.m. Atuação ou resultado da atuação de um trabalhador, uma empresa ou uma instituição.

Nota: Excelente desempenho é o que o mercado internacional cada vez mais exige das empresas. No caso do funcionário, deriva de uma formação profissional continuada e de qualidades como raciocínio lógico, capacidade para lidar com situações adversas, dinamismo, criatividade e bom trabalho em equipe.

*No lugar de uma expansão baseada no bom <desempenho> de bens duráveis (eletrodomésticos), ganharão espaço no crescimento as vendas de bens de consumo não-duráveis (alimentos). (Texto 126)*

**desemprego:** s.m. Fenômeno social característico das economias modernas, derivado do desequilíbrio entre oferta e procura de mão-de-obra.

Nota: A alta taxa de desemprego tem como um dos causadores a globalização, porque obriga as empresas a cortarem custos para driblar as concorrências nacional e internacional. Com o *boom* da industrialização mundial, há o crescimento do índice de desempregados, pela substituição de homens por máquinas, especialmente, nas grandes fábricas e multinacionais. Em contrapartida, existe também a criação de novos pontos de trabalho, gerando novas oportunidades de empregos, mas que exigem qualificação profissional, esta geralmente encontrada apenas entre os filhos de classe média a alta.

*Entre as causas apontadas pelos inadimplentes para não terem coberto o cheque, o descontrole e o <desemprego> caminhavam juntos. (Texto 86)*

**desenvolvimento:** s.m. Resultado do bom andamento da economia doméstica, com investimentos públicos em infra-estrutura, saúde, educação e lazer.

Nota: O desenvolvimento representa a elevação do padrão de vida coletivo e pode ser fortemente travado pela má distribuição de renda, conforme ocorre nos países pobres.

*O relatório sugere que os países em <desenvolvimento> usem os recentes ganhos com a alta das commodities exportadas no investimento em infra-estrutura e capacidade industrial. (Texto 21)*

**dívida externa:** s.f. Total de débitos (empréstimos e financiamentos) feitos pelo governo, por empresas estatais ou privadas no exterior e registrados por organismos internacionais vinculados à ONU, como Banco Mundial e FMI.

*Por outro lado, quanto mais o governo emite títulos, mais cresce a <dívida externa>. (Texto 58)*

**dívida pública:** s.f. Total de débitos contraídos pelo Estado ou por empresas estatais com empresas e bancos privados e pessoas dentro do país.

*É preciso ter uma meta para acabar com o déficit nominal até 2008 e, desta forma, forçar a redução acentuada da relação entre <dívida pública> e PIB e a taxa de juros reais. (Texto 48)*

**emprego:** s.m. Ocupação assumida por trabalhador em que este oferece mão de obra em troca de remuneração mensal; diretamente proporcional à produção.

Nota: A meta de que tanto se fala no cenário neoliberal é a geração de emprego, sinônimo de desenvolvimento econômico e social

*As empresas, cujos nomes só serão revelados hoje, [...] serão responsáveis por investimentos de R\$ 130 milhões e pela geração de 1.830 <empregos> diretos e 5.500 indiretos. (Texto 98)*

**empresa:** s.f. Organização pertencente a indivíduos ou grupos, que produz e/ou comercializa bens ou serviços; privada ou pública, objetiva o lucro por meio de serviços prestados à coletividade, como transporte, energia elétrica, saneamento básico etc.

Nota: A propriedade privada é meta dos (neo)liberais, como o era dos liberais.

*Em um cenário incerto, a tendência é que os pedidos de empréstimos sejam levados adiante apenas por <empresas> que efetivamente estão dispostas a fazer o investimento. (Texto 69)*

**estabilidade:** s.f. Resultado de geração e manutenção do emprego, controle da inflação, equilíbrio do balanço internacional de pagamentos e investimento, público ou privado, em infraestrutura para a viabilização dos mercados interno e externo.

*A sobra no orçamento começou a ser sentida com destaque a partir do fim do primeiro semestre. Entre julho e agosto, por exemplo, houve <estabilidade>. (Texto 189)*

**expansão:** s.f. Situação de uma economia, em que os volumes da produção e da demanda apresentam índices de crescimento.

*Furacão reduzirá <expansão> da economia do país em até 1 ponto percentual no semestre. (Texto 64)*

**exportação:** s.f. Processo comercial e fiscal que consiste na venda e posterior transporte de produtos de um país para outro; um dos setores em que os países mais investem, por representar grande parte da arrecadação nacional.

*O estudo mostra que o Brasil apresentou um bom desempenho em <exportações> e tecnologia, o que, no entanto, não foi suficiente para alterar a posição no ranking de competitividade. (Texto 178)*

**faturamento:** s.m. Valor total recebido ou a receber por uma empresa com a venda de seus produtos e/ou serviços em um período determinado. Não deve ser confundido com lucro.

*Cade condena Gerdau, Belgo-Mineira e Barra Mansa a pagar 7% do <faturamento> bruto. (Texto 183)*

**financiamento:** s.m. Empréstimo a terceiros (empresas ou indivíduos) fornecido por instituições públicas ou privadas ou por pessoa(s) física(s), para a abertura de empresas ou aquisição de bem móvel ou imóvel, geralmente promovido por bancos públicos.

*Para ONU, ausência de <financiamento> e despreparo de governo e construtoras para lidar com baixa renda elevam déficit no país. (Texto 105)*

**gasto público:** s.m. Despesa assumida pelo Governo, como o pagamento de funcionários públicos e aposentados ou fornecedores.

Nota: Quando as despesas públicas crescem continuamente acima do crescimento do PIB, no caso do Brasil, causam prejuízo ao desenvolvimento nacional.

*Infelizmente, ainda não surgiu uma proposta concreta, viável, para a redução dos <gastos públicos>, respaldada por evidente vontade política. (Texto 194)*

**globalização:** s.f. Fenômeno de mundialização econômica constituído por processo de aprofundamento da integração econômica, social, cultural, política, com o barateamento dos meios de transporte e comunicação entre os países.

Nota: A globalização foi promovida com o intuito de permitir maiores ganhos aos mercados internos já saturados.

*Bich optou por reduzir ao máximo seus preços, possibilitando que a Bic se transformasse em um produto mundial muito antes dos atuais tempos de <globalização>. (Texto 78)*

**importação:** s.f. Processo comercial e fiscal que consiste em trazer para o país um produto do exterior.

Nota: As importações ocorrem em maior escala quando a moeda nacional está em alta. No Brasil, com a crescente valorização do real sobre o dólar, as importações tiveram aumento, especialmente, para a compra de bens de capital (máquinas e equipamentos), movimentados pela indústria.

*A valorização do real frente ao dólar levou as <importações> a um volume recorde em agosto. (Texto 10)*

**imposto:** s.m. Quantia paga obrigatoriamente por pessoas ou organizações ao governo, para ser revertida em benefícios públicos.

Nota: Altos impostos aumentam os gastos públicos, inibem o investimento e desestimulam a expansão do crédito, efeitos nocivos à produtividade da economia.

*Há no país 16 fabricantes de cigarros. A maioria, segundo a Receita, sonega <impostos>. (Texto 63)*

**Imposto de Renda:** s.m. Tributo cobrado anualmente de pessoas físicas, empresas e instituições financeiras sobre seus rendimentos com salários, atividades comerciais ou aplicações financeiras.

*O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, pediu ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a abertura de um novo programa de parcelamento de tributos federais - como <Imposto de Renda>, PIS, Cofins, CSLL e INSS - vencidos e não pagos, a ser coordenado pela recém-criada Receita Federal do Brasil. (Texto 109)*

**indústria:** s.f. Setor secundário da economia, que transforma matérias-primas (do setor primário) em outros produtos a serem comercializados.

Nota: No Brasil, o setor industrial tem sido grande gerador de emprego e renda.

*A idéia inicial da Aeronáutica era que o fornecimento fosse feito integralmente pela <indústria> brasileira. (Texto 97)*

**inflação:** s.f. Número que expressa o aumento geral de preços de uma economia ou de segmentos desta economia, provocando perda do poder aquisitivo da moeda; resultado do consumo em excesso pela população.

*Os investimentos cresceram e puxaram a economia, mesmo em um ambiente de juros altos, graças ao recuo da <inflação>. (Texto 1)*

**infra-estrutura:** s.f. Conjunto de serviços oferecidos pelo governo (federal, estadual ou municipal) para a melhoria da estrutura pública do país, como rede de esgoto, energia, transporte, meios de comunicação etc.; responsável por unificar fisicamente o mercado interno, possibilitando o crescimento da produção para o mercado mundial.

*Encontrar uma forma de elevar os investimentos em <infra-estrutura> resultaria em um aumento anual entre 1,4% e 1,8% do PIB per capita. (Texto 2)*

**investidor estrangeiro:** s.m. Pessoa (física ou jurídica) que reside no exterior ou país estrangeiro que aplica capital em atividade produtiva, objetivando lucros a médio ou longo prazo.

*Brasil é o 5º para < investidor estrangeiro>. (Texto 50)*

**investimento:** s.m. Aplicação de capital em atividade produtiva, objetivando lucros a médio ou longo prazo.

Nota: Um investimento público indica as despesas do Governo em infra-estrutura (estradas, ferrovias, usinas etc.), com vistas ao desenvolvimento.

*Os 180 analistas e corretores de mercado, administradores de fundos de <investimentos> e jornalistas participarão da eleição, que termina no dia 26 deste mês. (Texto 144)*

**investimento estrangeiro:** s.m. Capital originado do Exterior, com objetivo de lucro, geralmente destinado a países emergentes com política econômica estável, quanto às regras de mercado, estas seguidas e cumpridas pelo governo em exercício; aplicado na aquisição de empresas, equipamentos, instalações, estoques ou interesses financeiros.

*Apesar do câmbio valorizado, dos juros altos e do crescimento inferior ao da média dos países emergentes, o Brasil foi apontado como o quinto destino preferencial de <Investimentos Estrangeiros> Diretos (IED). (Texto 50)*

**juro:** s.m. Taxa que se paga no futuro, para consumo de bem ou serviço no presente; lucro cobrado sobre o empréstimo.

Nota: No Brasil, a grande preocupação é com os juros básicos estabelecidos pelo Banco Central, cujo cálculo pode aumentar ou diminuir até o custo dos alimentos e do vestuário.

*Piora expectativa de juros. (Texto 49)*

**liberalismo:** s.m. Doutrina que defende as liberdades individuais frente ao poder do Estado (livre iniciativa, propriedade privada, livre comércio etc.) e acredita que a dinâmica de produção, distribuição e consumo de bens é regida por leis que já fazem parte do processo econômico, como a lei de oferta e procura.

*Brasil [...] o país que pratica o maior <liberalismo> nas importações. (Texto 145)*

**lucro:** s.m. Ganho líquido total (receita total menos despesas) de uma empresa. Não deve ser confundido com faturamento.

Nota: Para os neoliberais, o lucro só é possível por meio de iniciativas individuais, sem a intervenção do Estado.

*A arte de reproduzir <lucros>. (Texto 28)*

**marketing:** s.m. Setor da publicidade que envolve estudo de mercado sobre as necessidades e preferências do consumidor na disputa pela concorrência.

Nota: Indispensável na briga pela conquista de consumidores, o marketing é responsável por movimentar bilhões de dólares anuais, o que confirma o clichê “a propaganda é a alma do negócio”. Termo emprestado dos ramos de Administração e Publicidade.

*As companhias fazem isso para registrar altas vendas sem a necessidade de grandes investimentos em <marketing> e na comunicação. (Texto 142)*

**mercado:** s.m. Conjunto de transações de bens e serviços que permite a realização de trocas, normalmente reguladas pela lei da oferta e da procura, e envolve os processos de produção, distribuição, marketing, consumo etc, bem como empresas, empresários, empregadores e empregados.

Nota: No discurso neoliberal, mercado é a palavra-chave: é o que determina as regras do jogo econômico.

*O potencial da mina fez o valor de <mercado> da empresa saltar para quase 800 milhões de dólares canadenses. (Texto 129)*

**mercado de trabalho:** s.m. Relação de oferta e procura de emprego assumida por empregadores e empregados, que envolve todos os tipos de atividades econômicas e seu funcionamento está diretamente ligado ao desempenho econômico e social do país, por dele depender a distribuição de renda nacional.

Nota: Segundo a ideologia neoliberal, é obrigação do Estado garantir eficácia operacional, de modo a ampliar a participação dos indivíduos no mercado de trabalho e a competição das empresas no mundo globalizado.



*Não se trata simplesmente de incorporar os que chegam ao <mercado de trabalho> todos os anos, mas também agregar a população que hoje está desempregada, os que estão na informalidade e os que se mantêm com empregos mal remunerados. (Texto 26)*

**mercado externo:** s.m. Organização de empresários e instituições dos setores público e privado que, por métodos diversos, buscam lucrar com compra e venda de mercadorias e/ou serviços; mercado internacional.

*No <mercado externo>, o Brasil, assim como os demais países em desenvolvimento, se beneficiaram do crescimento das exportações. (Texto 21)*

**mercado interno:** s.m. Integração produtiva e comercial entre os estados e municípios do país.

Nota: O mercado nacional pode, em maior ou menor escala, contribuir para a expansão do PIB e conseqüente crescimento econômico do país.

*A proposta do Ministério da Fazenda gerou reação dos empresários, que temem redução da produção brasileira e perda de <mercado interno>. (Texto 72)*

**MERCOSUL:** s.m. Sigla de Mercado Comum do Cone Sul, conjunto de políticas integrativas entre países da América do Sul nos campos das atividades econômica, jurídica e social, que visa a garantir concorrência justa entre os Estados-membros (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela), com baixas tarifas alfandegárias, para livre circulação de bens e serviços.

*Para aumentar o fluxo de brasileiros ao país, as autoridades argentinas vão reforçar a presença em feiras de turismo no maior integrante do <Mercosul>. (Texto 34)*

**oferta:** s.f. Conjunto de bens e serviços disponíveis no mercado, aqueles que os produtores desejam vender; inversamente proporcional à alta de preços.

*Essa recuperação dá a percepção de que a <oferta> e a demanda vão crescer de forma sustentada. (Texto 6)*

**parceria:** s.f. Acordo firmado entre empresas ou países com o intuito de maior obtenção de lucro.

Nota: Um exemplo de parceria é a realizada entre os setores da economia e o Estado, quando este concede isenções tributárias àqueles pela prestação de serviços sociais. Com a ajuda de empresários, indiretamente o Estado cumpre sua função de mantenedor do bem estar social.

*Nova <parceria> vai sair do papel. (Texto 212)*

**PIB:** s.m. Sigla de Produto Interno Bruto, soma de todas as riquezas produzidas no país.

*<PIB> da indústria também é revisado para cima. Confederação estima que taxa de juros possa cair para 17,5% em três meses. (Texto 217)*

**política monetária:** s.f. Conjunto de medidas tomadas pelo governo que afetam todas as transações econômicas do país.

*A manutenção dos juros altos atrai capital especulativo e valoriza o real. Se essa <política monetária> for mantida, prejudicará a indústria de máquinas e equipamentos também no ano que vem. (Texto 75)*

**PPP:** s.f. Sigla de Parceria Público-Privada, acordo firmado entre Governo do Estado e setor privado, que envolve mecanismos de colaboração entre eles.

Nota: A escolha das empresas parceiras provém de avaliação segundo critérios de melhor desempenho no mercado.

*A falta de regras para o fundo garantidor é considerado o principal entrave para o início dos projetos de <PPP>. (Texto 114)*

**prejuízo:** s.m. Capital perdido ou a perder por uma empresa, derivado de má negociação; contrário de lucro.

*<Prejuízo> de bilhões à vista. (Texto 73)*

**privatização:** s.f. Processo de venda de uma empresa ou instituição do setor público para o setor privado, geralmente por meio de leilões públicos; desestatização.

Nota: Dentre as empresas públicas, podem constar prestadoras de serviços essenciais, como saneamento básico, e instituições públicas, como a Previdência Social. Para os neoliberais, os objetivos principais de uma privatização são obter maior eficiência, reduzir despesas e gerar recursos.

*A reviravolta acontece porque os investimentos externos realizados no período de <privatizações> maturaram, com retornos crescentes. (Texto 228)*

**produção:** s.f. Processo que disponibiliza uma oferta para o mercado; exigência do mercado para a geração de lucro.

Nota: A produção é resultado de muito trabalho realizado por empresas públicas e privadas.

*O negócio, cujos valores a empresa mantém em segredo, poderá não só garantir ativos no segmento de refino para a Petrobras, como também cinco áreas de exploração e <produção> em Angola. (Texto 219)*

**renda:** s.f. Rendimento médio do trabalhador, inversamente proporcional à inflação.

*Diante da oferta farta de modalidades de pagamento das compras de bens, e com dificuldades de adiar e planejar o consumo, o brasileiro se lançou em dívidas, causando um comprometimento crescente de sua renda. (Texto 85)*

**resultado:** s.m. Produto gerador de lucro que os trabalhadores são forçados a mostrar, pela exigência de mercado e excessiva competitividade.

*O Brasil registra um dos piores resultados entre os emergentes. (Texto 25)*

**risco:** s.m. Elemento de incerteza que pode afetar a atividade de um agente ou o desenrolar de uma operação econômica.

*Petrobras reduz <risco> de 'efeito Katrina'. (Texto 18)*

**risco país:** s.m. Indicador do grau de perigo que cada país emergente representa para o investidor.

Nota: No Brasil, o risco Brasil, com recordes de baixa quase diários, manda a mensagem para investidores de todo o Mundo de que o país não é uma opção tão segura de investimento.

*A queda na projeção da inflação, do <risco país> e da taxa básica de juros (Selic) prevista para os próximos meses abriram espaço para promover um corte na TJLP, na próxima reunião do CMN. (Texto 173)*

**salário mínimo:** s.m. Menor salário fixado por lei, a fim de garantir aos trabalhadores das classes pobres um rendimento correspondente ao mínimo vital, definido em relação a um determinado meio social.

*Os reflexos do aumento do <salário mínimo> atingiram de forma direta o orçamento. (Texto 189)*

**SELIC:** s.m. Sigla de Sistema de Liquidação e Custódia, taxa básica de juros brasileira estabelecida pelo COPOM que o governo paga pelos empréstimos que faz ao Banco Central; custo do dinheiro para empréstimos bancários.

Nota: A alta da SELIC é diretamente proporcional ao aumento do preço das mercadorias comercializadas no país, por isso inibe o consumo nacional.

*A <Selic> caiu 0,25 ponto percentual este mês, para 19,5%, mas não tirou o país da liderança do ranking de juros reais. (Texto 189)*

**setor de serviços:** s.m. Conjunto das atividades de prestação de assistência ou realização de tarefas que contribuem para a satisfação das necessidades individuais ou coletivas; componente do setor terciário da economia, junto com o comércio.

*O <setor de serviços> sofreu redução de 0,3 ponto percentual, para 2,4% na estimativa, influenciado pelos ajustamentos baseados nos resultados [...] dos segmentos de comunicações, aluguéis, instituições financeiras e outros serviços. (Texto 228)*

**setor privado:** s.m. Conjunto de atividades desenvolvidas por empresas privadas.

*Metade dos recursos virá do <setor privado> e a outra metade do governo. (Texto 37)*

**setor público:** s.m. Conjunto de empresas pertencentes ao Estado (federais, estaduais e municipais).

*Somos lenientes com o <setor público> faz uns 12 anos e isso tem de mudar. Temos de encontrar formas de caminhar para o equilíbrio [...] porque o Estado brasileiro não cabe no PIB (Produto Interno Bruto). (Texto 48)*

**tributo:** s.m. Obrigação imposta a indivíduos e empresas de recolher valores ao Estado.

Nota: Tributo é o termo genérico usado para imposto, por isso se fala em sistema tributário, carga tributária etc.

*Para este ano, a estimativa do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário é que o total dos <tributos> pagos chegue a 37,5% do PIB. No ano passado, foi 35,91%. (Texto 71)*

**venda:** s.f. Disposição de produto, empresa ou serviço a terceiros em troca de dinheiro; operação básica da economia capitalista e de livre concorrência, assim como a compra, seu inverso.

*[...] Titan Tractor, nova geração do maior sucesso de <vendas> da montadora da linha Constellation. (Texto 159)*

## CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refutando a hipótese inicial de pesquisa, não há uma terminologia neoliberal, ou seja, própria do que hoje se denomina neoliberalismo.

Tanto isso é possível, que tomamos o cuidado de chamar o dicionário-produto desta investigação de “dicionário de termos político- econômicos **no** discurso neoliberal”, e não **do, próprio, exclusivo** do discurso neoliberal. Por constituir o neoliberalismo uma escola econômica, isto é, uma ramificação da Economia, assim como o mercantilismo, o socialismo, o liberalismo entre outras escolas (segundo HUGON, 1967), com seus respectivos representantes, e pelo fato de atualmente o mundo viver valores ditados pelo neoliberalismo, o que nos tempos contemporâneos é proferido nos meios políticos, econômicos, sociais e sindicais é tido também como neoliberal.

No entanto, esse vocabulário próprio daqueles meios é figurado por termos já existentes, de épocas passadas inclusive, que adquirem novas acepções no contexto neoliberal. Ocorre, então, no uso lingüístico contemporâneo, o que a Lingüística Descritiva dá o nome de *neologismo semântico*.

Partir do pressuposto de que o mundo vive valores ditados pelo neoliberalismo não significa, então, dizer que a pesquisa revela indícios de um conjunto de termos – uma terminologia – estruturado e organizado da macroeconomia neoliberal.

Mesmo fossem indícios, seriam, como o nome sugere, apenas *marcas, pistas*. E ainda assim, para uma confirmação, seria necessária a análise de um *corpus* maior e heterogêneo, ou melhor, de mais *corpora* documentais, como a Folha Online, Estadão Online, O Globo Online entre outros tantos jornais brasileiros na versão digital, além daqueles veiculados em outras mídias, como jornal, TV, rádio etc., inclusive de divulgação internacional. É, então, uma investigação a ser prosseguida, levada adiante por mim e/ou outros pesquisadores, seja do domínio de conhecimento lingüístico, seja do domínio econômico e áreas afins.

Parece ingênuo pensar que um pequeno *corpus* pudesse dar conta de confirmar ou refutar a hipótese de uma terminologia da política econômica neoliberal estruturada e organizada. Um trabalho com outras mídias, feito por uma equipe<sup>1</sup> maior e bem organizada, levaria a um

---

<sup>1</sup> Chamamos de equipe: eu, a Orientadora, as Bancas externa e interna e os dois professores consultores, um total de

resultado, conseqüentemente, melhor fundamentado. Um estudo mais amplo e aprofundado levaria, inclusive, a uma discussão aprofundada do seguinte questionamento: o neoliberalismo foi às vias de fato no Brasil?, conforme põem em xeque alguns estudiosos da área e o que repensaria sua implantação e definiria mais claramente os campos semânticos e lexicais em que se situa, predominantemente, aquele conjunto de termos; se atualizado ou não com acepções aproximadas.

É preciso ainda ressaltar, e aqui são consideradas especificamente as matérias do jornal analisado, JB Online, que a caracterização neoliberal desafia o caráter objetivo e informativo do texto de imprensa, demonstra a impossibilidade de “apagar”, no termo da Análise do Discurso, totalmente os sujeitos-jornalistas, questão esta que a pesquisa não respondeu. Ela, então, pode servir de base para futuras investigações enunciativo-discursivas, especialmente se tomarmos, por exemplo, trechos como “o Brasil ainda precisa ganhar músculos” (Texto 1), “Baixo crescimento impede que desocupados sejam incorporados ao mercado” (Texto 26), “a China exibe incríveis 47%” [taxa de investimento] (Texto 25), “O Estado brasileiro precisa de uma arrumação” (Texto 48) entre tantos outros em que substantivos e adjetivos são evidenciados enquanto modeladores de discurso, deixando marcas estilísticas do jornal e seus respectivos jornalistas.

Outra dificuldade encontrada, deixada por último porque principal, podemos dizer sem dúvida, foi a elaboração do dicionário de termos inseridos no contexto neoliberal, que, a princípio, foi pensado como glossário, depois como vocabulário, devido a ambigüidades teóricas.

Justamente pela já referida caracterização neoliberal, que desafia a objetividade midiática por não conseguir alcançá-la – devido ao sujeito sempre existir por trás dos ditos e interditos, consenso a que chegaram os lingüistas contemporâneos –, é impossível formular definições sem um fundo subjetivo e em tão poucas linhas, como assevera um de meus consultores, o professor Marta; é especialmente impossível separar o capitalismo do neoliberalismo, mesmo porque este é uma ramificação daquele, como bem lembra o professor Boaventura, meu outro consultor, em um de nossos encontros.

Ideal seria um dicionário nos padrões filosóficos e enciclopédicos, que, sozinho, certamente levaria mais do que um Doutorado inteiro, levaria uma vida de leituras, para citar cada conceito entendido diferentemente pelos grandes nomes da Economia Política, pelo menos Smith, Marx, Keynes e Hayek, dos clássicos aos modernos, sem falar na influência dos dois grandes filósofos da Antiguidade, Platão e Aristóteles.

Inclusive, este trabalho inicial poderia ser aproveitado pelos estudantes de Economia e áreas afins, por meio de mais amplo suporte teórico, na tentativa de provar essa dificuldade de

delimitar o contexto neoliberal no próprio cenário político-econômico, o que definitivamente repetimos: não é uma tarefa fácil!

Enfim, há inúmeras possibilidades de se estender este estudo, o que desenvolver e melhorar esta investigação que ora chega ao fim.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In SADER, E; GENTILI, P. (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. pp. 9-23.
- ARAÚJO, J. C. R. de. A conversa na web: o estudo da transmutação em um gênero textual. In MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. dos S. (orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BARBOSA, M. A. Terminologia Aplicada: teorias, práticas e desenvolvimento técnico-científico. In **58a. Reunião Anual da SBPC**, Florianópolis - SC, 2006.
- \_\_\_\_\_. Sistema conceptual e sistema terminológico. In **TradTerm: Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia (CITRAT)**. v.7. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 2001. pp. 71-94.
- \_\_\_\_\_. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, Terminografia, identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação. In **Anais do II Simpósio Latino-americano de Terminologia, I Encontro Brasileiro de Terminologia Técnico-Científica**. Brasília: Universidade de Brasília, 1990. pp. 152-158.
- \_\_\_\_\_. Dicionário, Vocabulário, Glossário: concepções. In **Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia (CITRAT)**. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP. 15 p. no prelo.
- BIDERMAN, M. T. C. Terminologia e Lexicografia. In **TradTerm: Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia (CITRAT)**. v.7. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 2001. pp. 1-258.
- CABRÉ, M. T. La Terminología, una disciplina en evolución: pasado, presente y algunos elementos de futuro. **Revista Debate Terminológico**, nº 1, Março 2005.
- \_\_\_\_\_. **Terminologia: teoria, métodos e aplicações**. In **Curso de Terminologia**, Universidade de São Paulo (USP), novembro 1997. 53 p. em slides de apresentação.
- \_\_\_\_\_. **La terminologia: teoria, metodologia, aplicaciones**. Barcelona: Editorial Antártida/Empúries, 1993.
- CASTILLO, R. A. **¿Cómo hacer um diccionario científico técnico?** Buenos Aires: Memphis, 1997.
- DORNBUSCH, R; FISCHER, S. **Macroeconomia**. 5.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1991.
- FERRARI, L. B. Neoliberalismo e comunicação social. In **48a. Reunião Anual da SBPC**, São Paulo, 1996.
- GENOUVRIER, E.; PEYTARD, J. **Linguística e ensino do Português**. Coimbra: Almedina, 1974.
- HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. 4.ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura: Instituto Liberal, 1987.
- HUGON, P. **Evolução do pensamento econômico**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1967. (Economistas célebres)
- KENNEDY, P. E. **Economia em contexto**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- LEBORANS, M. J. F. Campo semántico y connotación. In \_\_\_\_\_ et al. **Campo semántico y el campo conceptual: forma, sustancia y en el campo semántico-conceptual**. Madrid: Planeta, 1977.
- LERAT, P. **Les langues spécialisées**. Paris: PUF, 1995. (Linguistique nouvelle)
- LINO; MOCHO; COSTA; DESMET. Terminologia da Lexicologia e Lexicografia e da Terminologia e Terminografia. In **Dicionário de termos linguísticos**. v. II. Lisboa: Cosmos, [s/d].
- MORAES, R. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: SENAC, 2001.
- PAVEL, S.; NOLET, D. **Manual de terminologia**. Canadá: Direção de Terminologia e Normalização, Departamento de Tradução, 2002.



- PEÑA, A. O.; RUBIO, A. M.; SÁNCHEZ, A. de L. **Los mapas conceptuales en el aula**. Buenos Aires: Magisterio del Río de la Plata, 1996.
- PINTO, FREDES, & MARINHO. **Curso de Economia**: elementos de teoria econômica. Rio de Janeiro: Unilivros, 1983.
- PLATÃO. **Crátilo**. 3.ed. Belém, PA: EDUFPA, 2001. p.143-226. (Tradução de Carlos Alberto Nunes e coordenação de Benedito Nunes)
- POTTIER, B. **Linguística Geral**: teoria e descrição. Rio de Janeiro: Presença, Universidade Santa Úrsula, 1978.
- RECOMMANDATIONS RELATIVES A LA TERMINOLOGIE. Suisse: CST, 1990.
- ROBIN, R. **Linguística e história**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- RONDEAU, G. **Introduction à la Terminologie**. Québec: Gaëtan Morin, 1984.
- SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. 24.ed. São Paulo: Cultrix, 2000.
- SINGER, P. Evolução da economia e vinculação internacional. In SACHS, I; WILHEIM, J.; PINHEIRO, P. S. (orgs.). **Brasil**: um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. pp. 78-131.

## BIBLIOGRAFIA

- ALVES, I.M. (coord.). **Glossário de termos neológicos da Economia**. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 1998.
- BARBOSA, M. A. **Léxico, produção e criatividade**: processos do neologismo. 2. ed. São Paulo: Global, 1989.
- BIDERMAN, M.T.C. **Teoria linguística**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CABRÉ, M. T. **La terminologia**: teoria, metodologia, aplicaciones. Barcelona: Editorial Antártida/Empúries, 1993.
- CASTILLO, R. A. **¿Cómo hacer um diccionario científico técnico?** Buenos Aires: Memphis, 1997.
- DORNBUSCH, R; FISCHER, S. **Macroeconomia**. 5.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1991.
- DUBOIS, J. et al. **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1998.
- FIORI, J. L. et al. **Globalização**: o fato e o mito. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- GENOUVRIER, E.; PEYTARD, J. **Linguística e ensino do Português**. Coimbra: Almedina, 1974.
- GONÇALVES, R. et al. **A nova economia internacional**: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. 4.ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura: Instituto Liberal, 1987.
- HUGON, P. **Evolução do pensamento econômico**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1967. (Economistas célebres)
- KENNEDY, P. E. **Economia em contexto**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- LEBORANS, M. J. F. et al. **Campo semântico y el campo conceptual**: forma, sustancia y en el campo semântico-conceptual. Madrid: Planeta, 1977.
- LERAT, P. **Les langues spécialisées**. Paris: PUF, 1995. (Linguistique nouvelle)
- LINO; MOCHO; COSTA; DESMET. **Dicionário de termos linguísticos**. v. II. Lisboa: Cosmos, [s/d].
- MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. dos S. (orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção de sentido. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- MORAES, R. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? São Paulo: SENAC, 2001.
- MORAES, R. C. C. de (org.). **Globalização e radicalismo agrário**: globalização e políticas públicas. São Paulo: EdUNESP, 2006.

- NORTH, D. C. **Instituciones, cambio institucional y desempeño económico**. México: FCE, 1993. (Economía contemporánea)
- ORSO, P. J. **Liberalismo, neoliberalismo e educação**: Roque Spencer Maciel de Barros, um ideólogo da burguesia brasileira. Campinas, SP: [s.n.], 2003. Tese de Doutorado, UNICAMP, Faculdade de Educação.
- PAVEL, S.; NOLET, D. **Manual de terminologia**. Canadá: Direção de Terminologia e Normalização, Departamento de Tradução, 2002.
- PEÑA, A. O.; RUBIO, A. M.; SÁNCHEZ, A. de L. **Los mapas conceptuales en el aula**. Buenos Aires: Magisterio del Río de la Plata, 1996.
- PINTO, FREDES, & MARINHO. **Curso de Economia**: elementos de teoria econômica. Rio de Janeiro: Unilivros, 1983.
- PLATÃO. **Crátilo**. 3.ed. Belém, PA: EDUFPA, 2001. (Tradução de Carlos Alberto Nunes e coordenação de Benedito Nunes)
- POTTIER, B. **Sémantique générale**. Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 1992. (Linguistique nouvelle)
- \_\_\_\_\_. **Lingüística Geral**: teoria e descrição. Rio de Janeiro: Presença, Universidade Santa Úrsula, 1978.
- ROBIN, R. **Lingüística e história**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- RONDEAU, G. **Introduction à la Terminologie**. Québec: Gaëtan Morin, 1984.
- ROSSETTI, J. P. **Política e programação econômicas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1976.
- SACHS, W. (ed.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- SAUSSURE, F. de. **Curso de Lingüística Geral**. 24.ed. São Paulo: Cultrix, 2000.
- ZYLBERSZTAJN, D.; SCARE, R. F. (orgs.). **Gestão da qualidade no agribusiness**: estudos e casos. São Paulo: Atlas, 2003.

**ANEXO A**  
**MATÉRIAS PUBLICADAS NO JB ONLINE,**  
**SEÇÃO ECONOMIA, SETEMBRO DE 2005.**

[01/SET/2005]

### **TEXTO 1**

**Apesar dos juros, expansão acelera**

**Desempenho da indústria puxa avanço de 1,4% do Produto Interno Bruto no segundo trimestre**

*SABRINA LORENZI E SAMANTHA LIMA*

**RIO E SÃO PAULO** - Embalado pelo salto de vários segmentos da indústria, o Produto Interno Bruto (PIB, soma de todas as riquezas geradas no país) cresceu 1,4% no segundo trimestre na comparação com os primeiros três meses do ano, quando a economia avançou apenas 0,4%. O resultado, já previsto por especialistas, foi obtido mesmo em um ambiente de taxa básica de juros elevada - a Selic subiu de 19,25% para 19,75% no período - e acentuou o movimento de revisão para cima das expectativas de expansão para 2005. No acumulado do ano, o PIB avançou 3,4% em relação ao primeiro semestre de 2004.

A indústria apresentou expansão de 3% no período, superior ao 1,1% da agropecuária e 1,2% do setor de serviços. No trimestre anterior, a produção nas fábricas havia sofrido um recuo de 0,8%.

Do lado da demanda, o destaque ficou por conta da indústria de bens de capital (máquinas industriais) e da construção civil. A formação bruta de capital fixo (leia-se investimentos) avançou 4,5% entre abril e junho, depois de forte recuo no primeiro trimestre do ano - de 3,6% - e nos últimos três meses de 2004 - de 2,9%. Segundo o IBGE, o aumento dos investimentos reflete projetos de infra-estrutura e a retomada da construção civil. A compra de bens de capital disparou 25%. A construção civil cresceu 3,7% no segundo trimestre, ante 0,6% no primeiro trimestre.

- Não é muito em relação às taxas da indústria, mas o peso da construção civil no PIB é grande e faz diferença - avalia Rebeca Palis, gerente de Contas Nacionais Trimestrais do IBGE.

Ainda pela demanda, a economista chama atenção para o empurrão do mercado interno no PIB. As exportações continuam em alta, com aumento de 2,6%, mas a taxa está sendo anulada pelo desempenho das importações, em alta de 2,4%. O consumo das famílias expandiu-se 0,9%, depois de cair 0,2% no trimestre anterior. O consumo do governo cresceu 1,1%, depois de parou 0,3%.

- Desta vez, o setor externo praticamente não contribuiu para o crescimento. Quase todo o crescimento veio do setor doméstico, principalmente dos investimentos - analisa Rebeca.

No semestre, o crescimento de 3,4% se deve sobretudo ao petróleo, que acumulou 17,8% de aumento.

Por subsetores, o IBGE destaca o crescimento do Comércio (4%), dos Transportes (3,9%), dos Aluguéis (3,2%), das Instituições Financeiras (3,1%) e da Administração Pública (2%) - na comparação com o segundo trimestre de 2004. Por outro lado, Comunicações foi o único subsetor de serviços a apresentar queda (-2,3%).

Para a economista Cecília Hoff, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, os investimentos cresceram e puxaram a economia, mesmo em um ambiente de juros altos, graças ao recuo da inflação.

- Com a inflação menor, caem as expectativas para a taxa de juros no mercado futuro. O empresário, ao olhar esse dado, se sente mais confiante em investir - explica Cecília. - Além disso, o investimento teve um forte impulso da construção civil. Acredito que o setor tenha feito estoque de aço, no ano passado, à espera de uma alta no preço. Esse estoque foi todo usado no primeiro trimestre, o que derrubou o desempenho do segmento. Agora, com o fim dos estoques, a construção civil voltou a comprar aço e empurrou a expansão.

A Associação Brasileira de Indústria de Base (Abdib) não demonstrou entusiasmo com a expansão do setor. "Quando inserido no cenário mundial, fica evidente que o Brasil ainda precisa ganhar músculos. Precisa começar a perseguir o crescimento dos países emergentes, muito maior que o verificado por aqui nos últimos anos", alerta a entidade, lembrando que a China continua a manter taxas de crescimento médio acima de 9% por trimestre há dois anos. Para a Abdib, é necessário que o país eleve os investimentos em capacidade de produção, infraestrutura e inovação.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto, disse que o crescimento do PIB e da indústria são "positivos e auspiciosos".

- Os dados nos autorizam a manter a previsão de que o crescimento do PIB será superior a 3% e o desempenho da indústria poderá ficar próximo a 5% neste ano - avaliou.

Mas o crescimento não deve ter continuidade nos próximos trimestres, avalia o diretor-executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Júlio Gomes de Almeida. Para ele, a expansão do crédito foi o principal impulso ao consumo das famílias e, por consequência, do PIB. Almeida acredita, ainda, que o avanço dos investimentos é decorrente de um "represamento" dos investimentos por conta do aperto monetário.

A economista Cecília Hoff, da UFRJ, também vê um horizonte de desaceleração.

- O crescimento se deu em uma base de comparação muito baixa. No próximo trimestre, não terá tanta força.

*Com Viviane Monteiro*

## **TEXTO 2**

### **Cai investimento na América Latina**

*WILLIAM MCQUILLEN*

Da Bloomberg News

O crescimento da infra-estrutura na América Latina e no Caribe passa por uma desaceleração devido ao declínio dos investimentos dos setores público e privado, informou o Banco Mundial. A região teria de dobrar ou triplicar os 2% do Produto Interno Bruto (PIB) que investem no setor para alcançar o crescimento registrado por países como a China e a Coreia do Sul, segundo o relatório.

Essa tendência foi desencadeada por uma redução deliberada dos financiamentos governamentais destinados a projetos de energia elétrica, rodovias e telecomunicações, diante da escassez de recursos. A queda foi intensificada pelo declínio dos financiamentos privados: o total investido despencou para US\$ 16 bilhões em 2003, contra os US\$ 71 bilhões em 1998, estima o banco.

Encontrar uma forma de elevar os investimentos em infra-estrutura resultaria em um aumento anual entre 1,4% e 1,8% do PIB per capita dessas regiões, aponta o relatório.

- O aumento dos investimentos em infra-estrutura representa um desafio considerável para os governos da América Latina e do Caribe - avalia Marianne Fay, economista-chefe do setor de infra-estrutura para a região do Banco Mundial.

Os países da América Latina e do Caribe registraram crescimento conjunto de 5,7% em 2004. A taxa deve cair para 4,1% este ano, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI). A economia chinesa cresceu 9,5% e deve expandir-se 8,5% este ano. Cerca de 93% dos investimentos estrangeiros destinados à região são destinados a Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru.

O relatório alertou que os governos da região não devem adotar medidas extremas em sua tentativa de obter investimentos estrangeiros, como a criação de salvaguardas.

### **TEXTO 3**

#### **Greve prejudica divulgação**

Folhapress

A divulgação do indicador econômico mais importante do país, o Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país) foi afetada pela greve dos funcionários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em razão do temor de piquetes ou da interferência de manifestantes, o IBGE cancelou a entrevista coletiva para divulgação dos resultados, pela primeira vez na história do instituto.

O movimento tem adesão parcial, mas alcance nacional. Na semana passada, o IBGE também foi obrigado a cancelar a coletiva da Pesquisa Mensal de Emprego.

Os funcionários reclamam da falta de recursos, que se traduziu no cancelamento da contagem da população, prevista inicialmente para ser realizada este ano, e no Censo Agropecuário, cuja última edição é de 1996.

Os grevistas reivindicam também mudança no plano de salários e se queixam da falta de material básico como papel para impressão de relatórios e tinta para impressoras.

### **TEXTO 4**

#### **Governo comemora números**

#### **Previsão de crescimento para este ano será alterada para cima, diz Paulo Bernardo**

Sob intenso bombardeio nos últimos meses devido às revelações no campo político, o governo teve enfim uma boa notícia. E comemorou bastante. Com o resultado apresentado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o governo deverá revisar para cima a estimativa de crescimento da economia em 2005.

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, disse que o resultado do PIB do segundo trimestre (alta de 1,4% frente aos primeiros três meses do ano) aponta "uma retomada importante do crescimento".

Bernardo destacou também que o resultado é "muito positivo e animador", principalmente diante do fato de que o crescimento supera as estimativas mais recentes que apontavam para um crescimento de 1,2%. Entre os analistas do mercado financeiro, no entanto, a expectativa era de que a expansão ficaria entre 0,8% e 1,7%.

Os novos números fizeram o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) repensar a projeção do PIB de 2,8% atual para até 3,5% em 2005. O mesmo crescimento agora é esperado pela Global Invest, que até então apostava numa expansão de 3,2%.

- O resultado veio melhor do que era esperado - disse a economista da instituição Mérida Herasme Medina.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemorou o resultado ao ser informado por Paulo Bernardo. "Que continue assim", recomendou o presidente, segundo relato do ministro.

Antes da reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles - tido por muitos como algoz do crescimento, por conta dos juros - disse que a economia brasileira está num processo de "crescimento sustentado" e completou, sucintamente:

- O resultado fala por si.

Também o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, demonstrou otimismo diante do resultado do PIB.

Segundo ele, os números apontam "concretamente" para um crescimento acima dos 4% neste ano.

Segundo Furlan, o ânimo do empresariado e o crescimento do mercado interno terão peso importante para o desempenho da economia no segundo semestre, além dos dados de exportações.

O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, disse não só que o resultado divulgado pelo IBGE sinaliza uma taxa anual de crescimento acima de 3%, em 2005, como também demonstra "um momento atual positivo" que deve ser aproveitado pelo país para aprovar as reformas estruturais e microeconômicas.

- Havia uma série de preocupações sobre se a economia iria continuar crescendo, com geração de empregos. A gente está vivendo um momento bastante positivo e acho que é importante que não se perca esse momento, que pode ser usado para lidar com uma série de questões estruturais - afirma Levy.

Com Viviane Monteiro, Silmara Cossolino e Ricardo Rego Monteiro

## **TEXTO 5** **Agricultura revista**

Os efeitos da seca na safra de verão começam a refletir mais acentuadamente no PIB agropecuário. Semeada no segundo semestre de 2004 e colhida no primeiro deste ano, a safra 2004/5 perdeu pelo menos 20 milhões de toneladas em relação às previsões iniciais. Dados recentes indicam que o país colherá apenas 112 milhões de toneladas, 20 milhões a menos do que esperado.

A queda de produção foi tão forte que o IBGE teve de reduzir os números do setor no primeiro trimestre. Estimado inicialmente em 4,2% para aquele período, o crescimento ficou apenas em 2,6%, conforme novos cálculos da instituição.

No segundo trimestre, o crescimento do PIB agropecuário foi menor ainda - apenas 1,1% em relação ao primeiro. Essa taxa ficou abaixo do 1,4% do PIB médio e mostra que a agropecuária foi o setor que menos cresceu entre os analisados pelo IBGE. De janeiro a junho do ano passado, o setor agropecuário teve evolução de 5,9%. Neste ano,

**TEXTO 6****Câmbio causa prejuízo ao BC****Dólar recua puxado por crescimento da economia. Ibovespa se destaca entre as aplicações em agosto**

A apreciação do real frente ao dólar foi a principal responsável pelo prejuízo de R\$ 11,616 bilhões do Banco Central nos primeiros seis meses do ano. Em igual período de 2004, a autoridade monetária havia lucrado R\$ 2,6 bilhões.

Segundo o diretor de Administração do BC, João Antonio Fleury, como o Banco Central tem ativos em dólar, o resultado foi afetado pelo câmbio. Fleury disse que o impacto da valorização do real nas contas do banco foi de R\$ 9,3 bilhões nas contas do banco.

Ontem, na esteira do resultado do Produto Interno Bruto do país, que cresceu acima do esperado, o dólar caiu ainda mais. A moeda americana fechou em queda de 1,13%, cotada a R\$ 2,358, menor patamar em dez dias úteis.

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) também recebeu bem a notícia sobre o crescimento econômico nacional e subiu 1,6%, com 28.044 pontos e volume de R\$ 1,9 bilhão. Além disso, o Ibovespa esteve entre as melhores aplicações de agosto.

O índice rendeu 7,69% aos investidores no mês passado, enquanto o CDI (referência para fundos DI e de renda fixa) teve ganho de 1,65%. O dólar, que chegou a ter picos de alta em meio a denúncias contra o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, recuou 0,92% em agosto.

Dentro do mercado de ações, há ainda os investidores que ganharam acima do Ibovespa. Quem aplicou nos papéis da Petrobras, por exemplo, não tem do que reclamar. A ação PN da empresa disparou quase 20% no mês - boa notícia para quem aplicou parte de seu FGTS na estatal.

Apesar de o mercado de ações ter dado o melhor retorno do último mês, os fundos atrelados aos juros são o destaque no ano. Com as altíssimas taxas praticadas no país, os fundos DI (que carregam títulos que acompanham os juros) têm rentabilidade média de 12,48% em 2005. A Bovespa tem alta de 7,06% no ano. Os Certificados de Depósito Bancário (CDBs), que também são favorecidos pelos juros altos, deram retorno de até 12,47% no ano.

O avanço de 1,4% do PIB no trimestre, no entanto, não traz apenas boas notícias. Ontem, a Merrill Lynch divulgou que o resultado pode reduzir o ritmo de queda da taxa básica de juros, atualmente em 19,75% ao ano. A expectativa da corretora ficou de acordo com o observado no mercado. Ontem, as projeções futuras para os juros oscilaram entre a estabilidade e pequenas altas nos contratos negociados na BM&F. No Depósito Interfinanceiro que vence no meio de 2006, por exemplo, a taxa variou de 18,41% para 18,44%.

Mas, de forma geral, o resultado do PIB foi bem recebido pelos analistas.

- Gostei dos números, vieram um pouquinho acima do esperado, já que a crise deixa as previsões mais pessimistas - disse Roberto Troster, economista-chefe da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban).

Na última pesquisa do Banco Central com instituições financeiras, divulgada anteontem, a previsão média do mercado para a expansão do PIB doméstico no ano foi mantida em 3%.



- A média das previsões deve subir um pouco - disse Troster, que, no entanto, manteve sua previsão de crescimento entre 3,5% e 4% para este ano.

Para Adalto Lima, economista-chefe do banco West LB, a retomada dos investimentos mostra a confiança positiva dos empresários.

- Essa recuperação dá a percepção de que a oferta e a demanda vão crescer de forma sustentada - ressaltou.

## **TEXTO 7**

### **PIB americano decepciona**

### **Preço da gasolina limitou avanço no segundo trimestre**

*COURTNEY SCHLISSERMAN E JOE RICHTER*

Da Bloomberg News

O crescimento econômico dos Estados Unidos ficou abaixo do esperado e desacelerou para a taxa anualizada de 3,3% no segundo trimestre deste ano após os consumidores, atingidos pela alta dos combustíveis, terem adotado uma redução de gastos maior do que a prevista pelo governo americano.

No mês passado, a projeção para o PIB era de crescimento de 3,4%, enquanto nos primeiros três meses do ano o avanço foi de 3,8%.

Além disso, este mês, o Chicago PMI, índice que mede o nível de atividade industrial dos EUA, registrou a primeira contração desde abril de 2003. Segundo a Associação Nacional dos Gerentes de Compras de Chicago, responsável pelo índice, o Chicago PMI caiu para 49,2 pontos em agosto, contra 63,5 pontos em julho. O resultado representou o maior declínio já registrado pelo indicador entre dois meses.

Uma das reações imediatas ao resultado do PIB foi o comportamento dos títulos do Tesouro dos EUA, cujos retornos deram ontem o primeiro sinal de inversão na curva, algo que, segundo analistas, costuma ocorrer antes de uma recessão.

Os títulos com vencimento em dois anos fecharam com retornos maiores que os títulos com vencimento em três anos, enquanto o normal é que, quanto mais longo o prazo, maior seja o retorno.

E como o preço dos combustíveis foi fator determinante para o comportamento acanhado do PIB, a mercado ontem ficou de olho nas cotações do petróleo. Na Bolsa de Nova York, o barril chegou a ser negociado a US\$ 70,65, mas fechou valendo US\$ 68,94, queda de 1,25%, em razão da decisão do governo de fazer empréstimos de petróleo da reserva estratégica para manter a produção de gasolina e de outros destilados. O recuo da commodity contribuiu para animar as bolsas, que fecharam em alta a despeito do anúncio do crescimento econômico.

Com isso, o índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, subiu 0,66%, com 10,481 pontos, enquanto o Nasdaq, da bolsa eletrônica, avançou 1,05%, com 2.152 pontos.

## **TEXTO 8**

### **Vitória nos EUA traz alívio à Varig**

### **Empresa mantém aviões ameaçados de arresto e ganha apoio de juízes brasileiros para pôr em prática plano de reestruturação**

*RAFAEL ROSAS*

A Varig ganhou tempo para prosseguir com o processo de recuperação judicial sem grandes abalos em sua estrutura operacional. A companhia, que tem até 12 de setembro para apresentar à Justiça brasileira um plano de reestruturação, evitou ontem o arresto de quatro aviões alugados à International Lease Finance Corporation (ILFC) por pelo menos três semanas. Para tanto, terá que depositar US\$ 6 milhões na conta da empresa americana até 20 de setembro, correspondentes ao aluguel de aeronaves em julho e agosto.

Para o presidente da Varig, Omar Carneiro da Cunha, a posição da Justiça americana é semelhante à do Judiciário brasileiro, que se empenha na reestruturação da empresa.

- O juiz entendeu a necessidade da empresa. Esses aviões são importantes e nós vamos nos esforçar para mantê-los - afirmou.

A decisão foi do juiz da corte de falências de Nova York, Robert Drain, que analisava um pedido de retomada das aeronaves por parte da ILFC que, no total, possui 11 aparelhos - cinco boeings 737 e seis 757 - arrendados à empresa brasileira.

A Varig se comprometeu ainda a pagar as custas do processo e a não atrasar as próximas parcelas de pagamento.

A venda da VarigLog ao fundo Matlin Patterson por US\$ 88 milhões foi considerada pela Varig como de extrema importância para honrar pagamentos correntes e regularizar o fluxo de caixa da companhia, que sofreu um abalo estimado por Carneiro da Cunha em US\$ 90 milhões depois do pedido de recuperação judicial. Desta forma, a liminar concedida pela 19ª Vara do Trabalho esta semana arretando os bens da VarigLog e impedindo na prática a negociação com o Matlin Patterson caiu como uma bomba na empresa aérea. A direção da Varig contava com os US\$ 88 milhões para saldar as despesas operacionais, de manutenção e os salários atrasados.

A empresa recebeu ontem importante apoio da comissão de juízes que, juntamente com Alexander Macedo, titular da 8ª Vara Empresarial do Rio, analisa o processo de recuperação da Varig.

Macedo e os juízes Luiz Roberto Ayoub, Márcia Cunha Silva Araújo de Carvalho e Cezar Augusto Rodrigues Costa vão enviar um ofício à juíza Giselle Bodim Ribeiro, que concedeu a liminar que arrestou os bens da VarigLog. O objetivo do documento será esclarecer que mesmo as subsidiárias que não entraram na recuperação judicial compõem o processo de reestruturação "e não podem sofrer medidas constritivas".

Em nota, o juiz Ayoub informou que "nenhum juiz dessa comissão indeferiu a venda da VarigLog. Apenas se postergou a decisão para se checar outras alternativas".

- Esperamos que a liminar caia. Não queremos pintar a sede da Varig, nem comprar um carro para a presidência. Temos uma necessidade imediata de US\$ 30 milhões para pagar não apenas a ILFC, mas outros credores, além de manutenção e salários de funcionários - ressaltou Carneiro da Cunha.

## **TEXTO 9**

### **Petrobras minimiza alta do petróleo**

*RICARDO REGO MONTEIRO*

Mesmo com o aumento da cotação internacional do petróleo para US\$ 70, a Petrobras manterá inalterada a política de preços dos combustíveis, que procura evitar a transferência da volatilidade das cotações no exterior para as companhias. O diretor de Área Financeira da empresa, Almir Bastos, justifica sua postura com a neces-

a cada US\$ 5 de variação do barril, a estatal tem aumentado em US\$ 2,5 bilhões sua geração de caixa. Segundo ele, o aumento da produção interna tem compensado financeiramente a empresa.

Para Barbassa, a alta recente dos preços internacionais deve-se exclusivamente aos efeitos do furacão Katrina, que incluem a parada da produção das plataformas e a suspensão das operações das refinarias da Louisiana. Segundo o executivo, porém, o anúncio de anteontem da Arábia Saudita, que prometeu aumentar em mais de 1 milhão de barris/dia sua cota de produção, deverá contribuir para o recuo das cotações.

- Isso (o aumento da Arábia Saudita) tranqüiliza o mercado, mas é difícil saber aonde os preços vão chegar. Há crescimento real da demanda mundial - disse Barbassa.

Com relação à maior geração de caixa da empresa, o executivo revelou que, entre a metade de 2004 e meados deste ano, os preços da empresa aumentaram 40% em dólar. Tal fato, segundo ele, contribuiu para o resultado financeiro do primeiro semestre. A tendência, segundo ele, é de novos resultados positivos este ano.

O gerente executivo da Área de Exploração e Produção da Petrobras, José Luiz Marcusso, anunciou que a companhia não só reduzirá, já na próxima semana, o volume total de gás natural que é queimado durante o processo de produção de petróleo, como fixou meta de 10%, para 2006, da proporção de queima do insumo.

Segundo reportagem publicada pelo **JB** no domingo, entre maio do ano passado e maio de 2005, o volume de gás queimado aumentou de 3 milhões de metros cúbicos por dia para 10,1 milhões de metros cúbicos. Marcusso atribuiu o aumento ao defeito, já solucionado, em um compressor instalado em Urucu (AM) e afirmou que a queima voltará ao patamar anterior.

[02/SET/2005]

#### **TEXTO 10**

##### **Crescimento eleva importações**

##### **Incentivada por real forte, aquisição de máquinas industriais puxa recorde de compras no exterior**

*DIMALICE NUNES*

**BRASÍLIA** - A valorização do real frente ao dólar levou as importações a um volume recorde em agosto. As compras realizadas pelo país no exterior atingiram a marca de US\$ 7,676 bilhões, avanço de 27% em relação ao patamar verificado em junho. As exportações cresceram em ritmo bem menor, 2,6%, mas também foram recordes para um mês - US\$ 11,348 bilhões no período. Apesar da ameaça ao superávit comercial - e, conseqüentemente, às contas externas - as importações revelam dados alentadores: o indicador avançou puxado pela aquisição de bens de capital (máquinas e equipamentos para a indústria) e combustíveis, que indicam retomada do crescimento econômico.

O superávit comercial chegou a US\$ 3,672 bilhões no mês passado, acima dos US\$ 3,434 bi de agosto de 2004, mas abaixo dos US\$ 5,012 bilhões de julho. O resultado eleva o acumulado de janeiro até agora para US\$ 28,348 bilhões. As vendas ao exterior acumulam US\$ 76,086 bilhões, avanço de 24% na mesma comparação. As importações ficaram em US\$ 47,738 bilhões, um aumento de 21% em igual período.

Nas importações, as compras de combustíveis aumentaram 65%; de bens de capital, 35,2%; de bens de consumo, 27,9%; e de matérias-primas, 18,9%. Com a desvalorização do dólar frente ao real, esperava-se que as importações de bens de consumo avançassem. No entanto, a participação dos bens de capital na pauta de

importação cresceu de 19,3% de janeiro a agosto de 2004 para 20,6% no mesmo período desse ano, enquanto a de bens de consumo permaneceram em 11%.

- Nos próximos meses, as importações de bens de consumo devem ficar estáveis enquanto as de bens de capital devem continuar crescendo - aposta o secretário-interino de comércio exterior do Ministério do Desenvolvimento, Armando Meziat. Segundo ele, contribuíram para o recorde nas importações o preço de petróleo, a taxa de câmbio e o crescimento da economia.

A exportação de produtos manufaturados em agosto foi mais um dos recordes alcançados e chegou a US\$ 5,963 bilhões. Os produtos básicos e semimanufaturados também alcançaram marcas históricas, com US\$ 3,839 bilhões e US\$ 1,235 bilhão, respectivamente.

A corrente de comércio - soma das exportações e importações, que mede a inserção do país no comércio mundial - subiu de 27% para 30% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todas as riquezas produzidas pelo país), atingindo US\$ 19 bi, entre 2004 e 2005.

Apesar da queda no ritmo de expansão das exportações, o Ministério anunciou que revisará para cima a meta de vendas externas para 2006, de US\$ 120 bi. Este ano, o alvo é de US\$ 112 bi. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve um segundo dia de comemorações e aproveitou para afirmar que o resultado das exportações "não é nada ruim", durante a solenidade de criação do novo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Lula aproveitou para alfinetar o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Paulo Skaf, contumaz crítico da manutenção do real forte, que estava presente.

- Eu fico imaginando o Skaf pensando, imagina se o câmbio estivesse uns R\$ 2,70, R\$ 3, como é que seria melhor - comentou.

*Com Folhapress*

## **TEXTO 11**

### **Palocci comemora expansão**

*SILMARA COSSOLINO*

**BRASÍLIA** - O ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, comemorou ontem a expansão do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas pelo país) no segundo trimestre, de 1,4%. O ministro, que participou do Fórum Especial promovido pelo Instituto Nacional de Altos Estudos - cujo tema era reforma das instituições brasileiras -, disse mais uma vez que o país não pode ficar paralisado por conta da crise política. Ele afirmou, ainda, estar seguro de que o país tem condições de fazer os ajustes necessários para consolidar sua trajetória de crescimento.

- A expansão do PIB confirma que estamos diante do melhor crescimento das últimas décadas - afirmou Palocci, acrescentando que o equilíbrio fiscal manterá os investimentos no país. - Os investimentos estão sendo realizados de forma elevada e vão assegurar uma trajetória de crescimento sustentável, acompanhado pela queda do desemprego - concluiu.

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Guido Mantega, declarou que o país conseguirá superar a crise política sem afetar a economia graças à conjuntura positiva.

- A crise de hoje é diferente das enfrentadas nos anos de 1963 e 1964, porque se dá em contexto de sólidos alicerces sociais, políticos e econômicos - afirmou Mantega, que chegou a apostar em uma expansão de 5% em 2006. - O segundo semestre será melhor que o primeiro e passará para 2006 com uma economia em plena efervescência.

#### **TEXTO 12**

##### **INSS anuncia recadastramento**

##### **Censo da Previdência começa em novembro e 2,6 milhões serão chamados na 1ª fase**

**BRASÍLIA** - O recadastramento dos aposentados e pensionistas do INSS começa em novembro. A informação foi anunciada ontem pelo ministro da Previdência, Nelson Machado, que revelou uma expectativa de que 2,6 milhões de beneficiados participem da primeira fase do censo.

Neste primeiro momento, apenas os beneficiados notificados deverão atualizar o cadastro. Eles serão informados por três avisos, emitidos quando o aposentado ou pensionista for sacar o benefício no banco. A primeira fase do censo segue até fevereiro.

Junto com o aviso, será emitido um impresso com os documentos exigidos para a realização do recadastramento - CPF, identidade, comprovante de residência e os facultativos número de identificação do trabalhador (NIT) e o título de eleitor. O censo será feito na agência bancária onde o segurado saca o benefício. Em caso de segurados que não podem ir à agência, um representante legal deve se apresentar no banco com os documentos exigidos.

- Depois da apresentação de documentos, um servidor do INSS irá até a residência do aposentado ou pensionista - afirmou Machado.

Os que não comparecerem serão avisados ainda por carta registrada enviada pelo correio e por edital. Se em 90 dias não houver resposta, o benefício será suspenso e só será restabelecido com a presença do segurado em um dos postos do INSS, com os documentos necessários.

Em março, o INSS convocará outros 13,1 milhões de aposentados e pensionistas para recadastramento. A forma de comunicação será a mesma da primeira fase e a previsão de término é em dezembro.

Conforme adiantou o JB na série Choque de Gestão, o ministério busca fazer o recadastramento para combater as fraudes, que respondem por 20% dos benefícios pagos, o que este ano deve chegar aos R\$ 29 bilhões.

#### **TEXTO 13**

##### **Suspensas ações com Instituto**

**BRASÍLIA** - A criação da Super-Receita - estrutura que resultou na fusão da Secretaria de Receita Previdenciária com a Receita Federal - fez o Tribunal Superior do Trabalho suspender por 60 dias a tramitação de processos em que o INSS aparece como parte do caso. Ficaram de fora da determinação liminares e outras medidas que exijam solução urgente.

A suspensão foi decidida em função da MP (Medida Provisória) 258, que criou a Super-Receita. O artigo 3º da medida transferiu para a União a atribuição, por meio da Receita Federal, de arrecadar, fiscalizar, administrar, lançar e normatizar o recolhimento de contribuições sociais. O presidente do TST, Vantuil Abdala, informou aos demais ministros que tratou do tema com o Advogado-Geral da União, Álvaro Augusto Ribeiro Costa, já que o corpo de procuradores da Fazenda Nacional, que passará a representar o INSS, pertence administrativamente à

Segundo ele, Costa pediu ao TST dados relativos aos processos envolvendo o INSS, para que possa estudar o assunto e propor providências para diminuir o o volume de recursos do instituto na Justiça.

#### **TEXTO 14**

### **Supremo reduz entrave ambiental Tribunal cassa liminar que exigia aprovação de lei específica para obras que provocassem desmatamento**

*LUIZ ORLANDO CARNEIRO*

**BRASÍLIA** - Por sete votos a dois, o Supremo Tribunal Federal (STF) cassou ontem a liminar concedida pelo presidente do tribunal, ministro Nelson Jobim, que suspendeu dispositivo da medida provisória (MP) 2166/01 que permite a retirada de vegetação de área de preservação, para obras públicas e empreendimentos de mineração, mediante autorização administrativa do gestor ambiental local. A ação, com pedido de liminar, foi proposta pelo Ministério Público Federal, que considera indispensável a aprovação de uma lei formal para a "supressão de área de preservação permanente".

A decisão tem impacto direto no setor de infra-estrutura, conforme antecipou o **Informe Econômico** em 5 de agosto. No pedido de reconsideração da liminar encaminhado ao STF, o titular da Advocacia-Geral da União (AGU), Álvaro Augusto Ribeiro Costa, apresentou uma lista de processos de emissão de licença ambiental para a construção de gasodutos que foram suspensos em função da liminar cassada ontem. O valor dos projetos varia de US\$ 172 milhões a US\$ 1,3 bilhão. Ribeiro Costa destacou ainda que dados do Ministério de Minas e Energia revelam que a paralisação desses empreendimentos poderia comprometer o abastecimento de energia elétrica do Nordeste em 2007.

Além dele, fizeram sustentações para que fosse cassada a liminar que proibiu mineração e obras públicas em área de preservação ambiental, sem lei específica, representantes dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e da Confederação Nacional de Indústria. Todos condenaram a exigência de leis específicas para quaisquer obras, diante da manutenção da obrigatoriedade da realização dos estudos de impacto ambiental em áreas de preservação permanente.

Depois do voto vencedor do relator, Celso de Mello, o ministro Jobim explicou que havia suspenso os efeitos da norma da MP, durante o recesso de julho, para que não houvesse danos ao meio ambiente, antes que o plenário do tribunal "fizesse uma análise mais aprofundada do tema". E concordou com a cassação de sua própria liminar. Foram vencidos Ayres de Britto e Marco Aurélio. Gilmar Mendes e Carlos Velloso estavam ausentes.

Segundo Celso de Mello, a suspensão da liminar não constitui ameaça de lesões graves ao meio ambiente, já que o Código Florestal, modificado pela MP, diz que "a supressão da vegetação em área de preservação permanente somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública ou de interesse social, devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto".

Concordou, assim, com a tese defendida pela AGU, segundo a qual a Constituição prevê "como sendo de definição exclusivamente através de lei a alteração e a supressão de espaços territoriais especialmente protegidos", ao mesmo tempo em que autoriza "a supressão de vegetação em área de preservação permanente".

**TEXTO 15****Governo tenta agilizar julgamento de fusões  
Projeto apresentado ao Congresso dá mais poderes ao Cade***KELLY OLIVEIRA*

**BRASÍLIA** - O governo encaminhou ontem ao Congresso Nacional o projeto de lei que reestrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC). Um dos objetivos da proposta é tornar mais ágil o julgamento de fusões e aquisições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que terá mais poder caso o texto seja aprovado. Espera-se também, com as mudanças, que o SBDC concentre esforços e pessoal na prevenção e punição de infrações à ordem econômica, como formação de cartel.

Pela proposta, as atividades de investigação, análise e julgamento serão concentradas no Cade. Segundo o titular da Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça, Daniel Krepel Goldberg, a concentração de funções no Cade reduzirá o tempo de análise das operações, já que elas passam pela SDE e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae) do Ministério da Fazenda antes de serem julgadas.

Outra alteração é a análise prévia de fusões e aquisições. No formato atual, a decisão do Cade pode ser tomada depois do fechamento do negócio. A mudança, se implementada, impedirá a repetição de casos como a compra da Garoto pela Nestlé. Dois anos depois da operação, o Cade vetou o negócio. A questão foi parar na justiça, sem uma decisão definitiva.

O projeto também reduz a quantidade de operações analisadas pelo SBDC. Hoje, são julgados atos de concentração que envolvem empresas com faturamento no Brasil superior a R\$ 400 milhões. Pelo projeto, o critério adotado é faturamento de, no mínimo, R\$ 150 milhões para a empresa que for realizar a compra e de R\$ 30 milhões para a que for comprada.

**TEXTO 16****Primeiro passo para vender VarigLog  
Justiça do Trabalho revoga liminar e negócio depende agora de aprovação da 8ª Vara  
Empresarial e da Fundação Ruben Berta***RAFAEL ROSAS*

A Varig conseguiu ontem uma importante vitória para normalizar seu fluxo de caixa enquanto se prepara para implementar o plano de reestruturação que deve ser entregue à Justiça no próximo dia 12. A juíza Giselle Bondim Lopes Ribeiro, da 19ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, revogou ontem a liminar que arrestava os bens da VarigLog e impedia a venda de 95% da subsidiária para o fundo americano Matlin Patterson, por US\$ 88 milhões.

No despacho, a juíza cita ofício da 8ª Vara Empresarial confirmando que a VarigLog integra o ativo do processo de recuperação judicial da Varig. Desta forma, a juíza reconhece que só o Juízo Empresarial pode decidir sobre a venda.

Com a queda da liminar, a venda da VarigLog depende agora da aprovação da 8ª Vara Empresarial e do sinal verde da Fundação Ruben Berta (FRB), principal acionista da subsidiária, que analisará o negócio no próximo dia 9 de setembro.

A aprovação pela Justiça da venda da VarigLog não acontecerá antes que a juíza Márcia Cunha - que faz parte da comissão que auxilia a 8ª Vara Empresarial no processo de recuperação judicial - se reúna com o juiz de falências

de Nova York, que antontem prorrogou a proteção contra arresto dos aviões alugados pela Varig. Segundo nota do Tribunal de Justiça do Rio, a juíza se reunirá com o colega americano no próximo dia 8 de setembro.

O presidente do Conselho de Administração da Varig, David Zylbersztajn, comemorou a queda da liminar que impedia a venda da subsidiária de cargas e revelou que o Matlin Patterson disponibilizará a primeira parcela de US\$ 48 milhões pela VarigLog no máximo 48 horas depois de aprovado o negócio.

- Os juízes estão seguindo uma linha muito correta e cuidadosa - disse Zylbersztajn.

A expectativa de Zylbersztajn é de que o dinheiro pago pela VarigLog - que pode chegar a US\$ 103 milhões caso a empresa faça a opção por uma operação de troca de recebíveis - normalize o fluxo de caixa da companhia aérea até dezembro, limite para implementação do plano de reestruturação.

- O valor da negociação é adequado e foi a única proposta que recebemos para capitalizar a Varig no curtíssimo prazo - ressaltou Zylbersztajn.

Segundo ele, o Matlin Patterson já sinalizou interesse em participar da reestruturação da Varig com participação em outras fatias além da VarigLog. Zylbersztajn, no entanto, disse que o fundo não chegou a citar em que outras partes da companhia poderia participar.

Para tentar convencer o Judiciário, credores e sindicalistas da necessidade da venda da VarigLog, representantes do banco UBS fizeram ontem uma apresentação sobre o fluxo de caixa da Varig.

- Tentamos mostrar que a Varig precisa de capitalização imediata - disse o advogado Marcelo Carpenter.

## **TEXTO 17**

### **Katrina eleva preços do petróleo**

O preço do petróleo fechou em alta ontem com os esforços dos Estados Unidos para compensar as perdas provocadas pela passagem do furacão Katrina. O presidente americano, George W. Bush, disse que espera que a Arábia Saudita "faça o que puder" para fornecer a commodity aos EUA. O barril do petróleo cru para entrega em outubro encerrou o dia cotado a US\$ 69,47 na Bolsa Mercantil de Nova York, em alta de 0,77%.

Mesmo com a oferta de empréstimo de petróleo da reserva estratégica, os EUA ainda têm de lidar com o risco de falta de gasolina, devido ao fechamento também das refinarias na região do Golfo do México, que ficaram inundadas no Estado da Louisiana.

Fornecedores de gasolina europeus já acertaram o envio de 20 navios com carregamentos de gasolina para os EUA desde segunda-feira para aproveitar os altos preços do combustível no país. Em alguns estados, o galão (3,785 litros) da gasolina já passou dos US\$ 3.

No Brasil, os petroleiros de Manginhos fizeram vigília na noite de ontem em frente à sede da Petrobras, no Rio de Janeiro, para tentar sensibilizar a empresa e o governo federal sobre a situação da refinaria. Eles passaram a noite no local com velas acesas para lembrar que, caso o governo não encontre uma solução para a refinaria privada, eles ficarão desempregados. Manginhos tem cerca de 500 trabalhadores.



A garantia de emprego dos funcionários acabou quarta-feira, mas a resposta à reivindicação de prorrogar por mais 30 dias a estabilidade no emprego é aguardada para a próxima segunda-feira. Os petroleiros contam com a promessa do diretor-superintendente da refinaria, Arthur Cassiano, de que não haverá demissões até lá.

A luta contra o fechamento da empresa e em defesa dos empregos começou no início de julho. O acampamento dos petroleiros na porta da refinaria completa hoje um mês. A refinaria de Manguinhos paralisou suas atividades no dia 3 de agosto, prejudicada pela defasagem nos preços dos combustíveis no mercado interno.

[03/SET/2005]

### **TEXTO 18**

#### **Petrobras reduz risco de 'efeito Katrina'**

#### **Estatal registra recorde no refino de petróleo e protege mercado interno de queda na oferta mundial de derivados causada por furacão**

*RICARDO REGO MONTEIRO*

Na semana em que o furacão Katrina destruiu plataformas e refinarias nos Estados Unidos, e afetou ainda mais o já turbulento mercado internacional do petróleo, a Petrobras anunciou o recorde no refino de petróleo do país. Ao anunciar ontem a marca de 1,828 milhão de barris por dia processados em agosto, o equivalente ao consumo nacional de derivados, o diretor de Abastecimento da empresa, Paulo Roberto Costa, confirmou que o petróleo nacional respondeu por 80% da carga refinada. Ele também lembrou que o resultado confere maior segurança ao abastecimento, no momento em que o Katrina reduziu a capacidade mundial de refino.

Embora tenha confirmado que a tragédia de Nova Orleans deva contribuir para a manutenção dos preços internacionais do petróleo no atual patamar entre US\$ 60 e US\$ 70, Costa disse que a Petrobras não reajustará agora os preços da gasolina e do diesel no Brasil. Ele afirmou que, de qualquer maneira, a companhia continua a monitorar a trajetória dos preços internacionais do barril para encontrar o melhor momento para isso.

- Não há um reajuste previsto para o curto prazo, mas em algum momento isso certamente terá que ser feito. Não cabe a mim, porém, anunciar o reajuste, mas ao presidente da companhia - disse Costa.

O recorde da Petrobras foi alcançado justamente no momento em que algumas refinarias da companhia encontram-se paradas para manutenção. O resultado tornou-se possível em virtude do processamento de 98% da carga total. O diretor da Petrobras atribuiu o resultado, no entanto, não só ao desempenho do parque refinador da Petrobras, mas também de toda cadeia de produção e logística da empresa.

- Esse foi um resultado histórico, que mostra o bom desempenho das áreas de produção, refino e logística, que atuaram de forma integrada - afirmou o diretor da Petrobras.

### **TEXTO 19**

#### **Ajuda segura cotações**

O anúncio de que a Agência Internacional de Energia (AIE) pretende enviar até dois milhões de barris de petróleo e derivados aos Estados Unidos para atenuar a crise de abastecimento no país contribuiu para segurar as cotações da commodity. O barril com entrega em outubro fechou o dia em queda de 2,73%, cotado a US\$ 67,57 na Bolsa de Nova York.

Ontem, os 26 países-membros da AIE concordaram em liberar petróleo de suas reservas estratégicas para evitar a escassez nos EUA devido aos prejuízos das refinarias e plataformas atingidas pelo furacão Katrina no Golfo do México.

Segundo a agência, os países-membros "apoiaram de forma unânime" a medida, que terá validade inicial de 30 dias, com posterior reavaliação.

"A perda de produção no Golfo do México e o considerável prejuízo à infra-estrutura das refinarias e do transporte constituem uma séria interrupção do fornecimento", anunciou a agência, em nota.

O Katrina interrompeu cerca de 90% da capacidade de produção de petróleo na região, que responde por cerca de 30% do fornecimento do produto e de um quarto da gasolina consumida nos EUA.

## **TEXTO 20**

### **Nordeste sob risco de racionamento Governo admite déficit em 2009**

O fantasma do racionamento acendeu a luz amarela do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que identificou um risco de déficit em 2009, na região Nordeste, acima do patamar aceitável de segurança, de 5%. O operador detectou a possibilidade de uma demanda de 87 megawatts (MW) médios acima da oferta do sistema na região, em 9,2% dos 2 mil cenários hidrológicos calculados regularmente. O mesmo, no entanto, não foi identificado nas demais regiões do país.

Ontem, o presidente do ONS, Mário Santos, fez questão de minimizar tais cálculos, ao ressaltar que eles não levam em conta os investimentos na ampliação da capacidade de geração do país. Além disso, acrescentou que também não incluem a solução para o impasse no fornecimento de energia da Argentina para o Brasil. Por causa do déficit de gás natural naquele país, dois contratos de fornecimento - um para a termelétrica de Uruguaiana (RS) e outro para Furnas Centrais Elétricas - não têm sido cumpridos integralmente.

Mário Santos afirmou ontem que considera improvável que tal situação persista sem solução até 2009. Além disso, afirmou que o governo, e conseqüentemente o ONS, trabalha com a perspectiva de agregar mais 8,1 mil MW ao sistema até 2009, por meio de novos investimentos públicos e privados em geração. Desse total, afirmou, apenas 1 mil MW ainda não dispõem de licenças ambientais. Diante dessa perspectiva, o ONS também recomendou providências, na última quinta-feira, ao enviar ao Ministério de Minas e Energia a revisão do Programa de Ampliação da Rede Básica (PAR).

Pelo programa, o ONS ampliou em 30% a previsão de investimentos para adequar a rede de transmissão à carga que será adicionada no período 2006-2008. O presidente do ONS informou que serão necessários R\$ 13,7 bilhões de desembolsos para a implantação, reforço e manutenção de linhas de transmissão e transformadores. Essa infra-estrutura, segundo ele, poderá ser licitada ou autorizada pelo governo. (R.R.M.)

## **TEXTO 21**

### **Juros freiam América Latina Taxas praticadas no Brasil e no México reduzirão crescimento da região este ano**

*KELLY OLIVEIRA*

**BRASÍLIA** - A economia na América Latina crescerá em um ritmo menor neste ano, devido principalmente às políticas monetárias do México e do Brasil de contenção da inflação. A informação consta do relatório anual da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) divulgado ontem. A previsão de expansão da economia na região é de 4,2%, sendo que no ano passado o resultado foi de 5,7%.

O relatório considera como prejudicial a ênfase em uma política monetária restritiva, com base na adoção de elevadas taxas de juros para perseguir os metas de inflação. Essa política é observada principalmente a partir do

segundo semestre de 2004. O relatório lembra que, no Brasil, a taxa básica de juros, Selic, estava próxima de 20% (19,75%), em junho, quando a inflação em doze meses estava entre 6% e 7%. Como resultado, aponta o relatório, foi registrada queda no nível de investimentos e de consumo, o que afetou negativamente os setores de manufaturados, construção, comércio e comunicações.

O relatório também indica que as perspectivas de redução dos juros e o aumento do salário mínimo (de R\$ 260 para R\$ 300) levam expectativa de retomada da demanda interna no Brasil, no segundo semestre deste ano. Com esse cenário, a expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todas as riquezas do país) da Unctad para este ano, no país, é de 3% contra 4,9% de 2004.

No mercado externo, o Brasil, assim como os demais países em desenvolvimento, se beneficiaram do crescimento das exportações. As vendas externas do mundo apresentaram expansão de 22,5%, em 2004, puxadas pela demanda da China e da Índia, principalmente por ferro, cobre e soja. Entretanto, esse resultado tem sido neutralizado pelo aumento das saídas líquidas de divisas dos países em desenvolvimento, através da remessa de lucros e dividendos e, no caso do Brasil, pelo dólar em queda, que vem incentivando as viagens internacionais de brasileiros. Aqui, os ganhos com as exportações representaram 0,2% do PIB, na média entre 2002 e 2004, em contraponto com as saídas de divisas, com resultado negativo médio de 0,1%, no mesmo período.

O relatório sugere que os países em desenvolvimento usem os recentes ganhos com a alta das commodities exportadas no investimento em infra-estrutura e capacidade industrial. Há ainda a recomendação de que os exportadores de commodities diversifiquem os produtos oferecidos e busquem novos mercados.

- O Brasil tem tido uma posição pró-ativa. Há uma busca de novos mercados nos últimos dez anos. A economia brasileira certamente é um dos grandes jogadores desse cenário e tem um grande potencial de ganho de apropriação de benefícios derivados deste tipo de comércio - afirma Renato Baumann, diretor do Brasil na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) das Nações Unidas.

No cenário internacional, Baumann afirmou que há desequilíbrios que precisam ser resolvidos para que haja continuidade do crescimento econômico mundial. Uma das ameaças ao desempenho mundial é a instabilidade dos preços das commodities. Ele lembra que o barril de petróleo dobrou de valor desde o final de 2002. Atualmente os preços oscilam perto da casa dos US\$ 70. Segundo o relatório, outro fator de risco são os desequilíbrios mundiais em conta corrente. Segundo o relatório, uma alternativa para que seja reduzido o desequilíbrio global é um crescimento econômico mais forte na Europa e no Japão. A previsão para o crescimento da economia mundial é de 3% neste ano, sendo que em 2004 o resultado foi de 3,8%.

## **TEXTO 22**

**Nestlé em doce espera pela Garoto**

**Interesse pela empresa brasileira resiste a relatório desfavorável do Cade sobre aquisição**

*HUGO MILLER*

Da Bloomberg News

A Nestlé, a maior fabricante mundial de alimentos, aguardará "o tempo que for necessário" para obter a permissão das autoridades reguladoras para ficar com a Chocolates Garoto, cuja compra pela multinacional, em 2002, foi vetada pelo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. A informação foi confirmada por Peter Brabeck, principal executivo da Nestlé.

Em maio passado, o juiz Itajiba Catta Preta Neto, da 4ª Vara da Justiça Federal de Brasília, concedeu liminar para suspender uma ordem do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade, autoridade antitruste brasileira), que determinava a venda da Garoto pela Nestlé após três anos de investigação sobre a aquisição. Ao anunciar sua decisão de suspender a ordem do Cade, o juiz disse que precisava de mais tempo para analisar o recurso apresentado pela Nestlé e a decisão do Cade de rejeitar esse recurso. A Garoto está sediada em Vila Velha (ES).

- A Garoto é uma marca local muito forte e bem estabelecida no mercado. Eu não tenho pressa - disse Brabeck em entrevista concedida em Pequim, na China.

A investigação do processo de aquisição pelas autoridades brasileiras foi desencadeada por reclamações da Cadbury Schweppes e da Kraft Foods. As empresas alegavam que, com a aquisição da empresa brasileira, a Nestlé passaria a controlar uma fatia muito grande do setor de chocolates e doces no país. Entre as marcas de chocolate fabricadas pela Nestlé estão a KitKat, a Smarties e a Aero.

A Nestlé, sediada em Vevey, na Suíça, não divulga oficialmente quanto pagou pela empresa cabixaba. Segundo relatório do Cade, a Garoto valeria R\$ 556 milhões (US\$ 226 milhões).

- A Garoto está crescendo muito bem e ganhando valor - disse Brabeck.

Ontem, as ações da Nestlé apresentaram queda de 2,25 francos suíços, ou 0,6%, passando a valer 351,75 francos suíços. Mas os papéis da empresa tiveram valorização de 18% este ano, o que elevou o valor de mercado da Nestlé para 142 bilhões de francos suíços.

Em sua decisão de 4 de fevereiro passado, o Cade demonstrou ter acolhido as argumentações dos concorrentes, ao dizer que a compra da Garoto daria à Nestlé um controle muito grande do mercado de chocolates e doces brasileiro, mesmo após a empresa suíça ter vendido algumas de suas marcas e outros ativos depois da conclusão da aquisição. François Perroud, porta-voz da Nestlé, disse que a oferta da empresa suíça de vender marcas de chocolate brasileiras - medida que deixaria a empresa com uma fatia de aproximadamente 38% do mercado do país - nunca foi devidamente considerada.

A Mars - dona da marca M&M - teria demonstrado interesse, na semana passada, em comprar a Garoto caso a Nestlé seja obrigada pelo Cade a vender a empresa.

### **TEXTO 23**

#### **UE acusa cervejarias de fixar preços na Holanda InBev, Heineken e Royal Grolsch podem ser multadas**

*MATTHEW NEWMAN E GABRIELLE MONAGHAN*

Da Bloomberg News

As autoridades européias acusaram as cervejarias InBev (associação entre a brasileira Ambev - dona das marcas Skol, Brahma e Antarctica - e a belga Interbrew), Heineken e Royal Grolsch de formação de cartel na Holanda. Se confirmada a acusação, as empresas poderão ser multadas. A Comissão Européia, o braço executivo dos 25 países que compõem a União Européia (UE), enviou petições às empresas alegando a fixação dos preços em supermercados, hotéis e restaurantes entre 1996 e 1999.

- Cervejarias concorrentes combinaram a fixação de preços, dividiram os clientes entre si, discutiram as condições com clientes individuais e compartilharam informações sobre o mercado - disse Jonathan Todd, porta-voz da

A comissão já havia investigado a fixação de preços por parte de cervejarias como a InBev, sediada em Leuven, na Bélgica. Essas investigações resultaram em multas no valor de 91 milhões de euros (US\$ 114 milhões) na Bélgica, 2,5 milhões de euros na França e 448 mil euros em Luxemburgo.

- Nosso departamento legal estudará as objeções detalhadamente - disse Gijsbert Siertsema, da Heineken.

A Interbrew Nederlands, divisão da InBev, recebeu a petição de objeção da comissão, disse Antal van Pelt, porta-voz da unidade em Breda, na Holanda. Segundo ele, as acusações estão relacionadas a uma investigação da comissão iniciada em 2000.

- Esse é o relatório final. A lista de objeções é a conclusão de uma investigação que durou cinco anos - disse.

Em comunicado, a Grolsch disse que estuda a notificação. A empresa, sediada em Enschede, na Holanda, recusou-se a fazer mais comentários. A assessoria de imprensa da Bavaria preferiu não fazer comentários. A holandesa Bavaria é a fabricante das cervejas Bavaria e Moreeke.

#### **TEXTO 24**

##### **Justiça recebe proposta pela Varig**

##### **Nova oferta pela empresa aérea é de US\$ 360 milhões**

*RAFAEL ROSAS*

A 8ª Vara Empresarial, responsável pelo processo de recuperação judicial da Varig, recebeu ontem mais uma proposta de um grupo interessado na empresa aérea. Integrantes do escritório Boucinhas & Campos e o agente Jaime Toscano apresentaram um plano de recuperação que engloba o desembolso de um total de US\$ 360 milhões em um ano. Os nomes dos investidores, de Portugal, Espanha e Itália, não foram revelados.

A proposta é semelhante ao plano apresentado em abril, antes de a companhia aérea entrar em recuperação judicial. Do total, US\$ 60 milhões seriam pagos 20 dias depois da assinatura do contrato, enquanto os US\$ 300 milhões restantes cairiam na conta da Varig ao longo de 12 meses. O desembolso seria considerado um empréstimo, que teria como garantia as ações da empresa aérea.

O plano já havia sido detalhado aos sindicatos do setor em uma reunião na quarta-feira. Segundo a presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Graziella Baggio, Toscano teria se comprometido a atualizar o plano em relação às mudanças ocorridas na Varig depois do pedido de recuperação judicial para depois mostrá-lo de novo. Em vez disso, apresentou ontem a proposta à 8ª Vara Empresarial.

- Não sabemos quem são estes investidores e temos dúvidas sobre a garantia dos empregos - disse Graziella.

O presidente do Conselho de Administração da Varig, David Zylbersztajn, disse que a empresa não foi oficialmente comunicada sobre a proposta.

Para o advogado Marcelo Carpenter, a nova oferta pode significar uma reviravolta na venda da VarigLog.

- Se a proposta for séria, agrega inclusive valor à companhia e, caso seja mais atraente, pode mudar o processo - afirmou.

[04/SET/2005]

**TEXTO 25****A conta da crise política****Turbulência custa um ponto percentual de crescimento ao país, que se mantém na lanterna entre os emergentes**

MARIANA CARNEIRO

Se a economia caminha com as próprias pernas rumo ao crescimento neste ano, em um horizonte mais longo, os efeitos da crise política ajudam a minar a expansão do país. Neste ano, apesar da comemoração do governo, o Brasil registra um dos piores resultados entre os emergentes. China, Índia, Rússia - os demais Bric's (prováveis potências daqui a 30 anos, além do Brasil) - registram expansão de 9,5%, 7% e 5,2%, respectivamente. O resultado brasileiro ficou nos 3,9% no primeiro semestre. A paralisação da agenda de reformas, além do já conhecido baixo nível de poupança e investimentos, fará com que o país estacione, na melhor das hipóteses, nos 3% nos próximos anos.

Segundo estimativa da Consultoria Tendências, se o cenário negativo for confirmado, será desperdiçado um esforço de expansão de cerca de 1 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB). Ou seja, em vez de crescer até 4% ao ano, o país não passará dos 3%. E não se trata apenas de uma questão numérica. Segundo estudos do economista da Unicamp, Cláudio Dedecca, para incluir a população que chega ao mercado de trabalho e também os desempregados, seria necessário que o país mantivesse uma taxa de crescimento de 7% ao ano por cerca de uma década.

Os fatos que explicam ser o Brasil um dos lanterninhas entre os emergentes em termos de expansão são conhecidos e o mais contundente deles é o baixo investimento. Se a produção não cresce, cabe ao Banco Central esfriar o consumo em excesso (a inflação) com um remédio conhecido: juros altos. E o círculo vicioso se fecha.

- O efeito silencioso da crise política é a postergação dos investimentos. O Brasil, que finalmente reencontra uma expansão, está sendo condenado ao baixo crescimento quando comparado com outros emergentes de peso. São os efeitos nefastos da crise - avalia Roberto Padovani, sócio da Tendências.

Embora o resultado do segundo trimestre mostre avanço de 4,5% nos investimentos frente os primeiros três meses do ano, o esboço de reação não dá conta das necessidades de expansão em larga escala. Enquanto o Brasil tem uma taxa de investimento de cerca de 20% do PIB, a China exhibe incríveis 47%.

- O efeito de recuperação no trimestre era esperado depois de duas quedas consecutivas. O investimento voltou agora, mas ainda não no mesmo nível de antes (*segundo trimestre do ano passado*). Além disso, os rumores da crise política ainda estavam começando em junho - opina o estrategista-chefe do BNP Paribas no Brasil, Alexandre Lintz. - A boa notícia é que o câmbio valorizado (dólar fraco) vem contribuindo para que haja compra de máquinas importadas. Mas isso não é sustentável a longo prazo. É difícil acreditar que a vantagem vai se manter por muito tempo.

Segundo Padovani, o principal motivo para o crescimento seguir amarrado é o atraso na agenda de reformas institucionais, como a tributária e a independência do Banco Central, e regulatórias, incluindo as regras para fazer deslanchar as Parcerias Público Privadas (PPPs), carro-chefe das propostas do governo para a retomada de grandes obras de infra-estrutura. A menos de três meses para o fim de 2005, as negociações avançam a passos lentos e, segundo estimativa do vice-presidente executivo da Associação Brasileira de Desenvolvimento da Indústria de Base (Abdih) Ralnh Terra Lima os primeiros editais só ficarão prontos no ano que vem

**TEXTO 26****Emprego é a primeira vítima****Baixo crescimento impede que desocupados sejam incorporados ao mercado***MARIANA CARNEIRO*

Para reencontrar o nível de emprego e renda vistos no início dos anos 80, o Brasil deveria experimentar pelo menos 10 anos de crescimento expressivo e sustentado, algo, segundo estima o professor Claudio Dedecca, da Unicamp, entre 6% e 7% ao ano.

- Não se trata simplesmente de incorporar os que chegam ao mercado de trabalho todos os anos, mas também agregar a população que hoje está desempregada, os que estão na informalidade e os que se mantêm com empregos mal remunerados. Portanto, não basta crescer um ou dois anos - explica.

No ano passado, afirma o economista, o crescimento de 4,9% no Produto Interno Bruto (PIB) registrado pelo país - apesar de robusto perto do observado nos anos recentes - foi incapaz de incorporar todo esse contingente de trabalhadores. Segundo cálculos de Dedecca sobre dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, enquanto foram criadas 1,5 milhão de vagas com carteira assinada, a população economicamente ativa (PEA) foi acrescida em cerca de 2 milhões de indivíduos.

- A expansão observada mal cobre o crescimento da PEA. Daí a sensação de que o mercado de trabalho não melhorou. A maioria das pessoas segue dependente de um emprego precário e quando se fala em crescimento é constante ouvir a pergunta: "cresceu onde?" - esclarece Dedecca.

A perspectiva para este ano não será das melhores neste campo. Apesar de uma taxa de expansão estimada em 3,5% em 2005, segundo previsão do governo - o que já é comemorado -, a geração de emprego ficará no meio do caminho.

Segundo o economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Marcelo d'Ávila, o segundo semestre não terá o mesmo comportamento favorável no mercado de trabalho observado na primeira metade do ano, quando comparado a igual período do ano passado.

- O resultado dos últimos 12 meses encerrados em julho mostra uma queda substancial na geração de vagas com carteira, de um patamar de 647 mil postos de trabalho em junho para 445 mil. Não haverá uma expansão nos mesmos moldes do ano passado - prevê o economista, que pondera, no entanto, que a geração de vagas temporárias para o Natal aplacará parte da demanda por emprego.

Além da geração de vagas, há o desafio de garantir renda. Para melhorar o nível dos salários dos trabalhadores, segundo estima Dedecca, o ideal seria que a cada 1% de expansão no PIB, fossem criados 0,5% de novos postos de trabalho. No ano passado, enquanto o PIB cresceu perto de 5%, a geração de vagas aumentou 6%.

- Não é possível que a expansão do emprego seja maior do que a do PIB. O efeito acaba produzindo um encolhimento do rendimento. É o mesmo volume de recursos dividido por mais pessoas. Não há milagre na economia - diz.

**TEXTO 27****Juros não caem sem reformas**

Mais do que baixar a famigerada taxa de juros, eleita arquiinimiga de muitos empresários, promover mudanças estruturais geram resultado mais palpável a longo prazo, sugerem economistas. Nesse ponto é que se explica a

preocupação com a crise política. Mais do que denúncias contra a equipe econômica, os analistas econômicos esboçam preocupação com a paralisia das reformas no Congresso.

- Os efeitos da turbulência se dão em um timing diferente do que no passado recente. Quando o Congresso ajuda, melhor é a atratividade de investimentos. Portanto, embora não se observe choques nos prêmios, juros e câmbio, pensa-se no que poderia ser conseguido se houvesse uma coordenação política eficaz - diz Roberto Padovani.

- Não houve nenhuma decisão importante em relação aos marcos regulatórios nos últimos meses. Assim, terá que ser mantida uma taxa de juros real (descontada a inflação) de dois dígitos - ensaia uma tabela Alexandre Lintz.

Para ele, a carga tributária muito elevada e um sistema financeiro pouco desenvolvido são os responsáveis pelo baixo nível de poupança e investimentos. A absorção de recursos pelo Estado limita o volume de recursos disponível para o setor privado. Além disso, não há oferta de papéis de mais longo prazo no país, o que piora o nível de poupança.

- Os títulos mais longos têm cinco anos. Sem opção no mercado, as empresas dependem exclusivamente de recursos estatais, que são mais burocráticos e não atendem totalmente a necessidade dos tomadores. (M.C)

#### **TEXTO 28**

##### **A arte de reproduzir lucros**

##### **Consumidor paga 20% mais por produtos associados a grandes nomes da pintura e da escultura, aponta pesquisa**

*BRUNO ROSA*

O licenciamento com grandes nomes das artes plásticas começa a ganhar contornos fortes no Brasil. Linhas de perfumes, jóias e canetas estampando obras de Portinari, Victor Brecheret, Salvador Dali e Miró conquistam as prateleiras com um detalhe: os consumidores, de acordo com pesquisas, estariam dispostos a pagar até 20% mais por um produto que leve a marca de um grande artista.

Um dos primeiros nomes ao qual os fabricantes recorreram foi o do pintor modernista Candido Portinari. Através da Portinari Licenciamentos, os trabalhos com grandes empresas de consumo começaram há cerca de dez anos. Hoje, João Candido Portinari, filho do pintor brasileiro morto em 1962, comemora os resultados de uma parceria com a Amsterdam Sauer, o Boticário e uma linha de cerâmicas da Cecrisa, empresa do Sul do país.

Além disso, no próximo mês, o nome de Portinari será associado a uma marca de café de uma grande rede de supermercado, uma empresa de tinta e um empreendimento imobiliário. Também será acertada uma parceria com uma montadora e com uma empresa de alimento. Segundo pesquisa feita pela Interbrand, a marca Portinari revela valores como brasilidade, maestria, amor a vida e beleza. Por isso, os consumidores pagariam mais por um produto com o selo do artista.

- Tomamos todo o cuidado quando fazemos uma parceria. A assinatura de Portinari tem de ser preservada, a embalagem do produto também segue critérios rigorosos, assim como a campanha publicitária. Por isso, priorizamos empresas líderes de mercado. Os contratos, por exemplo, são feitos sempre visando a preservação artística das obras - diz João Candido Portinari, diretor da empresa de licenciamentos.

Para ele, a pesquisa feita pela Interbrand foi importante para dimensionar os atributos do artista e assim buscar novas parcerias.



A vasta temática social, histórica e religiosa presente na obra de Portinari permite a associação com diversos produtos. É assim com as jóias e material de escritório feitos pela Amsterdam Sauer, que acaba de lançar uma linha de ouro branco inspirada nas obras *Cirandas* e *Balão*. É assim com o perfume lançado há duas semanas pelo Boticário, cuja embalagem é inspirada na obra *Sete cavalos* e consumiu investimentos superiores a R\$ 2,5 milhões.

- A idéia é que o consumidor faça a releitura da obra em um objeto de uso pessoal. A linha de jóias do artista tem se mostrado um sucesso entre o público. Por isso, teremos mais linhas no futuro - explica Daniel Sauer, diretor da Amsterdam Sauer.

### **TEXTO 29**

#### **Brecheret ganhará linha de produtos**

Na avaliação de Eliane Simões, diretora de marketing do Boticário, um licenciamento clássico ajuda, e muito, na vendagem. No entanto, são necessários cuidados na hora de escolher um artista.

- Nossas marcas têm valores comuns, e nossa relação é de contribuição mútua. Falo da valorização da cultura brasileira e do serviço que o Boticário pode prestar à sociedade divulgando a obra do pintor, contribuindo para preservar a nossa memória cultural, que é também o objetivo principal do Projeto Portinari. É nesse serviço que se encontra o valor que a marca Portinari agrega ao produto do Boticário - explica Simões, lembrando que a Portinari é uma das linhas mais bem-sucedidas da empresa de cosméticos.

A executiva lembra que todo o produto tem de ser desenvolvido com cuidado para não destoar das obras de um artista.

- Creio que o crescimento nas vendas se deva ao composto de marketing como um todo: um bom design, uma boa fragrância, uma boa marca, um preço adequado, esforços promocionais e de divulgação adequados e constantes. Se alguma parte do composto falhasse, não creio que a marca, sozinha, seria suficiente para sustentar o produto - conclui Eliane.

Outro brasileiro que ganhará em breve as lojas é um dos escultores mais importantes do país, Victor Brecheret, artista de formação clássica morto em 1955. A Cabon, empresa de licenciamento, comprou os direitos do artista por dois anos. Segundo Sebastião Bonfá, presidente da companhia e diretor da Associação Brasileira de Licenciamento, em breve itens como jóias, louças de porcelana e pastas para executivos devem ser lançados no mercado.

- Em outubro, a obra de Brecheret ganhará uma grande exposição em Paris. Estamos, no momento, negociando com várias empresas. É o caso de um fabricante de jóias paulista que pretende vender em todo o país, cuja negociação está avançada. Mas, por aqui, diferentemente do que ocorre na Europa e dos Estados Unidos, a arte clássica ainda é um tabu. Não há o hábito de se apreciar arte e muitas empresas ficam receosas em relação a grandes investimentos - explica Bonfá. (B.R.)

### **TEXTO 30**

#### **Dali, Miró e Picasso: US\$ 12 bi anuais**

Salvador Dali é um artista que movimenta surreais US\$ 4,5 bilhões por ano em negócios em todo o mundo. Um dos produtos mais recentes foi desenvolvido pela suíça Montblanc, que lançou a caneta (somente na versão tinteiro) inspirada nas linhas de perspectiva das obras do artista. Feita de ouro branco e amarelo, tem o corpo desenhado com linhas onduladas e a tampa transparente. O clipe em ouro amarelo tem o formato de um garfo, presente em muitas obras de Dali, encimado por uma minúscula roda. A pena da caneta reproduz um quadro de

A francesa Confinlux também desenvolveu uma linha própria de perfumes, da qual oito chegaram ao Brasil. O último lançamento foi o Rubylips, há alguns meses. Mas o já tradicional Laguna é o que responde pelo maior sucesso de público da rede no país.

- É a quarta fragrância mais vendida. Além do cheiro suave, que faz combinar com qualquer tipo de temperatura, ele é favorecido por preços bem atraentes - conta a gerente da loja do Shopping Tijuca, Regina Antunes.

Os nomes de Pablo Picasso e Joan Miró movimentam, juntos, cerca de US\$ 8 bilhões por ano. No Brasil, as Havaianas lançaram no ano passado um modelo baseado no catalão Miró. Foi uma edição limitada de apenas mil pares. Sucesso em pontos-de-venda estratégicos, os modelos acabaram pouco mais de um mês depois do lançamento.

Desde sua comercialização, em 1999, o Xsara Picasso vendeu mais de 1,1 milhão de unidades em todo o mundo. O lançamento do automóvel foi uma etapa decisiva no renascimento da marca Citroën. No Brasil, o carro foi lançado em 2001 e já vendeu cerca de 50 mil unidades.

Os gênios da música clássica estão presentes nas empresas de telefonia móvel. A Vivo, líder no país, com 26,5 milhões de clientes, disponibiliza 42 *ringtones* de nomes como Mozart. A operadora também oferece 84 opções de gravuras, para serem baixadas como papel de parede, por exemplo, de nomes como Picasso, Dali e Leonardo Da Vinci.

- O objetivo é atender a necessidade de parte de nossos clientes. Ao todo, temos mais de 3 milhões de *downloads* por mês. E o material classificado como clássico está a frente de vários outros segmentos - diz André Mafra, gerente de conteúdo da Vivo. (B.R.)

### **TEXTO 31**

**A onipresente musa da publicidade brasileira**

**Embalada por novela, Deborah Secco estrela 9 campanhas simultâneas**

**BRUNO ROSA**

Ser protagonista de uma novela das oito pode render bem mais do que fama para as atrizes globais. Desde que estreou como a mocinha Sol em *América*, Deborah Secco vem liderando as preferências das principais empresas do país quando o assunto é estrelar campanhas publicitárias. Com presença garantida no horário nobre, ela entra em cena também nos intervalos com filmes para Grendene, Avon, Monte Carlo Jóias e a grife Planet Girls.

Mas não é só. Nas próximas semanas, ela vai vender os móveis da Dellano, a tintura da Garnier Nutrisse, da L'Oréal, e a fragrância masculina Axe, da Unilever. Segundo fonte na Vivo, a musa ainda negocia contrato com a líder de telefonia móvel do país. Em breve, ela também será estrela de uma das maiores montadoras de veículos do mundo.

Com boa audiência no mercado corporativo, o passe de Deborah, de 25 anos, é um dos mais valorizados no país. De acordo com fontes do setor publicitário, uma estrela como ela não costuma sair de casa por menos de R\$ 150 mil. A atriz, no entanto, analisa com afinco todo convite que recebe. O objetivo é não perder a credibilidade.

- Minha preocupação é anunciar bons produtos e não enganar as pessoas. Vendo apenas coisas que fazem parte do meu dia-a-dia. Os anúncios também têm que combinar comigo, algo bem jovem - disse Deborah ao **JB**.

Nunca uma atriz fez tantas campanhas para diferentes públicos. Em número de peças, desbanca até a *top model* Gisele Bündchen, que possui menos de seis contratos. A gigante de calçados Grendene, por exemplo, trata Deborah como a grande aposta deste ano, com uma linha exclusiva de sandálias de sete modelos plataforma.

- De acordo com nossas pesquisas, Deborah é considerada pelo público uma mulher talentosa, apaixonada pela vida, bonita e bem-sucedida. E os modelos das sandálias têm que passar esse espírito. Escolhemos ela antes da própria novela começar. E as suas sandálias estão vendendo muito bem este ano - explica Lucia Xavier, diretora de atendimento da Agência Escala.

A Monte Carlo Jóias fechou contrato com a atriz até o final deste ano. A joalheria sempre escolhe as protagonistas da novela das oito para pousar para o catálogo da grife. Para Leandro Liberalli, diretor de arte da Senior Propaganda, o público tem um grande reconhecimento pelo trabalho da atriz.

Na Avon, ela desbancou a musa Vera Fischer como estrela da empresa. Deborah foi escalada para anunciar o lançamento do brilho labial Cubic. O grande desafio, segundo a vice-presidente de Marketing, Silvana Cassol, era encontrar uma celebridade que expressasse os atributos de modernidade, leveza e inovação da linha, principal aposta da multinacional este ano.

- Chegamos ao nome de Deborah Secco pela sua beleza, versatilidade, pela espontaneidade e ao mesmo tempo sofisticação que ela expressa. Estas eram características perfeitas para uma campanha desenhada para mostrar que Avon Color é para as diferentes mulheres: da delicada à sensual - completa Silvana.

A atriz ainda será a última mulher a ser resgatada na ilha fictícia de Jeremias nos comerciais do desodorante masculino Axe, campanha que começou no ano passado. No caso da Dellano, ela nem precisou sair de casa para ser clicada com os novos móveis da empresa. Trata-se de uma campanha institucional.

Para Deborah, vender produtos para empresas com públicos tão diferentes é muito gratificante, uma vez que mostra o resultado de seu trabalho.

- É o maior presente que poderia receber do público. É para eles que trabalho e eles me escolhem para vender os produtos. Por isso, sempre faço de tudo para mostrar que é a Deborah que está no comercial e não algum personagem meu - completa a atriz, que há alguns anos deu nome à Intelig, depois da escolha do público entre ela, Adriane Galisteu e Letícia Spiller.

Seu filme nas Havaianas foi escolhido recentemente como uma das campanhas mais lembradas da empresa. Ela ainda fez comerciais para o guaraná Antarctica em Portugal. As vendas estouraram imediatamente após os filmes com a atriz, que na época interpretava Darlene em *Celebridade*.

### **TEXTO 32**

#### **Tragadas da discórdia**

#### **Consumidores reclamam de ter que dividir espaços fechados com fumantes**

*CRISTIANE CRELIER*

"Se eu quiser fumar, eu fumo", diz a letra da música defendendo a liberdade daquele que consome. Mas alguns fumantes se esquecem da liberdade de quem não quer fumar. O uso de qualquer tipo de cigarro ou derivados do fumo em local coletivo, privado ou público - "salvo em área adequada para esse fim" -, é proibido por lei federal (nº 9.294/96). Contudo, os consumidores de shoppings, restaurantes e usuários de ônibus reclamam que continuam tendo que dividir espaços fechados com o cigarro aceso de outras pessoas.

A boa notícia para estes consumidores é que o combate ao tabagismo passivo deverá se intensificar. Durante a semana, em homenagem ao Dia Nacional Contra o Fumo, o governo estadual anunciou que irá iniciar campanha para o Pan 2007 livre de tabaco. De qualquer forma, já estão surgindo ações na Justiça visando punir quem não fazem cumprir a lei.

No Rio de Janeiro, segundo o Instituto Nacional do Câncer (Inca), apenas 17,5% dos cariocas fumam. Mesmo assim, o índice de poluição tabagística em bares e restaurantes do Rio é um dos maiores da América Latina - só perdendo para Buenos Aires, onde 39,8% dos cidadãos são fumantes. A pesquisa foi realizada junto a institutos internacionais, que defendem que não adianta separar área para fumantes - "porque a fumaça se espalha".

- Mas a situação em ônibus é ainda pior. Porque, no restaurante ou bar, o consumidor tem a opção de não entrar ou não ficar. Porém, no ônibus, se a gente desce por causa de um fumante, está jogando dinheiro fora, porque os funcionários da empresa não vão dispensar o passageiro de pagar a passagem porque está incomodado com um fumante - diz a secretária Arlete Pereira.

O **Jornal do Brasil** pesquisou em alguns ônibus da cidade e constatou que a presença de pessoas com cigarros acesos dentro dos coletivos é bastante freqüente. Houve inclusive o caso de um trocador que, ao ser perguntado sobre um passageiro com o cigarro aceso, se limitou a responder que não o repreenderia "porque o fumante sabe que é proibido". Além disso, foram encontrados motoristas fumando e até mesmo um fiscal da empresa fumando dentro do coletivo, inclusive na presença de bebês.

- É um absurdo a falta de educação de alguns fumantes. O que mais impressiona é que diversos motoristas de ônibus fumam ao volante. As empresas deveriam ser punidas com multas por conta deste desrespeito. O consumidor deve reclamar perante os órgãos responsáveis, por exemplo a Secretaria Municipal de Transportes Urbanos (SMTU), ou até mesmo na Prefeitura - aconselha o advogado Eurivaldo Neves Bezerra, do Consumidor Ativo.

Para a advogada Maíra Feltrin, do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), é bom que o consumidor reclame com a SMTU para dar ciência ao órgão que estabelece os contratos das empresas.

- De modo geral, sendo em ônibus ou estabelecimento comercial, é importante que o consumidor procure o gerente, ou dono, ou outro responsável para reclamar quando se sentir incomodado - acredita Maíra.

A advogada Chris Mibielli, do escritório Bulhões e Mibielli, não vê relação de consumo, mas obrigação de denunciar.

- Se uma pessoa encontra-se em um local, onde, por lei, é proibido fumar e o responsável pelo estabelecimento não toma uma atitude para reprimir o fumante, na verdade ele está se omitindo quanto ao cumprimento da lei, mas não há nenhuma responsabilidade do estabelecimento, que possa ser apurada à luz da Lei do Consumidor. Lei é lei e como tal deve ser cumprida por todos. Na verdade, é muito mais uma questão de consciência e de cidadania, que a própria pessoa incomodada deve reprimir, até em nome do direito constitucional à saúde e à vida - afirma Chris Mibielli.

O pianista Alexandre Augusto fuma em locais fechados apenas em áreas permitidas.

- Mesmo assim, procuro ver se não tem ninguém na mesa ao lado que possa se incomodar.

Em Alagoas, um shopping foi notificado por descumprir a lei que proíbe fumar. Partindo de uma denúncia, a Procuradoria Regional do Trabalho investiga o não cumprimento da lei no shopping center, "prejudicando a saúde dos consumidores e, principalmente, dos funcionários que permanecem como fumantes passivos, já que não podem se retirar do seu ambiente de trabalho". A procuradoria se pautou pelas normas de proteção ao ambiente de trabalho saudável e chamou o empreendedor para esclarecimentos.

### **TEXTO 33**

#### **Argentina se pinta de verde e amarelo**

#### **Número de brasileiros que visitam país vizinho dobrou desde 2000**

MARCIA CARMO

**BUENOS AIRES** - "Quanto? 40 pesos?", diz ela. "Barato, né? Vamos levar três", diz a outra. O diálogo entre as duas amigas de Belo Horizonte ocorre na loja London Tie, de gravatas de seda, do shopping Alto Palermo, a quinze minutos de táxi do bairro turístico da Recoleta.

- Duas para o meu marido e uma para meu pai - responde a compradora, a arquiteta Solange Cruz, quando perguntada para quem levaria os presentes.

Um pouco mais distante dali, no bairro boêmio de Villa Crespo, na Calle Murillo, onde estão concentradas lojas de fábrica de roupas de couro, diálogos semelhantes, mas pedindo, em "portunhol", *un descuentito* também são ouvidos aos borbotões.

Nesse inverno, de baixas temperaturas e céu azul, os brasileiros, de diferentes cidades, estão invadindo a capital argentina - além de regiões do sul do país, como San Martín de los Andes e Bariloche, também chamada, nas rádios e TVs argentinas, de "Brasiloche", em referência ao domínio brasileiro.

Estimulados pela desvalorização crescente do peso argentino desde 2002, os brasileiros representaram, nas férias de inverno, 43,4% do total de turistas estrangeiros na terra do tango, segundo a Secretaria de Turismo de Buenos Aires. Ou seja, mais de 300 mil brasileiros - o dobro do registrado em 2000.

Na época do regime de conversibilidade, quando o peso era atrelado ao dólar, tomar um cortado (café com um pouco de leite) no café La Biela, na Recoleta, custava US\$ 3. Hoje, custa 2,50 pesos. Quer dizer, ao câmbio atual, mantido graças às intervenções do Banco Central, a bebida custa menos de US\$ 1.

Os cafés da cidade, os parques de Palermo, onde argentinos e estrangeiros fazem suas caminhadas, a feira dominical de San Telmo, com peças de antigüidade, as lojas de Palermo Viejo e os restaurantes de Puerto Madero são apenas algumas das preferências dos turistas que desembarcam na capital do país. Mas o câmbio favorável - US\$ 1 dólar vale cerca de 2,88 pesos - está levando o turista brasileiro a se aventurar mais nessa cidade, classificada por muitos como "amigável".

Daí, provavelmente, a explicação para não se procurar roupas de couro apenas na conhecida Calle Florida, no Centro da cidade, mas na Murillo, tão afastada do circuito turístico.

### **TEXTO 34**

#### **Cidade aberta a congressos**

**BUENOS AIRES** - De acordo com dados oficiais, decolam por semana 140 vôos do Brasil - principalmente São Paulo, de onde partem as escalas - para Buenos Aires.

- Eu só quero um bom vinho, um bife de chorizo e uma empanada (espécie de pastel) - diz o universitário brasileiro Ronaldo Gómez, que veio para um congresso internacional de relações internacionais, na Sociedade Rural, no bairro de Palermo.

- Ainda não tive tempo para nada, mas assim que puder, saio daqui para escutar um tango - desabafa um professor de história da música que participa, no bairro de San Telmo, de um congresso internacional da música popular na América Latina.

Dos 200 participantes, informou a coordenadora do encontro Alejandra Cragolini, mais da metade veio do Brasil. Os preços, como observa o economista Orlando Ferreres, da consultoria Ferreres e Associados, também voltarão a colocar Buenos Aires no circuito dos congressos e seminários internacionais. E quem vem, sempre acaba passando dois dias mais, segundo assessores do governo de Buenos Aires, ou de descanso ou para embarcar para Bariloche ou outro lugar na região da Patagônia.

Os brasileiros aproveitam o final das liquidações de inverno e os preços mais em conta da nova temporada. Pela Avenida Santa Fé, outro lugar onde o português é ouvido com frequência, compram-se de calças jeans (de 30 pesos a 150 pesos) a sapatos (de 25 pesos a 200 pesos) e botas (por até 25 pesos). Brasileiros são vistos ainda na avenida Córdoba, a rua dos outlets.

Pelos dados oficiais da Secretaria de Turismo de Buenos Aires, os brasileiros superam a presença de outros turistas latinos na cidade - chilenos, colombianos, uruguaios e peruanos. Ainda de acordo com a mesma estatística, vieram quase 160 mil brasileiros (exatamente 157.589) em 2000, 125 mil em 2001 e 111 mil em 2002 (ano de crise e queda de cinco presidentes em menos de duas semanas). Mas a partir da recuperação econômica do país, em 2003, a presença de turistas brasileiros disparou. Foram quase 190 mil naquele ano. Em 2004, o total de turistas estrangeiros em Buenos Aires foi de 1,3 milhão, dos quais 220 mil brasileiros. Até que nesse inverno os brasileiros atingiram o número recorde de 300.785.

Para aumentar o fluxo de brasileiros ao país, as autoridades argentinas vão reforçar a presença em feiras de turismo no maior integrante do Mercosul. Os primeiros alvos serão a Mercocidades, em Belo Horizonte, e a Feira das Américas, no Rio.(M.C.)

### **TEXTO 35**

#### **Economia ainda preocupa**

**BUENOS AIRES** - Quando ainda era poderoso no governo do presidente Lula, o ex-ministro José Dirceu passou um fim de semana com a mulher na capital argentina. Eram tempos das denúncias contra Waldomiro Diniz. Confessou que ouviu tango e que adora Buenos Aires. Outros tantos políticos, como José Serra, antes de ser prefeito de São Paulo, e Fernando Henrique, quando já era ex-presidente, passaram fins de semana na cidade preferida dos brasileiros. Os dados são do Ministério do Turismo do Brasil e foram publicados na semana passada, com destaque, no jornal argentino Ambito Financiero.

Pela pesquisa, a capital argentina liderou o levantamento feito por agências de viagens brasileiras. Em segundo lugar, ficou Fortaleza, no Ceará.

Preços mais baratos e opções de passeios típicos de um lugar mais frio, Buenos Aires atrai número recorde de turistas, mas seus habitantes têm outras preocupações: a alta da inflação (cerca de 1% ao mês, como destaca o economista Orlando Ferreres, da consultoria Ferreres e Associados), as disputas eleitorais para o pleito legislativo, marcado para outubro e ainda as marcas da profunda crise econômica por que passou o país em 2001

Ferreres e o sociólogo e economista Ernesto Kritz afirmaram que nesses tempos de crescimento econômico - a Argentina já recuperou tudo o que tinha perdido no período de recessão entre 1998 e 2002 - e o governo Kirchner gerou 2 milhões de empregos. O problema, recorda o economista Miguel Angel Broda, é que os salários despencaram. Estima-se que o rendimento médio da economia formal seja de 1,8 mil pesos. Mas os que não têm contrato de trabalho recebem em torno de 450 pesos mensais. É esse público, destaca Ferreres, que teme a volta da inflação alta, que procura as promoções dos supermercados e anda de metrô (0,70 pesos a passagem) ou ônibus (0,80 pesos) e não passa nem perto dos táxis - classificados de baratos por muitos turistas brasileiros. (M.C.)

[05/SET/2005]

### **TEXTO 36**

#### **Exportação com prejuízo**

#### **Mudança de regra na Previdência prejudica resultados das firmas de comércio exterior e ameaça vendas do país**

*DIMALICE NUNES*

**BRASÍLIA** - Ainda não é possível contabilizar o prejuízo, mas as tradings - empresas que operam a compra e venda de produtos no comércio exterior - já perderam negócios depois que a Instrução Normativa 03/05, publicada pela Secretaria da Receita Previdenciária, entrou em vigor, há pouco menos de um mês. A alteração nas regras foi uma das primeiras mudanças implementadas pela recém-criada Receita Federal do Brasil - a Super-Receita. Segundo o presidente da Associação Brasileira das Empresas Comerciais Exportadoras (Abece), Paulo Protásio, todas as associadas já deixaram de fechar negócios ao tentar repassar ao comprador o aumento da contribuição previdenciária das agroindústrias e produtores rurais.

Antes da norma, esses setores recolhiam 2,5% do faturamento em contribuições previdenciárias, mas podiam excluir da conta as receitas provenientes de exportações. Pela nova regra, apenas as transações feitas diretamente com empresas no exterior poderão manter o benefício, o que exclui as operações via trading ou comercial exportadora.

- O processo é mais dramático do que o prejuízo financeiro - afirma o executivo, alegando que com a impossibilidade de repassar o aumento dos custos, as operações via trading são inviabilizadas.

- A exportação de commodities não permite que o aumento de custos internos seja repassado - ressalta, dizendo ainda que muitas dessas operações são de cestas de produtos, onde alguns não têm margem alguma, o que é compensado pelo lucro de outro produto.

Protásio se queixa ainda de o governo não ter consultado o setor antes de tomar a medida.

- Foi arbitrário. Pegou todos de surpresa.

Um dos dispositivos da norma diz que a receita decorrente de comercialização com empresa constituída e em funcionamento no país - no caso as tradings - é considerada receita proveniente do comércio interno, e não de exportação, independentemente da destinação que será dada ao produto.

Cerca de 30% das exportações agrícolas e da agroindústria são feitos por tradings e alguns setores atingidos já começam a contabilizar os prejuízos, como o sucroalcooleiro. Protásio, que usa o mecanismo para vender 40% de suas exportações, acredita que o valor pago como contribuições previdenciárias deve triplicar, o que é comprovado

- Teremos gastos de R\$ 40 milhões a mais, mas o impacto não é só financeiro. É comercial - reclama o secretário-geral da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Única), Fernando Ribeiro, referindo-se à possível perda de mercado.

Na safra passada, o setor exportou US\$ 3 bilhões. Para os cafeeiros, o impacto também será grande, já que quase toda a exportação do setor segue via tradings. A Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic) ainda não estimou o aumento dos custos para o setor cafeeiro. A produção de café é feita em grande parte por pequenos produtores, que recorrem a tradings devido à impossibilidade de manter uma infra-estrutura própria.

### **TEXTO 37**

#### **Música brasileira tipo exportação**

#### **Governo quer elevar em 50% vendas do setor lá fora em três anos**

*DIMALICE NUNES*

**BRASÍLIA** - A música brasileira virou item da pauta de exportações do Brasil. A Agência de Promoção de Exportações e Investimento (Apex) e o Ministério da Cultura assinaram um convênio com três associações que reúnem gravadoras independentes. O objetivo é exportar US\$ 2,647 milhões em CDs, DVDs, licenciamento de faixas, distribuição digital, *download* e toques para celular.

O valor é modesto se comparados aos mais de US\$ 1 trilhão que a indústria cultural movimenta em todo mundo. Mas os empresários estão otimistas. Serão investidos R\$ 8 milhões e a meta é aumentar em 50% as exportações do setor nos próximos três anos. Metade dos recursos virá do setor privado e a outra metade do governo.

Uma das idéias é montar um circuito de *shows* pelo mundo, como o de jazz que ocorre nos Estados Unidos, e que se tornou um dos principais mercados de trabalho para os músicos independentes americanos. Está previsto no convênio trazer produtores e a imprensa especializada estrangeira para eventos no Brasil como forma de divulgação da música.

Para o presidente da Associação Brasileira das Gravadoras Independentes (ABGI), Sólon Siminovich, a música brasileira só não é mais vendida no exterior porque tem pouca gente vendendo.

Dentro do convênio, a ABGI será a responsável pela divulgação de artistas e da música brasileira no exterior. E a Associação Brasileira de Música Independente (ABMI) trabalhará na profissionalização do setor.

Segundo o diretor-executivo, Jerome Vonk, a idéia é capacitar as empresas para que elas possam competir no exterior. Serão feitos *workshops*, cursos, manuais, haverá o lançamento do portal *Música do Brasil* e a criação de uma marca com o mesmo nome. A organização de feiras ficará a cargo da Brasil Música e Arte (BM&A). Seu presidente, José Carlos Costa, conta que o projeto da parceria da Apex é pensado desde 2002, quando começou a organização das gravadoras independentes, que hoje somam 400.

- Precisamos trazer divisas para o país - defende Costa.

Antes, o setor musical trabalhava sem articulação. Só recentemente o segmento se organizou ao formatar um projeto que resulte em incentivos para a produção musical. Mas os fabricantes de instrumentos musicais já comemoram o resultado de dois anos de trabalho com a Apex. O convênio com a Associação Nacional de Pequenos e Médios Fabricantes de Instrumentos Musicais tem como meta exportar até o final deste ano US\$ 11,5 milhões.



Em 2003, dos R\$ 400 milhões faturados pelo setor de instrumentos musicais, US\$ 7,5 milhões foram provenientes das vendas externas. Em 2004, o número subiu para US\$ 9 milhões. Em cinco anos o setor quer ampliar suas exportações para US\$ 30 milhões.

### **TEXTO 38**

#### **Biquíni e lingerie nacionais na França**

*FABIANA GITSIO*

**LYON (FRANÇA)** - No ano do Brasil na França, o país ganhou maior representatividade na Lyon Mode City - feira referência do mercado de lingerie e moda praia -, que termina hoje na segunda mais importante cidade francesa, conhecida também pelo tradicional pólo de tecidos. Embora não estejam em ala específica, o que pode ser uma dificuldade diante das dimensões gigantescas do evento (1,4 mil expositores, incluindo o Interfilie, dedicado aos tecidos), a Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) arregimentou 20 empresas nacionais, quatro a mais do que na edição passada, e promoveu desfile de moda que foi um dos destaques na tarde de ontem.

Para a 21ª edição do evento, a Abit investiu em conjunto com a Apex R\$ 1 milhão e reuniu pesos-pesados do setor, como o Grupo Rosset - com um trabalho de exportação que só deixa de fora a Ásia -, além de consórcios de pequenas e médias empresas, caso do Brazilian Style Collection, apoiado pelo Sebrae do Rio Grande do Sul. Puket e Liz, importantes marcas no cenário da moda íntima brasileira, e a Poko Pano, de biquínis, integrante do elenco da São Paulo Fashion Week, também estão representados.

De 2003 para 2004, as exportações brasileiras cresceram a um ritmo de 212% para a moda praia e a 220% na lingerie. A paulista Poko Pano não é novata nas exportações, começou a percorrer esse caminho há 12 anos. Metade das 15 mil peças produzidas mensalmente produzidas vai para países da América do Sul e do Norte, Europa, Ásia e África.

Na feira, a empresa esteve cercada de outras marcas do Brasil e da Itália (também forte na moda praia) e por asiáticos - estes últimos notórios predadores em termos de preço e estilo.

- Os chineses entram no estande copiando e futricando. Compõem um verdadeiro exército de extermínio - disse, bem-humorado, Gustavo Rosset, diretor da Rosset Tecidos.

O estado de ânimo se explica. Apesar do assédio oriental, nunca, dentre as quatro participações no evento, a empresa recebeu tantos italianos.

- Meu preço está bom para eles, mas isso também mostra que o Brasil é referência na moda praia.

### **TEXTO 39**

#### **Ação questiona tributo**

**BRASÍLIA** - Diante do prejuízo, as empresas já estão se movimentando. A Associação Brasileira das Empresas Comerciais Exportadoras (Abec) ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade contra os dispositivos da Instrução Normativa. Segundo a ação, a medida deixou de reconhecer a imunidade das receitas de exportação efetuadas por meio de empresas comerciais exportadoras.

A entidade alega afronta ao artigo 149, 2º, I, da Constituição Federal, que trata de imunidade tributária. Diz também que o dispositivo questionado da instrução normativa vai de encontro ao princípio da legalidade. Outro argumento da ação é que a Constituição diz que é vedado à União, estados municípios exigir ou aumentar tributos sem lei que o estabeleça, e a instrução normativa não é o instrumento legal adequado para dispor sobre a questão.

O advogado do escritório Pinheiro Neto Advogados, especialista em direito tributário e comércio exterior, Mauro Berenholc, concorda com os argumentos do setor privado.

■ - A norma me parece inconstitucional, pois a imunidade garantida pela Constituição é abrangente.

O advogado explicou que, em 2001, houve uma alteração na Constituição e ficou determinado que todos os tributos e contribuições não mais incidiriam nas receitas de exportações. A nova norma, segue o advogado, considera que a venda do produto para a trading é comércio interno e desconsidera que o destino final do produto é o mercado externo. (D.N.)

#### **TEXTO 40**

#### **Salário de executivo perde para inflação Apenas presidentes ganharam da alta dos preços**

*CAROLINA SANCHES MIRANDA*

**SÃO PAULO** - Os reajustes salariais dados aos executivos este ano foram maiores do que no ano passado, mas ainda assim não conseguiram superar a inflação. Apenas os presidentes receberam aumentos superiores à alta dos preços. Os principais ganhos dos profissionais decorreram de bônus e incentivos, que estão atrelados aos bons resultados financeiros das empresas em 2004.

A tendência é de que a remuneração total continue a crescer em 2006. Para Watson Wyatt, as empresas estimam um crescimento de 9,02% nas suas folhas de pagamento.

- Só não fazemos previsões muito otimistas porque 2006 é ano de eleição - complementa Ana Paula Henriques, consultora de Recursos Humanos da Mercer Human Resources.

As informações são resultado da análise realizada pelas duas consultorias, que considerou os salários, benefícios e bônus pagos a funcionários de todos os níveis hierárquicos, nos meses de abril e maio deste ano, por 341 empresas com capital nacional e internacional atuantes no Brasil.

Para Mercer, os presidentes foram os que receberam os maiores aumentos salariais, de 11,7%. Em seguida vêm os vice-presidentes e diretores, com aumentos de 7,8%. Os gerentes receberam 7,3% a mais e os gerentes seniores, 7,2%. Vale considerar que o Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), registrou inflação de 9,3% entre junho de 2004 e abril de 2005.

Segundo observação da Watson, quanto maior o nível hierárquico, mais benefícios, incentivos de curto prazo (ICP), incentivos de longo prazo (ILP) e melhor remuneração são dados. Para se ter uma idéia, o salário de um gerente sênior corresponde a 12% da remuneração de um CEO.

As diferenças também variam de acordo com o porte da empresa. Em companhias com faturamento de até US\$ 300 milhões, os diretores recebem aproximadamente 20% a menos do que os que atuam em empresas que faturam até US\$ 1 bilhão ao ano.

Watson Wyatt indicou que os presidentes e diretores de multinacionais recebem menos no total - considerando salário, benefícios e bônus - do que os profissionais que ocupam os mesmos cargos em empresas nacionais.

- A razão é que esse executivo está muito mais perto dos acionistas e das decisões de risco do que aquele que atua em uma multinacional e, normalmente, têm seu trabalho acompanhado de maneira muito próxima pela matriz - afirma Carlos Henrique Siqueira, diretor de Recursos Humanos da Watson.

#### **TEXTO 41**

##### **Profissionais são vítimas de estresse**

*LOURDES RODRIGUES*

**SÃO PAULO** - As exigências por resultados e o aumento da competitividade no trabalho estão acentuando os níveis de estresse dos executivos, alerta a psiquiatra Ana Paula Carvalho, da Universidade de São Paulo. O estresse originado no emprego recebeu o nome de Síndrome de Burnout e, segundo a médica, poucas empresas estão atentas ao problema.

No caso de analistas, a carga horária é fator estressante, porque eles se sentem obrigados a ficar mais tempo para demonstrar esforço pessoal. No caso dos gerentes, é o fato de ter de responder a mais de um superior. Já os presidentes de multinacionais são vítimas da pressão vinda de suas matrizes.

- Na síndrome, ocorre uma sensação de aumento do trabalho, com perda de energia. À medida que os recursos emocionais se deterioram, o sujeito sente que não tem mais a mesma capacidade - afirma a especialista, que cita insônia, irritação, agressividade e uso de drogas como alguns sintomas.

A médica diz que uma boa maneira para driblar o estresse é praticar exercícios físicos e dedicar-se ao lazer. Em últimos casos, o doente deve recorrer a um terapia, que poderá até incluir remédios.

[06/SET/2005]

#### **TEXTO 42**

##### **Achado histórico no fundo do mar**

##### **Petrobras encontra óleo leve em Santos, a 6 mil metros de profundidade**

*SABRINA LORENZI*

*A ousadia de ir mais fundo rendeu à Petrobras o que deverá se tornar a mais valiosa reserva de petróleo e gás já encontrada no país. A petroleira encontrou óleo leve – de excelente qualidade – a 6 mil metros de profundidade, na Bacia de Santos, numa prévia da jazida gigante que avista. O gerente executivo de Exploração e Produção da estatal, Francisco Nepomuceno, revela a expectativa que a companhia passou a viver nos últimos dias, depois da descoberta de petróleo nos confins do mar.*

*– É uma nova província petrolífera no Brasil. Não está concluído o poço; vamos perfurar mais para fazer o teste de produtividade (volume) do óleo e confirmar a existência de um reservatório – comemora, ainda com cautela.*

*Ele prefere não falar em quantidade de óleo antes dos testes de confirmação, mas admite que pode ser volume suficiente para revolucionar os planos de exploração da estatal.*

*– Só digo que, confirmando a descoberta e a produtividade dessa área, cresce muito o potencial petrolífero da Bacia de Santos. É o grande potencial do Brasil hoje – disse.*

*Na semana passada, a Petrobras comunicou ao mercado a descoberta de indícios de hidrocarbonetos no seu poço mais profundo, no bloco BMS-10, na Bacia de Santos. O poço RJ-S-61 fica bem em frente de Paraty, no Rio de Janeiro, na divisa com São Paulo.*

\*\*\*

A Petrobras é a principal detentora do bloco que vai explorar a região, com 65% de participação, num consórcio formado com a Partex (10%) e Bristish Gas (25%). As companhias notificaram a descoberta no dia 21 de agosto à Agência Nacional do Petróleo (ANP).

– Se a gente descobre gás e óleo leve nesse horizonte, toda a área em volta fica com esse potencial – acrescenta Nepomuceno.

Confirmadas as expectativas de reservas gigantes de petróleo leve em águas ultraprofundas, Santos passa a ser a principal opção da estatal ao esgotamento dos atuais campos da Bacia de Campos.

Mais perto do mercado consumidor, com óleo de excelente qualidade, além de gás, a região possui, até agora, reservas da ordem de 2,5 bilhões de barris (com o gás do Campo de Mexilhão (BS-400 e o óleo leve do BS-500).

Analistas especulavam, até então, a existência de uma bacia petrolífera debaixo da Bacia de Campos. Para Nepomuceno, é mais provável que em Santos – e não em Campos – exista uma nova fronteira com tamanho potencial. Isso porque na Bacia de Santos há uma camada de sal espessa, que separa os reservatórios de petróleo e gás das rochas e do material orgânico que geram esses hidrocarbonetos. A crosta de sal, situada a cerca de 6 mil metros, “prende” o óleo e o impediu de subir, ao contrário do que aconteceu na Bacia de Campos.

Na Bacia de Campos, essa crosta de sal se rompeu durante a formação de montanhas, como a Serra do Mar. A abertura da camada de sal em buracos chamados de janelas permitiu a constituição de importantes campos de petróleo como Marlim, Roncador, Marlim Sul e Albacora, localizados a 2 mil metros de profundidade. Na Bacia de Santos, o petróleo e o gás ficaram presos a 6 mil metros, suscetíveis a elevada temperatura e pressão.

Os desafios de se chegar a essa profundidade, por incrível que pareça, não são muito diferentes dos obstáculos de uma perfuração a 2 mil metros. Segundo Nepomuceno, os equipamentos são os mesmos, a dificuldade está na maior pressão e nos gases hostis que são atravessados no caminho.

A perfuração a 6 mil metros de profundidade do BM-S-10 levou seis meses, o triplo do tempo que se leva num poço padrão na Bacia de Campos.

Quanto mais tempo se gasta, mais dinheiro se vai com aluguel de sondas. Mas, segundo o diretor da estatal, o tempo de perfuração tende a diminuir com a prática da empresa. Mesmo com o custo adicional, o desafio de alcançar tamanha profundidade compensa.

Se por um lado a profundidade torna mais demorada a perfuração do poço, o calor do fundo da Terra melhora a qualidade do óleo e viabiliza a exploração.

– Quando se fura profundo, tem que produzir mais para compensar o investimento. Mas como o óleo é leve, tem mais valor do que o pesado e uma coisa compensa a outra – afirmou Nepomuceno.

Tanto compensa que a Petrobras vai perfurar o segundo poço em águas ultraprofundas assim que terminar os testes no então BM-S-10. O BM-S-11 será o próximo, com a mesma sonda que identificou indícios de óleo no bloco anterior.

– A Petrobras está no limiar de uma nova província. Óleo já sabemos que tem, gerador sabemos que tem. Falta confirmar o reservatório.

Além do potencial que a história geológica indica, a Bacia de Santos conta ainda com o tamanho, destacado pelo próprio executivo da Petrobras.

– A bacia de Santos é, em área, três vezes maior que a Bacia de Campos.

A Bacia de Santos engloba todo o litoral que vai de Cabo Frio (RJ) a Florianópolis.

#### **TEXTO 43**

##### **Volta difícil no Golfo do México**

*IAN MCKINNON*

Bloomberg News

Mais de uma semana após a passagem do furacão Katrina, metade da produção de gás natural e 70% do petróleo normalmente explorados nos campos do Golfo do México continuam parados. Produtores como Royal Dutch Shell e Exxon Mobil estão recuperando a capacidade que foi interrompida quando as plataformas de exploração foram esvaziadas à espera do Katrina.

Os funcionários de 228 plataformas de petróleo e 37 poços ainda não voltaram ao trabalho, de acordo com o governo americano. As equipes agora estão inspecionando as plataformas e dutos antes de retomar os trabalhos na região, responsável pelo abastecimento de 30% do óleo consumido nos EUA e 24% do fornecimento de gás.

A interrupção representa uma perda de produção de cerca de 1,04 milhão de barris de óleo e 5,23 bilhões de metros cúbicos de gás, informou a U.S. Minerals Management Service.

O efeito Katrina sobre a produção de petróleo do principal mercado consumidor do mundo levou o barril a atingir US\$ 70,85 na última semana, em Nova York. Ontem, o barril do óleo tipo Brent fechou cotado a US\$ 64,85, em baixa de 1,83%. A Bolsa de Mercadorias de Nova York, onde são negociados os contratos do óleo tipo leve americano (WTI), ficou fechada em razão do feriado do Dia do Trabalho.

Só uma das oito refinarias atingidas na Louisiana e no Mississippi havia voltado a funcionar até ontem. Outras 12 estão operando parcialmente.

#### **TEXTO 44**

##### **Inflação em queda, salários em alta**

##### **Reposição compensa alta de preços em 86% das categorias**

Os trabalhadores obtiveram no primeiro semestre deste ano o melhor resultado nas negociações salariais do primeiro semestre dos últimos dez anos. Pelos cálculos do Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), 84% das categorias com data-base nos seis primeiros meses do ano conseguiram aumentos que compensaram a inflação do período. No ano passado, a taxa de sucesso foi de 76%.

De acordo com o Dieese, os trabalhadores foram bem-sucedidos devido à inflação em queda, apontada por diversos indicadores. De acordo com a entidade, os empresários não teriam sido tão generosos se os preços estivessem subindo a uma taxa maior. No estudo do Dieese, foi levada em consideração a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (INPC/IBGE), que baliza a

Na elaboração da pesquisa, foram analisadas as negociações de 347 categorias. Desses, o reajuste superou o INPC em 66% dos casos. Para 18% das classes, o ganho salarial cobriu a alta dos preços. Já os trabalhadores de 16% das categorias receberam aumento inferior à inflação.

O Dieese mostra, ainda, que, das negociações que compensaram a inflação, 87% superaram o INPC em até dois pontos percentuais. Já nas categorias que fracassaram, 74% perderam em até um ponto percentual para o INPC. A entidade considera, porém, que a perda para os contratos que não compensaram a inflação não foi tão significativa.

O Dieese verificou que a indústria e o comércio seguem como os setores de maior êxito nas negociações, superando ou compensando as perdas provocadas pela inflação - 89% e 90%, respectivamente. Já os trabalhadores do setor de serviços foram os que menos sucesso tiveram - 73%. A indústria teve a maior proporção de reajustes superiores às perdas apuradas em cada data-base: 78% do setor, contra 73% dos comerciários e 53% dos serviços.

A pesquisa mostra, também, que os empregadores têm recorrido menos a expedientes de diluição dos reajustes, como escalonamento e parcelamento. Os reajustes escalonados recuaram de 11% para 7% entre o primeiro semestre de 2004 e o de 2005. Os parcelamentos foram aplicados em 5% das categorias, contra 30% há dois anos.

Avaliando-se toda a série histórica por semestres, o resultado recorde para os seis primeiros meses só perde para o segundo semestre de 2004, quando 90% das negociações superaram a inflação.

Segundo o Dieese, com base na expectativa de crescimento da economia, é esperado que o movimento de compensação das perdas se mantenha no segundo semestre.

#### **TEXTO 45** **CSN volta a utilizar Porto de Angra**

*DANIELE CARVALHO*

Após três anos, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) vai retomar suas exportações pelo Porto de Angra dos Reis, no sul do estado do Rio de Janeiro. No próximo dia 20 começarão a ser embarcadas 25 mil toneladas de bobinas da siderúrgica rumo à Ásia, marcando uma retomada importante para o terminal.

O escoamento pelo porto estava interrompido desde que a ferrovia de acesso ao terminal, operada pela Ferrovia Centro Atlântica (FCA), foi destruída por um temporal em 2002. Historicamente, a movimentação de cargas pelo porto tinha como base o transporte ferroviário. A CSN manterá contrato com o Porto de Angra dos Reis até abril de 2006 para esta encomenda. A carga a ser transportada, desta vez, compreende um excedente de produção da companhia, que pretende utilizar o Porto de Angra em casos como este, já que os demais terminais siderúrgicos estão operando no limite.

De acordo com o vice-presidente do Porto de Angra, Fernando Sterea, o terminal tem capacidade para movimentar 100 mil toneladas de materiais siderúrgicos e 100 mil toneladas de granéis.

- Também estamos avaliando a possibilidade de receber carga proveniente da MRS, numa combinação modal de ferrovia e rodovia - adianta o executivo.

**TEXTO 46****Dólar deixa eletroeletrônicos em alerta  
Indústrias do setor reduzem compra de insumos prevendo maior recuo nas  
exportações da linha branca***DANIELE CARVALHO*

A indústria nacional de eletroeletrônicos começou a rever seu ritmo de produção para os próximos meses de 2005. O sinal amarelo veio após a constatação das empresas do setor de que as exportações deixaram de ser um bom negócio por conta da forte valorização do real frente ao dólar. A cautela já surte reflexos na compra de um dos principais insumos da cadeia produtiva do setor, o aço.

- Muitas empresas estão revendo contratos de exportação, principalmente as de linha branca (geladeira, fogões e máquinas de lavar, entre outras). Algumas estão, inclusive, perdendo dinheiro com as vendas ao exterior - revela o presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Eletroeletrônicos (Eletros), Paulo Saab. A instituição reúne produtores de equipamentos da linha branca, marrom (imagem e som) e portáteis.

Para evitar a elevação dos estoques, os fabricantes optaram por compras de insumos com menor antecedência.

- Somente no primeiro semestre, reduzimos a compra de aço em 17%. Estamos trabalhando praticamente *just in time*. Não dá para comprar aço ao preço que está para investir nas exportações. O ideal seria fazer este tipo de compra com, pelo menos, três meses de antecedência - explica Paulo Saab.

De acordo com o executivo, a expansão das vendas este ano será tímida, puxada pelo consumo doméstico que, na avaliação de Saab, poderia ser maior se não fosse o alto patamar da taxa básica de juros do país (Selic), atualmente em 19,75% ao ano.

Os números da Eletros vão ao encontro dos do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), que registrou queda de 12% na venda de aço voltado para o segmento de utilidades domésticas. Os dados da balança comercial também confirmam o arrefecimento das exportações do setor: as vendas de lavadoras de roupa ao exterior, por exemplo, caíram 6,8% no primeiro semestre, e as de máquinas de costura, 50,8%. As exportações de refrigeradores e congeladores, somente em julho, recuaram 3,7%.

A estimativa da Eletros é de que as vendas do setor cresçam este ano até 6%, desconsiderando a influência dos DVDs, impulsionadas por outros itens da linha marrom.

No primeiro semestre, as vendas do aparelho tiveram incremento de 122,2%, elevando a média do setor para 16,8%. Excluindo o efeito DVD, porém, esta média cai para 8%.

A linha branca, no entanto, deve apresentar um resultado bem menos expressivo. No acumulado até julho, as vendas de eletrodomésticos de linha branca tiveram expansão de 5,6%.

- O ano de 2005 não será de todo ruim para o segmento de linha branca porque, depois de recuperar perdas em 2004, este será um período de retorno - comenta o presidente da Eletros.

**TEXTO 47****Endesa é alvo de oferta  
Aquisição da empresa pode unir CEG e Ampla***RICARDO REGO MONTEIRO*

Uma megaproposta de aquisição na Espanha poderá resultar na concentração de ativos no mercado brasileiro de gás e energia. Hoje, o conselho de administração da espanhola Endesa vai se reunir em Madri para analisar uma oferta hostil da Gas Natural de España, que controla no Brasil as distribuidoras de gás CEG e CEG-Rio, no Rio de Janeiro, e a paulista Gas Natural São Paulo Sul. A proposta por 100% das ações da Endesa pode chegar, segundo fontes do mercado, a 23 bilhões de euros (US\$ 28,8 bilhões).

No Brasil, a Endesa detém o controle da distribuidora fluminense de energia Ampla (antiga Cerj), além da geradora Centrais Elétricas Cachoeira Dourada e da Companhia de Interconexões Energéticas, que importa energia da Argentina.

Por meio de nota oficial, a Gas Natural não só confirmou a proposta pela Endesa, como também comunicou a formalização de um acordo com a também espanhola Iberdrola. O acerto prevê a alienação de parte de seus ativos em caso de formalização do negócio com a Endesa. Segundo a empresa, o acordo pode envolver de 7 milhões a 9 milhões de euros e visa a permitir a conclusão da operação junto às autoridades regulatórias do país europeu.

De qualquer forma, se for concretizada, a operação representará o maior negócio da história corporativa da Espanha. Ontem de manhã, por causa das especulações sobre a aquisição, as negociações com os papéis das duas empresas foram suspensas. Na ocasião, as ações da Endesa, com sede em Madri, subiram 2,9%, para 19,09 euros, seu maior avanço desde julho de 2003. Já os da Gas Natural, aumentaram 1,1%, negociadas a 24,79 euros. O ministro da Indústria da Espanha, José Montilla, disse que uma oferta de compra "está em curso", sem fornecer maiores detalhes.

Com o negócio, a Gas Natural, que tem um valor de mercado de 11,1 bilhões de euros, assumiria o controle de uma empresa duas vezes maior, que tem valor de mercado de 20,2 bilhões de euros. Especula-se no mercado que a Gas Natural terá que promover uma chamada de capital de seus sócios para concretizar o negócio.

**TEXTO 48****Delfim cobra 'arrumação' do Estado****Ex-ministro diz que governo consome 60% das riquezas do país e defende que esforço atual não é suficiente***SIMONE CAVALCANTI*

**SÃO PAULO** - O Estado brasileiro precisa de uma arrumação semelhante à vivida pelo setor privado nos últimos dez anos, um choque de gestão, pois, enquanto isso não for alterado, o crescimento em níveis mais altos do que os atuais não voltará. A afirmação foi feita ontem pelo deputado federal Delfim Netto, que está deixando o PP para ingressar no PMDB na próxima semana.

Para o ex-ministro da Fazenda, para esta melhoria ocorrer é preciso passar, necessariamente, pela desvinculação de recursos da União. Delfim classificou o vínculo de receitas como um produto da "vagabundagem" e da improdutividade de pessoas que não estão preocupadas em pensar o país.

- Somos lenientes com o setor público faz uns 12 anos e isso tem de mudar. Temos de encontrar formas de caminhar para o equilíbrio em quatro ou cinco anos porque o Estado brasileiro não cabe no PIB (Produto Interno Bruto). Só assim ele se tornará eficiente - afirmou, lembrando que quanto mais o setor privado transfere receita



para o Estado, seja por meio de impostos ou para financiar do déficit, menor o crescimento do país. Hoje o setor privado fica com o equivalente a 60% do PIB e o governo, 40%.

O ex-ministro, que participou da primeira reunião do Conselho de Planejamento Estratégico, desenvolvido pela Fecomércio-SP, também acusou o governo de usar o superávit primário como um "belo truque" para dar a impressão de estar fazendo um enorme esforço.

- Mas isso não é o suficiente - ressaltou Delfim, divulgador da idéia de que é preciso ter uma meta para acabar com o déficit nominal até 2008 e, desta forma, forçar a redução acentuada da relação entre dívida pública e PIB e a taxa de juros reais. A proposta, que foi apresentada à equipe econômica, foi deixada de lado em razão da crise política.

Delfim defende a adoção de uma emenda constitucional para que a questão seja equacionada.

- Para melhorar as coisas na Turquia bastou um programa crível. Mas, como o governo não tem credibilidade, é preciso uma emenda constitucional, o que não é tão seguro mas é o mais seguro - disse.

De acordo com o deputado, a conjuntura atual tem levado a economia a um crescimento pífio. O ex-ministro lembrou que entre 1950 e 1985 a economia brasileira cresceu, em média anual, 6,6% enquanto a população brasileira expandiu-se 2,2%. Isso gerava uma renda per capita de 4% ao ano, o que a fazia dobrar a cada 18 anos. Agora, com uma expansão de 2,3% por ano e crescimento de 1,4% da população, a renda aumenta apenas 0,9% e só dobrará em 87 anos.

Para o especialista em contas públicas Raul Velloso, o espaço para que o governo realize o superávit primário (receitas menos despesas sem contabilizar pagamento de juros) está acabando.

- Não é possível elevar a receita com carga tributária, os gastos obrigatórios já subiram ao limite e os não-obrigatórios, que incluem os investimentos, estão no fundo do poço.

Velloso classificou o esforço fiscal feito pelos governos Lula e Fernando Henrique como a "saga do superávit envergonhado". Isso porque é sempre maior do que o percentual que está estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias, porém não derruba os juros.

- Os superávits primários subiram, parecem sustentáveis, mas a taxa real em ambiente pós-câmbio flutuante não fica abaixo da média de 10,6% - disse.

O economista e ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros criticou o conservadorismo do governo e, em especial dos dirigentes do Banco Central, para deixar o país crescer em níveis superiores aos que têm sido apurados. Mas também não poupou o governo de Fernando Henrique Cardoso, do qual fez parte.

- O grande erro recorrente nos últimos 10 anos é não aproveitar as oportunidades. Quando há 70% de condições favoráveis ao crescimento, os outros 30% se obtêm durante a expansão - afirmou.

#### **TEXTO 49**

#### **Piora expectativa de juros**

Folhapress

**BRASÍLIA** - Os analistas do mercado financeiro reduziram a expectativa de queda da taxa básica de juros da

percentual na reunião mensal do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. Agora, a previsão é de um corte de apenas 0,25 ponto percentual na taxa, que hoje está em 19,75% ao ano, aponta o Boletim Focus, do BC, divulgado ontem.

Já a expectativa sobre a expansão da economia em 2005 avançou de 3% para 3,2%. A mudança ocorre após a divulgação do Produto Interno Bruto (PIB) do 2º semestre, que subiu 1,4%, taxa acima do esperado. Em 2004, a economia cresceu 4,9%. Já a previsão para o crescimento da produção industrial ficou praticamente estável, passando de 4,50% para 4,48%.

Para o fim do ano, os analistas mantiveram a expectativa de que os juros terminem o ano em 18%. Já as expectativas de inflação recuaram pela décima-sexta semana seguida. O mercado prevê que o Índice de preços ao Consumidor Amplo (IPCA) será de 5,23% neste ano, contra 5,26% do levantamento anterior. O BC persegue a meta de 5,1% em 2005. Para 2006, a expectativa também recuou, passando de 4,90% para 4,85%, a quarta redução consecutiva. A meta de inflação em 2006 é de 4,5%.

#### **TEXTO 50**

##### **Brasil é o 5º para investidor estrangeiro**

Folhapress

Apesar do câmbio valorizado, dos juros altos e do crescimento inferior ao da média dos países emergentes, o Brasil foi apontado como o quinto destino preferencial de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) em pesquisa realizada pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad). O levantamento coloca o Brasil atrás de China, Estados Unidos, Índia e Rússia.

Os dados indicam que o fluxo mundial de IED deve manter no curto e médio prazos a tendência de recuperação registrada em 2004, depois de quedas em 2002 e 2003. Os países em desenvolvimento, que tradicionalmente recebem de 25% a 30% do volume total de IED, podem aumentar a sua fatia no bolo. O levantamento leva em conta as opiniões de três grupos: empresas transnacionais, especialistas em IED e agências de promoção de investimentos. Os entrevistados esperam alta entre 2005 e 2008, mas ressaltam que vários riscos podem reverter o otimismo. Entre as potenciais ameaças, destacam protecionismo, volatilidade nos preços do petróleo, redução do ritmo de crescimento nos países industrializados, terrorismo e instabilidade financeira.

Antônio Corrêa de Lacerda, professor de economia da PUC-SP, acredita que o Brasil fechará 2005 com US\$ 18 bilhões em IED, mesma marca alcançada em 2004, quando o indicador registrou alta de 80% em relação ao ano anterior. O valor, no entanto, está abaixo do potencial do Brasil, opinião compartilhada pelo economista Julio Sergio Gomes de Almeida, diretor-executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi). Para Lacerda, o potencial do país é de US\$ 25 bilhões ao ano. Ele destaca que a valorização do real em relação às demais moedas aumenta os custos de produção no Brasil e os preços de exportação dos bens fabricados no país, um duplo efeito negativo sobre os investimentos.

Apesar de o Brasil ter aparecido em quinto lugar entre os destinos preferidos de IED, a América Latina está em pior situação na disputa global pelos recursos do que a Ásia e o Leste europeu. Além do Brasil, o único país da região que aparece entre os dez primeiros colocados no ranking é o México, em 6º lugar na lista. Os números do Banco Central indicam que, entre janeiro e julho, o Brasil recebeu US\$ 10,6 bilhões de IED, alta de 87,8% em relação ao mesmo período de 2004. A compra da Ambev pela Interbrew foi responsável pela entrada de US\$ 6,3 bilhões até abril de 2005. Já os investimentos do Brasil em outros países atingiram US\$ 2,1 bilhões.

**TEXTO 51****Política amarra crescimento****Ipea detecta impacto da crise sobre atividade econômica no terceiro trimestre, mas revê para cima projeção de expansão no ano***MARIANA CARNEIRO*

A crise política tem data marcada para afetar o desempenho da economia: o terceiro trimestre. Segundo projeção do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o crescimento no período ficará em 0,8% ante o trimestre anterior, abaixo do previsto anteriormente (0,9%). Segundo o economista Fábio Giambiagi, do Grupo de Conjuntura do Ipea, embora o efeito seja limitado, não se pode negar que houve influência das denúncias no campo político sobre os empresários.

- Estimamos que os efeitos da crise política sejam limitados e concentrados no terceiro trimestre do ano. Os indicadores mostram que a crise ocorre basicamente no fim de junho e é claro que gerou algum efeito de "parar para ver" em alguns setores onde a tensão política influencia as decisões. Mas o efeito tende a ser superado com o passar do tempo para voltar a um patamar de 1% no quarto trimestre - disse.

De acordo com ele, indicadores de atividade de julho e agosto já apontam para uma desaceleração no período. A produção industrial de julho, que será divulgada amanhã, deve registrar queda, segundo o economista, de 0,5% a 1% ante junho.

Mas o Ipea está longe de ser pessimista. Para o ano, o instituto reviu para cima a taxa de expansão do Produto Interno Bruto (PIB), de 2,8% para os 3,5% projetados ainda no primeiro trimestre. Na semana passada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou crescimento de 1,4% do PIB no segundo trimestre, acima da previsão do Ipea (0,7%).

- Naturalmente, estamos adaptando nossas estimativas ao resultado do segundo trimestre, que veio melhor do que imaginávamos - disse Giambiagi.

A participação do setor externo - via exportações - na economia explica o avanço da projeção. Na composição do resultado previsto para 2005, as exportações contribuíam negativamente com 0,5 ponto percentual na projeção de junho. O desempenho revelado pela balança comercial, no entanto, reverteu a participação das vendas externas para o campo positivo em 0,2 ponto percentual nesse boletim. A demanda doméstica ficou inalterada entre setembro e junho, aos 3,3 pontos percentuais.

- O que explica a mudança na projeção do PIB é especificamente a demanda externa, seja por meio de um crescimento maior das exportações, seja por uma expansão menor das importações - disse Giambiagi.

A alta dos preços dos bens exportados - tanto dos manufaturados quanto dos básicos - explica em parte o bom desempenho das vendas externas. Para o Ipea, as exportações vão ficar 11% acima do ano passado. A previsão de junho era de que o crescimento nas vendas externas fosse parar nos 9,4%.

O baixo nível de compras no exterior fez o Ipea novamente rever para baixo o crescimento das importações. Em março, a estimativa de crescimento das compras externas neste ano era de 18,9%. Em junho, caiu para 16,6% e, agora, para 13,3%.

- A tendência, como qualquer país em desenvolvimento, é que o Brasil tenha um ligeiro déficit na balança comercial no futuro. Em 2007, é possível que tenhamos alguma correção, depois do forte ajuste externo feito nos últimos anos - avalia Giambiagi.

A projeção para 2006 também foi corrigida para cima, de 3,5% há três meses para 4% agora. Embora estime um crescimento maior no ano que vem, Giambiagi admite que a análise está sendo feita com "uma margem de incerteza maior do que a habitual".

- Se já é difícil adivinhar o futuro, em circunstâncias em que se requer competências que vão além das nossas, é mais difícil ainda - reconhece o economista.

Um indicador que, segundo o Ipea, aponta cenário positivo para o ano que vem é a recomposição do rendimento real (descontada a inflação) sobre os salários. A inflação em queda, já verificada nos últimos meses, tende a elevar o poder de compra do trabalhador.

- Observando-se os núcleos da inflação, que giravam em torno de 0,6% e caíram para 0,15%, percebe-se que, no terceiro trimestre, o BC teve êxito e quebrou a espinha da inércia inflacionária - avalia Giambiagi.

O Ipea revisou para baixo a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2005, de 6,3% para 5,3%. A meta fixada para este ano é de 5,1%. Para o ano que vem, a projeção da inflação é de 4,8%.

- A inflação só não convergirá para o centro da meta caso haja aumento nos derivados do petróleo. Se não, o resultado pode até ficar abaixo do esperado - aposta o economista.

## **TEXTO 52**

### **Cai emprego na indústria**

#### **Evolução das vagas tem o pior resultado em 18 meses. Vendas reais recuam 0,33%**

*DIMALICE NUNES*

**BRASÍLIA** - A evolução do emprego na indústria apresentou o pior resultado em 18 meses, com recuo de 0,16% no número de vagas em julho em relação a junho, aponta a Confederação Nacional da Indústria (CNI). De acordo com a entidade, o setor verificou, no período, uma acomodação, que se refletiu em quase todos os indicadores. Vendas reais, horas trabalhadas na produção e utilização da capacidade instalada apresentaram queda ou crescimento muito pequeno em julho na comparação com o mês anterior e com o mesmo período do ano passado. Apenas a massa salarial (relação entre nível de emprego e renda) avançou no período, devido à inflação.

Em julho, frente a junho, as vendas reais caíram 0,33%, e as horas trabalhadas na produção cresceram 0,04%. Já os salários líquidos pagos pelo setor cresceram 1,29%. A utilização da capacidade instalada ficou em 81,9%, 0,5 ponto abaixo de junho do ano passado.

O coordenador da pesquisa da CNI, Flávio Castelo Branco, avalia como natural uma fase de acomodação após o bom desempenho do setor no segundo trimestre. O arrefecimento não é interpretado pela entidade como tendência. O setor aguarda expansão nos próximos meses, diante da expectativa de queda da taxa de juros pelo Banco Central. Para Castelo Branco, porém, não há expectativa de grandes contratações nos próximos meses.

- O emprego apresentou crescimento por muitos meses e é natural que chegasse à estabilidade - comentou.

Em relação à expansão da massa de salários, Castelo Branco explica que a redução da inflação aumenta o valor das remunerações, ampliando o poder de compra. Pesa ainda o fato de categorias terem obtido dissídios acima da inflação.

Castelo Branco comentou que, mesmo com índice de ocupação da capacidade instalada ainda elevado, há espaço para aumento da demanda.

O dólar desvalorizado frente ao real foi o que mais pesou na redução das vendas reais em julho que caíram 4,75% em relação a junho. Cerca de 30% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todas as riquezas geradas) da indústria são provenientes de receitas com exportações. Segundo a CNI, o faturamento das empresas vem caindo com o efeito do câmbio.

- É por isso que as horas trabalhadas na produção crescem e as vendas, não - explica.

### **TEXTO 53**

#### **Exportações de automóveis aceleram**

*MURILO CAMAROTTO*

**SÃO PAULO** - Os temores da indústria de automóveis de que as exportações seriam seriamente afetadas pelo dólar em queda não se confirmaram, e o setor registrou recorde nas vendas ao exterior em agosto. Os negócios no mercado externo cresceram 13,9% em relação a julho e somaram US\$ 1,09 bilhão. Na comparação com agosto de 2004, a expansão foi de 34,3%. No acumulado do ano, as exportações já atingiram a marca de US\$ 7,32 bilhões, 39% acima de igual período de 2004, aponta a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

No mercado interno, as notícias também foram boas para o setor. Em agosto, foram vendidas 151,6 mil unidades, 9,3% a mais do que em julho. O número registra um avanço de 16,2% em relação a agosto de 2004. De janeiro a agosto, 1,09 milhão de veículos foram licenciados, 10,4% mais que os 987,4 mil de igual período do ano passado.

O presidente da entidade, Rogelio Golfarb, afirmou que o bom desempenho das exportações se deve à maior competitividade da indústria nacional, que melhorou a produtividade. Mas, para ele, o resultado não é sustentável diante do atual patamar do câmbio e da taxa de juros. Para Golfarb, a indústria está sofrendo com a apreciação do real frente ao dólar.

Ainda assim, a Anfavea reviu a expectativa de crescimento nas exportações de 7% para 29%. Para o setor interno, as expectativas de crescimento avançaram de 4% para 5%.

As vendas internas de bicomustíveis atingiram 61,7% do total. Os carros movidos a gasolina responderam por 32,1%, e os motores a álcool e diesel registraram 1,8% e 4,4% respectivamente.

### **TEXTO 54**

#### **Alerta para novo choque do petróleo**

#### **Apesar da queda de ontem, OCDE adverte que preços estão próximos do patamar da crise de 1973**

Com a passagem do furacão Katrina, a economia mundial vive hoje o risco de um novo choque do petróleo, com impacto mais profundo na Europa do que nos Estados Unidos, disse ontem o economista-chefe da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Jean-François Cotis. Segundo Cotis, a alta dos preços do petróleo afeta o mundo todo e "nada indica que esta tendência esteja chegando ao fim". O petróleo chegou a

- O nível atual dos preços não está muito longe do registrado durante a crise do final dos anos 70 - disse. O impacto do choque dependerá da resistência das economias, o que indica que os países desenvolvidos são os que conseguirão amortecer o impacto.

- O choque é sem dúvida mais forte nos EUA, mas sua economia é mais resistente e as conseqüências podem ser menores. O golpe é mais suave na Europa, mas o problema é que o continente está saindo de várias tentativas de retomada econômica fracassadas - afirmou.

A OCDE, no entanto, revisou para cima a perspectiva de crescimento para a Europa em 2005, para 1,3%, contra a previsão anterior de 1,2%. Para Cotis, o efeito do Katrina na economia americana será o de alimentar a inflação no curto prazo e frear o consumo doméstico. Ele reconhece, no entanto, que a economia dos EUA resistirá relativamente bem ao choque mundial, já que as previsões de crescimento para o segundo semestre do ano eram boas.

A previsão da OCDE é de que a economia dos EUA terá um crescimento de 3,6% neste ano. A organização recomendou que os juros no país prossigam, mas a um ritmo mais lento do que o executado até agora. Segundo Cotis, é muito difícil ter idéia do que será o preço do petróleo nos próximos dois anos.

- Não podemos descartar a possibilidade dos preços do petróleo continuarem subindo. A curto prazo, o Katrina fez desaparecer a pequena margem de excedente que havia no mercado de petróleo.

O preço do barril fechou em baixa ontem em Nova York, com a lenta retomada das atividades nas plataformas e refinarias no Golfo do México e com o plano de ajuda da IEA (sigla em inglês para Agência Internacional de Energia) aos EUA. O barril do cru para entrega em outubro, negociado na Bolsa Mercantil de Nova York, encerrou o dia negociado a US\$ 65,96, baixa de 2,38%.

A IEA obteve apoio de seus 26 países para enviar até 60 milhões de barris de petróleo nos próximos 30 dias para os EUA, a fim de atenuar os efeitos da interrupção da produção nas plataformas e refinarias no Golfo. Essas unidades respondem por cerca de um quarto da produção doméstica de petróleo e derivados americana. Com a interrupção na atividade das refinarias, o país corria o risco de escassez de combustível.

Quatro refinarias no Golfo do México ainda devem permanecer fechadas por semanas, segundo analistas. Os carregamentos de petróleo e refinados da Europa devem demorar mais uma semana para chegar aos EUA, o que deve manter o mercado instável por mais alguns dias.

## **TEXTO 55**

### **Inflação cai em agosto**

### **Combustíveis levam a recuo do IPCA para 0,17%**

*SABRINA LORENZI*

A deflação dos alimentos e a desaceleração das tarifas de telefone e dos preços dos combustíveis levaram à queda do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que entre julho e agosto passou de 0,25% para 0,17%. O desempenho dos preços em agosto fez a inflação acumular apenas 3,59% no ano, número bem abaixo dos 5,14% registrados no mesmo período de 2004. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA acumulou 6,02% nos últimos 12 meses.

Em deflação há três meses seguidos, os alimentos acumulam redução de 2,15% nos preços. Em julho, o recuo foi de 0,77%, passando para -0,73% em agosto. Os preços dos combustíveis, por sua vez, subiram menos. O álcool, que vem subindo sob influência das cotações da cana-de-açúcar, teve 1,58% de variação, menos do que em julho (2,05%). Da mesma forma, a gasolina, acompanhando o comportamento do álcool utilizado em sua mistura, passou de 0,87% para 0,34%.

O economista do Instituto Fecomércio, João Carlos Gomes, acredita que, com a desaceleração do IPCA, o índice caminha para fechar 2005 abaixo da meta ajustada pelo Banco Central, de 5,1%. Ele destaca que a desaceleração em relação a julho foi registrada graças a um impacto bem mais brando do aumento do telefone fixo, que foi o grande responsável pela alta do IPCA-15 de agosto.

Ontem, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) também divulgou o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), que apontou deflação de 0,79% em agosto. Em julho, o indicador registrou queda de 0,40% nos preços. Segundo o coordenador de Análises Econômicas da FGV, Salomão Quadros, o ciclo de queda de preços é o mais intenso em mais de 50 anos.

Entre os componentes, o maior declínio foi registrado no Índice de Preços por Atacado (IPA), que aumentou a deflação de 0,69% em julho, para 1,04% em agosto. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) passou de variação positiva de 0,13% para negativa de 0,44%. Já o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) desacelerou de 0,11% para 0,02%.

#### **TEXTO 56**

**Vale tem 30 dias para contestar Cade**

**Decisão que aprovou com restrições compras feitas pela mineradora foi publicada ontem no Diário Oficial**

*DANIELE CARVALHO*

O Diário Oficial da União de ontem trouxe o acórdão da decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que aprovou, com restrições, sete operações de compra de mineradoras feitas pela Companhia Vale do Rio Doce. A contar da data da publicação, os interessados têm trinta dias para recorrer da decisão do órgão.

De acordo com o acórdão do Cade, a Vale terá duas alternativas para concluir as operações. A primeira seria abrir mão do poder de administração da ferrovia MRS Logística, um dos principais corredores de exportação de produtos siderúrgicos e minério de ferro do país, e também do direito de preferência na compra do excedente de produção da mina Casa de Pedra, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A segunda opção seria a venda da mineradora Ferteco, com todos os seus ativos.

Na avaliação do analista de mineração do Unibanco Asset Management, Rodrigo Barroso, o acórdão não trouxe surpresa para o mercado, que gostou da decisão tomada pelo Cade.

- O órgão conseguiu tomar uma decisão equilibrada, que não trará danos muitos grandes para nenhuma das duas partes. O fim do processo também foi bom porque permite que as empresas envolvidas no caso, em especial CSN e Vale, toquem seus investimentos sem as incertezas que existiam antes - comenta.

**TEXTO 57****Varig supera Gol em vôos nacionais  
TAM mantém liderança folgada em agosto**

A Varig manteve a segunda posição no mercado doméstico de aviação civil em agosto, superando novamente a Gol. A liderança permanece com a TAM, que respondeu por 44,30% dos passageiros transportados no mês passado.

De acordo com dados do Departamento de Aviação Civil (DAC), a Varig teve participação de 26,52% em agosto, contra 26,12% da Gol.

Desde que TAM e Varig encerraram o acordo de compartilhamento de vôos, em maio, foi o segundo mês seguido em que a empresa gaúcha conseguiu a vice-liderança do mercado brasileiro. A Gol ficou com a segunda posição em maio e junho.

No ano, a diferença entre as duas empresas é maior. De janeiro a agosto, a Varig conseguiu 28,08% do mercado doméstico, enquanto a Gol abocanhou 26,22%. A liderança da TAM é folgada, com 43,20%.

A Gol, no entanto, mira vôos mas altos. A empresa elevou de seis para 11 a quantidade de aviões Boeing 737-800 Nova Geração que serão adquiridos em 2006. Segundo a companhia, a decisão está dentro de seus planos de expansão e redução de custos.

Esta semana, as empresas aéreas obtiveram vitória importante para redução de custos. A juíza Daniella Rocha Santos Ferreira de Souza Motta, da 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro, concedeu liminar suspendendo a cobrança das principais tarifas aeroportuárias pagas pelas companhias, como as de pouso e permanência nos aeroportos e de uso de infra-estrutura de comunicação. A decisão não afeta a principal tarifa paga pelos passageiros, que é a de embarque.

A Infraero informou que recorreu ontem da liminar. A estatal alega que não há motivo para discutir a natureza dessas taxas aeroportuárias, já que seu recolhimento não é compulsório. Ou seja, as tarifas são cobradas somente quando os serviços são utilizados.

**TEXTO 58****BC capta US\$ 1 bilhão no exterior**

Folhapress

O governo brasileiro concluiu ontem sua primeira captação com o objetivo de honrar compromissos externos que vencem no ano que vem. O Tesouro Nacional conseguiu arrecadar US\$ 1 bilhão com a reabertura de uma emissão externa de bônus que vencem em 2025 (Global 2025). Os investidores que adquiriram papéis brasileiros na emissão realizada ontem terão uma taxa de retorno de 8,52% ao ano.

Na emissão original do Global 2025, ocorrida em janeiro, a captação foi de US\$ 1,25 bilhão, com retorno de 8,9% ao ano a quem comprou o papel. Com essa operação, o Tesouro antecipa a programação de captação de 2006. O objetivo do governo é captar US\$ 9 bilhões nos próximos dois anos.

Os recursos ajudam o governo a se precaver de um possível contágio na economia da crise política, iniciada em junho, com a denúncia de suposto pagamento de "mensalão" a parlamentares. Por outro lado, quanto mais o governo emite títulos, mais cresce a dívida externa. No entanto, ao trazer dólares para pagar sua dívida, o governo também protege as reservas internacionais do Banco Central, que servem como garantia aos investidores. A



captação foi liderada pelos bancos Morgan Stanley e Bear Stearns. O dinheiro entra nas reservas brasileiras no dia 13 de setembro.

#### **TEXTO 59**

#### **Cresce exportação na América Latina Vendas avançam 17%, aponta Cepal**

As exportações de bens na América Latina cresceram 17% no primeiro semestre deste ano, segundo o documento *Panorama da Inserção Internacional da América Latina e do Caribe 2004: Tendências 2005*, divulgado ontem pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), vinculada à ONU.

"A continuarem as altas de preços dos produtos primários, voltarão a aumentar os fluxos comerciais da região, tal como em 2004", diz o documento. "O comércio mundial de mercadorias teve no ano passado seu máximo crescimento em 25 anos e promete manter-se alto este ano".

A Cepal estima que 2005 será um "bom ano para o comércio" dos países latino-americanos, apesar da expectativa de que a economia e o comércio mundiais terão menos dinamismo, menos aumentos de preços de produtos básicos, preços mais altos do petróleo e maiores taxa de juros.

Segundo a Cepal, entre 2004 e 2005, a economia mundial foi caracterizada pelo crescimento dos fluxos comerciais e financeiros para a China e pelo crescimento da economia dos EUA. A América Latina se favoreceu com esses fatores, segundo a comissão, porque os preços de seus produtos subiram.

De acordo com a comissão, a integração regional enfrenta um momento de definições, uma vez que, "em um cenário de negociações múltiplas, os mecanismos de integração mantêm algumas de suas tradicionais falhas". A comissão lembra como fatores de dificuldade para a integração a fragilidade dos mecanismos de solução de disputas, as regras regionais não postas em prática e a falta de coordenação macroeconômica.

O comércio dentro da própria América Latina e do Caribe, no entanto, cresceu pelo segundo ano consecutivo. Nos países da Comunidade Andina, o crescimento foi de 58,5% e no Mercosul, de 36,2%.

Segundo o documento, o preço do petróleo é uma "variável crucial" para a região. Por serem importadores, alguns países da região sofrem com a alta da commodity. A Cepal inclui o Brasil entre os países vulneráveis ao efeito.

A região corre ainda riscos devido ao déficit em conta corrente dos EUA, à dificuldade da União Européia e do Japão de acelerarem seus ritmos de crescimento, e às medidas protecionistas que os países desenvolvidos voltam a erguer contra importações, impedindo maior acesso dos países latino-americanos a esses mercados.

O estudo lembra, por fim, que a China é hoje o mercado de maior potencial para um crescimento maior das exportações da América do Sul. Em quatro anos, as importações de produtos da região pela China aumentaram 42%, taxa superior à outras regiões que exportam para o país asiático.

A China ainda oferece investimentos em infra-estrutura, energia e mineração, que poderiam complementar o financiamento para a realização de obras nessas áreas, diz a Cepal. A comissão lembra, porém, da concorrência que a China impõe à economia sul-americana, como no setor têxtil.

**TEXTO 60****Globopar encerra semestre no azul**

A Globopar conseguiu uma expressiva reviravolta no resultado semestral. A holding registrou lucro líquido de R\$ 798 milhões de janeiro a junho deste ano, depois de amargar prejuízo de R\$ 409 milhões no primeiro semestre de 2004.

As principais razões para a brusca mudança foram a venda de participação na Net Serviços, maior operadora de TV a cabo do país para o grupo mexicano Telmex como parte do processo de renegociação de dívidas e os ganhos nas despesas financeiras, que passam de despesas líquidas de R\$ 571 milhões de janeiro a junho de 2004 para ganho líquido de R\$ 155 milhões em igual período deste ano.

A empresa também reduziu a dívida líquida de R\$ 7,53 bilhões em junho do ano passado para R\$ 4,98 bi ao fim do primeiro semestre de 2005.

A Globopar informou ainda que a Justiça aprovou a união da holding - que engloba participações na Net, Globosat e Editora Globo, entre outras - com a TV Globo, que no primeiro semestre pagou R\$ 187 milhões à Globopar em aluguel de equipamentos.

A TV Globo, por sinal, também teve expressivo crescimento, de 808%, no seu lucro líquido no primeiro semestre do ano. Os ganhos da maior rede de TV do país somaram R\$ 135,7 milhões de janeiro a junho. A receita líquida da companhia atingiu R\$ 1,949 bi, alta de 16,05%.

[08/SET/2005]

**TEXTO 61****Brasil vira pólo de tecnologia****HSBC criará centro internacional para desenvolver software e sistemas bancários, gerando 2 mil empregos no país**

*LÉA DE LUCA*

**SÃO PAULO** - O HSBC vai construir no Brasil seu terceiro centro internacional de tecnologia da informação, para desenvolvimento dos principais softwares e sistemas usados pela instituição. A informação foi dada por John Bond, presidente do grupo britânico, o terceiro maior conglomerado bancário do mundo.

- Depois de pronto, o empreendimento vai empregar 2 mil novos funcionários. Aqui estão alguns dos melhores talentos nesta área em todo o mundo.

Os outros dois centros estão na China e na Índia. Durante a entrevista concedida na sede do banco em São Paulo, Bond não se limitou a elogiar o talento dos brasileiros: a melhora dos indicadores da economia, o presidente Lula e até os concorrentes foram lembrados.

- A economia brasileira está na sua melhor forma das últimas décadas - disse.

Bond fez questão de não comentar política, mas afirmou que a atual crise não afetou o interesse do banco no Brasil.

- O que levamos em conta são os fundamentos, como o superávit comercial, a inflação sob controle e o câmbio flutuante, todos positivos.

Sobre o presidente Lula, que finalmente conheceu pessoalmente nesta sua terceira viagem ao Brasil, Bond disse ser um homem fascinante.

- Adorei conhecê-lo.

O executivo também listou Bradesco, Itaú e Unibanco co-mo alguns dos bancos mais bem-administrados do mundo.

Apesar de tantos elogios, o Brasil hoje representa pouco mais de 1,7% dos ganhos do grupo (US\$ 10,6 bilhões, antes de impostos, em junho último).

- Mas esse percentual vai crescer - afirmou, sem especificar um horizonte.

Quando questionado sobre a possibilidade de voltar a ir às compras, Bond disse que a estratégia de crescimento do banco não pode depender de ofertas disponíveis.

- Nossa primeira escolha é crescer organicamente, mas ficaríamos felizes se aparecesse outra oportunidade certa para investir mais capital no Brasil.

O local exato para o centro tecnológico ainda não foi escolhido, mas a sede brasileira do banco fica em Curitiba. Bond não soube dizer também quando estará pronto, limitando-se a dizer que será "o mais rápido possível". Nem revelou quanto será investido no centro. Por ano, o HSBC gasta US\$ 3,8 bilhões em tecnologia, ferramenta fundamental para um banco que pretende ser cada vez mais global - com raízes na China, tem sede em Londres e presença em outros 75 países.

No entanto, segundo Bond, ainda há o que aprender nesse departamento. No seu primeiro dia em São Paulo, passeando pelo tradicional Mercado Municipal da cidade, o executivo notou clientes usando as máquinas de auto-atendimento do banco. Na Europa, essas máquinas permitem apenas saques e extratos - no Brasil, também se pode fazer empréstimos e transferências, por exemplo. Segundo Bond, a ampliação do uso das ATMs é uma das coisas aprendidas com a Losango, financeira comprada pelo HSBC em 2003.

- Não é surpreendente que uma empresa de crédito ao consumo brasileira seja tão sofisticada, a nível internacional? - questiona.

Segundo ele, a Losango é um tremendo sucesso para o grupo, um das vias por onde o banco planeja crescer organicamente.

A visita de John ao Brasil foi rápida - encontrou-se por com o presidente Lula na segunda-feira em uma sala vip do Aeroporto de Congonhas, quando também conheceu o ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan. Em seguida, voou para Brasília, onde conversou com o ministro Antonio Palocci, da Fazenda, e com Henrique Meirelles, presidente do Banco Central. Na terça, almoçou com 15 clientes. E à noite voou para os Estados Unidos.

A primeira vez que Bond, 64 anos, veio ao país foi em 1998, já indicado para *chairman*, cargo que assumiria no mesmo ano; a segunda foi em 2000, para uma reunião mundial do board do grupo, que aconteceu aqui.

**TEXTO 62****Construção de uma nova cachaça***BRUNO ROSA*

A engenharia e a química não são as únicas paixões da família Odebrecht. Prova disso são os negócios girados pela Cachaça Itagibá, marca recém-criada e gerida por Emílio Odebrecht. O empreendimento consumiu investimentos superiores a R\$ 1 milhão. De olho em um mercado que movimenta cerca de US\$ 500 milhões por ano no país e produz mais de 1,3 bilhão de litros anuais, o empresário está otimista com a bebida destilada.

Sua meta é fabricar cerca de 50 mil litros da cachaça branca descansada até o fim deste ano, podendo ser ampliada de acordo com a demanda. Local para a produção também não é problema. Emílio produz a bebida na sua fazenda Baviera, na cidade de Itagiba, distante 300km de Salvador.

- O objetivo é transformar um hobby em um fim lucrativo. Por enquanto, a venda será apenas em Salvador. Mas no início do próximo ano, venderemos a bebida também no Rio de Janeiro - explica David Aguierre, diretor do núcleo de negócios da Empreendimentos Administração e Obras (EAO), empresa agropecuária criada por Emílio e seu filho Maurício Odebrecht.

O cronograma de lançamentos também vai de vento em popa. Mal começaram as atividades e Emílio já pensa em lançar diversas versões da cachaça Itagibá. A primeira investida é o lançamento da versão branca no próximo dia 14. A bebida é descansada em barris de amendoim, com teor alcoólico de 40º e produzida para ser consumida pura e especialmente para a preparação de drinks aperitivos. As outras cachaças do portfólio, que estarão à disposição do mercado ainda em 2005, são as envelhecidas e armazenadas.

De acordo com o próprio Emílio, a fabricação da Cachaça Itagibá era apenas um hobby, uma forma de presentear amigos mais próximos - ou seja, boa parte do Produto Interno Bruto (PIB). Daí a marca ter se tornado cobiçada por um público de alta renda. Com o sucesso, o empresário resolveu socializar o acesso à bebida.

E Emílio vai além. Seu objetivo é tirar definitivamente da bebida o rótulo de produto de segunda linha. Para isto, quer alçar a cachaça ao status do vinho, com direito a degustação profissional, taça própria e a criação de charutos de marca. Com este objetivo, conta também com a consultoria de *cachassiers* - como se chamam os especialistas em aguardante. Hoje, a cachaça é o destilado mais consumido no país e ocupa o segundo lugar entre as bebidas alcoólicas, atrás da cerveja.

**TEXTO 63****Gigantes do fumo perdem espaço***VIVIANE MONTEIRO*

**SÃO PAULO** - A Souza Cruz e a Philip Morris, maiores fabricantes de cigarros do país, perdem espaço no mercado interno para empresas de menor porte. Em cinco anos, a participação dessas empresas caiu 13 pontos percentuais. Em 2000, detinham 98% do mercado e caíram para 85% no ano passado. Já a participação das empresas menores passou de 2% em 2000 para 15% no ano passado, segundo dados da Receita Federal.

Há no país 16 fabricantes de cigarros. A maioria, segundo a Receita, sonega impostos. A maior parte está instalada em São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo o coordenador de fiscalização da Receita, Marcelo Fisch, o ganho de espaço das pequenas empresas deve-se à sonegação fiscal.

A arrecadação de impostos no setor de cigarros (99,7%) é feita pela Souza Cruz e a Philip Morris. O preço dos cigarros das indústrias de menor porte varia em média de R\$ 0,70 a R\$ 0,80 centavos, enquanto que o menor preço do maço de cigarros das grandes fabricantes é de R\$ 1,75.

Segundo Luiz Conde, diretor da Souza Cruz, a cada maço com 20 cigarros vendidos, 14 cigarros são para o pagamento de impostos. A vantagem é proporcional para quem sonega, uma vez que a carga tributária é o principal custo do setor, que no ano passado arrecadou R\$ 3,2 bilhões.

A produção anual com o selo da Receita é de 105 bilhões de cigarros. Já o volume anual contrabandeado chega a 22 bilhões de cigarros, o que representa até 35% do mercado.

Para o presidente do Sindicato da Indústria do Fumo de São Paulo (Sindifumo-SP), Henrique Barreto, o mercado de cigarros do país está "desorganizado". Para ele, de um lado existe um "duopólio" e, do outro, o mercado ilegal. Barreto diz que as líderes causam prejuízo à sociedade porque impedem a concorrência e as pequenas, para sobreviver, sonegam impostos.

#### **TEXTO 64**

##### **Crescimento menor nos EUA**

##### **Furacão reduzirá expansão da economia do país em até 1 ponto percentual no semestre**

**WASHINGTON** - Os estragos provocados pelo furacão Katrina poderão ocasionar uma perda de até um ponto percentual no crescimento dos Estados Unidos, assim como a eliminação de 400 mil empregos, segundo o Escritório de Orçamento do Congresso americano (CBO, na sigla em inglês, organismo sem vínculo partidário que assessora os legisladores sobre as conseqüências econômicas de suas decisões). Os impactos serão sentidos no Produto Interno Bruto (soma de todas as riquezas geradas no país) do segundo semestre e reduzirão o indicador em, no mínimo, meio ponto percentual.

Segundo o CBO, as expectativas eram de crescimento entre 3% e 4% no semestre. Em muitas áreas afetadas, incluindo a própria cidade de Nova Orleans, no estado de Louisiana, prevêem-se "transtornos substanciais e prolongados na atividade econômica".

Ainda é preciso acrescentar o impacto da catástrofe nos preços da energia e de combustíveis, que já começa a refletir na demanda dos consumidores. O impacto do furacão no já elevado déficit orçamentário não foi avaliado, por enquanto.

O CBO informou que as conseqüências econômicas exatas da tragédia, por enquanto, são incertas. "Até o momento, tudo indica que seus efeitos econômicos globais serão significativos, mas não alarmantes", acrescentou o organismo.

Na semana passada, na avaliação do CBO, o impacto parecia maior, mas agora as expectativas teriam se revelado mais otimistas, devido aos "progressos na abertura de refinarias e na reativação de oleodutos".

Ontem, em virtude do arrefecimento dos efeitos do furacão, o petróleo fechou em queda de 2,41%, a US\$ 64,37 o barril na Bolsa de Nova York. Em Londres, o Brent caiu 2,75%, para US\$ 62,89.

Em termos gerais, a avaliação feita pelo organismo coincide com as dos analistas privados, que, além disso, advertiram que os efeitos do Katrina podem ser muito piores se o aumento do preço da energia atingir o consumo dos cidadãos.

O estudo contrasta com as conclusões de relatório divulgado ontem pelo Federal Reserve (Fed, banco central americano), indicando que a economia emitia bons sinais de expansão, além de revelar avanço no emprego e no consumo. O relatório foi elaborado duas semanas antes do Katrina.

Ainda segundo o Fed, a explosão do setor imobiliário americano mostra "sinais de suavização em alguns mercados". O presidente do Fed, Alan Greenspan, tem reiterado que os investidores nesse mercado - que vem sendo estimulados pela valorização crescente dos imóveis - não devem contar com a manutenção do atual quadro de aquecimento. Esse setor, afirma, vai se esfriar, e as pessoas que especularam com imóveis terão sérias perdas.

*Com agências*

#### **TEXTO 65**

##### **Petróleo atrai poucos jovens**

*PERRINE FAYE*

**ABERDEEN, ESCÓCIA** - Apesar da disparada do preço do barril e dos altos lucros das empresas, a indústria petroléira vem se mostrando "pouco sexy", ou seja, incapaz de atrair jovens para trabalhar no setor. Segundo especialistas que participam da Conferência Offshore Europe, na Escócia, para conter esse efeito e atrair mão-de-obra jovem e qualificada será preciso mudar de estratégia.

- Devemos atrair os jovens para a indústria petroléira - disse o ministro de Energia britânico, Malcolm Wicks.

Nos últimos anos, o setor de petróleo tem se revelado pouco atraente aos jovens que chegam ao mercado de trabalho. Em 2004, saíram das universidades americanas 50 mil advogados. Já os engenheiros petroléiros foram apenas 450. Entre 1991 e 2001, o número de engenheiros formados por universidades britânicas caiu 50%.

- Devemos trabalhar para melhorar a nossa imagem nas universidades, convencer os jovens de que pode ser *cool* fazer a carreira no setor - disse Henry McGee, presidente da ConocoPhillips na Europa.

Para a maioria dos jovens, a indústria petroléira tem imagem antiquada e futuro pouco promissor devido ao esgotamento das reservas mundiais. A escassez de engenheiros se soma ao problema de envelhecimento da mão-de-obra, cuja idade média se aproxima dos 50 anos. Em pouco tempo eles deverão se aposentar e as empresas vão ter que buscar empregados entre os jovens.

#### **TEXTO 66**

##### **Jóia social da América Latina**

##### **Argentina tem o melhor desenvolvimento humano do continente. Brasil se mantém estagnado**

A crise econômica que assolou a Argentina em 2001 não foi suficiente para tirar do país a liderança no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os países da América Latina. De acordo com o Relatório 2005 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), os argentinos registraram IDH de 0,863, garantindo a 34ª colocação geral no ranking, que tem a liderança da Noruega, com 0,963.

Enquanto isso, o Brasil manteve a 63ª posição na pesquisa de 2005, que leva em conta dados econômicos e sociais referentes a 2003. O país registrou IDH de 0,792, contra 0,790 em 2004.

O resultado mantém a Argentina entre os países com IDH considerado alto (acima de 0,80), enquanto o Brasil fica no grupo de IDH médio.

Entre os países latino-americanos, Chile (0,854, em 37º), Uruguai (0,840, em 46º), Costa Rica (0,838, em 47º), Cuba (0,817, em 52º), México (0,814, em 53º), Panamá (0,804, em 56º) e Trinidad e Tobago (0,801, em 57º) também possuem IDH alto. As demais nações da região têm desenvolvimento humano médio.

A liderança argentina na América Latina é explicada pelo professor Claudio Dedecca, do Instituto de Economia da Unicamp, como consequência histórica do maior desenvolvimento social do país vizinho. Segundo Dedecca, a Argentina sempre teve uma posição de destaque na região.

- O IDH é um índice que reflete principalmente as condições sociais dos países e a Argentina tem vantagens importantes em educação, habitação e saneamento. Em termos sociais, eles sempre tiveram destaque na América Latina e esta condição passada ainda pesa - explica.

Na avaliação do economista José Marcio Camargo, da consultoria Tendências e professor da PUC-Rio, o crescimento do IDH argentino entre as listas de 2004 e 2005 é reflexo da retomada da economia depois da crise de 2001. No período, o IDH do país pulou de 0,853 para 0,863.

- A Argentina já foi muito rica e ainda é. É o país com melhor nível de escolaridade e distribuição de renda da América do Sul. Mas são heranças do passado. A partir deste ano, contudo, o país deve crescer menos, já que a inflação fechará na casa dos dois dígitos - explica o economista.

Uma comparação entre os principais índices avaliados pelo Pnud dá uma idéia da diferença entre Brasil e Argentina. Enquanto os vizinhos tinham em 2003 expectativa de vida de 74,3 anos, índice de alfabetização de adultos de 97,2% e renda per capita de US\$ 12.106, os brasileiros tinham esperança de viver 70,5 anos, taxa de alfabetizados de 88,4% e renda de US\$ 7.790.

A projeção para os próximos anos é de que o Brasil não altere significativamente sua posição no ranking do Pnud, que engloba dados de 177 países. O crescimento econômico de 4,9% no ano passado e os esperados 3,5% para 2005 devem levar o país a subir na lista, mas a passos lentos.

Para Camargo, da Tendências, apesar do crescimento da economia brasileira no ano passado, ainda pesam a baixa escolaridade da população e má distribuição de renda - em 2003, o país foi o quinto mais desigual do mundo. A educação, na visão de Camargo, está sendo conduzida de forma equivocada pelo governo Lula, que investe no ensino superior e na formação de adultos e deixa de lado o ensino fundamental.

- Será um ganho lento. O Brasil hoje tem a possibilidade concreta de iniciar um crescimento sustentável. Deve crescer entre 3% e 4% nos próximos anos - prevê.

Mas este patamar de crescimento, na visão de Dedecca, da Unicamp, será insuficiente para alavancar grandes mudanças no IDH brasileiro. O economista ressalta que os maiores avanços no ranking, como os de alguns países asiáticos, foram precedidos por vários anos com taxas de expansão do PIB da ordem de 8%.

Dedecca ressalta ainda que o Brasil possui déficits sociais consideráveis em setores como saúde, educação e habitação, que demandam investimentos fortes.

- Temos necessidade de investimentos pesados na infra-estrutura básica e social. Nosso mercado de trabalho ainda é muito precário. Para mudar o quadro de forma significativa, deveríamos ter investimentos muito mais elevados que os atuais. Vamos ter um IDH mais alto no ano que vem, mas a mudança será insuficiente para grandes evoluções no ranking.

O Pnud considerou o Brasil um país profundamente concentrador de renda, com a oitava pior distribuição do mundo e os 10% mais ricos abocanhando 46,9% da renda nacional.

O índice de Gini do país, indicador usado para medir a desigualdade, é de 59,3 - quanto mais perto de 100, maior a concentração de renda. O resultado deixa o país à frente apenas de Namíbia (70,7), Lesoto (63,2), Botsuana (63,0), Serra Leoa (62,9), República Centro-Africana (61,3), Suazilândia (60,9) e Guatemala (59,9). *Rafael Rosas e Bruno Rosa, com agências*

**TEXTO 67**  
**Na prática, ainda pior**  
*SAMANTHA LIMA*

O ano de 2003 foi muito pior para os brasileiros do que mostra o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), na opinião do economista Marcio Pochmann, da Unicamp. Naquele ano, afirma, o país teve alto índice de desemprego e queda no Produto Interno Bruto (PIB, soma de todas as riquezas do país) por habitante - embora os dados utilizados pelas Nações Unidas para calcular a média brasileira mostrem o contrário.

- Os dados usados pelas Nações Unidas são em dólar e, naquele ano, a cotação recuou depois da disparada em 2002, elevando o PIB per capita - explica. - Isso teve impacto direto na renda per capita.

Pochmann reserva críticas à metodologia de cálculo do IDH.

- Trata-se de uma média e, como tal, não mostra outras mazelas da sociedade brasileira. Sua fórmula só beneficia o discurso dos governos, porque se baseia em indicadores que melhoram por inércia. Para mostrar fielmente a realidade brasileira, o IDH precisaria levar em conta indicadores como violência, desemprego e gasto social.

**TEXTO 68**  
**Sem surpresas na ponta**

O ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) não apresentou grandes surpresas na liderança. A ponta continua com a Noruega, com 0,963, seguida por Islândia (0,956), Austrália (0,955), Luxemburgo (0,949) e Canadá (0,949). Os Estados Unidos perderam duas posições e caíram para o 10º lugar, com 0,944.

No outro extremo da lista, a África permanece com a esmagadora maioria dos países com baixo IDH (menos de 0,50). Das 32 nações do grupo, apenas duas - Iêmen e Haiti - não estão no continente. A lanterna fica com Níger, com IDH de 0,281.

O Relatório 2005 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) também levanta alguns dados, além de classificar os países por ordem de IDH. Entre as conclusões deste ano, está o fato de que o comércio



internacional oferece grandes oportunidades para promover o desenvolvimento humano, mas não tem ajudado a reduzir a pobreza nem diminuir a desigualdade.

O estudo revela também que, para cada dólar investido no mundo todo em ajuda humanitária, os países destinam dez para seus orçamentos militares.

[09/SET/2005]

#### **TEXTO 69**

#### **BNDES acelera desembolsos às fábricas**

#### **Crédito ao setor avança em ritmo três vezes superior à média**

*ALUISIO ALVES*

**SÃO PAULO** - Os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) somaram R\$ 28,8 bilhões nos oito primeiros meses de 2005, um crescimento de 18% em relação a igual período do ano passado. O movimento foi liderado pela indústria, setor para o qual as liberações tiveram expansão de 52%, com destaque para os segmentos de mecânica (239%) e metalurgia (91%). A construção consumiu recursos 43% superiores na mesma base de comparação.

- O total de empréstimos está afinado com o crescimento do país. Se os setores de energia elétrica e da agroindústria tivessem apresentado desempenho normal, já teríamos ultrapassado os R\$ 30 bilhões - afirmou o presidente do BNDES, Guido Mantega, que classificou como "pontual" o recuo de 2,5% na produção industrial em julho. - É um pequeno soluço natural depois de um período de crescimento - minimizou.

No caso da energia elétrica, o recuo de 38% foi resultado do fim do programa de capitalização das empresas do setor. Já a quebra da safra foi a responsável pela redução de 37% na liberação de recursos para o agronegócio.

Além disso, explicou, a demanda por crédito tem sido inibida pela alta liquidez internacional e desvalorização do câmbio, o que tem incentivado as empresas a buscarem empréstimos no exterior e a elevarem as importações de equipamentos.

Os desembolsos para empresas de menor porte cresceram 6%, somando R\$ 8,2 bi entre janeiro e agosto, 28% dos desembolsos totais. Mantega, que no mês passado descartou a possibilidade de desembolsar os R\$ 60 bilhões disponíveis, afirmou que, este ano, os financiamentos deverão chegar a R\$ 50 bi.

No acumulado dos oito primeiros meses do ano, as aprovações de empréstimos (estágio anterior à liberação de recursos) cresceram 39%. Os enquadramentos (período de avaliação técnica dos pedidos) aumentaram 45%. Em ritmo bem menor, as consultas de empresas pedindo empréstimo cresceram apenas 6% no acumulado do ano.

Mantega evitou associar os números à crise política. Disse apenas que, em um cenário incerto, a tendência é que os pedidos de empréstimos sejam levados adiante apenas por empresas que efetivamente estão dispostas a fazer o investimento.

- Num período de incertezas, as consultas para projetos mais sólidos continuam - disse.

**TEXTO 70****Trapalhada de R\$ 2,8 bi****Ministério informa que proposta orçamentária reduzindo alíquota máxima do IR de 27,5% para 25% foi erro técnico***KELLY OLIVEIRA*

**BRASÍLIA** - Um equívoco acabou transformando o que seria uma boa notícia em mais uma trapalhada do governo. Depois de quase perder na votação do salário mínimo e sofrer uma derrota no aumento do funcionalismo, desta vez tropeçou na área tributária.

O governo decidiu voltar atrás na decisão de reduzir a alíquota máxima do Imposto de Renda para pessoas físicas de 27,5% para 25%. A medida - incluída no Projeto de Lei Orçamentária de 2006 - ontem foi considerada um erro, percebido somente agora, duas semanas depois de o texto chegar ao Congresso.

A redução beneficiaria trabalhadores com salário superior a R\$ 2.326 e representaria uma renúncia fiscal de R\$ 2,8 bilhões por ano.

- A Receita errou - resumiu o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, responsável pelo envio do Orçamento ao Congresso.

O que o governo agora chama de erro consumiu algumas linhas da proposta de Lei Orçamentaria de 2006, com riqueza de detalhes.

"Acrescente-se a essas medidas a decisão do governo de não prorrogar a vigência da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda incidente sobre a maior faixa de rendimentos, que voltará a ser de 25%", diz o texto.

Segundo nota conjunta emitida ontem pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento, o equívoco ocorreu porque os técnicos da Receita se basearam na legislação antiga ao fazer as estimativas de receita. A alíquota para o próximo ano está estabelecida na Lei 11.119, de maio desse ano - conversão da polêmica MP 232, que corrigia a tabela do Imposto de Renda, mas elevava a carga tributária de alguns setores. Só que os técnicos se basearam na Lei 10.828 de 2003, que previa o término da vigência dos 27,5% em 31 de dezembro desse ano.

A nota informa ainda que o equívoco da Receita levou a Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, a supor que já estivesse concluída no âmbito do governo a discussão sobre desoneração tributária. E assim a redução foi incluída de última hora no texto da proposta orçamentária por Paulo Bernardo. O problema, segundo informou ontem o governo, é que a mudança da alíquota do IR para pessoa física nem sequer chegou a ser discutida pela equipe econômica.

O ministro afirmou ontem que o governo irá encaminhar uma mensagem ao Congresso para retificar a proposta. Do total de R\$ 2,8 bilhões recuperados, R\$ 1,53 bilhão será destinado a uma reserva de recursos para futuras medidas de desoneração tributária e R\$ 1,36 bilhão para ampliação das transferências constitucionais aos Estados, Municípios e Fundos Constitucionais.

De acordo com a nota, as decisões sobre a desoneração tributária adicional e sobre a forma que será adotada só ocorrerá até dezembro desse ano.

- É uma decisão do presidente propor a redução - afirmou Paulo Bernardo.

Para tributaristas ouvidos pelo JB, o equívoco é injustificável. O governo não tem poder de alterar tributos via orçamento.

- Foi um erro de interpretação porque não há nenhuma previsão legal de redução do imposto para 25%. O Orçamento não tem poder de mudar, nem para mais nem para menos, a alíquota de impostos. Para isso, seria necessária a edição de uma lei ou medida provisória para ter validade - esclarece o advogado Sérgio Presta, do escritório Veirano Advogados. *Com Cristiane Crelier*

## **TEXTO 71**

### **Temporário que vira permanente**

*CRISTIANE CRELIER, GILMARA SANTOS E SANDRA NASCIMENTO*

O erro do governo traz à tona a discussão em torno não só do constante desrespeito ao contribuinte. Provocou protestos a constatação de que a elevação provisória não tem volta no prazo determinado, elevando, a cada ano, o peso da carga tributária.

- Originariamente, esse aumento de 10% na alíquota do IR seria provisório, mas foram ocorrendo várias prorrogações e o imposto foi ficando com essa alíquota maior - diz Ana Cláudia Utumi, do escritório Tozzini, Freire, Teixeira e Silva Advogados. Ela cita como exemplo a CPMF, que foi criada em 1997 e está em vigor.

- A prorrogação dos impostos provisórios afronta a segurança jurídica. E essa insegurança das leis tributárias é, sem dúvida, um dos componentes do custo Brasil.

Para este ano, a estimativa do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário é que o total dos tributos pagos chegue a 37,5% do PIB. No ano passado, foi 35,91%.

## **TEXTO 72**

### **Tarifas em negociação**

### **Itamaraty diz que redução proposta ainda será debatida**

*KELLY OLIVEIRA*

**BRASÍLIA** - A proposta do Ministério da Fazenda de abertura mais agressiva do mercado brasileiro para produtos industriais deve ser reprovada pela Câmara do Comércio Exterior (Camex) na reunião do dia 19. De acordo com o chefe do Departamento Econômico do Itamaraty, Piragibe Tarragô, a proposta da Fazenda ainda deve ser discutida entre os órgãos do governo e o setor empresarial. Ela seria apenas um "exercício teórico" que será agregado às discussões de redução de barreiras tarifárias.

- Primeiro, precisamos saber qual é a posição dos países em desenvolvimento com relação à redução dos subsídios agrícolas, para então discutirmos a redução da tarifa de importação dos produtos industriais - afirmou Tarragô.

A proposta do Ministério da Fazenda gerou reação dos empresários, que temem redução da produção brasileira e perda de mercado interno. A Fazenda propõe a redução da tarifa máxima consolidada para bens industriais na Organização Mundial do Comércio (OMC), que é de 35%, para 10,5%. Já a Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul na média cairia de 10,77% para 7,39%.

Pela proposta, seria adotado o coeficiente 15 de corte de tarifas, o que tornaria mais homogêneo o regime tarifário do Brasil e atenderia à pressão dos Estados Unidos e da União Européia por um corte agressivo.

- Em um prazo longo, como 15 anos por exemplo, será possível aceitar uma redução mais forte - defendeu Soraya Rosar, coordenadora da Unidade de Negociações Internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A avaliação do setor produtivo está alinhada com a proposta do Ministério do Desenvolvimento. O ministro Luiz Fernando Furlan, presidente da Camex, já afirmou que a redução das alíquotas de importação deve ser feita no prazo de pelo menos dez anos.

Para Tarragô, a divulgação da proposta da Fazenda foi negativa para as negociações no âmbito da Rodada de Doha, porque a informação chegou aos países desenvolvidos antes de uma definição do governo brasileiro.

### **TEXTO 73**

#### **Prejuízo de bilhões à vista**

#### **Copersucar cobra no STJ perdas de R\$ 8 bi causadas por tabelamento de preços**

*DANIEL PEREIRA*

**BRASÍLIA** - O governo federal está prestes a sofrer uma derrota bilionária no Judiciário. Ontem, três ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) votaram pela manutenção de decisão que garantiu à Copersucar o direito de receber indenização por supostos prejuízos registrados, na década de 80, devido à fixação de preços de açúcar e de álcool, pelo Poder Executivo, abaixo dos custos de produção. Como restam votar dois ministros, o esqueleto não será desmontado, a não ser que haja mudança dos votos proferidos.

De forma reservada, ministros do STJ reconhecem que é remota a possibilidade de reversão do quadro. De acordo com a Advocacia-Geral da União (AGU), a fatura apresentada pela Copersucar é de cerca de R\$ 8 bilhões em valores atuais. O impacto de uma decisão favorável à cooperativa pode ser ainda maior nas contas públicas, já que existem pelo menos outras 200 ações semelhantes patrocinadas pelo setor sucroalcooleiro. No início do ano passado, a AGU disse que os pedidos de indenização somados chegavam a R\$ 50 bilhões.

O valor corresponde a 61% do superávit primário obtido pelo país em 2004 - R\$ 81 bi. Mas é considerado superestimado pelas empresas. Elas alegaram, também no início do ano passado, que a fatura seria de R\$ 10 bilhões. Além disso, acusaram a AGU de usar números astronômicos a fim de influenciar os magistrados. No centro da disputa, está o modelo utilizado pelo Poder Executivo para definir os preços do açúcar e do álcool na década de 80.

Naquela época, o extinto Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) recebia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) um levantamento sobre o custo médio de produção. Repassava-o ao Ministério da Fazenda, que fixava o valor a ser cobrado dos consumidores. Segundo as usinas, o preço era sempre menor do que o sugerido pela FGV, o que causou prejuízos ao setor.

- O governo não adotou para a fixação dos preços o critério que ele mesmo entendeu que seria o correto, justo e necessário para que fossem remuneratórios - defendeu a advogada Anna Paola de Lorenzo.

Anna Paola é do escritório Dias de Souza Advogados Associados, que ajuizou mais de 100 ações indenizatórias em nome de usinas das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Já a AGU diz que os pleitos se sustentam em dano hipotético. Primeiro, porque as empresas não conseguem provar os prejuízos alegados. Segundo, porque os levantamentos da FGV não possuiriam caráter vinculado, ou seja, não teriam de ser seguidos.

**TEXTO 74****Estiagem afeta safra este ano  
Colheita será 4,7% menor, estima Conab***DIMALICE NUNES*

**BRASÍLIA** - A forte estiagem que atingiu importantes áreas produtoras de grãos, especialmente no Sul, fará com que a produção nacional de grãos da safra 2004/2005 seja 4,7% menor que a alcançada na safra anterior, somando 113,5 milhões de toneladas. O dado consta do 6º e último levantamento realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e divulgado ontem.

- Apesar da queda na safra, a previsão da Conab é de que não haverá desabastecimento de produtos no mercado interno - avalia Jacinto Ferreira, presidente do órgão.

Ao contrário da produção, a área plantada cresceu 2,8%, para 47,4 milhões de hectares. A queda na produção é mais acentuada quando comparada às estimativas feitas pela Conab em 2004, quando o órgão previa safra de 131,9 milhões de toneladas, 14% maior que a do último levantamento.

Os números se referem às safras de verão e inverno. O milho deverá ser a cultura mais atingida pela seca na safra 2004/2005, com produção 17% menor que a registrada em 2003/2004, totalizando 34,976 milhões de toneladas. Apesar da seca, a produção de soja deve ser 2,6% maior que a da safra anterior, com 51,09 milhões de toneladas.

**TEXTO 75****Câmbio e juros derrubam indústria  
No pior resultado em 30 meses, produção cai 2,5% em julho, puxada pelo recuo do  
setor de máquinas***SABRINA LORENZI E CRISTINA BORGES GUIMARÃES*

**RIO E SÃO PAULO** - A produção industrial caiu 2,5% em julho, em relação a junho, depois de quatro meses consecutivos de aumento, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE). Foi o maior recuo da indústria dos últimos 30 meses. A queda ocorreu em todos os segmentos, mas foi mais intensa no setor de bens de capital - máquinas e equipamentos - que recuou 7,6%, sob o efeito dos juros altos e do real forte, que tem incentivado as importações.

Dos 23 ramos investigados, 20 reduziram produção neste período. Os setores mais afetados foram os de veículos automotores (-4,6%), material eletrônico e equipamentos de comunicações (-10,7%) e máquinas e equipamentos (-5,7%).

A produção de bens de capital, termômetro de investimentos e que vinha liderando o crescimento do setor e do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todas as riquezas do país), voltou a um patamar de produção menor do que o verificado há um ano: na comparação com julho do ano passado, a queda foi de 4,4%.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Newton de Mello, aponta o câmbio e a taxa de juros como dois fatores negativos ao desempenho do setor.

- O crescimento das importações de bens de consumo para substituir a produção nacional faz com que caia a demanda por máquinas no país.

Em sua opinião, a política monetária prejudica o setor mais do que a crise política

- A manutenção dos juros altos atrai capital especulativo e valoriza o real. Se essa política monetária for mantida, prejudicará a indústria de máquinas e equipamentos também no ano que vem - diz.

Embalada até então pelo crédito, a indústria de bens de consumo duráveis inverteu a tendência e apresentou a segunda maior queda do setor: 5,9%. A produção de bens intermediários caiu 1,9%, após quatro meses de expansão; a de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis, com decréscimo de 0,9%, voltou a um patamar ligeiramente superior ao de abril.

No ano, a expansão da indústria foi de 4,3%, ante o avanço de 5% nos primeiros sete meses de 2004.

O economista André Macedo, do IBGE, explica que, enquanto a produção recuou 2,5%, as vendas encolheram apenas 0,3%, de acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

- A queda da produção seria, portanto, uma tentativa da indústria de fazer um ajuste nos estoques - afirmou.

Os únicos setores que cresceram foram os de refino de petróleo e produção de álcool (2,6%), farmacêutica (4,2%) e celulose e papel (1,7%).

Apesar do recuo da indústria, o analista da LCA Consultores Braulio Borges, acredita que o setor continuará crescendo além da média da economia.

- Os efeitos de câmbio e juros já afetaram o desempenho do setor no primeiro semestre, que mesmo assim surpreendeu positivamente - afirma Borges, que aposta em um aquecimento dos investimentos da indústria, que garantirão seu crescimento no semestre.

#### **TEXTO 76**

#### **TCU suspende licitação da Transpetro**

#### **Tribunal questiona etapa de pré-qualificação de concorrentes, mas empresa mantém cronograma da concorrência**

*RICARDO REGO MONTEIRO*

O Tribunal de Contas da União (TCU) suspendeu ontem a licitação dos 42 petroleiros da Transpetro, que segundo representantes do setor deverá movimentar mais de US\$ 2 bilhões de investimentos. A medida cautelar que determinou a interrupção da concorrência, iniciada no fim do ano passado, foi motivada pelo que técnicos do órgão entenderam como irregularidades. Segundo parecer do Tribunal, a empresa não teria deixado claro o objeto da pré-qualificação, que foi encerrada em junho.

Nos próximos dias, a diretoria da Transpetro prestará esclarecimentos detalhados sobre o processo licitatório mas, por meio de nota oficial, reafirma o compromisso com o cronograma original. A expectativa da subsidiária da Petrobras é fazer o primeiro dos 42 navios flutuar no segundo semestre do próximo ano. Serão construídos navios do tipo Suezmax, Panamax, Aframax, Produtos e para transporte de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo).

A pré-qualificação classificou inicialmente quatro dos 11 consórcios, mas um ato da diretoria da Transpetro incluiu outros três grupos que tinham sido desclassificados. Estão classificados para a licitação propriamente dita o Consórcio Camargo Correa-Andrade Gutierrez (PE), o Consórcio Rio Naval (RJ), o Consórcio Rio Grande (RS) e o Estaleiro Rio Grande (RS). Posteriormente foram incluídos os consórcios Keppel Fels-Brasfels (RJ) e as empresas Mauá Jurong (RJ) e Eisa Montagens (RJ).

Segundo a Transpetro, ainda não há data definida para lançamento do edital da concorrência, que começará com o envio de uma carta-convite para os pré-classificados. Na mesma nota, a diretoria da empresa também questiona o que chama de "decisão prematura do TCU": "A Transpetro considera a decisão do TCU, de suspender cautelarmente os procedimentos do Edital de Pré-Qualificação Internacional (...), fruto de uma avaliação prematura. A medida cautelar não se justifica, porque ainda não há data definida para o lançamento do convite para a licitação."

Ainda na nota oficial, a empresa lembra que, desde março, a licitação foi alvo de três ações que não teriam sido acolhidas pela Justiça. Tal fato, segundo a Transpetro, demonstraria, por si só, a lisura da concorrência. A diretoria argumenta, ainda, que a licitação trará benefícios não só para a empresa, mas principalmente para o país. Só com o transporte marítimo, diz a nota, o país gastou cerca de US\$ 10 bilhões no ano passado. Desse total, apenas 4% ficaram no Brasil.

"A Transpetro estruturou seu processo de licitação sob as seguintes bases: que os navios sejam construídos no Brasil, que se alcance um nível de até 65% de conteúdo nacional nas embarcações e que os estaleiros sejam competitivos", diz a nota.

#### **TEXTO 77**

**Varig reduz prejuízo no acumulado até julho  
Resultado da atividade despenca 60%, mas segue positivo**

*RAFAEL ROSAS*

A Varig registrou prejuízo de R\$ 508,7 milhões de janeiro a julho deste ano, queda de 6,16% em relação às perdas de R\$ 542,1 milhões dos primeiros sete meses de 2004. O que mais chama a atenção no balanço divulgado ontem pela companhia, no entanto, é o resultado direto da atividade, que recuou mais de 60%, de R\$ 115,4 milhões de janeiro a julho do ano passado para R\$ 45,2 milhões.

O lucro bruto da aérea caiu 19%, de R\$ 802,6 milhões para R\$ 997,5 milhões, enquanto o prejuízo operacional recuou, de R\$ 537 milhões nos primeiros sete meses de 2004 para R\$ 495,8 milhões.

O anúncio dos resultados cumpre uma determinação da Lei de Recuperação de Empresas, que obriga as companhias sob a proteção da legislação a divulgar balanços mensalmente para que o mercado possa acompanhar o andamento dos negócios.

Para Marcelo Ribeiro, da corretora Pentágono, a companhia conseguiu manter o segundo lugar no ranking de vôos domésticos à custa de promoções que acabaram tendo impacto negativo no balanço.

- A Varig também sofreu com a forte concorrência do mercado e com os custos inerentes à recuperação judicial, como contratação de advogados e consultores - explica Ribeiro.

Segundo ele, apesar das dificuldades, a empresa foi beneficiada pelo aquecimento do mercado doméstico, que cresceu 18% este ano.

- A empresa parece estabilizada, com o resultado da atividade no azul, apesar de ter caído bastante. A publicação mensal dos resultados vai ajudar no monitoramento da companhia, que, protegida pela recuperação, terá mais tempo para se preocupar apenas com a operação do dia-a-dia - completou.

A Varig vive a última semana antes da entrega do plano de reestruturação da companhia, que será entregue à 8ª Vara Empresarial do Rio na próxima segunda-feira.

### **TEXTO 78**

#### **Escrita duradoura**

Ela sempre está por perto. Seja na nossa bolsa ou na mesa ao lado, sempre existe uma caneta Bic - daquelas esferográficas, com corpo transparente e carga à vista - pronta para ser usada. Pois ontem, a Bic, empresa francesa dona do modelo de esferográfica mais difundido no mundo, anunciou a venda da caneta de número 100 bilhões.

Os números impressionam. Na média, 57 unidades foram vendidas a cada segundo desde 1950. Estes dados explicam por que o barão italiano Marcel Bich conseguiu montar um império com receita anual de US\$ 1,74 bilhão e que inclui a venda de lâminas de barbear e isqueiros.

Mas o começo foi modesto. Bich e o sócio, Edouard Buffard, compraram uma pequena fábrica nos arredores de Paris ao final da Segunda Guerra Mundial. O objetivo inicial era a produção de peças para canetas tinteiro, mas um carrinho-de-mão mudou os planos dos dois sócios. Tudo aconteceu quando Marcel empurrava um carrinho e teve a idéia de que uma esfera nada mais era que uma roda multifacetada e que seria o recipiente perfeito para transportar tinta.

A idéia não era exatamente original. Soldados americanos já haviam levado esferográficas para a Europa durante a guerra. Os produtos, no entanto, tinham dois problemas: os preços proibitivos - US\$ 5 por unidade - e os vazamentos constantes.

O que Bich fez nada mais foi que aperfeiçoar o sistema, evitando vazamentos e introduzindo novidades como o corpo de cristal transparente, que permitia o controle sobre a quantidade ainda disponível de tinta. Aliado a isso, Bich optou por reduzir ao máximo seus preços, possibilitando que a Bic se transformasse em um produto mundial muito antes dos atuais tempos de globalização.

Seu filho, Bruno Bich, que hoje comanda a empresa, lembra que o criador do produto antecipou várias tendências hoje estudadas por profissionais de marketing.

- Ele focou todo seu investimento na caneta esferográfica. E foi o primeiro a usar técnicas precisas de produção - diz Bruno.

[10/SET/2005]

### **TEXTO 79**

#### **Combustível para reajustes**

#### **Petrobras aumenta gasolina em 10% e diesel em 12%, realimentando a inflação**

*RICARDO REGO MONTEIRO*

Depois de 10 meses sem reajustar os preços dos combustíveis no país, a Petrobras anunciou ontem os aumentos, a partir da zero hora de hoje, da gasolina (10%) e do óleo diesel (12%). Motivada pelo aumento de 44% nas cotações do petróleo no mercado internacional nos últimos 12 meses, a decisão resultará em um impacto de 0,3 ponto percentual sobre o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), utilizado como referência para a meta oficial de inflação. Mesmo assim, especialistas afirmam que um reajuste neste momento não ameaça o cumprimento da meta de 5,1%, uma vez que será diluído nos índices de setembro e outubro.



O presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis), Luiz Gil Siuffo Pereira, se disse surpreso com a decisão da Petrobras, em função principalmente do momento político do país. Ele calcula que, para o consumidor, na prática, o reajuste terá impacto de 7% para a gasolina e de 9% para o diesel, uma vez que os impostos são recolhidos pelas refinarias.

O último reajuste ocorreu em 26 de novembro do ano passado, quando a Petrobras aumentou o preço da gasolina nas refinarias em 4,2% e o do diesel em 8%. O consultor Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infra-estrutura (CBIE), calcula que, mesmo com o reajuste, ainda persiste a defasagem entre os preços mundiais do petróleo e o dos derivados no Brasil. Ele calcula que a diferença esteja em 14% para o diesel e 22% para a gasolina.

Isso, segundo Pires, não quer dizer que a empresa tenha que promover novos reajustes, embora não descarte tal hipótese. Dependendo dos desdobramentos da situação do petróleo e do câmbio, a empresa poderá adotar novo aumento. Isso ocorreria provavelmente em novembro, mês que já não seria contabilizado no índice da inflação deste ano.

O coordenador de Pesquisas do Instituto Fecomércio-RJ, Paulo Bruck, calcula um impacto de 0,3 ponto percentual sobre o IPCA, diluídos entre setembro e outubro. Ele pondera, no entanto, que a meta de inflação não deverá ser comprometida, uma vez que as projeções de preços já levavam em consideração esse novo reajuste. Para Bruck, a decisão da estatal deve ter sido motivada pelos efeitos do furacão Katrina, que elevaram as cotações do barril para US\$ 70 em Nova York.

Segundo Pires, esse fenômeno ocorreu justamente em agosto, mês em que, no Brasil, a crise política elevou a cotação do dólar frente ao real. Com isso, lembrou Pires, a Petrobras perdeu o câmbio como amortecedor para a alta do petróleo no mercado internacional.

## **TEXTO 80**

### **Trabalhador perde apoio**

#### **Suspensão de recursos do FAT faz Força Sindical fechar Centros de Solidariedade**

A suspensão do repasse de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para as centrais sindicais fez sua primeira vítima. Ontem, a Força Sindical anunciou que vai fechar os seus sete Centros de Solidariedade a partir da próxima terça-feira.

Os centros servem como intermediação de mão-de-obra entre empresas e desempregados. A Força possui unidades deste tipo nos bairros paulistanos da Liberdade e Santo Amaro e nas cidades de Osasco, Guarulhos, Santo André, Diadema e Recife. No total, os postos atendem 7 mil pessoas por dia.

Segundo o Ministério do Trabalho, a Força Sindical recebeu, em recursos do FAT, cerca de R\$ 17,1 milhões por ano em 2001 e 2002 e R\$ 12,4 milhões em 2003.

A Força Sindical está desde março sem receber os repasses do FAT. Para Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, presidente da Força, os recursos existentes eram suficientes para manter o serviço só até julho.

- Não temos outra saída a não ser encerrar as atividades - disse Paulinho, que afirmou ter esperança de que o serviço volte a funcionar o quanto antes.

Outras centrais sindicais vão adiar a decisão sobre o funcionamento de seus postos de intermediação de mão-de-obra. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) vai ficar em "aviso prévio" até 15 de outubro, quando decidirá sobre a manutenção dos escritórios.

A CUT possui cinco agências deste tipo, nas cidades paulistas de Diadema, Jandira, Santo André e duas em Guarulhos. A central recebeu do FAT cerca de R\$ 6,5 milhões em 2001 e 2002 e R\$ 4,6 milhões em 2003.

A decisão de suspender o repasse dos recursos do FAT foi tomada pelo Ministério do Trabalho, por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), que detectou irregularidades nas prestações de contas de 2000 a 2002.

Paulinho disse que as supostas irregularidades apontadas pelo TCU são a duplicidade de alunos e as contrapartidas que as entidades que recebiam recursos do FAT tinham que fornecer pelo convênio firmado com o governo.

- A contrapartida que apresentamos pelo convênio é a infra-estrutura e salários de funcionários. Vamos continuar defendendo que estávamos corretos, porque não temos nota fiscal para apresentar - disse, lembrando que a contrapartida foi aceita sem problemas até 2003.

Com relação à duplicidade de alunos matriculados nos cursos de qualificação que a Força prestava, Paulinho disse que os casos correspondem a cerca de 0,83% do universo de 700 mil alunos. Mesmo assim, ressalta, com o apoio do representante da CUT no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), Carlos Alberto Grana, que os casos de duplicidade aconteceram em virtude de problemas com homônimos.

*Com agências*

### **TEXTO 81**

#### **Liberada verba para microcrédito**

Os bancos credenciados a operar o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado já contam com R\$ 200 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). No modelo, o empreendedor recebe orientação para o seu negócio. Para pedir o empréstimo, é preciso ter um faturamento anual de até R\$ 60 mil. O valor da operação está limitado a R\$ 10 mil, com taxa de juros de 4% ao ano e 24 meses para o pagamento.

Apesar do limite ser de R\$ 10 mil, 80% dos empréstimos não podem ultrapassar os R\$ 5 mil. O atendimento aos empreendedores é feito por agências de fomento, cooperativas de crédito e entidades credenciadas junto ao Ministério do Trabalho.

- Elas são a porta de entrada para os microempreendedores - disse Valdi Dandas, coordenador do programa.

Os bancos privados também podem oferecer microcrédito produtivo usando 2% do total dos depósitos à vista. No mês passado, o Conselho Monetário Nacional decidiu reduzir o custo das operações de microcrédito orientado. Antes, a taxa de abertura de crédito (TAC) era de até 4% do valor da operação. Agora, ela fica limitada a 3% e varia de acordo com o prazo. Se durar até 30 dias, a taxa varia 1%; 2% entre 31 dias e 119 dias; e até 3% das operações acima de 120 dias. A taxa de juros permanece em 4% ao mês.

**TEXTO 82****Venda da VarigLog mais próxima  
Negócio passa por controladora e depende agora do Colégio Deliberante da Ruben Berta e do Judiciário***RAFAEL ROSAS*

A FRB-Par, braço financeiro da Fundação Ruben Berta (FRB), recomendou ao Colégio Deliberante da fundação a aprovação da venda da VarigLog para o fundo americano Matlin Paterson. A proposta para compra da subsidiária de transporte de carga é de US\$ 88 milhões, dos quais US\$ 38 milhões em dinheiro e mais US\$ 50 milhões em troca de recebíveis obtidos com vendas do cartão Visa por 94,88% da VarigLog. A negociação dá ainda o direito à Varig de trocar mais US\$ 15 milhões em recebíveis.

Com a recomendação da FRB-Par, o negócio depende agora, além da aprovação do Colégio Deliberante, de uma posição favorável da 8ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, que cuida da recuperação judicial da Varig.

Desde que anunciou o acordo para a venda da VarigLog, o Conselho de Administração da Varig foi alvo de pesadas críticas e acusado de falta de transparência. Os sindicatos de aeronautas e aeroviários conseguiram uma liminar barrando a negociação, mas a decisão acabou anulada.

O sinal verde dado pela FRB-Par acontece na semana decisiva de reestruturação da companhia. Hoje, o Conselho de Curadores da Fundação Ruben Berta recebe a íntegra do plano de reestruturação da empresa aérea. A aprovação da FRB, dona de 87% das ações da Varig, é essencial para o sucesso da recuperação judicial.

- Já fizemos várias apresentações do plano para a fundação. Amanhã (hoje), mostraremos pela primeira vez o projeto completo, mas eles já têm uma boa noção do que apresentaremos - afirmou o presidente da Varig, Omar Carneiro da Cunha, que evitou dar maiores detalhes sobre o plano.

Na segunda-feira, Carneiro da Cunha e o presidente do Conselho de Administração da Varig, David Zylbersztajn, apresentarão formalmente o plano ao presidente do Tribunal de Justiça do Rio, Sergio Cavalieri, e ao grupo de juízes que atua no processo de recuperação judicial, entre eles Alexander Macedo, titular da 8ª Vara Empresarial.

Esta semana, o juiz Luiz Roberto Ayoub, que participa do grupo que auxilia Macedo, afirmou que o ideal seria esperar a reunião de credores - que analisarão o plano no dia 24 de setembro - para decidir sobre a venda da VarigLog ou sobre as propostas de investidores interessados na Varig.

- Mas se for necessário para a sobrevivência da empresa, não vamos esperar a assembléia de credores - disse Ayoub.

**TEXTO 83****Juntas para cortar custos  
Fiat e Ford se unem na produção de carros pequenos***MATHIAS WILDT E ALAN KATZ*

Da Bloomberg News

Fiat e Ford formalizaram acordo para a montagem conjunta de dois novos carros de pequeno porte, consolidando uma sucessão de reduções de custos apenas sete meses depois de a Fiat ter conseguido US\$ 2 bilhões da General Motors para encerrar a parceria com a montadora americana.

Ford e Fiat pretendem montar modelos destinados a substituir o Fiat 500 e o Ford Ka, ambos de pequeno porte, com peças e componentes comuns, baseados no modelo Panda da Fiat, disse a Ford em comunicado divulgado por e-mail. Os dois automóveis, no entanto, terão "linhas fortemente diferenciadas", ressaltou a Fiat em comunicado.

Sergio Marchionne, principal executivo da Fiat, busca parcerias num momento em que suprime 500 milhões de euros (US\$ 621 milhões) em custos este ano por meio da extinção de postos de trabalho. A Fiat Auto foi uma das principais geradoras de um total de US\$ 10 bi em prejuízos contabilizados pela Fiat desde 2001 e já chegou a ser alvo de negociação entre a italiana e a GM. A Ford também está tentando reduzir despesas, já que vive um momento de queda de lucros - retração que levou seu principal executivo, Bill Ford, a dizer que a empresa vai tomar "novas medidas" para melhorar os resultados.

- O plano faz muito sentido. Um modelo que não vai vender mais do que 100 mil unidades ao ano deve ser desenvolvido em conjunto - disse Patrick Juchemich, analista da Sal Oppenheim de Frankfurt.

Segundo Juchemich, o acordo será semelhante ao firmado entre Peugeot Citroën e Toyota para montagem dos modelos Peugeot 107, Citroën C1 e Toyota Aygo. As duas empresas dividiram o custo de 1,5 bilhão de euros necessário para o desenvolvimento dos três carros e construíram uma fábrica em Kolin, na República Tcheca, com produção programada para alcançar 100 mil unidades ao ano por modelo. A Toyota opera a fábrica, enquanto a Peugeot cuida das compras.

- A Fiat, obviamente, está encarando a Peugeot como parâmetro para o seu desenvolvimento futuro - confirmou Philippe Houchois, analista do JPMorgan Chase em Londres.

Marchionne quer fazer com que a Fiat Auto seja lucrativa em 2007. A Ford nomeou quinta-feira Mark Fields para dirigir sua subsidiária na América do Norte depois que os prejuízos da subsidiária levaram a uma queda de 19% do lucro líquido do segundo trimestre da empresa.

A Fiat monta o Panda na fábrica instalada em Tychy, na Polônia. A Ford preferiu não revelar se seu novo modelo será produzido na Polônia. O Ka, juntamente com o Mazda2, é montado atualmente na Espanha.

#### **TEXTO 84**

#### **Gisele Bündchen estrela comercial, só de sandálias**

*BRUNO ROSA*

Se a grife americana Victoria's Secret desembolsou US\$ 100 milhões para a modelo Gisele Bündchen aparecer com exclusividade de lingerie em suas campanhas, a Grendene, fabricante gaúcha de calçados, foi além. E muito. A campanha vai ao ar neste final de semana com a top vestindo apenas sandálias. É assim que a modelo mais bem paga do mundo venderá sua linha de calçados, a Ipanema Gisele Bündchen. Completamente nua, ela tem seu corpo coberto apenas por tatuagens em uma campanha de R\$ 6 milhões, prevista para permanecer nas ruas até o início do próximo ano.

Divulgação

**Modelo aparece nua em campanha de R\$ 6 milhões**

A linha com selo da modelo é hoje a mais vendida pela empresa. Desde o início do contrato, em 2002, já foram vendidos mais de 60 milhões de pares das sandálias de borracha, que ganharam inúmeras versões como tamancos, papetes, tênis, saltos plataforma e anabela. Gisele recebe participação em cada modelo vendido no mercado.

Todos os anos, a Grendene lança uma campanha com a modelo. Depois de desfilarem por Los Angeles, Copacabana e pelo Sambódromo para promover o produto que leva o seu nome, desta vez Gisele não dá nenhum passo na campanha produzida pela W/Brasil, do publicitário Washigton Olivetto, para o lançamento da coleção 2006. As peças foram filmadas há seis meses e as empresas envolvidas no projeto já preparam a campanha do próximo ano.

Com o tema *Brasil a flor da pele*, Gisele se diverte quando, a partir de uma tatuagem em forma de estrela no pulso, todo seu corpo é invadido por tatuagens de temas típicos brasileiros - principalmente pássaros e flores - que passeiam pela pele: de pequenos beija-flores, tucanos e golfinhos até flores, ondas do mar e algas.

Nos comerciais, a top acompanha cada delicado movimento dos desenhos. Tudo isso ao som de *SlowMotion Bossa Nova*, música que acompanha a campanha desde o seu primeiro ano. A mídia impressa mostra Gisele em diversas posições e coberta por vários tipos de tatuagens. E a sandália surge de forma natural no filme, a partir dos desenhos.

- Esse é o quarto filme da modelo. Nosso objetivo foi fazer algo diferente. Queríamos *glamourizar* a top. Por isso, ela não desfila nesse comercial, diferente do que fazia em todas as outras campanhas - explica Rui Branquinho, diretor de criação publicitária da W/Brasil, que adianta que a coleção possui três modelos diferentes e várias cores

Na gravação, Gisele usou apenas um tapa sexo. Alguma dúvida de que as filmagens fizeram sucesso?

[11/SET/2005]

#### **TEXTO 85**

##### **O risco da bolha no crédito**

##### **Farta oferta de recursos e pouco planejamento geram endividamento explosivo**

*SAMANTHA LIMA E BRUNO ROSA*

Comemorada por especialistas e pelo consumidor, a expansão do crédito começa a emitir sinais de perigo. Diante da oferta farta de modalidades de pagamento das compras de bens, e com dificuldades de adiar e planejar o consumo, o brasileiro se lançou em dívidas, causando um comprometimento crescente de sua renda. O movimento foi reforçado pela explosão do crédito consignado, que oferece taxas mais baixas do que as que existem no mercado. Pesquisas mostram, porém, que metade dos brasileiros encontra dificuldades em quitar as dívidas, ao passo que a capacidade de limpar o nome sujo pela inadimplência está diminuindo. Diante do quadro que se forma, há alguns analistas que já vislumbram, em um futuro muito próximo, um colapso alimentado pelo farto volume de recursos, o qual já identificam como o estouro do que consideram uma "bolha de crédito".

**TEXTO 86****Fatura do desconto em folha****Aposentados têm mais crédito, mas sinais de endividamento começam a despontar***SAMANTHA LIMA E BRUNO ROSA*

O número de operações de crédito à pessoa física avançou 55% no período de um ano e meio, entre janeiro de 2004 e julho de 2005, aponta o Banco Central. O salto foi impulsionado pelo avanço do crédito consignado em folha de pagamento, modalidade disponível para funcionários com carteira assinada e aposentados pelo INSS. Nessa modalidade, o total de recursos disponíveis para trabalhadores cresceu mais de 200% no período e, para aposentados, o salto foi de inacreditáveis 1.400% em apenas um ano.

O resultado é que metade dos brasileiros está encontrando dificuldades em pagar as prestações, como mostra pesquisa recente feita pela seguradora Cardif, do grupo BNP Paribas. E muitos dos financeiramente encalacrados são pessoas que avançaram com vontade nas facilidades do crédito consignado com desconto em folha - com seus juros mais baixos - que permitem crédito fácil ao limite de 30% da renda por prestação.

O casal de funcionários públicos Jorge Luis Vieira da Silva, engenheiro de 55 anos, e Regina Celia Loureiro da Silva, professora de 57 anos, contraiu dívidas via folha de pagamento. Mas esta não é a única forma de crédito utilizado pelo casal, que mora na Tijuca. Adeptos do cartão de crédito e cheque pré-datado, depois que passaram a contrair empréstimos consignados, eles viram sua vida financeira se complicar.

- Hoje é impossível comprar alguma coisa à vista. Com o desconto em folha, a minha situação com o cartão de crédito se complicou, porque vai chegar a fatura e parte do meu salário já está comprometida. Hoje, por exemplo, estou completamente enrolado. Às vezes, tenho que usar todas as modalidades de crédito porque não tenho outra solução - diz Jorge, enquanto passeava no Shopping Tijuca com a esposa.

Entre os aposentados e pensionistas, 23% já recorreram ao crédito consignado. De forma geral, o índice de inadimplência, segundo o BC, está em queda, influenciada pelo efeito do crédito consignado - uma linha com riscos de calote próximos a zero.

Embora o mercado oficialmente demonstre otimismo com a euforia do crédito, as estatísticas de pelo menos um indicador já acenderam o sinal amarelo. Dados do Telecheque mostram que o índice de recuperação de cheques

devolvidos caiu de 42% para 36% em menos de seis meses - uma redução de 14% na capacidade do emissor de cheque sem fundo de limpar o nome.

- Não tenho dúvidas de que o comprometimento da renda através do crédito consignado esteja afetando a capacidade de do consumidor de honrar outras contas, já que ele não tem como fugir da dívida. Vejo nesse fenômeno uma bolha, que poderá irromper-se logo - afirma José Antônio Praxedes, vice-presidente do Telecheque.

Segundo o executivo, um indicador de que o crédito consignado é o responsável maior pelo estrago é a mudança no perfil do emissor do cheque sem fundos.

- Estamos notando que o número de inadimplentes com idade superior a 55 anos, que era quase inexistente, tem aumentado muito, o que, para mim, é uma evidência de que o crédito consignado está trazendo aos aposentados dificuldade de pagar outras dívidas - atesta Praxedes. - Entre as causas apontadas pelos inadimplentes para não terem coberto o cheque, o descontrole e o desemprego caminhavam juntos. Hoje, o descontrole deu um salto. Nossa empresa tem 23 anos e nunca vimos nada semelhante antes. Percebemos que pessoas que nunca passaram cheques sem fundos estão recorrendo à prática e se tornando reincidentes.

O analista já prevê uma data para estouro dessa bolha de dinheiro fácil.

- Acredito que a bolha possa estourar já em janeiro, quando o consumidor se lançar às compras para o dia das crianças e o Natal, diante de toda essa oferta de crédito. As consequências podem ser terríveis, com retração do consumo, causando redução da produção e levando a um círculo vicioso que já conhecemos.

Outro indicador de que esse avanço está minando a capacidade do brasileiro de pagar dívidas é o alongamento do prazo dos financiamentos.

- Há um ano, eletrodomésticos eram financiados em, no máximo, dez, 12 meses. Hoje, já vemos lojas vendendo em 24 meses. Sem falar em concessionárias de veículos que estão postergando a entrada para fevereiro do ano que vem - analisa Praxedes.

O vice-presidente da Telecheque não está sozinho no receio quanto ao avanço desordenado do crédito. Na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, o professor de finanças Fábio Gallo Garcia não crê em desdobramentos tão catastróficos, porém, acredita que o mercado está se fiando em estatísticas de inadimplência geral "maquiadas".

- É evidente que o crédito consignado está jogando a inadimplência média para baixo. E não há por que pensar em um risco de calote em queda, se os indicadores macroeconômicos do país não melhoraram nos últimos meses. Como acreditar que o brasileiro está honrando mais seus compromissos do que antes, se a renda e o emprego não avançaram e a taxa de juros não caiu? - questiona.

Garcia é cético em relação às alegações de que o crédito consignado está sendo usado como artifício para troca de dívida mais cara por outra mais barata.

- O fato é que não sabemos se realmente está indo para troca de dívidas ou para consumo. Pelo menos o crédito consignado tem uma vantagem, que é pedagógica: quem não se organiza fica sem dinheiro porque não se pode fugir do desconto.

**TEXTO 87****Dívida supera rendimento**

O advogado João Medeiros, de 59 anos, conta que não é difícil se enrolar com as datas de vencimento das contas.

- Não sou organizado. Mês passado, parte do meu salário já estava comprometida com o desconto em folha. E, para piorar, tinha a fatura do meu cartão vencendo e dois cheques pré-datados caindo na conta - narra João.

Além da oferta farta de recursos e a dificuldade de planejamento, a renda baixa é mais um fator que lança o brasileiro no mar do crédito fácil.

- O nível de endividamento dos brasileiros é maior que sua capacidade de pagamento. Por isso, no primeiro semestre deste ano alguns setores já estão com uma alta taxa de inadimplência. Mas é a única forma de as pessoas aderirem ao consumo. O problema é que, quanto maior a demanda, maiores os juros e aí entra-se num círculo vicioso - avalia Ricardo Braga, diretor-presidente da Cardif do Brasil.

Professor de finanças da FGV-SP, William Eid Júnior compartilha a preocupação com o avanço do crédito.

- Voltar atrás nesse ritmo de crescimento de crédito é difícil, a besteira já está feita. O que nos resta é a educação. Pelo menos, algumas instituições já estão preocupadas em disseminar a idéia de crédito consciente - avalia o economista.

A realização de campanhas de conscientização sobre as ferramentas de crédito não se trata de um rompante altruísta das instituições. O setor está realmente preocupado com o avanço desordenado desse mercado e com os limites de endividamento dos consumidores - o que poderia comprometer a sustentabilidade do mercado no futuro.

Recentemente, algumas dessas empresas procuraram a Serasa para obter uma resposta à questão. A instituição verificou uma tendência de alta na inadimplência, mas assegurou aos empresários que não há risco porque a expansão do crédito compensou com sobras as perdas.

- O crédito no Brasil ainda tem muito a crescer. Somente em agosto deste ano, voltamos a um estoque total, incluindo pessoa física e pessoa jurídica, de R\$ 460 bilhões de reais. É o mesmo patamar verificado em abril de 2002, antes da crise pré-eleitoral - minimiza o economista da Serasa, André Chagas.

O economista Fábio Fonseca, do Ibmecc-RJ, tem a mesma opinião.

- O Brasil sempre teve uma taxa de crédito baixa, e é natural que o brasileiro saia para o consumo diante de tanta oferta. Não vejo risco de bolha, desde que a expectativa da economia se mantenha e que o nível de emprego caia.

William Eid, da FGV-SP, teme, porém, que o Brasil se torne uma "nação de endividados". A preocupação faz sentido ao analisar os dados da seguradora Cardif. No ranking dos encalacrados com as contas no fim do mês - metade dos consumidores -, o Brasil é superado com folga pela Espanha, que tem 31% de consumidores em dificuldades. Em seguida, estão Alemanha e Chile, com 30% e 27%, respectivamente. O levantamento ouviu mais de 14 mil pessoas em 13 países no início deste ano. (S.L. e B.R.)



**TEXTO 88****Jovens aprovam crédito**

No Brasil, os jovens são os mais interessados em crédito quando se observa a faixa etária. Fato que, segundo Braga, demonstra uma certa preocupação já que eles ainda não têm patrimônio e, hoje, já são obrigados a utilizar o crédito para as compras menos essenciais. Entre o público de 18 e 24 anos, 77% deles preferem pagar depois e usufruir o produto imediatamente. À medida que as pessoas vão envelhecendo, o interesse vai diminuindo. As pessoas entre 35 e 49 anos, o índice cai para 68%.

- Eles estão no início da vida profissional. E são muito imediatistas. Como ainda não acumularam nada, eles lançam mão no crédito de forma desenfreada - avalia Ricardo Braga, diretor-presidente da Cardif do Brasil.

Tão dependentes do crédito, os brasileiros têm muita dificuldade de manter o padrão de vida em caso de desemprego. Dos entrevistados, 40% dos brasileiros, uma vez demitidos, não conseguiriam pagar as contas por mais de três meses. (S.L. e B.R.)

**TEXTO 89****Favelas: uma questão estratégica para o Rio Além do Fato / Espaço urbano***CARLOS LESSA*

Professor do Instituto de Economia da UFRJ e ex-presidente do BNDES (carlos-lessa@uol.com.br)

A favela é o testemunho mais visível dos padrões históricos de desenvolvimento brasileiro, que incorporam precariamente a base social. Nos grotões rurais, onde o tempo está congelado, ele têm reduzida visibilidade. Na cidade e na metrópole, não. A favelização foi um processo dinâmico de uma urbanização não inclusiva e desatenta com o popular. Formalmente, as favelas se alimentaram de movimentos migratórios internos que têm origem na expulsão de mão-de-obra do campo e na atração que a cidade exerce para todos os que buscam a loteria do emprego digno ou uma atividade informal que gere uma renda monetária mínima. As luzes da cidade atraem brasileiros pobres e miseráveis que sabem que, apesar da precariedade urbana, terão na cidade alguma remota possibilidade de prosperidade e, objetivamente, acesso – ainda que imperfeito – aos serviços públicos.

Na ausência histórica de qualquer política de recepção do migrante ao tecido urbano, e especialmente na falta de habitações dignas, brotam as favelas como um denominador comum. Ocupam sempre os piores terrenos: encostas íngremes, zonas alagadiças e pantanosas, poluídas e com pouca infra-estrutura, notadamente quanto a água, esgoto e lixo. É freqüente ocuparem sobras de loteamentos não comercializados e/ou instalações desativadas de canteiros de obras; muitas nascem em terrenos com titularidade duvidosa. Nas imediações dos grandes mercados e nos interstícios das concentrações industriais surgem outras favelas. Próximo à jazida renovável que é o lixão, prospera a favela em piores condições sanitárias (não necessariamente são as de pior renda média). A favela mais empobrecida é a que está recebendo migrantes recém-expulsos. Situam-se, normalmente, nas fímbrias metropolitanas.

As favelas tendem a se localizar o mais próximo possível aos locais de subsistência: o pobre urbano presta serviços à classe média e rica. Assim, na proximidade destas residências, vai surgindo a favela prestadora de qualquer tipo de serviço – lícito ou ilícito. A favela “exporta” serviços e horas de trabalho para o asfalto; recebe renda, em parte “importa” bens e serviços do asfalto, mas em função do tamanho da favela e da renda média obtida, alimenta uma cadeia de empregos e atividades na própria favela, desde a cabeleireira-manicure até o “burrinho” que transporta materiais de construção nas costas para as encostas. A criatividade das mulheres que se empregam no asfalto criou na retaguarda a mãe-crecheira, que é o simulacro popular da babá dos ricos. Com o risco de toda a simplificação, a favela é o microcosmo das macroestruturas brasileiras.

A favela é um laboratório de criatividade popular. Existe, na favela, todo um comércio que vende fiado no caderno e geralmente o birosqueiro se converte no grande “proprietário” de imóveis de aluguel para os favelados. Não apenas definem a planta urbana, geralmente obedecendo à topografia e supondo a ausência de veículo automotor. Tem soluções próprias de engenharia e, durante muito tempo, foi um espaço de reciclagem avant la lettre do movimento ecológico. Constitui hierarquias, estabelece seu próprio “código mercantil”, civil e penal; estrutura regras de convivência. É o lugar onde o pobre brasileiro é alguém com nome reconhecido pelos demais moradores e deles conhecedor. A convivibilidade é fundamental. Prosperam ensaios de praça – pode ser à beira da biosca o pequeno alargamento, o clube construído com dificuldade, o templo e a igreja. O lugar busca sua identidade com o bloco carnavalesco e, se possível, a escola de samba no Carnaval, e com a festa de São João. Quando possível são organizados times de futebol. Agora prosperam os bailes funk. A estética e a ética são próprias, porém – ao contrário do olhar superficial –, a favela é sempre muito bem organizada. Precisa sê-lo para sobreviver.

O Programa Favela-Bairro realizou a mais importante intervenção sistêmica feita no Brasil. A Prefeitura do Rio de Janeiro resolveu, salvo para subáreas sem solução de engenharia (que no futuro deverão ser removidas), as questões da água, esgoto, coleta de lixo, acesso por veículo automotor, nomenclatura de logradouros e criação de endereços. A intervenção melhoradora de uma favela em caráter pioneiro gera a chamada “expulsão branca”, como foi o caso de uma favela em Brás de Pina. O Favela-Bairro, por sua escala, reduziu a “expulsão branca”, porém, deu origem a um fenômeno inédito: os lotes nas favelas começaram a ser verticalizados e surgiu um mercado de pisos: a caricatura da especulação imobiliária em microescala. Por outro lado, o Favela-Bairro, ao não ser acompanhado de programas equivalentes nos demais municípios da região metropolitana deu origem a uma migração intra-metropolitana.

O lento crescimento demográfico da região metropolitana foi acompanhado de um expressivo crescimento das favelas do município do Rio. Alguns terrenos ocupados por favelas – por exemplo, a Rocinha – são valiosos para o jogo especulativo imobiliário. O desavisado pode inspirar-se de alguma proposta de remoção. Isto é uma violência contra um povo predominantemente trabalhador e pacífico. A violência de uma remoção alimentará dialeticamente a violência na cidade. A escalada da violência urbana é correlata com a prosperidade da economia da droga e com o desencanto que uma juventude que não tem perspectivas de emprego e renda.

Tudo revela que a questão das favelas exige um plano nacional. Ulysses Guimarães, quando candidato à Presidência da República, lançou o lema “converter cada favela do Brasil em um bairro popular digno”. Localmente, exige investimentos nos sistemas de transporte coletivo que, reduzindo o tempo de deslocamento residência-trabalho-residência, ampliará a disponibilidade de terras para moradias populares adequadas. A verdadeira solução para as favelas exige não o pagamento de juros repugnantes aos rentistas, mas nacionalmente uma política que privilegie a criação de empregos. Com a política neoliberal, não há solução para a favelização.

#### **TEXTO 90**

##### **Lavoura conectada**

##### **Empresas brasileiras criam soluções de ponta e ajudam a alavancar agronegócio brasileiro no exterior**

*RAFAEL ROSAS*

Internet, palmtop e velocidade nos negócios são atributos normalmente ligados ao meio urbano. O agronegócio brasileiro, no entanto, incorpora cada vez mais os benefícios da alta tecnologia em sua balança comercial, cujo saldo em 2005 já superou os US\$ 25 bilhões. A aposta dos produtores em soluções de TI para dinamizar decisões, controlar estoques e gerenciar o escoamento da safra coloca o Brasil na liderança do setor de softwares ligados ao

campo. A excelência das inovações brasileiras já atrai a atenção de multinacionais de informática e aumenta também a exportação de softwares nacionais.

Uma das multinacionais que montaram no país seu quartel-general para o agronegócio é a Oracle. A empresa opera desde janeiro uma estrutura vertical de negócios exclusivamente voltada para o campo. De olho no filão representado por 4,9 milhões de propriedades rurais e 70 mil agroindústrias que respondem por 31,5% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, a companhia exalta a criatividade das soluções produzidas no Brasil.

– O Brasil hoje não deve nada a ninguém e produz softwares de qualidade mundial para o agronegócio. O software brasileiro vai muito bem, obrigado – afirma André Papaleo, diretor de Soluções de Agribusiness da Oracle.

A decisão da Oracle de investir no agronegócio é fruto do desenvolvimento do setor rural brasileiro. Os produtores já percebem a necessidade de reinvestir parte dos ganhos com as safras em tecnologias que vão representar fortes cortes de custos nos anos seguintes.

Segundo Papaleo, alguns setores agroindustriais estão mais desenvolvidos que outros em relação ao uso de tecnologia. Para o diretor da Oracle, aves e suínos é o setor onde as inovações estão mais desenvolvidas.

– Este é o setor mais maduro, onde a tecnologia já permeia toda a cadeia, desde os menores produtores até as grandes indústrias – afirma Papaleo.

De acordo com ele, empresas como Sadia e Perdigão precisam de informações rápidas e precisas sobre as condições das granjas e as necessidades de transporte para conseguir competir com os melhores preços no mercado internacional, altamente disputado.

Mas não são apenas as grandes agroindústrias que apostam na tecnologia como diferencial de concorrência. A Datacoper, empresa da cidade paranaense de Cascavel, trabalha desde 1991 ligada a cooperativas agropecuárias.

– À medida que o setor agropecuário se desenvolve, o processo de gestão se torna mais complexo e a profissionalização se faz necessária – diz Cezar Bernardon, proprietário da Datacoper.

Atualmente, a Datacoper, cuja solução está dentro da plataforma tecnológica da Oracle, permite todo o gerenciamento da safra e é utilizada nos setores de grãos, pecuária de leite e suínos e aves.

Como resultado, a Datacoper já tem clientes em oito estados do país, todos equipados com palmtops que transmitem por celulares dados instantaneamente para as sedes das cooperativas, que destinam insumos na medida exata para cada cooperado.

– Antes da nossa solução, o controle era feito por agendas manuscritas e os dados demoravam a chegar, o que causava mortalidade de aves ou dificultava o combate a pragas, por exemplo – diz Bernardon.

Um dos clientes da empresa é a Coopermibra, cooperativa da cidade da região de Campo Mourão, também no Paraná. Fundada em 1997, atende 6 mil cooperados e utiliza soluções de TI para gerenciar safras de soja, milho e trigo que são exportadas, por clientes como Bunge ou Cargill, ou via tradings, para países como Alemanha, Suíça, Holanda e Israel.

Além dos programas de gerenciamento de safra, toda a estrutura de vendas da Coopermibra é organizada desde 2004 via softwares específicos.

- A diretoria da cooperativa tomou a decisão de investir em programas, redes de voz e câmeras para reduzir as perdas da produção. Enxergamos claramente a necessidade de evolução na agricultura - diz Valdomiro Bognar, vice-presidente da Coopermibra, que no ano passado faturou R\$ 360 milhões com a venda de seus produtos, que também servem como insumos para Perdigão, Sadia e outras gigantes do agronegócio brasileiro.

#### **TEXTO 91**

##### **Resistência ainda atrapalha**

As empresas de tecnologia são unânimes em afirmar a capacidade de crescimento do mercado de TI no agronegócio brasileiro. Mas também não escondem as dificuldades encontradas para convencer agricultores sobre as vantagens do investimento em inovações como internet, palmtop e redes de voz.

A resistência dos produtores acontece porque a maior parte dos ganhos com a safra de um ano são reinvestidos no ano seguinte. Desta maneira, cria-se um duro jogo de convencimento para comprovar aos agricultores que parte do dinheiro ganho com a safra trará mais lucros se aplicado na área tecnológica.

- Ainda existe um pensamento antiquado no campo brasileiro. A nossa maior dificuldade é o pensamento do dono do negócio, que cobra ganhos rápidos com as soluções de TI - diz César Alves, diretor comercial da Trust.

Eduardo Gianone, da Accenture, lembra que as margens estreitas de lucratividade do setor rural criam uma escassez de verbas, o que contribui para a proliferação de uma mentalidade mais conservadora.

- Falta, sem dúvida alguma, uma cultura tecnológica em grande parte dos setores agrícolas. Mas a expansão constante do setor no Brasil está aos poucos obrigando uma adoção de ambientes mais modernos de produção, sob pena de comprometer a própria sobrevivência dos produtores rurais - diz Gianone.

André Papaleo, da Oracle, lembra que as grandes indústrias estão colaborando para mudar a mentalidade dos pequenos agricultores.

- As grandes empresas investem em tecnologia e acabam trazendo seus clientes, pequenos produtores rurais - diz Papaleo. (R.R.)
- 

#### **TEXTO 92**

##### **Exportações alcançam softwares**

A experiência que o Brasil vem adquirindo na aplicação de soluções tecnológicas na agropecuária promete render bons frutos para a balança comercial no futuro próximo. Criações brasileiras começam a ser exportadas, tendo o Mercosul como porta de entrada para uma crescente internacionalização.

A Trust, empresa com foco no interior de São Paulo, fechou na semana passada um contrato com uma companhia argentina de agronegócio ligada ao setor de alimentos. O produto a ser exportado é um software de gestão de transporte chamado Collaborative Transportation Management Solution (CTMS) que controla o escoamento da produção e faz simulações informando quais as rotas mais rápidas e baratas para transporte das mercadorias.

Sem revelar valores, César Alves, diretor comercial da Trust, revela que o CTMS vai gerenciar todo o sistema de transporte da empresa argentina na América Latina.

- Numa estimativa conservadora, posso dizer que em volumes poderemos exportar entre US\$ 1 milhão e US\$ 3 milhões no primeiro ano - diz Alves, que tem entre seus clientes a Nova América, dona da marca Açúcar União.

Para o diretor comercial da Trust, outra qualidade do CTMS é que o aplicativo pode ser adaptado para uso em outros setores. Segundo ele, um cliente do segmento automotivo gastava R\$ 200 milhões anuais com o custo de transporte e teve o retorno do investimento no primeiro mês de utilização.

A Datacoper é outra que já colhe os frutos internacionais da qualidade das soluções brasileiras para o agronegócio. A empresa começa a exportar sua solução de gestão da safra no ano que vem.

- O foco inicial é a América do Sul, primeiramente a partir do Mercosul, mas temos espaço para chegar aos Estados Unidos e Europa nos próximos anos. O objetivo é utilizar a América do Sul para sermos reconhecidos e ganharmos mercados em outros continentes - explica Cezar Bernardon, proprietário da empresa paranaense, sem, no entanto, revelar os valores envolvidos no contrato.

Eduardo Gianone, diretor de Tecnologia da Vertical de Produtos da americana Accenture, reconhece que os produtos brasileiros têm boa capacidade de absorção em outros mercados.

Como a empresa tem atuação global, Gianone ressalta que soluções criadas aqui já foram replicadas em clientes de outros países, inclusive europeus.

- A exportação de serviços de informática criados aqui acontece em maior número que a venda de pacotes de produtos. Acabamos exportando o serviço inteiro para aplicação nos nossos clientes fora do Brasil - ressalta Gianone. (R.R.)

### **TEXTO 93**

#### **O difícil adeus aos serviços**

#### **Consumidores se queixam por não conseguir cancelar contratos com empresas**

*CRISTIANE CRELIER*

Contratar um serviço é fácil, o difícil é cancelar. Consumidores se queixam de demora no atendimento telefônico, dificuldades para encontrar o setor responsável por cancelamento e da falta de resposta das empresas, que enviam a solicitação de cancelamento mas nunca o realizam. Especialista em direito do consumidor alerta ainda para o problema dos "contratos falados".

- Se houver contratação por escrito, a pessoa necessita cancelar por escrito. Apenas o envio de um fax ou a solicitação por telefone é insuficiente para o cancelamento desses contratos. Porém, a contratação por telefone ou por meio da internet é uma modalidade relativamente nova, embora venha se tornando cada vez mais comum, que não possui regras específicas. Ainda não há jurisprudência consolidada, portanto, é preciso tomar alguns cuidados - afirma a advogada Sônia Maia, da Associação de Proteção e Defesa do Crédito do Consumidor (Prodecon).

O consumidor Marcos Rodriguez assinou um serviço do IG através do site da internet.

- Foi rápido e recebi a confirmação do cadastramento imediatamente, mas nunca consegui acessar o serviço. Uma semana após o cadastramento, entrei em contato para cancelar o serviço. Desde então, tento contato com a empresa, e nada. Enviei mais de 15 e-mails solicitando o cancelamento, e nada. Mas estou pagando pelo serviço - conta.

O **Jornal do Brasil** fez uma pesquisa entre os consumidores e constatou que os problemas são comuns à maioria das empresas. Segundo os entrevistados, os serviços de atendimento por telefone não possuem opção de cancelamento no menu. O mesmo ocorre com os sites de internet. Então, o consumidor pede para falar com qualquer atendente, que fica passando para outros. A espera, nesses casos, é longa. Passa-se por muitos funcionários que perguntam por que o cliente deseja o cancelamento, mas não o realizam.

O mesmo acontece quando a solicitação é feita por meio do site da empresa ou por e-mail de contato: um funcionário informa que a solicitação foi feita, fornecendo um número de protocolo, e diz que a empresa entrará em contato. O retorno da empresa, no entanto, não acontece e o consumidor fica meses pagando sem conseguir cancelar o serviço.

No início de julho, a Flagusta Lanchonete, de Brasília (DF), solicitou à operadora de celular TIM o cancelamento de cinco linhas telefônicas, referentes a plano empresarial, às vésperas do prazo de expiração do contrato.

- A atendente nos informou que em até cinco dias úteis um funcionário da TIM entraria em contato conosco para nos posicionar sobre o assunto. Informamos-lhe que, caso houvesse despesas, estaríamos dispostos a pagá-la, desde que as linhas fossem canceladas imediatamente. O prazo passou, continuamos a procurar a empresa que sempre respondia que ainda estava analisando o pedido - conta Gustavo Adolfo Viveiros Arruda

Sônia Maia ressalta a importância de ter conhecimento do endereço físico da empresa que se está contratando.

- O consumidor deve fazer contato com a empresa solicitando o cancelamento, e é importante que ele não deixe de anotar o número do protocolo do pedido e o nome do atendente. Ele então deve enviar uma notificação à empresa, com Aviso de Recebimento (AR), informando no documento o contato realizado.

Lumena Sampaio, do Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), esclarece que o procedimento identifica o momento da rescisão.

- A não rescisão (ou retenção) é prática abusiva. Isso deve ser denunciado nos órgãos de Defesa do Consumidor e, dependendo do caso, levado à Justiça. Seguidos os procedimentos de solicitação e notificação, o consumidor poderá deixar de pagar pelo serviço e, se tiver seu nome inserido em cadastros negativos, poderá entrar com uma ação por danos morais - diz a advogada.

A TIM informa que, ao entrar em contato com o cliente, ele optou por não cancelar suas linhas e solicitou o envio da segunda via de seu contrato. A empresa afirma ainda que utilizará as informações apontadas pelo cliente para aprimorar seus processos de atendimento e reorientar seus consultores. O IG informa que desde o início do ano o serviço de atendimento ao consumidor tem passado por diversas melhorias para superar as expectativas de seus usuários - o número de funcionários do *call center* duplicou, e foram feitos vários investimentos em tecnologia e treinamento.

#### **TEXTO 94**

##### **O brilho de uma sexagenária**

**Com embarques de US\$ 50 milhões em 2004, H.Stern amplia participação no exterior e abre lojas na Rússia e China em 2006**

**BRUNO ROSA**

A quinta maior joalheria do mundo, a brasileira H. Stern, completa 60 anos embalada pelo brilho das pedras raras brasileiras e um faturamento estimado em mais de US\$ 150 milhões por ano. Cada vez mais presente no

exterior e com peças usadas pelas mais importantes celebridades mundiais, a joalheira comemora suas seis décadas ampliando a presença no mercado internacional. No ano passado, as exportações da companhia somaram US\$ 50 milhões nos 19 países em que está presente, roteiro que abrange desde os EUA até o Cazaquistão, no Oriente Médio.

Até o final deste ano, a marca abre três espaços no México, um dos mercados mais importantes da América Latina, além do Brasil. Ainda há inaugurações previstas em Hamburgo, na Alemanha, e em Cannes, na França. A empresa ainda vai expandir suas operações em Portugal, aonde já possui sete lojas, e na Espanha, país onde possui oito espaços. No próximo ano, é a vez da Rússia e da cobiçada China. Os embarques representam hoje cerca de 30% da receita da empresa.

- O público mexicano consome jóias. E eles conhecem as preciosidades brasileiras. Apesar das pedras coradas serem importantes, nos preocupamos muito com o design dos nossos produtos. Quando a empresa decidiu iniciar uma expansão internacional, na década de 70, tinha por objetivo tornar seu nome mais conhecidos dos turistas que desembarcavam no país. As exportações esse ano já estão maiores que no ano passado - explica Richard Barczinski, presidente da H.Stern.

Hoje, os turistas são responsáveis por cerca de 35% das vendas nos 80 pontos-de-vendas que a joalheira possui no Brasil. Por isso, com o aumento do turismo nas principais cidades do Nordeste do país, a empresa prepara a inauguração de novas lojas em Salvador, Recife e Natal, além do Mato Grosso.

- Quando inaugurou a empresa, o fundador, o alemão Hans Stern, trabalhava com muito foco nos turistas já que não havia um mercado consumidor nacional forte. Ele, um estrangeiro, se apaixonou pelas pedras preciosas nacionais e decidiu difundi-las pelo mundo, já que se pensava que pedras como Turmalina e Água Marinha eram semi-preciosas - recorda Barczinski, que não revela quanto a empresa fatura no país.

Hoje, no Brasil, os consumidores brasileiros são importantes para os negócios da empresa. Segundo pesquisas feitas pela companhia, a cada ano aumenta o número de mulheres que compram suas próprias jóias, diferente de anos anteriores quando os homens eram os grandes responsáveis pelas vendas.

Hoje, Hans Stern, 82 anos, continua trabalhando ativamente na empresa como Presidente do Conselho de Administração. Roberto Stern passou a se concentrar especialmente nas áreas de criação e inovação. Graças ao processo de profissionalização pelo qual a empresa passou durante anos, os valores familiares e objetivos de longo prazo que norteiam a atuação da H.Stern permanecem inalterados.

Outro filho de Hans, Ronaldo Stern, conduz as operações nos Estados Unidos, Caribe e México. Novos diretores, em grande parte mulheres, foram nomeados para sustentar a expansão da joalheria e sua contínua renovação. Enquanto designers criam novas peças, uma equipe interna de arquitetura, com os melhores profissionais do mercado, cuidam das reformas das lojas. Ao todo, são mais de 3 mil funcionários, 600 dos quais artesãos que trabalham entre as oficinas do Rio de Janeiro e São Paulo.

- Foram muitas conquistas, ciclos e momentos de altos e baixos ao longo destes 60 anos. Há dez anos, quando a empresa já estava consolidada, houve a transição de comando das gerações - lembra Barczinski.

Para comemorar o aniversário da marca, a joalheria escalou a modelo inglesa Kate Moss. Ela aparece nas fotos usando duas das mais famosas coleções H.Stern: *Pedras Roladas* - o icônico design em forma de seixos de rios em

ouro texturizado, cristal de rocha e diamantes, lançado em 1997 - e *Stars*, moderna interpretação de uma estrela vitoriana, que celebra o nome e a herança da empresa. Stern é estrela, em alemão.

[12/SET/2005]

#### **TEXTO 95**

##### **Reestruturação da Varig na reta final**

##### **Empresa apresenta hoje ao Judiciário plano de recuperação que já cria polêmica entre curadores e trabalhadores**

*RAFAEL ROSAS*

O Conselho de Administração da Varig entrega hoje ao presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), Sergio Cavalieri, o plano de reestruturação da companhia aérea. Em recuperação judicial desde junho, a empresa contou com o auxílio de Lufthansa Consulting, do banco suíço UBS e da Fundação Getúlio Vargas para elaborar o projeto.

A entrega do plano representa a entrada na fase decisiva da recuperação da empresa, que tem dívidas totais de mais de R\$ 8 bilhões. No próximo dia 24 de setembro acontecerá no TJ-RJ uma assembléia de credores da companhia, de onde sairão três representantes, com a responsabilidade de acompanhar de perto a implantação do processo de reestruturação.

Além disso, nos próximos dias, a 8ª Vara Empresarial, responsável por acompanhar o processo de recuperação, decidirá sobre a venda da VarigLog para o fundo americano Matlin Patterson por US\$ 88 milhões - dos quais US\$ 50 milhões em uma operação de troca de recebíveis do cartão de crédito Visa.

O plano de recuperação, no entanto, está longe de apaziguar diferentes correntes dentro da empresa. No sábado, representantes da Varig apresentaram o projeto ao Conselho de Curadores da Fundação Ruben Berta (FRB), controladora da aérea.

A reunião foi confirmada pelo presidente do Conselho de Curadores, Osvaldo Cesar Curi, que, no entanto, não quis revelar se o plano foi bem recebido pelos curadores.

- O que aconteceu hoje (sábado) foi apenas uma apresentação de partes do plano - disse um lacônico Curi.

Fontes da própria FRB revelam uma cisão entre os curadores. Curi e Adenias Gonçalves Filho seriam os suportes da atual direção da empresa aérea, encabeçada pelo presidente, Omar Carneiro da Cunha, e pelo presidente do Conselho de Administração, David Zylbersztajn. Os demais curadores teriam mostrado desagrado em relação à condução do processo de reestruturação.

Uma prova da cisão ficou clara na última sexta-feira, quando a FRB-Par, braço financeiro da fundação e principal acionista da VarigLog, recomendou ao Colégio Deliberante da FRB a aprovação da venda da subsidiária ao fundo americano Matlin Patterson. A FRB-Par teria poderes para aprovar diretamente a venda, mas opiniões divergentes levaram os acionistas a "empurrar" a decisão para o Colégio Deliberante, que tem cerca de 150 integrantes.

O preço do negócio fechado pelo Conselho de Administração da Varig já havia sido considerado baixo por alguns acionistas e credores e foi o principal motivo para as desavenças na FRB-Par. Além disso, o aparecimento de novos investidores interessados no Grupo Varig na última semana aumentou as críticas em relação ao rumo dado pelo Conselho de Administração à reestruturação da empresa.



As dúvidas em relação ao plano que será apresentado hoje não partem apenas da FRB. Trabalhadores e sindicalistas também questionam o modo como a recuperação judicial da companhia tem sido conduzida até agora.

- O plano não foi apresentado a trabalhadores e credores, embora o sucesso da recuperação dependa da aceitação dos credores. Além disso, o único investimento trazido pelo Conselho de Administração propôs o fatiamento da companhia. O mínimo que esperamos é que o projeto contenha o nome de novos investidores para a empresa - afirma Graziella Baggio, presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA).

## **TEXTO 96**

### **Uma cúpula importante demais para fracassar Além do Fato / Erradicação da pobreza**

*KEVIN WATKINS*

Diretor do Relatório do Desenvolvimento Humano 2005 – PNUD  
Martin Luther King comparava a constituição norte-americana com uma nota promissória que oferecia justiça social e igualdade de oportunidades para todos. Parado em frente ao monumento de Lincoln, em Washington D.C., há quarenta e dois anos ele acusava os sucessivos governos de não terem sido capazes de cumprir com a promessa. “Para os afro-americanos, esta nota promissória tem se tornado um cheque sem fundos”, e continuava: “negamo-nos a acreditar que a conta bancária da justiça esteja em bancarrota”.

Na próxima semana, a sede das Nações Unidas em Nova York será palco da maior cúpula de chefes de Estado e de governo de todo o mundo para discutir outra nota promissória. Essa nota promissória é a Declaração do Milênio.

A Declaração do Milênio estabelece o compromisso da comunidade internacional com a erradicação da pobreza. Essa promessa está respaldada por metas quantificáveis e expressas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – os ODM.

Há pessoas que questionam a validade das cúpulas mundiais, outras, a validade dos ODM enquanto marco conceitual válido para orientar as ações da cooperação internacional. Ambas as concepções estão profunda e perigosamente erradas. O flagelo da extrema pobreza e das profundas desigualdades representa o desafio ético de nossos dias. Num mundo crescentemente interdependente, eles representam também uma ameaça à segurança coletiva e à prosperidade. Um imperativo moral faz com que a Cúpula Mundial das Nações Unidas de 2005 seja importante demais para fracassar e que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio sejam demasiado importantes para serem desconsiderados.

Enquanto os governos preparam o documento final da Cúpula, é preciso que eles se afastem do modo de negociar artigo por artigo e reflitam sobre aquilo que está em jogo. Como diz o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2005, a continuidade das tendências atuais conduzirá a resultados pouco encorajadores.

É o caso da mortalidade de crianças. Em 2015, o mundo estaria 4 milhões de mortes abaixo da meta, o equivalente à população conjunta, menor de cinco anos de idade, das cidades de Nova York, Londres e Tóquio. Na África Subsaariana, a meta seria atingida no ano 2115, ou seja, um século mais tarde.

Superficialmente, a perspectiva de atingir a meta da redução da extrema pobreza para a metade é mais positiva, em parte, pelo desempenho da Índia e da China. Não obstante os dados agregados mundiais, o panorama é mais sombrio quando se analisa país a país: 400 milhões de pessoas continuariam, sem alcançar o ODM, abaixo da linha

de pobreza. Um olhar ao objetivo da provisão de educação para todas as crianças do mundo é esperançoso, porém, segundo as tendências atuais, 46 milhões de crianças ficaram sem ir à escola.

As projeções feitas são baseadas em tendências. Felizmente, estas não se traduzem no destino. Ainda há tempo para pôr em prática políticas e investir os recursos necessários para atingir os ODM. Mas o relógio marca seu passo e o tempo é curto. O que fica muito claro é que uma década de "business as usual" não permitirá atingir os ODM, já que trazem implicações em termos de sofrimento humano.

Seria pouco realista esperar que uma reunião internacional desta natureza produza um plano de ação para acelerar o progresso dos ODM. Porém, é importante que os participantes aproveitem a oportunidade que têm de aprofundar a agenda contra a pobreza. Do mesmo jeito, se a reunião de chefes de Estado e de governo produz um comunicado desprovido de conteúdo substantivo, uma mensagem equivocada é transmitida para o mundo. Um resultado dessa natureza deixaria os governos navegando contra fortes correntes de pressão pública, assim como ocorreu com a campanha "Virando a Pobreza História".

Então, o que é que a Cúpula Mundial das Nações Unidas pode fazer para recuperar o rumo desejado? Para começar, fortalecer o momentum gerado na reunião do G-8. No encontro de julho passado, no País de Gales, as nações ricas reuniram-se com os líderes dos países africanos para concertar medidas de incremento da ajuda ao desenvolvimento e da redução da dívida externa.

O comércio internacional representa um desafio ainda maior. Após quatro anos da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio, as negociações estão travadas. O problema: os países ricos estão pedindo muito e dando muito pouco. Alguns dos países mais pobres enfrentam as maiores barreiras ao comércio com os países ricos. Os subsídios agrícolas estão aumentando e os países pobres se vêem pressionados a fechar acordos sobre investimento, propriedade intelectual e liberalização comercial, que podem ameaçar seus esforços de redução da pobreza.

A não ser que se produzam mudanças, a reunião ministerial programada para dezembro deste ano vai fracassar. Um resultado com consequências devastadoras para a legitimidade do sistema multilateral de comércio baseado em regras. A agricultura é uma prioridade. Atualmente os governos do Norte gastam US\$ 1 bilhão por ano em ajuda ao desenvolvimento rural dos países em desenvolvimento, e a mesma quantidade por dia em subsídios a seus próprios produtores agrícolas. Esses subsídios, somados às altas tarifas, não podem ser defendidos. Sistemáticamente prejudicam pequenos produtores de países em desenvolvimento tanto em mercados globais, quanto em mercados locais, baixando os preços, fechando oportunidades e reforçando círculos de pobreza.

As potências que subsidiam a União Européia e os Estados Unidos poderiam mandar um sinal claro à Rodada de Doha. O primeiro-ministro britânico, Tony Blair, já fez um chamado para a eliminação dos subsídios às exportações num prazo de cinco anos. Integrada ao compromisso de se fazer cortes mais profundos nos acordos e tarifas, esta medida pode causar uma mudança no contexto negativo pelo qual passa a OMC, destravando negociações em outras áreas.

A segurança é outra área de ação prioritária. Os conflitos violentos ainda são uma das barreiras mais poderosas ao alcance dos ODM, já que o mundo carece de uma estrutura institucional capaz de integrar a prevenção de conflitos, a manutenção da paz e a reconstrução pós-conflito. É a razão pela qual o secretário-geral tem priorizado o estabelecimento de uma Comissão de Construção da Paz. É também a razão pela qual a cúpula deve respaldar o princípio da "responsabilidade de proteger" as populações mais vulneráveis.

Finalmente, a Cúpula da próxima semana vai além da agenda dos ODM e da reforma das Nações Unidas. Há cinco anos, os líderes do mundo fizeram uma promessa aos cidadãos mais vulneráveis. Se como comunidade global não podemos manter essa promessa, então que expectativa temos de superar as sérias ameaças que impõem as mudanças climáticas, a proliferação de armas nucleares, as epidemias e o terrorismo internacional?

O unilateralismo não é uma verdadeira alternativa sequer para os países mais poderosos. Não existe outra alternativa que a cooperação internacional baseada em regras, se desejamos construir um mundo mais estável, mais seguro e menos dividido. A Cúpula das Nações Unidas é uma prova de fogo para o compromisso da cooperação internacional. A cúpula é importante demais para arriscar um fracasso. Por isso, precisamos nos assegurar de que a nota promissória dos ODM não traga um carimbo de "sem fundos".

#### **TEXTO 97**

##### **Sivam terá radar brasileiro**

##### **Primeiro equipamento com tecnologia 100% nacional será entregue à Aeronáutica em abril de 2006**

*VIRGÍNIA SILVEIRA*

**SÃO JOSÉ DOS CAMPOS** - O Brasil retomou a sua capacitação tecnológica na área de radares meteorológicos. A experiência adquirida com a participação no fornecimento dos radares do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) motivou a Atech Tecnologias Críticas ao desenvolvimento do primeiro radar 100% nacional. A Aeronáutica acaba de fechar um contrato com a empresa, no valor de US\$ 1,9 milhão, para a aquisição do equipamento, que será entregue em abril do próximo ano.

- Este será o 11º radar meteorológico do Sivam, mas a diferença é que ele será desenvolvido com tecnologia brasileira - afirma Fábio Haruo Fukuda, diretor da Atmos.

A empresa foi criada no ano passado a partir de uma associação entre a Atech (60%) e a Omnisys (40%), que atua no desenvolvimento de sistemas meteorológicos e de telecomunicações.

A Omnisys trouxe para a Atmos o conhecimento tecnológico acumulado por seus fundadores durante o período em que trabalharam na antiga Elebra. A empresa, que fechou em 1997, produzia entre outras coisas, radares de aproximação e controle de tráfego aéreo. Também participou de vários programas estratégicos com a Aeronáutica, entre eles o caça AMX.

Os 10 radares meteorológicos do Sivam, segundo Fukuda, foram fornecidos pela empresa americana Enterprise, mas o processador digital foi feito pela Atech e o software meteorológico é alemão. A idéia inicial da Aeronáutica era que o fornecimento fosse feito integralmente pela indústria brasileira.

A Tectelcom Aeroespacial foi, inclusive, selecionada para desenvolver os radares, mas as dificuldades financeiras enfrentadas pela empresa inviabilizaram o fornecimento. A Aeronáutica já havia rescindido um outro contrato com a companhia, que previa o fornecimento de 10 radares para os Cindactas (Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo), localizados nas regiões de Brasília, Curitiba e Recife.

A Tectelcom só conseguiu entregar seis radares e ainda com dois anos de atraso. A empresa finalizou o desenvolvimento desse radar meteorológico, baseado em projeto feito pelo Centro Técnico Aeroespacial (CTA), na década de 70 e depois transferido para a Tecnasa.

- Temos potencial para fornecer os quatro radares que não foram entregues pela Tectelcom, mas a Aeronáutica ainda não retomou o contrato - disse Fukuda.

O Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (Cecomsaer) informou que não há previsão do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) de expandir a rede de radares meteorológicos do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab).

"Já foram instalados 11 canais meteorológicos nos radares de vigilância de área terminal, o que aumentou bastante a já satisfatória cobertura radar para acompanhamento das condições de tempo presente", disse o Cecomsaer.

Apostando no potencial de mercado do seu radar, no entanto, a Atmos desenvolveu uma versão mais avançada do equipamento. O novo sistema possui banda X (frequência de 9,5 gigahertz), com dois canais de transmissão e recepção, maior precisão para medir o índice de precipitação, além de capacidade para estudar o tamanho das gotas de chuva e fazer a detecção automática de granizo.

Em junho deste ano a Fapesp assinou contrato com a Atmos, no valor de R\$ 1,3 milhão, para financiar o desenvolvimento do novo radar. O equipamento integrará o Sistema Integrado de Hidrometeorologia do Estado de São Paulo (Siheps), que também prevê a aquisição de estações meteorológicas de superfície e a modernização de radares já existentes.

O projeto, coordenado pelo Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG), da Universidade de São Paulo (USP), ampliará a capacidade de observação e previsão de chuvas e tempestades na região metropolitana de São Paulo. Ao contrário do sistema que será fornecido para o Sivam, que opera numa faixa de frequência menor (Banda S, com 2,8 gigahertz), o novo radar meteorológico do Siheps será equipado com software meteorológico importado em função da necessidade de se ter os equipamentos prontos para o verão de 2006.

O diretor da Atmos ressalta, no entanto, que toda a parte de engenharia de integração será realizada pela empresa no Brasil. Para reforçar sua experiência nessa área, a Atmos desenvolveu um radar *doppler* (consegue medir a velocidade e eliminar o eco de solo, ou seja, a reflexão das ondas eletromagnéticas).

A Atech e a Ominsys investiram US\$ 1 milhão no radar, que está instalado na área rural de Mogi das Cruzes, a 40 quilômetros de São Paulo. O sistema, com alcance de 400 quilômetros mede, em tempo real, as condições meteorológicas de toda a porção leste e sul do Estado de São Paulo, sul do Rio de Janeiro, parte do sul de Minas Gerais e do Paraná, incluindo o litoral paranaense.

O Brasil, de acordo com a Atmos, possui hoje 24 radares *doppler* em operação. A maior parte deles, 10 unidades, está no Sivam e os demais no Estado de São Paulo. Nos Estados Unidos existem cerca de 300 radares desse tipo, sendo que metade deles está a serviço da Administração Nacional de Oceanos e Atmosfera (NOAA).

A Atmos, segundo o diretor Fábio Fukuda, está empenhada na busca de contratos para seu novo radar.

- Agora nós temos condições de participar em pé de igualdade com os produtos estrangeiros e estamos de olho na próxima aquisição de radar meteorológico que a Aeronáutica pretende fazer para o seu Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão - disse o executivo.

**TEXTO 98****Rio consolida hoje pólo produtor de plástico***RICARDO REGO MONTEIRO*

O Rio de Janeiro consolida hoje o sonho de recuperar a segunda colocação no ranking brasileiro do setor de plásticos, perdido nas últimas décadas para Bahia e São Paulo. Em cerimônia no Palácio Guanabara, 15 indústrias do setor oficializam a instalação ainda neste ano de unidades produtoras no estado.

Elas se juntam às oito primeiras empresas do setor que aderiram, no início do ano, ao pacote de incentivos fiscais do Plast Rio, o programa de incentivos criado em 2003 pelo governo para atrair potenciais consumidores para as matérias-primas que serão produzidas pelo Pólo Gás-Químico do Rio de Janeiro.

As empresas, cujos nomes só serão revelados hoje, durante a cerimônia oficial, serão instaladas nos municípios de Guapimirim (oito), Duque de Caxias (três), São João de Meriti (uma), Bom Jardim (uma) e Sapucaia (duas). O secretário estadual de Energia, Indústria Naval e Petróleo, Wagner Victer, afirma que elas serão responsáveis por investimentos de R\$ 130 milhões e pela geração de 1.830 empregos diretos e 5.500 indiretos.

O pacote de incentivos, segundo Victer, inclui a redução de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para o produto final e o diferimento do tributo para o investimento. Das novas linhas de montagem sairão produtos fabricados a partir do polietileno e do polipropileno do Pólo e da Polibrasil, fábrica da Suzano que deverá ampliar sua unidade nos próximos meses das atuais 200 mil toneladas de capacidade para 360 mil toneladas. Além de sacos plásticos, serão produzidos embalagens, garrafas e cosméticos.

A primeira das novas unidades a operar, segundo Victer, será inaugurada no fim deste mês em Japeri. Só em Guapimirim, lembra, serão instalados oito novas indústrias na área onde ficava a antiga fábrica da Worthington.

- Esses investimentos serão fundamentais para criar um novo ciclo de desenvolvimento no estado do Rio. É o maior investimento conjunto já anunciado na história do Rio. Guapimirim, que há 20 anos não recebia novos investimentos, será o novo tigre da Baixada - entusiasma-se Victer.

**TEXTO 99****Vale retoma investimento no manganês****Empresa inicia esta semana obras de modernização em sua unidade da Bahia para aumentar produtividade e reduzir poluição***DANIELE CARVALHO*

Em prosseguimento a sua estratégia de intensificar investimentos na área de manganês, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) inicia nesta quarta-feira seu plano de modernização de unidades de processamento do minério. A primeira etapa do projeto será feita na Rio Doce Manganês (RDM), em Simões Filo, na Bahia, que absorverá desembolso de R\$ 140 milhões até 2008.

O alvo inicial da Vale será a unidade de sinterização da RDM, que consumirá individualmente a maior parte dos recursos: cerca de R\$ 45 milhões. O objetivo dos investimentos, de acordo com o diretor do Departamento de Manganês e Ligas da CVRD, Luis Carlos Nepomuceno, é implantar um sistema de processamento do minério menos poluente e mais produtivo.

- O processo utilizado na Bahia ainda é muito rudimentar. Com as obras, vamos aumentar nossa produtividade de 20% a 30%, passando das atuais 170 mil toneladas/ano para 210 mil toneladas/ano - diz Nepomuceno. A estimativa da mineradora é de que esta primeira fase do projeto esteja concluída já em agosto do ano que vem.

O processo de sinterização tem por objetivo aglomerar as partículas do minério de manganês a partir de sua mistura com finos de coque e carvão vegetal. Dessa maneira, ele pode ser utilizado nos fornos da fábrica. Como o minério proveniente da Mina do Azul, localizada em Carajás (PA), é muito fino para utilização direta nos fornos de grande porte da fábrica da Bahia, ele precisa, então, passar pela sinterização. A modernização vai permitir que o minério seja melhor aproveitado.

Após as obras na área de sinterização, a Vale vai entrar, ainda em 2006, numa segunda etapa da modernização da RDM, que abrangerá os fornos da unidade baiana.

- Vamos aumentar a potência de nossas três plantas e parar os fornos um a um. Esperamos concretizar o projeto até 2008 - explica o diretor.

A estratégia aplicada na unidade de Simões Filho poderá se estender a outras produtoras de ferroliga da Vale no país (Barbacena, Ouro Preto, Santa Rita e Corumbá). De acordo com Nepomuceno, "a empresa estuda esta possibilidade". Destas unidades, a mais antiga em operação é a de Barbacena.

No caso da usina de Simões Filho, o volume de produção não será aumentado. O incremento na produção será proveniente apenas de uma melhoria de produtividade.

- O mercado não é elástico, temos que acompanhar o crescimento da siderurgia - completa o executivo.

Quando assumiu as operações da RDM, em 2000, a unidade estava em concordata, realidade que mudou em cinco anos: em 2004, o negócio de manganês e ligas gerou para a CVRD receita bruta consolidada de US\$ 666 milhões, 105,6% a mais do que em 2003.

A produção e as vendas de minério de manganês também foram recordes, com cerca de 2,7 milhões de toneladas produzidas, ou 21,7% a mais do que em 2003. O volume de vendas do minério atingiu pela primeira vez 1 milhão de toneladas, registrando aumento de 13,2% em relação ao ano anterior. Já as vendas de ferroligas para terceiros totalizaram 616 mil toneladas em 2004. Este ano, os investimentos previstos na área de manganês somam US\$ 93 milhões.

#### **TEXTO 100**

##### **Ecoturismo na indústria**

Além de buscar o título de unidade de processamento de ferroliga mais moderna da América Latina, a fábrica de Simões Filho (BA) também buscará o título de primeiro parque eco-industrial do Brasil. A idéia do projeto é criar uma imensa área verde que, além de preservar e recuperar a vegetação local, vai possibilitar visitas turísticas à região.

Para o diretor de Gestão Ambiental e Territorial da Vale, Maurício Lima Reis, mais do que o respeito à natureza, iniciativas como esta demonstram o comprometimento da empresa com seus acionistas.

- Uma empresa que não tem qualidade ambiental destrói o patrimônio do acionista. Empresas como a Vale, que explora recursos naturais, têm de aplicar tecnologias que garantam que os acionistas de amanhã não pagarão pelos dividendos de hoje - diz Reis.

Entre as principais intervenções, estão a implantação do Parque Botânico, um espaço voltado para a comunidade com fins culturais e de lazer, cujo investimento será de cerca de R\$ 1,2 milhão, e a instalação da nova planta de sinterização, que vai possibilitar uma operação mais eficiente da fábrica.

O Parque Botânico ficará localizado dentro do Parque Eco-industrial Vale do Rio Doce, situado entre a BR-324 e a Baía de Aratu. A previsão é de que o parque seja entregue no segundo semestre de 2006. O projeto seguirá as mesmas diretrizes dos parques já existentes na CVRD em Vitória (ES) e Carajás (PA).

- Queremos levar ao público que nos cerca informações sobre a nossa atividade industrial e o que estamos fazendo em prol da qualidade ambiental - comenta o diretor.

[13/SET/2005]

### **TEXTO 101**

#### **Justiça dos EUA fixa novo prazo**

*MARCELO KISCHINHEVSKY*

A Justiça americana decidiu estender, até 11 de novembro, o prazo para a retomada de 11 aeronaves da International Lease Finance Corporation (ILFC) arrendadas pela Varig e com parcelas em atraso. A decisão do juiz Robert Drain, da Corte de Falências de Nova York, foi tomada após visita da juíza Márcia de Carvalho Cunha, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), semana passada. A magistrada foi aos EUA para esclarecer detalhes da nova Lei de Recuperação Judicial vigente no Brasil.

A ILFC, subsidiária da General Electric, tinha obtido liminar para retomar os aviões em junho. Na ocasião, o presidente do Conselho de Administração da Varig, David Zylbersztajn, chegou a afirmar que não haveria tempo para evitar um pouso forçado da companhia se as aeronaves fossem arrestadas e aproveitou a ocasião para pressionar a direção da Fundação Ruben Berta a aceitar a venda de subsidiárias rentáveis, como a VarigLog. Mas o próprio juiz Drain, poucos dias depois, determinou a suspensão de todas as execuções judiciais até 12 de setembro - ou seja, ontem.

Com o novo prazo, a companhia aérea ganha autonomia para tocar seu plano de recuperação, apresentado ontem à Justiça.

A juíza Márcia Cunha integra comissão de magistrados designada pela presidência do TJ-RJ para acompanhar o processo de recuperação da Varig, deferido pela 8ª Vara Empresarial, no dia 22 de junho. A empresa tem até dezembro para fazer o plano decolar e, assim, escapar da falência.

### **TEXTO 102**

#### **Polêmico plano de voo**

#### **Conselho da Varig propõe à Justiça criação de empresa, leilão de investidores e concentração de operações em SP**

*RAFAEL ROSAS*

Formação de duas empresas distintas que dividirão a gestão e a operação da companhia, leilão judicial para definição do novo controlador, corte de 13% dos 12 mil funcionários e foco operacional em São Paulo. Estes são os principais pontos do plano de reestruturação da Varig, apresentado ontem ao presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), Sergio Cavalieri Filho, pelo Conselho de Administração da empresa.

A formação de duas diferentes companhias tem por base o artigo 60 da Lei de Recuperação Judicial. O objetivo é tornar o grupo mais atraente para os investidores, com a eliminação de parte dos passivos da Varig, que acumula dívida pactuada de R\$ 7,7 bilhões.

O conselho montou um esquema para garantir o pagamento dos débitos. A "velha Varig" ficará não apenas com o passivo, mas com parte dos ativos e das rotas do grupo. Desta maneira, a montagem garante a entrada de recursos nas duas companhias.

– O consórcio se manterá por algum tempo, até que a dívida esteja equalizada. Depois, a liderança do consórcio será automaticamente transferida para o novo controlador – explicou Gustavo Fleichman, advogado do escritório Bulhões Pedreira, Bulhões Carvalho, Piva, Rosman & Souza Leão, que auxilia a companhia aérea.

De acordo com Eleazar de Carvalho, vice-presidente do Conselho de Administração, o plano não impõe uma formatação específica. O consórcio pode ser montado em função das negociações entre novos investidores e credores.

– O que fica bem claro no plano é que a empresa precisa de recursos novos para investimento num curto espaço de tempo – disse Eleazar.

Os conselheiros da empresa fazem questão de afirmar que os passageiros não enfrentarão problemas com a formação de duas companhias.

– A operação será conjunta. Não haverá diferença – afirmou Eleazar.

A maneira prevista no plano para a entrada de recursos e a definição de um novo controlador é o leilão judicial. Sem prazo para acontecer, a briga pelo controle da empresa depende da aprovação dos credores.

– Se os credores aprovarem, o leilão pode ser antes de dezembro – previu o vice-presidente do Conselho de Administração.

O plano de reestruturação também contempla medidas para redução de custos e aumento das receitas. Entre as principais iniciativas, estão a criação de um hub operacional em São Paulo, o corte de 13% da força nacional de trabalho – cerca de 1.500 funcionários –, a reativação dos aviões parados e a remodelação da frota.

Segundo o presidente da Varig, Omar Carneiro da Cunha, ao longo dos últimos 20 anos, o número de vôos para os três aeroportos paulistas cresceu num ritmo muito mais elevado que o avanço no Santos Dumont e no Galeão, que concentra a maior parte dos tripulantes da companhia.

Desde 1984, o movimento em Guarulhos, Congonhas e Campinas passou de 5 milhões de passageiros por ano para 27 milhões, enquanto no Rio subiu de 7,5 milhões para 11 milhões.

– Nossas operações passaram para São Paulo, mas nosso pessoal continuou concentrado no Rio. Com a consolidação de um hub nacional em Guarulhos, poderemos programar melhor nossos vôos em função das parcerias da Star Alliance – ressaltou Carneiro da Cunha.

O presidente da companhia afirma ainda que os funcionários estão mal distribuídos, com algumas áreas com



A otimização do combustível e a remodelação da frota também são listadas como necessárias para aumentar as margens operacionais da companhia.

– O combustível representa 36% dos nossos custos, enquanto utilizamos nove famílias de aeronaves, que devem ser reduzidas a três até 2010 – disse Carneiro da Cunha.

A reativação dos aviões parados é outra preocupação dos atuais administradores.

– Hoje temos 14 aeronaves paradas, que representam US\$ 40 milhões em aluguel e não geram receita alguma.

De acordo com o plano, elaborado em conjunto por Varig, Lufthansa Consulting, UBS e os escritórios Sérgio Bermudes e Bulhões Pedreira, Bulhões Carvalho, Piva, Rosman & Souza Leão, a empresa precisaria de investimentos de pelo menos US\$ 135 milhões para implementar todas as mudanças necessárias, mas o incremento de receita poderia gerar US\$ 307 milhões a mais e reduzir custos em US\$ 168 milhões.

Sergio Cavalieri Filho afirmou ao receber o projeto, que o Judiciário não se furtará a colaborar para que a Varig consiga se reestruturar e sugeriu que os outros Poderes deveriam ter ajudado mais a empresa.

O presidente do Conselho de Administração da Varig, David Zylbersztajn, fez coro.

– Agora cabe ao governo fazer a sua parte – ressaltou, lembrando que o prazo para apresentação do plano foi uma das principais dificuldades enfrentadas pela empresa.

### **TEXTO 103**

#### **BNDES convoca pequenos**

#### **PIBB é relançado com investimento mínimo de R\$ 300**

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) iniciou ontem o prazo de reservas para a nova oferta do PIBB, cotas de um fundo composto por ações da carteira do banco de fomento. Aos interessados, a reserva de cotas da segunda edição do produto, lançado pela primeira vez no ano passado, poderá ser feita até o dia 14 de outubro. A primeira edição acumula ganhos superiores a 58%, contra 33% do Ibovespa.

- O poupador tem que estar consciente de que está aplicando nas melhores empresas e ficar tranqüilo mesmo que haja oscilações - afirmou Guido Mantega, presidente do BNDES, durante lançamento do PIBB na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

Especialistas se dividem sobre o potencial do investimento. O consultor Fábio Colombo, da Money Consultoria, acredita que as ações representadas nas cotas já tiveram forte valorização. Já para Lourenço Miranda, superintendente de produtos de investimento do Banco Real, a Bolsa poderá ter uma alta de 30% a 40% até o fim de 2006. Esse é o prazo para o investidor que comprar cotas do PIBB2 revendê-las, se quiser, ao BNDES, ao preço pago no momento da reserva, caso elas se desvalorizem no período. A opção de venda, pelo investidor, poderá ser exercida um ano após o início das negociações do PIBB2 na Bolsa, até o limite de R\$ 50 mil.

As taxas para investimento direto - através de bancos e corretoras, variam entre R\$ 5 e R\$ 30. As aplicações indiretas, através de fundos de investimento, estão cobrando, em média 1,5% ao ano.

**TEXTO 104****Menos barreiras para pólo financeiro****Especialista britânico defende regras claras de atração ao capital estrangeiro para avanço de projeto no Brasil**

SAMANTHA LIMA

O Brasil precisa liberalizar o mercado financeiro, reduzindo os entraves legislativos à entrada do capital e criando regras mais claras, para que a criação de um centro financeiro seja bem-sucedida. A opinião é do Lord Mayor da *City of London* - administrador do centro financeiro da capital inglesa -, Michael Savory. Presente ao seminário sobre abertura do mercado de resseguros - o chamado "seguro do seguro" - , realizado no Rio, Lord Savory veio conversar com autoridades e empresários sobre uma eventual colaboração técnica à possível abertura de um centro financeiro no país.

Rafael Andrade

A discussão sobre a criação de um centro financeiro já vem mobilizando autoridades fluminenses. Um grupo executivo foi formado pelo governo do estado para criar um pacote tributário. A idéia é que o centro seja especializado no mercado de seguros e resseguros.

**"É preciso remover os entraves legislativos para trazer o capital."**

Em entrevista ao **JB**, Lord Savory disse que, sem novas regras, o centro não será capaz de atrair capital estrangeiro.

- É preciso remover os entraves legislativos para trazer o capital. Com regras e contratos deficientes, o investidor fica desconfiado e se afasta.

Segundo Lord Savory, Londres está disposta a colaborar tecnicamente com o Brasil.

- O importante é definir o foco. Além do resseguro, o Brasil poderia se especializar no comércio de crédito de carbono. O importante é que, em qualquer das áreas, haja capacitação dos profissionais e a construção de uma infra-estrutura de estradas e de comunicações. No Reino Unido, a parceria com empresas privadas foi fundamental. No Brasil, as Parcerias Público-Privadas poderão ajudar.

Lord Savory veio acompanhado de representantes de empresas britânicas de resseguro, atentas à abertura do setor. Um projeto de lei que tramita no Congresso prevê a quebra do monopólio desse mercado, hoje nas mãos do estatal Instituto de Resseguros do Brasil. O resseguro é contratado por seguradoras que querem reduzir os riscos com contratos de grande porte. Uma delas, a Benfield, presente no Brasil há seis anos, presta consultoria e cuida de alguns contratos repassados pelo IRB.

- Apostamos em conquistar 25% do mercado cinco anos após sua abertura - disse Aidan Pope, diretor para a América Latina da Benfield.

Também no evento, o novo presidente do IRB, Marcos Lisboa, afirmou que as empresas e as famílias serão beneficiadas pela abertura do setor ressegurador, embora não sejam os clientes diretos desse mercado.

- A abertura do mercado incentivará as seguradoras a oferecer produtos que não existem no Brasil e reduzirá o custo das apólices para os grandes clientes, porque, com a concorrência, as apólices refletirão melhor os riscos envolvidos.

**TEXTO 105****Crédito habitacional não sobe favela****Para ONU, ausência de financiamento e despreparo de governo e construtoras para lidar com baixa renda elevam déficit no país**

*MARIANA CARNEIRO E MARCELA CANAVARRO*

A ausência de crédito para pessoas de renda baixa é um dos fatores que explicam e ajudam a agravar o déficit habitacional no Brasil, estimado em 7,7 milhões de moradias. Segundo Erik Vittrup Christensen, da UN-Habitat, braço da Organização das Nações Unidas (ONU) para assentamentos urbanos, tanto governo quanto construtoras e o mercado financeiro brasileiros não têm tradição em trabalhar com moradia popular.

- As margens são pequenas, porém os negócios têm larga escala. O mercado tem oportunidade de fazer negócios rentáveis que permitam o acesso dessas pessoas à moradia - avalia Christensen. - O governo pode facilitar, criando mecanismos regulatórios para permitir financiamentos mais flexíveis.

Segundo relatório divulgado ontem, simultaneamente em todo o mundo, cerca de 1 bilhão de pessoas vivem atualmente em favelas ou áreas invadidas e, por isso, não conseguem ter acesso ao crédito habitacional.

- É a falta de posse da terra que exclui os favelados. Sem os títulos, eles não têm acesso ao sistema financeiro. O mercado não funciona sem garantias - diz Christensen.

A ONU estima que, em 2030, cerca de 3 bilhões de pessoas (40% da população) necessitarão de moradias e serviços de infra-estrutura. Tendência que, se não houver fortes investimentos, deve se intensificar. Segundo cálculos da entidade, seria preciso investir US\$ 4,2 bilhões por ano até 2020, o equivalente a US\$ 50 milhões por hora, para erguer 96.150 casas por dia.

- Estima-se que metade dessa demanda é qualitativa. As pessoas têm casa, mas não têm serviços, como saneamento básico - avalia.

Há 25 anos construindo a casa de alvenaria na comunidade da Vila Rica, no Complexo do Andaraí, a família de Alberto Pereira Barbosa, nunca conseguiu um financiamento. A última tentativa foi há 10 anos, quando o crédito foi negado porque ele não tinha como comprovar a renda. Agora, trabalhando como vigia com carteira assinada e renda mensal de R\$ 450, o problema é outro: a casa encontra-se em área de risco, o que exclui a possibilidade de financiamento pelos bancos públicos.

- A prefeitura me enviou uma notificação dizendo que a casa está em área de risco, mas diz que não pode fazer nada porque não compensa fazer licitação para uma obra tão pequena. Mas as obras do Favela Bairro que foram feitas aqui deixaram coisas incompletas que estão trazendo perigo de desabamento e eles dizem a mesma coisa - afirma José Vicente Batista, tio de Alberto e que mora na mesma casa, com outras 11 pessoas.

Na notificação, a prefeitura informa que "fica a cargo do morador a adoção de medidas para a solução do problema, por se tratar de questão de âmbito privado".

Para terminar as obras, Alberto precisa de R\$ 10 mil, mas lamenta que o valor mínimo mensal do financiamento esteja acima de seu alcance.

- O crédito para material de construção da Caixa favorece a classe média, o pobre não tem acesso. Eu precisaria financiar uns R\$ 10 mil para terminar de construir minha casa, mas não tenho condições de pagar o valor mínimo todo mês - lamenta Alberto.

Pelas regras atuais, o vigia só conseguiria financiar R\$ 7 mil pela Caixa Econômica Federal, com parcela mensal de R\$ 98 em oito anos, mas uma norma do Conselho Curador da Caixa estipula um bônus no financiamento para quem tem renda de R\$ 1,5 mil. Com isso, Alberto só precisaria pagar R\$ 4.480 do valor financiado.

Ele conta que, com o crescimento da favela, as condições de saneamento também estão se deteriorando.

- Temos galerias de esgoto, mas a favela cresceu e o saneamento continuou o mesmo. Nas últimas eleições, aterraram o rio e desviaram o esgoto, mas isso só piorou, não dá vazão.

### **TEXTO 106**

#### **eBay arremata Skype por US\$ 2,6 bilhões**

#### **Operação une líder de telefonia via internet a site de leilões**

O Skype confirmou os boatos que circularam na semana passada e anunciou a venda para o site de leilões eBay. A aquisição da empresa de telefonia pela internet envolve US\$ 2,6 bilhões em dinheiro e ações.

A fusão causou estranheza no mercado e levou à queda de 3,8% nas ações do eBay nos EUA. Analistas do setor demonstraram preocupação com a motivação estratégica da empresa de leilões virtuais com o negócio.

- Eu não consigo entender bem de onde virão as vantagens dessa sinergia - afirmou Ian Warmerdam, que auxilia na administração de US\$ 750 milhões em ações do setor de tecnologia da Henderson Global Investors de Edimburgo, na Escócia.

O site espera aprimorar a comunicação entre vendedores e compradores do serviço de leilão ao trazer para seu negócio os 54 milhões de usuários cadastrados no serviço gratuito de telefonia pela internet (VoIP ou Voz sobre IP) do Skype, além dos mais de 2 milhões de clientes do pacote pago.

O Skype é o principal provedor de VoIP do mundo, tecnologia que permite realizar chamadas telefônicas gratuitas através da conexão de internet. Já o serviço pago possibilita fazer ligações para celular e telefone fixo comum, inclusive internacionais, com tarifas muito abaixo das praticadas pelas operadoras de telefonia. Estima-se que o Skype feche o ano com receita de US\$ 60 milhões.

Em comunicado, as duas empresas informaram que o preço da aquisição pode ter um aumento de até US\$ 1,5 bilhão, conforme o desempenho do Skype. O negócio movimentará US\$ 1,3 bilhão em dinheiro e 32,4 milhões ações do eBay.

Meg Whitman, principal executiva do eBay, expandiu o setor de serviços e vem comprando outras empresas na tentativa de manter o crescimento da companhia, que quase dobrou seu lucro médio em cada um dos últimos três anos.

Depois do anúncio, as ações do eBay chegaram a ser comercializadas com queda de 1,9% em relação ao fechamento de sexta-feira. O índice de empresas tecnológicas Nasdaq fechou o dia com alta de 0,34%.

*Com agências*

**TEXTO 107****Pólo Gás-químico inicia vendas****Unidade fluminense dá pontapé inicial a operações com Petrobras e Polibrasil***RICARDO REGO MONTEIRO*

Inaugurado em junho, o Pólo Gás-químico do Rio finalmente começou a dar os primeiros passos rumo à operação comercial. Além de iniciar no último fim de semana o fornecimento de hidrogênio - um subproduto com baixo valor agregado - para a Petrobras, a unidade que tem capacidade para produzir 540 mil toneladas de polietilenos começa a enviar hoje o polipropileno que será utilizado pela fábrica fluminense da Polibrasil, a petroquímica de segunda geração também controlada pela Suzano.

Construído desde 2001 pelos grupos Unipar, Suzano, Petrobras e BNDESPar, reunidos na holding Rio Polímeros, o pólo deverá iniciar nos próximos sete dias, segundo seus executivos, a produção de polietileno, a principal resina termoplástica prevista no projeto. O diretor-superintendente da Rio Polímeros, João Brandão, revelou que, até o fim deste ano, a expectativa dos sócios é produzir um total de 130 mil toneladas de resina.

Segundo Brandão, apenas no próximo ano o empreendimento deverá operar a plena capacidade, quando terá condições de produzir todas as 540 mil toneladas. Embora faça parte dos planos da unidade ampliar a capacidade produtiva para cerca de 750 mil toneladas/ano, o executivo evitou fazer qualquer prognóstico quanto à ampliação.

Com relação à Petrobras, Brandão explicou que o hidrogênio será utilizado na cadeia de refino, tanto para produzir gasolina, como diesel com menores teores de enxofre.

Embora ainda não atue comercialmente, desde 2002 o pólo mantém relações comerciais com a trading americana Vinmar, para quem fornece 150 mil toneladas de polietilenos. O contrato é considerado fundamental para garantir uma fatia fixa do mercado internacional.

Ontem, Brandão participou de cerimônia, no Palácio Guanabara, que formalizou a instalação no Estado do Rio de 11 novas indústrias e quatro ampliações do setor de plásticos.

As indústrias, que aderiram ao programa de incentivos fiscais do governo estadual - batizado de Plast Rio -, se instalarão até 2006 em municípios como Guapimirim (oito), Duque de Caxias (três), São João de Meriti (uma), Bom Jardim (uma) e Sapucaia (duas).

**TEXTO 108****Petrobras descarta novos aumentos****Para empresa, patamar de reajuste garante margem***SABRINA LORENZI*

A Petrobras considerou um patamar de US\$ 60 por barril de petróleo para cravar o reajuste de 10% da gasolina e de 12% do óleo diesel, segundo o gerente de Relação com Investidores, Raul Barbassa. O parâmetro, antes do aumento, era de US\$ 55 por barril. A diferença é suficiente para a estatal descartar novos aumentos.

- Tivemos no ano passado um aumento médio de 50% e não vemos motivos para um reajuste por enquanto. Só com algo como um novo Katrina - afirmou Barbassa, no seminário *Estratégia Brasileira para o Setor de Petróleo e Gás*, ontem, no Rio.

Já o presidente da estatal, José Sergio Gabrielli, disse que pesou no cálculo o fato de a volatilidade dos preços

- Temos que levar em conta os impactos que essa decisão tem sobre todos os aspectos, como a renda brasileira, a inflação, a balança comercial, a nossa relação com as distribuidoras e os competidores brasileiros.

Representantes das refinarias de Manguinhos e Ipiranga, contudo, avaliam que o aumento não acaba com a defasagem entre preços internos e externos, que causou sérios problemas financeiros às empresas.

Ontem, o preço do petróleo fechou em queda, com o restabelecimento gradual da produção e do refino no Golfo do México. Na Bolsa Mercantil de Nova York, a cotação fechou em US\$ 63,33, recuo de 1,17%.

[14/SET/2005]

### **TEXTO 109**

#### **Novo alívio para devedores**

#### **Indústria apresenta ao governo proposta para terceiro programa de refinanciamento de débitos de tributos federais em cinco anos**

*DANIEL PEREIRA*

**BRASÍLIA** - Depois do agronegócio, que trabalha para renegociar R\$ 12 bilhões em dívidas já vencidas, agora é a vez de a indústria tentar empurrar uma fatura bilionária ao governo federal. Em reunião na última sexta-feira, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, pediu ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a abertura de um novo programa de parcelamento de tributos federais - como Imposto de Renda, PIS, Cofins, CSLL e INSS - vencidos e não pagos, a ser coordenado pela recém-criada Receita Federal do Brasil. Seria o terceiro programa de recuperação final editado pelo governo em cinco anos. E, segundo a entidade, a proposta foi bem recebida por Palocci.

A Fiesp sugere que a proposta seja incluída em uma das medidas provisórias em tramitação no Congresso. E aponta como opções a MP do Bem ou a MP que cria a Super-Receita, ambas à espera de votação na Câmara. O consultor jurídico da entidade, Hélcio Honda, argumenta que a medida permitiria a sobrevivência de empresas inadimplentes, garantindo geração de emprego, de renda e de arrecadação tributária para o Fisco.

A argumentação não é nova. Foi utilizada para convencer o governo a implantar o Programa de Recuperação Fiscal (Refis) em 2000 e o Parcelamento Especial (Paes, ou Refis 2) em 2003.

- O programa seria muito bem-vindo para o governo e o setor produtivo - afirma Honda.

Pela proposta da Fiesp, que ainda depende de ajustes finais, poderiam participar do novo programa de parcelamento empresas excluídas do Refis e do Paes, entre outros motivos por falta de pagamento das parcelas devidas. Segundo a Receita Federal, cerca de 129 mil empresas aderiram ao Refis, das quais apenas 26 mil continuam no programa, sendo responsáveis por uma dívida de R\$ 52,8 bilhões. Já o Paes contou com a inscrição de 418 mil contribuintes, entre pessoas físicas e jurídicas, mas apenas 271 mil permanecem no parcelamento, com débitos de R\$ 89 bilhões. São, portanto, 250 mil empresas e pessoas físicas excluídas dos dois programas e que podem ser beneficiadas com uma nova chance.

A Fiesp defende que não haja prazo para o pagamento das dívidas no novo parcelamento. No caso do Paes, ele é de 180 meses e do Refis 1, de 60 meses. A entidade propõe que o valor das parcelas seja definido com base na receita bruta da empresa. As alíquotas seriam definidas conforme o tamanho do devedor. Em média, as empresas desembolsariam 1% da receita bruta mensal para o acerto de contas. A fim de estimular o pagamento da dívida, a Fiesp sugere a criação de um bônus de adimplência, pelo qual a liquidação em dia das parcelas acarretaria, como

prêmio, a redução do débito. A entidade defende ainda que a adesão ao programa suspenda as ações de cobrança movidas pelo governo contra os devedores.

Os empresários pedem, também, que não haja exclusão definitiva do programa de empresas que fiquem sem pagar três parcelas seguidas ou cinco alternadas, como no Refis. Mesmo com inadimplência, elas teriam pelo menos mais duas chances de aderir ao parcelamento, mesmo que sob regras mais severas.

No Congresso, não faltam parlamentares dispostos a abraçar a proposta da Fiesp. Inúmeras tentativas semelhantes, sem sucesso, já foram empreendidas durante votação de outras Medidas Provisórias. Antes do arquivamento de uma delas, o titular da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Manoel Felipe Rêgo Brandão, repudiou a iniciativa.

- Sou contra beneficiar empresas que foram excluídas do Refis porque não cumpriram as regras do programa, não pagando as parcelas ou fraudando os pagamentos. Acho que é um ato pernicioso que estimula o descumprimento da legislação tributária - afirmou na época.

Entre as funções da Procuradoria-Geral da Fazenda, está a cobrança da chamada dívida ativa da União, cujo estoque é de cerca de R\$ 200 bilhões.

#### **TEXTO 110**

##### **Produção industrial cai em sete regiões**

##### **No Rio, setor encolhe 1,6% em julho, aponta IBGE**

A produção industrial, que perdeu fôlego em junho, registrou crescimento em sete das 14 áreas pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em comparação com o mesmo mês de 2004. Em junho, nove das 14 áreas haviam apresentado crescimento. Segundo o IBGE, o menor número de dias úteis em julho e a base forte de comparação justificam a desaceleração da atividade industrial.

Entre os locais pesquisados, o Amazonas ainda lidera o crescimento, com uma taxa de expansão de 11,7% no período de 12 meses, seguido por Bahia (8,3%), Goiás (6,7%), Minas Gerais (6%), região Nordeste (1,6%), Pernambuco (1,6%) e São Paulo (1%). As quedas mais expressivas foram verificadas nos estados de Santa Catarina (-7,5%), no Rio Grande do Sul (-8,7%) e no Rio de Janeiro (-1,6%).

No acumulado do ano, somente o Rio Grande do Sul apresenta resultado negativo, com uma queda na produção de 4%. O Amazonas apresenta a maior taxa de crescimento no período, com 19%. São Paulo cresceu 5,5% de janeiro a julho, um patamar acima da média nacional, de 4,3%. O Rio de Janeiro apresenta variação de 0,9% este ano, até julho. Segundo o IBGE, a indústria apresentou um nível de crescimento menor em julho do que o verificado no primeiro semestre.

Em São Paulo, a produção cresceu puxada pelos segmentos de edição e impressão (25,6%), indústria farmacêutica (17,8%) e refino de petróleo e produção de álcool (7,5%). Já a indústria fluminense caiu sob efeito do refino de petróleo e produção de álcool (-19,1%), da metalurgia básica (-8,3%) e do setor plástico (-25,3%). No Rio, o segmento de transformação caiu 5,7% e a indústria extrativa, puxada pelo petróleo, cresceu 18%.

*Com agências*

**TEXTO 111****Salvaguardas terão regras este mês  
Objetivo do governo é evitar invasão chinesa***JUAN VELÁSQUEZ*

**SÃO PAULO** - A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, disse ontem que a publicação dos textos que deverão oferecer à indústria as regras para a solicitação de salvaguardas contra entrada de produtos chineses deverá ocorrer concomitantemente à viagem do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, à China, ainda este mês.

Divulgação

O ministro vai ao país asiático para tratar, entre outros assuntos, exatamente de restrições voluntárias à entrada de produtos chineses no Brasil.

**Produtos têxteis chineses  
são os que mais  
preocupam o Brasil**

A ministra, no entanto, afirmou que o país não deve pensar em salvaguardas para setores em que é competitivo.

- Isso seria um contra-senso. Não acredito que vamos solicitar salvaguardas para setores em que somos notadamente competitivos.

Dilma acredita que setores como o têxtil e o de calçados precisarão de proteção, mas salientou que o Brasil deve ser cauteloso ao adotar medidas de restrição, "para não prejudicar a balança comercial".

**TEXTO 112****Além do Fato: Economia e política***ANTONIO OLIVEIRA SANTOS\**

Na Grécia Antiga, a economia representava o conjunto de leis e normas que comandavam o governo da casa e a política regia a organização da cidade-estado. A fusão entre economia e política acontece ao tempo dos mercantilistas franceses, quando, sob o reinado de Luis XIV, o Estado estimulava as "manufaturas do reino" e postulava que a balança de comércio deveria ser superavitária. Em matéria de estímulo, nada muito diferente do que se imagina como política econômica no Brasil de nossos dias. Seja como for, desde então a expressão Economia Política indica uma associação indissolúvel entre esses dois domínios da atividade humana.

A pergunta que está na mente de todos, neste momento, é a de saber, como resposta, se a crise, configurada pela derrocada da ética na função pública, vai ou não contaminar a confortável situação econômica.

O quadro econômico do primeiro semestre de 2005 não poderia ser mais promissor. Os índices de preços apontam para uma ligeira deflação e as expectativas sobre a inflação anual passam a convergir para o ponto médio da meta inflacionária, proposta pelas autoridades monetárias. Nos últimos oito meses, as exportações alcançaram a cifra de US\$ 76,1 bilhões, deixando um alentado saldo de US\$ 28,3 bilhões. A elevada liquidez internacional, associada às diferenças entre a taxa interna e a taxa internacional de juros – argumento recentemente invocado pelo deputado Delfim Netto, em conferência pronunciada na Confederação Nacional do Comércio – explica, ao lado do desempenho das exportações, porque a moeda americana chega, frente ao real, a um dos valores mais baixos dos últimos anos.

Por enquanto, a economia parece estar infensa à crise política, mas esta é uma visão de curto prazo e, no mundo dos negócios, é preciso ter presente visões de médio e longo prazos. Se, ao invés de ser prontamente atalhada, a



crise política continuar em expansão, imobilizando o poder de decisão e a credibilidade dos governantes, no médio para o longo prazo, a economia estará irremediavelmente contaminada.

Preocupa sobretudo o lado real da economia, ou o que Galbraith chamou de "sabedoria convencional", ou seja, a fragilidade de nossa infra-estrutura econômica. Meios de transporte em mau estado e insuficientes e projetos sobrestados no setor da energia estão, entre outros, a requerer vultosos investimentos que, por definição, demandam longo tempo de maturação. Se a crise política não for rapidamente debelada e a reação política permanecer na inércia em que se encontra, o equilíbrio entre a infra-estrutura econômica e as demandas dos setores diretamente produtivos só será alcançado através da manutenção de modestas taxas de crescimento econômico, nos próximos anos. O espetáculo anunciado simplesmente não acontecerá.

*\*Presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC)*

### **TEXTO 113**

#### **BNDES lança financiamento coletivo**

#### **Banco pretende desembolsar R\$ 80 milhões em três anos para apoiar Arranjos Produtivos Locais**

*DANIELE CARVALHO*

Pela primeira vez, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destinará recursos para financiar Arranjos Produtivos Locais (APLs) no país. Batizada como Programa de Investimentos Coletivos Produtivos (Proinco), a linha terá a função de facilitar o acesso à modernização, capacitação e ampliação de associações regionais de negócios formadas por pequenas e médias e microempresas.

Arquivo

- Esta será a estréia do banco em financiamento voltado para um grupo de empresas e não individual, como sempre fizemos - comenta o diretor da área de Inclusão Social e Operações Indiretas do BNDES, Maurício Borges Lemos, adiantando que a linha terá recursos de R\$ 80 milhões para os próximos três anos.

**Arranjo produtivo de Nova Friburgo é um dos mais desenvolvidos do país e poderá cessar nova linha.**

Além do aspecto coletivo, outro diferencial do programa está na taxa de juros aplicada pelo BNDES, que será de TJLP mais 1% ao ano, quando a média da instituição é de TJLP mais 2,5% ao ano. O prazo do financiamento é de até 10 anos, mas as garantias apresentadas precisam atingir 100% do valor total do empréstimo.

Lemos explica que o objetivo da linha não é financiar novos arranjos produtivos, mas criar condições de aprimoramento e expansão dos já existentes. Por isso, não serão contemplados no Proinco financiamentos para a compra de terrenos, imóveis ou despesas correntes.

Lançado há dois meses, o novo financiamento foi oficialmente divulgado ontem pelo banco, durante a 2ª Conferência Nacional de Arranjos Produtivos Locais. Neste período, o banco já enquadrou sua primeira solicitação: um financiamento para a Associação dos Apicultores da Microregião de Simplício Mendes, no Piauí, que receberá R\$ 1,4 milhão para adequar sua produção às exigências de um selo internacional de exportação do produto. O arranjo produtivo, que tem o apoio do Sebrae, é composto por 979 associados de 30 comunidades pertencentes a oito municípios da região.

De acordo com o banco, já existe uma dezena de projetos em perspectiva, nas áreas de calçados e fruticultura.

- Acredito que em um ano, por conta do Proinco, os APLs estejam mais robustos - avalia o executivo.

De acordo com dados do Sebrae, o Brasil abriga hoje cerca de 500 APLs. Deste total, apenas pouco mais de 150 são associados à instituição. Entre eles está o pólo de moda íntima de Nova Friburgo (RJ), considerado um dos mais organizados do país. A associação concentra cerca de 1.200 empresas, que geram 20.400 empregos.

Em São Paulo, o presidente do BNDES, Guido Mantega, anunciou ontem que até o fim do mês fechará uma captação de US\$ 3 bilhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esses recursos serão utilizados para financiar pequenas e médias empresas. Mantega não descartou, no entanto, que uma parcela possa ser usada para ampliar a oferta de crédito às empresas que estejam se internacionalizando.

*Com Cristina Borges Guimarães*

#### **TEXTO 114**

#### **Garantia para PPPs**

#### **Fundo para parcerias deve ser aprovado hoje**

*DIMALICE NUNES*

**BRASÍLIA** - O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, espera que o regulamento do fundo garantidor das Parcerias Público-Privadas (PPP) seja aprovado hoje. Segundo Bernardo, a expectativa é que a proposta elaborada pelo ministério que determina os parâmetros do fundo garantidor seja aceita na reunião do Comitê Gestor, na Casa Civil.

- O fundo está pronto. Conversamos com as entidades interessadas, que acharam O.K. - disse, sem detalhar o conteúdo do regulamento.

A falta de regras para o fundo garantidor é considerado o principal entrave para o início dos projetos de PPP. Para Bernardo, com a aprovação do regulamento é possível esperar ainda para este ano a publicação dos primeiros editais.

Bernardo foi o convidado da reunião do Conselho de Infra-estrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI), onde ouviu diversas críticas do empresariado sobre a demora na liberação dos recursos para infra-estrutura, em especial, o transporte. Segundo o presidente do Conselho, José Mascarenhas, do total de R\$ 5,936 bi previstos no orçamento deste ano para o setor, apenas R\$ 2,364 bi foram empenhados e R\$ 648,9 milhões foram efetivamente liquidados.

O ministro, tanto na reunião, quanto após o encontro admitiu a demora na liberação dos recursos para infra-estrutura.

- Olhando os números vemos que está atrasado diante do que poderia ser feito - disse.

Bernardo justificou o atraso dizendo que parte da demora na execução de projetos e na liberação de recursos vem de questões alheias ao governo, como pendências judiciais e ambientais. No entanto, Bernardo afirmou que o maior problema vem da gestão do governo. Uma das principais dificuldades mencionadas pelo ministro é a falta de pessoal no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

- Mas uma reestruturação já foi aprovada no Congresso e a partir daí teremos mais pessoal - disse o ministro. Há uma série de dificuldades que vem com a crise, mas não podemos afirmar que esse é o problema porque o governo tem autonomia sobre o orçamento já aprovado - disse.

#### **TEXTO 115**

### **Tempo ruim na recuperação da Varig Sindicatos criticam demissões previstas e negociam vinda de trabalhadores americanos ao país para evitar venda da VarigLog**

*RAFAEL ROSAS*

Os sindicatos de trabalhadores do setor aéreo não pouparam críticas ao plano de recuperação entregue segunda-feira pela administração da Varig ao presidente do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ), Sergio Cavalieri Filho. Ontem, diretores da companhia aérea apresentaram o projeto aos representantes dos funcionários.

Para Selma Balbino, presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários, o projeto é claramente inconsistente.

- A única coisa concreta é a demissão de 1.500 funcionários. O plano é uma colcha de retalhos das idéias das consultorias que passaram pela Varig nos últimos dez anos - afirma.

Para a presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), Graziella Baggio, o plano foi montado para atrair capital, porém não traz o nome de nenhum investidor e confirma apenas a criticada venda da VarigLog para o fundo americano Matlin Patterson.

- O projeto fala que precisa de dinheiro para uniformizar a frota, mas não diz de onde virá este dinheiro - critica.

A campeã das críticas, no entanto, é mesmo a venda da VarigLog. Selma confirma a vinda ao Brasil, na semana que vem, de uma comissão de trabalhadores da Ormet, fabricante de alumínio controlada pelo Matlin Patterson nos Estados Unidos.

Segundo ela, o objetivo da visita é convencer os juízes envolvidos na recuperação judicial da Varig e o Colégio Deliberante da Fundação Ruben Berta a não permitir a venda da VarigLog.

- Os trabalhadores da Ormet se comprometeram a mandar um email para o presidente do Tribunal de Justiça revelando a precarização das relações de trabalho na companhia depois que o Matlin Patterson assumiu o controle - diz Selma, acrescentando que há informações de que o fundo cortaria 20% dos funcionários da VarigLog.

Celso Klafke, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil (Fentac) ressalta que a venda da subsidiária depende da aprovação do Colégio Deliberante da Fundação Ruben Berta, que ainda não foi convocado.

- A convocação tem que ser no mínimo oito dias antes da Assembléia. Ou seja, a data de 20 de setembro estipulada para manifestação do Colégio Deliberante não vai acontecer - afirma Klafke.

Graziella, do SNA, acredita que o Colégio Deliberante não se manifestará antes da Assembléia de Credores, dia 24 de setembro, e da manifestação do Judiciário sobre a venda.

- A pressão sobre o Colégio é muito grande. Acredito que eles só vão ratificar a decisão dos credores e do Judiciário.

O analista Marcelo Ribeiro, da corretora Pentágono, reconhece que muitos detalhes estão em aberto no plano, mas ressalta que os credores têm bons motivos para aprová-lo.

- Ou eles recebem pouca coisa, ou não recebem nada - acredita.

Segundo ele, o aquecimento do mercado de aviação é positivo para a Varig - a projeção é de crescimento de 13% este ano e de metade disso em 2006 -, pois permite que três empresas dividam os passageiros.

#### **TEXTO 116**

##### **Alencar recebe plano**

*KELLY OLIVEIRA*

**BRASÍLIA** - Dirigentes da Varig entregaram ontem ao vice-presidente da República e ministro da Defesa, José Alencar, o plano de recuperação da companhia aérea, apresentado à Justiça do Rio de Janeiro na segunda-feira. O presidente do Conselho de Administração da Varig, David Zylbersztajn, e o presidente da empresa, Omar Carneiro da Cunha, afirmaram que não fizeram qualquer pedido especial ao governo, uma vez que o plano de recuperação judicial não inclui dívidas com a União.

A Varig tem um débito total de R\$ 7,7 bilhões, sendo R\$ 4,5 bilhões de dívidas tributárias e previdenciárias. Para acertar as contas com o governo, a companhia espera a aprovação pela Câmara dos Deputados de projeto de lei que cria programa especial de parcelamento de dívidas com a União para empresas em recuperação judicial.

- Não tem nada ainda fechado. Está em curso o processo (de negociação da dívida com o governo) - afirmou Zylbersztajn.

O presidente do Conselho de Administração da Varig disse que algumas empresas não flexibilizam as negociações com a Varig por ainda não conhecerem a nova Lei de Recuperação de Empresas.

- Não flexibilizam o suficiente, o que poderiam fazer com muita garantia. Hoje o crédito da Varig é muito melhor - defendeu Zylbersztajn.

Enquanto a Varig apresenta seu plano de recuperação, a TAM, alça vôos mais altos e consegue crédito no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Banco financiará com R\$ 84,9 milhões a ampliação do Centro Tecnológico da companhia, na cidade paulista de São Carlos. (Com R.R.)

#### **TEXTO 117**

##### **Governo eleva valor de imóvel financiado**

##### **Medida beneficia habitação popular**

Folhapress

Os moradores das regiões metropolitanas de São Paulo e Rio, além do Distrito Federal, poderão financiar imóveis residenciais de até R\$ 100 mil com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A ampliação dos limites para compra de imóveis nos programas de financiamento do fundo foi aprovada ontem pelo Conselho Curador do FGTS. Os financiamentos são destinados à habitação popular (famílias com renda até R\$ 3.900) e para operações especiais (renda familiar entre R\$ 3.901 e R\$ 4.900).

Nos dois casos, os juros são subsidiados pelo FGTS, garantindo taxas mais em conta para o mutuário do que as praticadas nos empréstimos do Sistema Financeiro da Habitação ou nas demais modalidades de crédito habitacional oferecidas pelo mercado.

No primeiro caso (habitação popular), o valor máximo do imóvel foi ampliado de R\$ 72 mil para R\$ 80 mil. Os juros do financiamento são de 8,16% ao ano. Para famílias com renda inferior a cinco salários mínimos (R\$ 1.500), os juros caem para 6% ao ano. O prazo de financiamento é de 240 meses.

No segundo caso (operações especiais), o valor máximo passou de R\$ 80 mil para R\$ 100 mil. Os juros do financiamento são de 10,16% ao ano. O prazo de pagamento é também de 240 meses.

- Chegamos à conclusão de que essa faixa de renda não estava sendo atendida. Não eram beneficiados com os empréstimos da poupança, nem se enquadravam no limite do FGTS - disse o secretário-executivo do FGTS, Paulo Furtado.

E este ano, o FGTS dispõe de R\$ 5,8 bilhões para financiar o setor. Até o início deste mês, só foram aplicados R\$ 2,6 bilhões. Nos financiamentos destinados à habitação popular, os empréstimos podem ser usados para compra de imóveis novos, usados ou em construção. No caso das operações especiais, o financiamento vale apenas para imóveis novos ou na planta.

Os programas de financiamento com recursos do FGTS não têm relação com o uso direto do saldo do fundo pelos trabalhadores na compra de um imóvel. Nesses casos, o teto dos imóveis é R\$ 350 mil.

#### **TEXTO 118**

##### **Horário de verão já tem data**

O horário de verão começa no dia 16 de outubro. Os relógios deverão ser adiantados em 1 hora quando os ponteiros marcarem zero hora em dez Estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e no Distrito Federal. De acordo com o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, a 35ª edição do horário de verão termina na meia-noite de 18 de fevereiro do próximo ano.

O Nordeste, onde os estados já chegaram a ser incluídos em outras edições do horário de verão, ficará de fora este ano, a exemplo de 2004. Isso porque o governo avaliou que os benefícios com a medida seriam muito reduzidos na região.

Rondeau estima uma economia 2.340 MW no horário de pico do consumo (entre 19h e 22h) nos 125 dias do horário de verão, o que representa energia suficiente para abastecer o Distrito Federal e as cidades de Vitória (ES) e Porto Alegre (RS). Assim, as usinas termelétricas vão economizar cerca de R\$ 32 milhões. Espera-se por uma redução de 1.795 MW na demanda por energia somente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Na última edição, o horário de verão começou no dia 2 de novembro, após o 2º turno das eleições, e durou 110 dias, acabando em 20 de fevereiro. A implantação do horário foi adiada na época a pedido do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para evitar uma reprogramação das urnas eletrônicas do primeiro para o segundo turno das eleições.

[15/SET/2005]

### **TEXTO 119**

#### **Corte simbólico nos juros**

**Taxa básica é reduzida pelo Banco Central para 19,5% ao ano, mas aperto sobre a economia permanece**

*MARIANA CARNEIRO E ALESSANDRA BELLOTTO*

**RIO E SÃO PAULO** - Pela primeira vez, desde abril do ano passado, o Comitê de Política Monetária (Copom) optou pela redução da taxa básica de juros (Selic). O recuo foi simbólico, de 0,25 ponto percentual, para 19,5% ao ano. Assim, timidamente, o Banco Central começa a emitir sinais de que começa a liberar a política monetária. Mas desaperto mesmo, só daqui para frente.

Para o economista-chefe da GRC Visão, Jason Vieira, mais do que um corte, o BC definiu que a tendência agora é de queda.

- Mudar de 19,75% para 19,5% não é nada. Os juros permanecem impressionantemente altos. Essa redução não é um afrouxamento. Como o BC não gosta de usar viés, aplica esse corte como sinalizador - analisa.

A última vez que o Copom usou viés foi para indicar alta em março de 2003. No mês seguinte, no entanto, não houve elevação e analistas ficaram a ver navios. Quando o BC coloca viés, dá pistas do que fará na reunião seguinte.

- Mas o Copom quer ter garantia de que pode mudar de opinião sem provocar problemas no mercado - critica.

Se o BC brasileiro fosse utilizar os mesmos parâmetros dos Estados Unidos, por exemplo, onde a taxa atualmente sobe ou desce 0,25 ponto a cada reunião (hoje está em 3,5% ao ano), a Selic deveria cair para 18,3%.

Com a pequena correção de ontem, a taxa de juros real pouco se move e segue na liderança disparada dos mais elevados do mundo. Segundo a consultoria GRC Visão, a taxa descontada a inflação projetada para daqui a 12 meses fica em 14% ao ano. Já pela estimativa da pesquisa Focus do BC - com os 100 principais agentes de mercado do país - estaciona em 14,7%, pouco abaixo dos 14,82% do mês anterior, quando foi decidida a manutenção da Selic em 19,75%.

A decisão de ontem não foi uma novidade para o mercado, que já esperava a leve queda - havia, no entanto, quem esperasse um recuo maior, de meio ponto percentual, como os bancos Bradesco, Unibanco, HSBC e BNP Paribas.

Para o economista-chefe do Banco Pátria de Negócios, Luís Fernando Lopes, a decisão do BC foi coerente.

- O Banco Central sempre deixou claro que seria cauteloso.

A nota emitida pelo Copom não esconde a comemoração da equipe com os resultados obtidos pela política monetária pouco popular. Desde que o BC começou o aperto, em setembro do ano passado, conseguiu derrubar as expectativas para a inflação dos próximos 12 meses de 6,27% - de acordo com o Focus - para 4,8% na semana passada.

"Avaliando que a flexibilização da política monetária neste momento não compromete as conquistas obtidas no combate à inflação, o Copom decidiu, por unanimidade, reduzir a taxa Selic para 19,5% ao ano, sem viés", informou a nota.

O sócio-diretor da Modal Asset Management, Alexandre Póvoa, considera que a decisão foi a ideal em vários aspectos.

- Como é o primeiro corte de vários outros, o BC não podia dar 0,5 ponto para não se comprometer com outra redução de 0,5 ponto - diz.

Ele acrescenta que uma redução mais agressiva traria euforia para o mercado, provocando um fechamento da curva de juros futuros.

A dúvida é quanto aos próximos passos do BC. A maioria, segundo Lopes, está apostando em queda de 0,5 ponto a partir de outubro. Mas há espaço, na sua opinião, para manter a cautela, uma vez que a economia continua crescendo em ritmo forte.

Segundo a Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac), chega a 620% a diferença entre a taxa Selic e o que chega ao consumidor. Embora o mercado não use a mesma taxa, a segue o parâmetro.

Com base nessa nova taxa, calcula-se que as lojas, os bancos e as financeiras passem a operar, neste mês, com juro médio anual de 140,58% para as pessoas físicas, se efetivamente repassarem a queda ao mercado.

O Bradesco informou ontem que pretende fazê-lo, porém modestamente. O corte em todas as modalidades de crédito será de 0,02 ponto percentual. Para os clientes pessoas físicas, por exemplo, o banco baixou os juros máximos do cheque especial de 8,33% para 8,31% ao mês.

#### **TEXTO 120**

##### **Medida necessária, mas tímida**

A timidez do Comitê de Política Monetária (Copom) na redução da taxa básica de juros foi alvo de críticas do setor produtivo. O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, disse que o BC demorou demais para se render às evidências da economia e dar início à trajetória de queda da taxa.

- A decisão é bem-vinda, antes tarde do que nunca. E poderá contribuir para estimular o nível de atividade, num momento grave, em que os setores produtivos e a sociedade preocupam-se com as incertezas geradas pela crise política.

Skaf, no entanto, alfinetou o Copom, ao comentar o "largo atraso" com que a medida foi tomada.

- Embora insuficiente para o que se deseja em termos de expansão econômica, ao menos representa o início, assim esperamos, de um ciclo de reduções sucessivas da taxa de juros - avaliou Boris Tabacof, diretor do Departamento de Economia do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp).

Para Tabacof, vários índices de preço continuam registrando deflação, a produção industrial aponta tendência declinante e o movimento do comércio vem se enfraquecendo.

- Portanto, definitivamente não há pressão de demanda.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto, foi mais um a considerar conservadora a decisão do Copom. Para ele, havia espaço para uma queda maior.

- A queda dos juros era uma decisão que esperávamos, mas ela precisava ser mais efetiva. Foi mais uma vez conservadora - disse Monteiro Neto.

Em nota, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) diz que a decisão de ontem foi adequada aos resultados da política monetária, que evidenciam a convergência da inflação para as metas.

"No entanto, é importante frisar que a continuidade deste processo de redução dos juros para patamares compatíveis com economias semelhantes dependerá do rápido andamento de reformas estruturais", ressalta o comunicado da Firjan.

Para Carlos Ayres, economista e professor da FGV-SP, "já era hora de a taxa cair".

- As condições econômicas estão extremamente favoráveis - garantiu. **(A.B.)**

#### **TEXTO 121**

#### **Além do Fato: Um novo IR para a pessoa física**

*FÁBIO JUNQUEIRA DE CARVALHO\**

A trapalhada do governo ao divulgar a redução da alíquota máxima do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) de 27,5% para 25%, seguido do desmentido, pode servir de ponto de partida para que seja feita uma grande mudança buscando uma tributação mais justa.

A Constituição determina que o Imposto de Renda deve ser informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, e os impostos devem ter, sempre que possível, caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, características estas facilmente aplicáveis ao IRPF, mas que estão ausentes, devido à voracidade fiscal e falta de coragem para inovar da Fazenda, que teme uma redução da arrecadação.

Em um país de miseráveis, exigir 27,5% de IRPF daqueles mais ricos, não soa absurdo, assim como, após a comparação desta alíquota com as que são aplicáveis em outros países, descobre-se que não estamos dentre aqueles que adotam as maiores alíquotas, contrariamente à nossa colocação no ranking carga tributária versus PIB.

Antes do aumento da alíquota máxima, necessária se faz uma série de ajustes, em especial na direção de possibilitar uma tributação sobre um efetivo acréscimo patrimonial do contribuinte. Temos hoje um imposto sobre os rendimentos e não sobre a renda, que deve ser sempre uma medida da variação patrimonial da pessoa.

Precisa-se consertar a distorção existente, já que a arrecadação é majoritariamente decorrente de retenção na fonte, e não resultante das declarações de ajustes. Para se evitar a sonegação, basta seguir o exemplo da CPMF, ou seja, aplicar uma alíquota pequena sobre os valores pagos acima do limite de isenção (1%), e manter a obrigatoriedade de informação nas declarações daqueles que fazem o pagamento, permitindo, assim, que sejam feitos todos os cruzamentos.

No resultado acumulado da arrecadação de janeiro a julho deste ano, o IRPF representou 2,43% da arrecadação total, enquanto o IR na fonte sobre os rendimentos do trabalhador chegou a 9,21%. Ou seja, o valor recolhido



pelos trabalhadores, a título de Imposto de Renda, representa quase quatro vezes mais que o recolhido pelas empresas.

A dedução de todas as despesas e custos arcados pelo indivíduo para que ele possa produzir, bem como as despesas dos seus dependentes, precisam ser permitidas. Despesas com educação, transporte e empregados (desde que registrados) devem ser ilimitadas.

Indispensável uma maior estratificação das faixas de renda. Hoje temos apenas três, e uma pessoa que recebe R\$ 2.500 mensais arca com a mesma alíquota que aquela que ganha R\$ 50.000, o que é um absurdo.

Poder-se-ia iniciar a tributação com uma alíquota de 5% para aqueles que menos ganham (logo acima do limite de isenção) e criar 5 faixas intermediárias, com aumento de 5 pontos percentuais, até alcançar a alíquota de 35%, aplicável para quem receber mais do que a remuneração do presidente da República.

Por fim, deixar a hipocrisia e discursos vazios de lado, ajustando-se anualmente as faixas das alíquotas por um índice que reflita a real inflação do período, de modo a manter a arrecadação, e não aumentá-la, através deste artifício tacanho.

Como se percebe, a solução dos problemas do IRPF passa ao largo da discussão sobre a alíquota máxima e dispensa a adoção de técnicas muito complexas. Para resolvê-los basta vontade política, um pouco de conversa e bom senso. Mas estes são itens em falta no Planalto e na Planície.

*\*Mestre em Direito Tributário pela Universidade Federal de Minas Gerais, professor de Cursos de Pós-Graduação e sócio da Martinelli Advocacia Empresarial*

## **TEXTO 122**

### **CSN abre outra unidade de latas**

### **Rio é um dos estados que concorrem a receber nova fábrica da Metalic, investimento de US\$ 50 milhões**

*DANIELE CARVALHO*

Confiante no crescimento do consumo de bebidas enlatadas, a Metalic Nordeste, empresa controlada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), aprovou o projeto de expansão da capacidade produtiva, que prevê a construção de uma nova unidade na região Sudeste e a ampliação da atual linha de produção no Ceará.

Para pôr o plano em prática, a empresa vai desembolsar US\$ 60 milhões. A nova operação, provavelmente no Rio de Janeiro ou São Paulo, terá capacidade para fabricar 1,2 bilhão de latas por ano, já a partir de 2007.

- Acreditamos que o mercado de embalagens de bebidas em latas cresça, em média, 5% este ano e em 2006. A escolha da região Sudeste foi estratégica por conta da logística, uma vez que o aço utilizado na produção é proveniente da usina de Volta Redonda - explica o presidente da Metalic, Paulo Rochet.

Além da proximidade com a siderúrgica, a nova fábrica também deverá representar a porta de entrada da empresa no mercado da região Sudeste. A Metalic detém 51% do market share de bebidas enlatadas no Nordeste do país, mas apenas 5% no Sudeste. A estimativa de Rochet é de que a futura fábrica eleve esta participação para 17%.

- Vamos tocar as obras de forma que possamos produzir a tempo de envasar latas para o verão de 2007 - diz Rochet, adiantando que está em fase de prospectar clientes para a nova linha.

O executivo explica que a Metalic é a única empresa do país a fabricar latas de aço para bebidas - feitas a partir de folhas flandres -, já que os demais concorrentes produzem latas de alumínio.

A engenharia básica da nova unidade foi contratada com a americana Roeslein & Associates Inc., uma das maiores especialistas em construção de fábricas de latas para bebidas. O projeto total da futura fábrica está orçado em US\$ 50 milhões.

Já a unidade do Nordeste, localizada em Maracanaú (CE), passará por uma expansão e terá sua capacidade elevada dos atuais 900 milhões de latas por ano para 1,2 bilhão de latas anuais. A fábrica também terá ampliada a capacidade de produção de tampas, passando de 1,8 bilhão para 2,4 bilhões por ano, atendendo também à futura linha da região Sudeste. Cada um dos projetos custará à Metalic US\$ 5 milhões.

O consumo anual de latas no Brasil corresponde a cerca de 11 bilhões de unidades. Hoje, as latas de aço ainda ocupam uma parcela pequena do mercado brasileiro, com cerca de 8%, ao contrário do que ocorre na Ásia, onde 54% das latas comercializadas são de aço, e em alguns países da Europa, onde o consumo chega a 90%.

Outro atributo defendido por Rochet é a de que além de reciclável, a lata de aço leva cinco anos para se decompor no meio ambiente, enquanto que as de alumínio, 110 anos. Criada em 1996, a Metalic foi adquirida pela CSN em 2002 e usa matéria-prima e tecnologias exclusivas da CSN no Brasil.

### **TEXTO 123**

#### **Navios de volta à licitação**

#### **TCU revê veto à concorrência da Transpetro**

*RICARDO REGO MONTEIRO*

O Tribunal de Contas da União (TCU) revogou ontem a suspensão da licitação dos 42 petroleiros da Transpetro, a subsidiária de logística da Petrobras. Após 48 horas de reuniões no início da semana com representantes da empresa, dos estaleiros e dos metalúrgicos, o presidente do TCU, Adylson Motta, e o ministro-relator, Guilherme Palmeira, autorizaram a retomada do processo licitatório. A partir de agora, a expectativa volta-se novamente para a divulgação dos pré-qualificados para a disputa propriamente dita, que está mantida para o fim deste mês.

O presidente da Transpetro, o senador licenciado Sérgio Machado (PMDB-CE), não quis dar uma data para o envio das cartas-convite aos pré-qualificados, mas confirmou que isso deverá ocorrer nas próximas duas semanas. Ele revelou que falta apenas a comissão de licitação concluir o julgamento dos recursos impetrados não só pelos três grupos perdedores, mas também pelos sete pré-classificados, que questionam a manutenção de alguns dos escolhidos.

A licitação visa a construção de 42 petroleiros no Brasil, avaliados inicialmente em US\$ 1,9 bilhão. Prevista para ocorrer em duas etapas, com os primeiros 22 ainda neste ano, deverá contribuir, segundo Machado, para reduzir o déficit da balança comercial do país com a contratação de fretes. Em 2005, projetou o senador, o país deverá gastar cerca de US\$ 10 bilhões com o afretamento de embarcações no exterior, dos quais US\$ 1,2 bilhão só pelo Sistema Petrobras. Hoje, são utilizados 120 petroleiros pelas empresas do grupo, dos quais só 47 são próprios.

O TCU, que havia considerado irregular o processo de pré-qualificação da Transpetro, voltou atrás ontem, depois

do país. Após ouvir as apresentações de todos, tanto Adylson Motta quanto Guilherme Palmeira consideraram o processo lícito.

[16/SET/2005]

#### **TEXTO 124**

##### **Celular com venda a vapor**

##### **Crédito, renda e promoções impulsionam telefonia móvel, que atingiu a marca de um aparelho vendido por segundo em agosto**

**BRASÍLIA** - Impulsionado pelas campanhas para promoção das vendas no Dia dos Pais das operadoras, aliadas às facilidades no crédito e ao avanço da renda nos últimos meses, o mercado de telefonia celular cresceu 34% em agosto em relação ao mesmo mês de 2004. No período, foram vendidos 2,368 milhões de linhas, o que proporcionou um avanço de 3,09% no total de habilitações em comparação a julho. Foi quase um celular vendido por segundo no país, aponta a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). As vendas tiveram o segundo melhor resultado do ano, atrás apenas de maio - em que as campanhas publicitárias tiveram como tema o Dia das Mães - quando foram vendidas 2,95 milhões de novas linhas.

O mercado de celulares atingiu o total de 78,9 milhões de usuários no fim do mês passado. A cada grupo de 100 pessoas, existem 42,8 aparelhos habilitados. O mercado de pré-pagos ainda predomina, respondendo por 81,2% dos celulares em funcionamento. Já os celulares de conta correspondem a 18,8% do total.

A Vivo, empresa controlada pela Portugal Telecom e pela espanhola Telefônica Móviles, reduziu sua participação no mercado de telefonia móvel brasileiro para 36,47% em agosto, a partir dos 37,28% registrados em julho, informou a Anatel. A participação de mercado da Telecom Italia Mobile (TIM) subiu para 22,81% em agosto, contra os 22,43% de julho, e a fatia da Claro cresceu para 21,68%, comparativamente aos 21,47% do mês anterior.

O Distrito Federal é a unidade da federação com o maior número de celulares por grupo de 100 habitantes: 117,7, seguido de Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, com 61,7 e 59,21, respectivamente.

A qualidade dos serviços, porém, ainda não vem acompanhando a expansão do setor na mesma velocidade. As reclamações quanto aos serviços levaram a Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados a promover uma série de audiências públicas, com a participação da Anatel. Ontem, Brasil Telecom GSM e Oi estiveram na berlinda. Devido às queixas, a agência levou à instauração de 33 processos administrativos contra a Oi e 12 contra a BrT GSM. Vivo, Claro e TIM já foram avaliadas.

Desde março, segundo a Anatel, foi intensificado o trabalho de fiscalização para tentar melhorar a qualidade do serviço do setor. A Oi está no mercado desde junho de 2002 e a BrT GSM, desde setembro do ano passado.

Na audiência, o gerente da Anatel Bruno de Carvalho Ramos informou que os problemas mais comuns das operadoras são falhas na cobrança, falta de informações sobre planos de serviço, venda casada, atraso na recuperação de falhas, dificuldades em cancelamento do contrato e demora no atendimento ao usuário. Na BrT GSM, também foi constatada dificuldade na escolha da prestadora de longa distância.

O presidente da BrT, Ricardo Sacramento, atribuiu as falhas ao fato de tratar-se de uma operadora nova, com serviços inovadores, suscitando mais dúvidas nos usuários. O vice-presidente da Oi, Ivan Ribeiro de Oliveira, alegou que o número de reclamações contra a empresa caiu de 1,180 por mil clientes no início de 2003 para 0,227 por mil clientes em julho deste ano, demonstrando, segundo ele, a melhoria do serviço.

**TEXTO 125****Feira ofertará 24 mil imóveis****Estimativa é que 3 mil negócios sejam fechados com financiamento da Caixa***MARINA RAMALHO*

Pela primeira vez no Rio de Janeiro, construtoras, incorporadoras, imobiliárias e Caixa Econômica Federal vão se unir em um único local, para colocar à venda cerca de 24 mil imóveis de diferentes bairros e principais municípios do Estado. Trata-se do Feirão Nacional da Casa Própria, que será realizado de 21 a 25 de setembro, simultaneamente ao Salão Imobiliário da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Estado do Rio (Ademi-RJ), que vai até 2 de outubro, no Casa Shopping, na Barra da Tijuca.

Num espaço de 7 mil m<sup>2</sup>, os visitantes do evento (que tem entrada gratuita) encontrarão imóveis na planta, novos e usados para todas as faixas de renda, com preços de R\$ 25 mil a R\$ 2,6 milhões. Todas as unidades terão garantia de financiamento pela Caixa, que disponibilizará todas as linhas de crédito do banco, com taxas de juros que vão de 6% a 12,5% ao ano. A expectativa é de que sejam fechados 3 mil negócios, movimentando um montante de R\$ 300 milhões.

No ambiente destinado ao Feirão será montada uma grande agência da Caixa Econômica, onde 300 profissionais do banco vão atender os visitantes durante os dias úteis, das 14h às 22h, para tirar dúvidas, fazer simulações de empréstimos, avaliação de imóveis, aprovação de renda e liberação de crédito na hora. No final de semana serão 500 funcionários trabalhando das 10h às 22h.

- A intenção é de que o comprador possa fechar negócio na própria feira, embora algumas transações possam ter desdobramentos nas agências - explica José Domingos Vargas, superintendente Institucional da Caixa.

Para isso, o Feirão e o Salão Imobiliário contarão com tabeliães para lavramento de escrituras, com taxas 42% mais baixas, e registro dos apartamentos comercializados.

- Muitos imóveis disponíveis na feira já estarão avaliados previamente e com as certidões já disponíveis. Para a compra desses, o lavramento das escrituras será feito na hora. Para imóveis não-avaliados, o procedimento vai levar 48 horas, menos do que os cinco dias úteis exigidos normalmente - revela Alan José dos Santos Borges, presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg).

Entre as vantagens do evento, José Conde Caldas, vice-presidente da Ademi, destaca a vasta opção de imóveis concentradas num mesmo espaço, o que vai ampliar o poder de barganha do comprador junto às empresas. Construtoras e incorporadoras também pretendem oferecer descontos de 5% a 10%, além de prêmios e sorteios. Palestras serão realizadas paralelamente e haverá espaço lounge e restaurante.

Outra inovação será o banco de troca de imóveis, disponível no salão.

- Uma pessoa que quiser trocar de imóvel poderá cadastrar seu apartamento com a Ademi. A associação vai buscar em seu banco de dados um imóvel no perfil desejado pelo comprador, que poderá oferecer o usado como parte do pagamento pelo novo imóvel. O restante do valor ainda poderá ser financiado - revela Caldas.

A inovação aproveita o benefício da Medida Provisória 252, lançada em julho desse ano. A chamada "MP do Bem" determinou a isenção do pagamento de Imposto de Renda na venda de imóveis residenciais, se o valor for utilizado para aquisição de outra habitação em até 180 dias.

Para garantir segurança às transações, o Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Rio de Janeiro (Creci-RJ) vai fiscalizar se todos os corretores envolvidos são credenciados junto à entidade.

Embora o Feirão da Casa Própria termine no dia 25, um estande do banco permanecerá no Salão Imobiliário até 2 de outubro para financiar os imóveis vendidos. No entanto, Vargas esclarece que os serviços da Caixa voltados para habitação continuarão em ritmo acelerado nas agências, como parte do esforço do banco para aplicar o orçamento recorde de R\$ 10 bilhões em 2005. Só para o Rio de Janeiro, os recursos disponíveis são de R\$ 1 bilhão.

Em 2004, foram gastos R\$ 663 milhões em financiamento habitacional no Estado do Rio. Este ano, o montante até agosto chegava a R\$ 450 milhões.

- Durante o Feirão, esperamos atingir R\$ 750 milhões em crédito. Assim, até o final do ano, que são os meses geralmente mais fortes em financiamentos, será possível chegar perto da meta para o Rio - vislumbra Vargas.

#### **TEXTO 126**

##### **Comércio desacelera em julho**

##### **Esgotamento do crédito é responsável pela acomodação, aponta IBGE**

Folhapress

O esgotamento do crédito levou o comércio a tropeçar em julho, revelou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As vendas do varejo subiram 0,31% ante junho, no indicador livre de influências sazonais. De maio para junho, no entanto, a alta havia sido de 1,12%.

Em relação a julho de 2004, as vendas do varejo cresceram 4,5%. Foi o vigésimo resultado positivo nesse tipo de comparação, mas para o IBGE o resultado mostra acomodação.

- Na margem, há uma certa acomodação das vendas do comércio. Isso pode estar acontecendo por causa de esgotamento do crédito, que já está chegando ao seu limite de expansão - avalia o economista da Coordenação de Serviços e Comércio do IBGE, Reinaldo Pereira.

Foi justamente por causa do enfraquecimento do crédito, diz ele, que o ramo de móveis e eletrodomésticos teve a primeira retração desde janeiro. As vendas caíram 1,88% de junho para julho, sem os efeitos sazonais.

Já o setor de supermercados, o de maior peso na composição do indicador, apresentou retração de 0,8%, apesar da alta de 2,5% do rendimento médio de junho para julho e do forte recuo da inflação, especialmente a dos alimentos. Por conta dos aumentos do preço do álcool, as vendas de combustíveis e lubrificantes tiveram retração de 4,74% em julho na comparação com junho.

Dos grandes ramos do comércio, só o de tecidos, vestuário e calçados registrou bom desempenho na comparação com junho, com alta de 7,23%.

Para Carlos Thadeu de Freitas, economista da Confederação Nacional do Comércio, os dados de julho apontam para "um freio" do comércio, que "perdeu fôlego" em razão da perspectiva de menor oferta de crédito e encarecimento dos financiamentos com o juro mais elevado.

Na visão dele, porém, 2005 ainda será um ano "bom para o comércio, de forte crescimento". O que acontecerá, prevê, será uma mudança no perfil: no lugar de uma expansão baseada no bom desempenho de bens duráveis (eletrodomésticos), ganharão espaço no crescimento as vendas de bens de consumo não-duráveis (alimentos).

Os motivos são a melhora da renda do trabalhador nos últimos meses e o forte recuo dos preços, principalmente de alimentos, que têm registrado deflação.

### **TEXTO 127**

#### **Planos de saúde vão cobrar diferença**

*CRISTIANE CRELIER*

As operadoras de plano de saúde anunciaram ontem que irão cobrar dos segurados a diferença de valores pagos a menos no período em que a Justiça impediu o novo aumento. Porém, os consumidores do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia ainda estão respaldados por decisões estaduais e receberão tratamento diferenciado. De acordo com as operadoras, no Rio, o aumento definido por decisões judiciais em vigor é de 11,69% para a Bradesco Saúde e 15,67% para a SulAmérica.

Segundo as operadoras, a partir de outubro acaba a confusão dos boletos e somente será enviada uma cobrança ao segurado, uma vez que a emissão de dois boletos decorria de decisão judicial que também foi suspensa.

- Valores pagos a mais ou a menos serão ressarcidos ou cobrados nas mensalidades subseqüentes - diz a Bradesco.

O Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Edson Vidigal, suspendeu liminar que limitava em âmbito nacional o reajuste das mensalidades do seguro-saúde antigo (anterior a 1999) a 11,69%, ficando assim restabelecida a cobrança com o reajuste de 25,80%, para os segurados da Bradesco, e de 26,1% para os da SulAmérica. A decisão vigorou por cerca de 45 dias, resultando na redução das mensalidades de agosto e setembro.

- No mês de setembro, os segurados do Rio, São Paulo e Bahia ainda deverão optar pelo pagamento de um dos dois boletos, um com reajuste de 11,69% e, o outro, de 26,10%. A partir de outubro, serão emitidos boletos com apenas um percentual. A restituição dos valores excedentes pagos foi iniciada e será concluída até o fim de novembro - diz a SulAmérica.

### **TEXTO 128**

#### **Para Levy, BC foi cauteloso**

#### **Secretário do Tesouro vê ciclo de queda de juros**

O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, afirmou que a decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) de reduzir a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual, para 19,5% ao ano, foi primeiro passo em direção ao início do ciclo de queda da Selic.

- Imagino que ele (BC) deu um primeiro passo, um passo cauteloso, de baixar só 0,25 ponto percentual. Certamente porque ele se sentiu confortável para fazer isso à vista dos indicadores que estão aí - afirmou, citando a queda da inflação.

O secretário disse que precisa ler a ata do Copom, que deve sair na próxima semana, para avaliar melhor a trajetória dos juros.

- Vou me permitir uma inferência: o BC tem sido muito cauteloso. Eu certamente estarei aguardando a próxima quinta-feira, quando tivermos a ata para poder expandir o entendimento do assunto.

Levy afirmou ainda que o fato de a crise política não contaminar a economia iguala o Brasil a países desenvolvidos.

- É uma crise de país desenvolvido, sim. E a resposta tem sido de país desenvolvido - disse.

Levy evitou comentar a operação de lançamento de bônus da dívida externa lastreados em reais. Ele alegou que, como secretário do Tesouro, não poderia comentar qualquer emissão ou transações que estão em curso.

- Estamos agora numa fase de diminuir os papéis em dólar da dívida soberana. Por isso houve a possibilidade de emitir em reais - afirmou Levy.

O Tesouro informou ontem ter autorizado os bancos JP Morgan e Goldman Sachs a liderar a oferta de papéis brasileiros em reais no exterior.

*Com agências*

#### **TEXTO 129**

#### **Vale quer a 'Carajás do níquel'**

#### **Mineradora do Canadá controla projeto que é a maior reserva do metal no mundo**

*DANIELE CARVALHO*

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) confirmou ontem o interesse de intensificar sua atuação no mercado de níquel. Em comunicado à Bolsa de Valores de São Paulo, a empresa anunciou que pretende fazer oferta para aquisição de todas as ações ordinárias em circulação da Canico, empresa canadense que explora o Projeto Onça Puma, no Pará. Trata-se da exploração de uma mina localizada no Sul do estado, que constitui hoje a maior reserva ainda não explorada do metal no mundo, com reservas estimadas em 168,9 milhões de toneladas.

A tarefa da Vale, que atribui a conclusão da operação à adesão de pelo menos 51% das ações ordinárias da Canico, não será simples. Atualmente, cerca de 64% dos papéis estão pulverizados no mercado, outros 14% nas mãos da Inco (grupo canadense), 12% em poder do empresário Eike Batista e outros 10% com os controladores.

- Eu não tenho interesse em vender minha participação, pois entrei no projeto para acompanhá-lo até o fim. Acho o interesse da Vale muito bom para a Canico, que ganhará com a experiência da empresa. Além disso, o controle passará para as mãos de uma companhia brasileira - diz Batista, que chama o projeto Onça Puma de "Carajás do níquel".

O diretor-presidente da Canico, Júlio Carvalho, explica que a canadense concedeu à CVRD autorização para prosseguimento na oferta, de acordo com contrato de confidencialidade assinado entre as partes. Ele lembra que, em dois anos, a Canico viu seu valor de mercado crescer fortemente.

- A Canico era uma empresa júnior, que focou sua única atividade na prospecção da mina de Onça Puma. O potencial da mina fez o valor de mercado da empresa saltar para quase 800 milhões de dólares canadenses - conta o executivo.

O projeto para a exploração da mina e duas linhas de processamento do níquel está orçado em 762 milhões de dólares canadenses. A primeira linha de produção de ferro-níquel está prevista para entrar em operação em 2008 e, a segunda, em 2012. Cada uma delas terá capacidade anual para processar 30 mil toneladas de ferro-níquel.

Na avaliação de Carvalho, o mercado mundial de níquel está muito aquecido, puxado principalmente pelo consumo chinês. O metal é um dos principais elementos para a fabricação do aço inoxidável.

- Dentro deste cenário, a Onça Puma se destaca, pois não existe nenhum outro grande projeto de níquel em andamento no mundo - diz ele.

A Onça Puma tem reservas estimadas em 168,9 milhões de toneladas. Com as duas linhas de produção previstas, a mina teria tempo de vida de 35 a 40 anos.

Recentemente, o Conselho Administrativo da Vale aprovou o investimento no desenvolvimento do projeto Vermelho, em Carajás, que tem capacidade de produção estimada de 46 mil toneladas por ano de níquel metálico e 2,8 mil toneladas anuais de cobalto metálico, pelos próximos 40 anos.

O investimento estimado é de até US\$ 1,2 bilhão, com entrada em operação no quarto trimestre de 2008. Com a mina de Vermelho, a Vale espera contabilizar receita de US\$ 360 milhões nos 12 primeiros meses de operação, só com a exploração do níquel. Também deverão ser obtidos US\$ 36 milhões com a extração de cobalto.

### **TEXTO 130**

#### **Pregão ambiental já tem nove empresas**

A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro já coleciona nove empresas interessadas em participar do pregão de créditos de carbono, que começará a operar este ano. Destas, apenas uma está internacionalmente certificada. As demais estão em fase adiantada de autenticação.

Foi lançado ontem o mercado de créditos de carbono na BVRJ. Porém, antes do início das negociações haverá a formação de um banco de projetos, que funcionará como pré-mercado.

- A bolsa permitirá que projetos que ainda não foram validados internacionalmente já sejam negociados, como títulos a termo. Desta maneira, os desenvolvedores terão recursos para tocar seus projetos - diz o presidente da Bolsa do Rio, Edemar Menezes.

Atualmente, existem só outras duas bolsas de créditos de carbono no mundo - Londres (ECX) e Chicago (CCX).

**(D.C.)**



[17/SET/2005]

**TEXTO 131****Templos de consumo zen****Empresas do segmento de bem-estar expandem atividades para shopping centers e associam relaxamento às compras****BRUNO ROSA**

Há alguns anos, praticar ioga e shiatsu em um shopping center poderia soar como provocação em meio a um templo de consumo. Mas hoje a prática é tendência em todo o mundo. Popular nos Estados Unidos e China, a novidade começa a desembarcar no Brasil. Até o fim deste mês, o BarraShopping, com a inauguração do Espaço Nirvana, e o Rio Design Barra, que abre o L'Occitane, se juntam às sessões da Shiatsu Express no Shopping Tijuca.

Rafael Andrade

De acordo com empresários do setor, a idéia é associar áreas de bem-estar às compras. Para Paula Saboya, que é sócia do Shiva Shankara Centro de Yoga, a tendência ganha força à medida que as pessoas tentam concentrar o máximo de afazeres em um só local para facilitar o dia-a-dia corrido.

**Cristina Perrone, publicitária de 45 anos, deu uma pausa nas compras para uma sessão de shiatsu no Shopping Tijuca**

- A praticidade é algo levado em conta hoje - completa Paula, que inaugurou seu espaço em uma galeria de grifes (na Rua Farne de Amoedo) em Ipanema.

No Rio Design Barra, a estratégia foi pensada com afinco. A L'Occitane abre, nas próximas semanas, um espaço de 500 metros quadrados com massagens, terapia corporal e meditação, em parceria com a joalheria H.Stern.

- Será uma operação inédita no país. A atividade de um irá complementar a de outro. Os shoppings estão evoluindo e deixando de ser apenas um centro de consumo. A idéia é criar extensões das casas dos clientes. O movimento é classificado de *cross shopping* no exterior - diz Mariana Carvalho, diretora do Rio Design Barra, administrado pelo Grupo Ancar.

O shopping já conta com o Club Capelli, um misto de salão de beleza com spa urbano, onde o cliente encontra serviços como massagens e máscaras de beleza. O resultado tem sido tão positivo que a empresária responsável, Cristina Fernandes, vai inaugurar no próximo mês uma filial no Rio Design Leblon.

- As grandes empresas que trabalham com o bem-estar começaram a incluir os shoppings em sua rota de expansão. E todos os centros de consumo estão investindo pesado em atividades que complementem as compras, como massagens, por exemplo, e a criação de *lounges* - revela Mariana.

Atento a esta demanda, o Mundo Verde, no Via Parque Shopping, promove hoje a Blitz da Saúde. O evento, que ocorrerá das 10h às 16h, será gratuito e contará com palestras, shiatsuterapia e degustação de produtos saudáveis para todos os clientes.

**TEXTO 132****Nirvana no BarraShopping**

Outra empresa que vem experimentando bons resultados é a Shiatsu Express, no Shopping Tijuca. Desde que iniciou as atividades de shiatsu, massoterapia e reike, em 2001, o faturamento vem dobrando a cada ano. Segundo a proprietária, Fátima Aguiar, essa busca por terapias alternativas tem crescido impulsionada pelo interesse da classe média.

- Muitos clientes ficam surpresos quando em meio a agitação das compras descobrem um lugar para relaxar. É como se encontrassem um oásis - diz Fátima.

Para ela, estar num shopping, que é um lugar de grande circulação de pessoas, contribuiu muito para o sucesso do negócio. Quanto maior o fluxo, mais elevado é o faturamento. Os preços variam de R\$ 25 (sessão de 15 minutos de shiatsu) a R\$ 70 (atendimento de uma hora).

- Já recebi propostas para levar meu negócio para outros shoppings - revela Fátima.

A publicitária Cristina Perrone, de 45 anos, une as compras a uma boa massagem.

- Acho ótimo. Aproveito e faço tudo no shopping - diz, durante sessão de shiatsu no Shopping Tijuca.

Quem inaugura um mega espaço no BarraShopping é o espaço Nirvana no final deste mês. O "oásis zen" terá 1.500 metros quadrados, com quatro salas para atividades físicas, 12 salas de massagens e terapias, uma loja especializada com produtos da marca Nirvana, além de um restaurante de comida natural. O Nirvana oferece ioga, tai-chi-chuan, pilates e spa.

Em Niterói, o espírito zen é representado pelo Spa Urbano Corpo Vital, no Itaipu Multicenter. O local dispõe de opções terapêuticas para quem quer cuidar da saúde, como shiatsu (R\$ 60) e reike (R\$ 40).

**TEXTO 133****Além do Fato: Risco de retrocesso no setor energético**

*ARMANDO GUEDES\**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) colocou em audiência pública a resolução que fixa novos critérios para aplicação dos recursos das concessionárias de distribuição de energia elétrica em Programas de Eficiência Energética (PEE). A proposta apresentada caminha em direção oposta à expansão dos projetos de eficiência energética, ignorando os ganhos de produtividade e a economia de energia obtida, principalmente, no setor industrial.

A legislação que criou os PEEs estabeleceu que até 31 de dezembro de 2005 as concessionárias de energia elétrica ficam obrigadas a investir, no mínimo, 1% da receita operacional líquida, sendo 50% em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e 50% em programas de eficiência energética no uso final. Após esta data, os percentuais passariam para 75% e 25%, respectivamente.

Apenas essa mudança reduziria significativamente o volume de recursos disponíveis para investimentos em eficiência energética, não só na indústria, mas também em estabelecimentos comerciais e residenciais. Soma-se a isso a inexistência de linhas de financiamento para esses projetos e a constatação de que este mercado ainda não está suficientemente maduro, aumentando a preocupação com as mudanças propostas pela Aneel.

Pela nova regulamentação, do percentual de 25%, válidos a partir de 1º de janeiro de 2006, no mínimo 90% seriam, obrigatoriamente, destinados a “projetos voltados às comunidades de baixa renda e à redução de perdas comerciais”, restando apenas 10% para projetos em outros segmentos.

O primeiro contraponto refere-se à obrigatoriedade de destinar 90% dos recursos para perdas comerciais e para comunidades de baixa renda. É um equívoco considerar investimentos em perdas comerciais como eficiência energética. Essa vinculação é contrária à Lei Federal 9.991/00, que criou os PEEs, e à própria Resolução proposta pela Aneel, que define que os PEEs devem resultar em economias ou benefícios diretos ao consumidor, com efetiva redução de demanda e/ou do consumo de energia.

Dessa forma, as perdas comerciais não atendem aos requisitos necessários para se tornarem destino destes recursos e fazem parte do risco de mercado da atividade de distribuição de energia elétrica. Como tal, devem ser combatidas com recursos das próprias concessionárias.

Por outro lado, a obrigatoriedade de aplicar, no mínimo, 90% dos recursos em comunidades de baixa renda e em perdas comerciais reduz significativamente a possibilidade de implementação de novos projetos de eficiência energética na indústria e demais atividades econômicas. Isso porque sairíamos de uma situação de 0,5% da receita operacional líquida para uma nova situação de apenas 0,025%, representando uma redução percentual de 95% dos recursos destinados aos demais tipos de projetos de eficiência energética, inclusive aqueles que poderiam ser utilizados na indústria.

Outro aspecto negativo da proposta apresentada é a redução de 40% para 10% do percentual destinado aos Contratos de Performance ou Desempenho – utilizados pelas concessionárias para financiar os programas nas indústrias.

O cenário que se desenha representa retrocesso em relação aos avanços já obtidos com a conservação de energia no Brasil. Segundo dados da própria Agência, os investimentos já realizados em função dos Programas de Eficiência Energética das concessionárias resultaram em uma economia estimada de 4 mil GWh/ano e em redução de carga na ponta da ordem de 1.140MW, o equivalente à capacidade termelétrica TermoRio.

Em dezembro de 2004, a Firjan assinou convênio com a Light para disseminar e desenvolver projetos de eficiência energética em indústrias do Rio de Janeiro. Com essa iniciativa conseguimos enviar seis projetos àquela concessionária para serem incluídos em seu PEE relativo ao período 2004/2005. Destes projetos, quatro foram selecionados e encaminhados à Aneel para aprovação. Em sua totalidade, o programa permitirá investimentos de cerca de R\$ 21 milhões, 33% deste total em estabelecimentos comerciais, residências ou indústrias.

Com os critérios propostos pela minuta de resolução da Aneel, usando como exemplo o ciclo 2004/2005 da Light, os investimentos em indústrias e demais setores, que geralmente utilizam a modalidade de Contrato de Desempenho, não ultrapassariam R\$ 1,05 milhão.

Esta proposta é uma involução para o mercado de conservação de energia nacional. Os novos critérios desconsideram os postos de trabalho gerados, ganhos de produtividade das empresas e a efetiva economia de energia, tanto para o Sistema Interligado Nacional quanto para o consumidor final.

Não bastassem os efeitos negativos citados, a minuta de Resolução está em desacordo com a legislação, na medida que classifica como eficiência energética projetos de perdas comerciais. Além disso, a determinação de

valores percentuais mínimo e máximo para cada tipo de projeto é absurda e, certamente, irá estancar o crescimento da conservação de energia em todo o Brasil. Os recursos financeiros que foram garantidos com a promulgação da Lei 9.991/00 são fundamentais para a implementação desses projetos no Brasil.

Neste momento em que a situação de suprimento energético nacional não é muito confortável, com atrasos na construção de usinas, risco de déficit de gás natural e incertezas em relação ao leilão de energia nova, medidas como estas são inaceitáveis e aumentam o risco de um futuro racionamento.

Os critérios propostos não retratam a vontade da sociedade brasileira, devendo ser revistos de forma a prevalecer o bom senso. Os PEEs já desempenham um papel importantíssimo para a economia brasileira, por que representam enorme potencial de expansão e de geração de emprego e renda, além de permitirem significativos ganhos de produtividade, com aumento da competitividade da indústria nacional.

*\*Presidente do Conselho Empresarial de Energia do Sistema Firjan*

#### **TEXTO 134**

##### **Captação inédita impulsiona bolsa**

##### **Tesouro deve anunciar emissão de US\$ 750 milhões em reais. Bovespa fecha com novo recorde**

A captação anunciada na quinta-feira pelo Tesouro Nacional rendeu mais um dia de otimismo no mercado financeiro nacional. A reboque da primeira emissão da história de títulos em reais no exterior, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) atingiu novo patamar recorde ontem.

O Tesouro deva anunciar na semana que vem o resultado da captação, que tem como líderes os bancos JP Morgan e Goldman Sachs. A oferta feita pelo Tesouro foi de US\$ 500 milhões, mas a demanda surpreendeu. As estimativas do mercado dão conta de que o governo brasileiro teria colocado o total de US\$ 750 milhões em papéis de dez anos, com taxa anual de 13,8%.

O Tesouro tenta, com esta captação, aproveitar o bom momento da economia do país na visão dos investidores internacionais. O governo previa para este ano a captação de US\$ 6 bilhões, patamar já atingido. Esta operação em reais é a segunda realizada desde que a necessidade de captação foi atingida. Na primeira, em dólares, o Tesouro emitiu US\$ 1 bilhão em bônus globais com vencimento em 2025.

Como o objetivo do governo é emitir US\$ 9 bi nos próximos dois anos, as duas operações realizadas depois que o patamar de 2005 foi alcançado permitem que o Tesouro reduza a necessidade de captar a US\$ 7,25 bi em 2007.

Para a emissão dos títulos em reais, o Tesouro decidiu que o Itaú atuará como "co-manager", ao lado do JP Morgan e do Goldman Sachs.

Quanto mais o governo emite títulos, mais cresce sua dívida externa. No entanto, ao trazer dólares do exterior para pagar sua dívida, o governo também protege as reservas internacionais do Banco Central, que servem como garantia aos investidores de que o país pagará sua dívida em momentos de turbulência econômica internacional.

Como consequência desta proteção, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) comemorou ontem um novo recorde. O Ibovespa - principal índice do pregão paulista, que atualmente reúne 57 ações - fechou a sexta-feira com 29.815 pontos, superando o recorde anterior, de 7 de março deste ano, quando o índice atingiu 29.455 pontos.

Ontem, a bolsa subiu 1,53%, movimentando R\$ 1,891 bilhão. Setembro tem sido um mês de recuperação para a bolsa. O Ibovespa acumula valorização de 6,31% neste mês. No ano, a Bovespa também aparece com um bom retorno para quem investiu em ações, com alta de 13,82%, taxa próxima à paga pelo Certificado de Depósito Bancário (CDB), uma das vedetes do mercado. O CDB prefixado acumula rentabilidade máxima de 14,17% em 2005.

O desempenho do mercado americano também favoreceu a Bovespa. O Dow Jones, da Bolsa de Nova York, subiu 0,79%. O Nasdaq, que agrupa os papéis de empresas de alta tecnologia, registrou valorização de 0,66%.

Mas não foi só a bolsa que se beneficiou com a captação em reais. O risco Brasil voltou a cair ontem, 1,08%, para 368 pontos, menor patamar desde 1997. Já o dólar subiu 0,13%, motivado pela expectativa não confirmada de atuação do BC no mercado de câmbio, mas fechou abaixo dos R\$ 2,30, cotado a R\$ 2,299.

*Com agências*

### **TEXTO 135**

#### **Freio no emprego industrial Com produção menor, setor evita contratações**

Folhapress

A desaceleração na indústria já chegou ao mercado de trabalho. Em julho, quando a produção despencou 2,5% em relação a junho, o nível de emprego do setor se manteve estável. No mês anterior, a queda foi de 0,6%. A renda do trabalhador na indústria também não teve fôlego para se recuperar e registrou queda de 0,1% na comparação com junho. O recuo foi menor do que no mês anterior, quando a renda caiu 2,4% na comparação com maio. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o resultado confirma uma redução do patamar de expansão do mercado de trabalho no setor.

Arquivo JB

**O setor de alimentos foi um dos poucos que expandiram as vagas**

A análise do mercado de trabalho na indústria no longo prazo, porém, ainda mostra sinais positivos. O desempenho de julho é 1,1% superior ao de igual mês do ano passado e no acumulado do ano o nível de emprego cresce 2,15%.

Em relação a julho de 2004, nove das 14 áreas analisadas tiveram criação de vagas. Os destaques foram São Paulo (3,2%) e Minas Gerais (3,6%), impulsionados pelos setores de alimentos e bebidas e produtos de metal.

As áreas que mais reduziram o emprego foram Rio Grande do Sul (-7,0%) e Santa Catarina (-0,8%), afetados pelo desempenho das indústrias de calçados, artigos de couro e madeira.

No ano, as indústrias que tiveram maior impacto positivo no mercado de trabalho foram alimentos e bebidas (7,3%), meios de transporte (11,5%) e Minas Gerais (4,4%).

O número de horas pagas ao trabalhador da indústria recuou 1,2% em relação a junho. Em relação a julho de 2004, houve crescimento de 0,9%.

O valor da folha de pagamento caiu 0,1% em julho na comparação com junho. Em relação a julho de 2004, o crescimento foi de 3,1% e, no acumulado do ano, de 3,9%.

Na comparação com julho de 2004, o valor real da folha de pagamento cresceu em 11 dos 14 locais pesquisados. A maior influência positiva ocorreu em São Paulo (4,6%), devido ao aumento das atividades de meios de transporte (8,7%) e alimentos e bebidas (14,8%).

As pressões negativas vieram principalmente do Rio de Janeiro (-10,0%), em razão da queda de 57,7% na indústria extrativa, que foi motivada pelo fato de, em 2004, a base de comparação ter sido inflada pela distribuição de participação nos lucros aos funcionários.

### **TEXTO 136**

#### **Vale busca liderança no níquel**

#### **Com aquisição da canadense Canico e início da produção em Vermelho, mineradora poderá produzir 100 mil toneladas por ano**

*DANIELE CARVALHO*

Depois de figurar entre as cinco maiores empresas em exploração de minério de ferro no mundo, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) almeja agora fazer parte do rol das gigantes do mercado de níquel. Caso consiga concretizar a compra de pelo menos 51% da canadense Canico, o grupo brasileiro poderá atingir, em cerca de cinco anos, a marca de produção de mais de 100 mil toneladas/ano de ferro-níquel.

- A mineração é o foco da Vale e o níquel é um ativo importante para compor nossa carteira de produtos - diz Roger Agnelli, presidente da Vale do Rio Doce.

Na última quinta-feira, a mineradora oficializou ao mercado sua intenção de comprar ações da Canico, que desenvolve o projeto Onça Puma, uma reserva de níquel com potencial estimado de 168,9 milhões de toneladas localizada no Sul do Pará, capaz de produzir 60 mil toneladas/ano de ferro-níquel.

Se somado o potencial da Canico ao do projeto de Vermelho, desenvolvido pela Vale em Carajás e que a partir de 2008 produzirá 46 mil toneladas/ano de ferro-níquel, a empresa nacional atingirá a marca de 106 mil toneladas/ano do produto.

- Na nossa avaliação, somos os mais bem preparados para tocar o projeto Onça Puma porque desenvolvemos uma tecnologia avançada no Vermelho e também porque somos conhecedores daquela região. Por estes motivos poderíamos tocar com maior agilidade o projeto - defende Agnelli.

O executivo conta que a Vale tinha conhecimento da reserva de Onça Puma há pouco mais de um ano e que já vem procurando níquel e ferro em seu entorno.

A Vale do Rio Doce ainda não produz níquel. O único projeto do mineral em andamento é o do Vermelho, mas a companhia também está realizando estudos de viabilidade em três outras regiões, em São João do Piauí (Piauí), São Paulo e Goiás.

De acordo com Agnelli, o preço proposto por ação, de 17,50 dólares canadenses, contempla a necessidade de investimentos de US\$ 1,1 bilhão, distribuídos no desenvolvimento da mina, construção de duas linhas de ferro-níquel com capacidade de 30 mil toneladas cada e sistema logístico.

- Não temos interesse em entrar na Canico para sermos minoritários. Nosso objetivo é ser controlador. Sem o controle, não poderemos fazer a sinergia que queremos com o Vermelho. Mas, se não conseguirmos atingir o percentual desejado, estamos prontos para desenvolver uma logística capaz de atender à Canico - garante Agnelli.

Conforme exigências do governo canadense, a empresa terá de enviar cartas com a oferta de compra a todos os acionistas da Canico, que terão 60 dias para decidir pela venda.

■ - Estamos tranquilos porque acreditamos que o valor oferecido garante bom retorno tanto para os acionistas da Vale, quanto para os da Canico - argumenta.

### **TEXTO 137**

#### **Natura investe contra rugas**

*BRUNO ROSA*

Mulheres comuns e fora dos padrões de beleza conquistam cada vez mais o espaço publicitário. Depois da Dove e Wella apostarem na idéia, a Natura intensifica sua estratégia, que começou há uma década. Seguindo o conceito *Mulher Bonita de Verdade*, a gigante de cosméticos inicia amanhã sua mais nova campanha de marketing com o mote *Menos rugas, mais expressão, mais Vida*. Trata-se do novo lançamento, o Chronos Spilol.

O produto representa o novo foco da empresa, o desenvolvimento de inovações de alta tecnologia. Os comerciais que começam amanhã no horário nobre em todos os canais de televisão, além de mídia exterior e impressa, fazem alusão à importância de cuidar da pele sem perder a capacidade de se expressar.

■ A proposta é destacar os benefícios trazidos pelo novo produto, que utiliza o *Spilanthus oleracea* (planta conhecida como jambu). No filme, uma mulher aparece fazendo caretas diante do espelho e brincando com suas várias expressões faciais. O Chronos Spilol é resultado de um processo tecnológico de purificação e tem o princípio ativo mil vezes mais concentrado que o jambu em sua forma natural.

- Pela primeira vez, a empresa usou a biodiversidade para o tratamento de pele. O Chronos é o começo da utilização da biodiversidade para produtos de alta tecnologia - disse Luciana Villa Nova, gerente de processos de tecnologia da Natura.

[18/SET/2005]

### **TEXTO 138**

#### **A conta dos juros irreais**

#### **Se praticasse taxas equivalentes à média dos demais emergentes, Brasil pouparia R\$ 85 bi só este ano**

*MARIANA CARNEIRO*

Se o Brasil adotasse uma política de juros semelhante a dos demais países em desenvolvimento gastaria cerca de um terço do que desembolsa hoje para seus credores. A diferença chega a R\$ 85 bilhões só neste ano, cifra que daria para cobrir todo o déficit do INSS previsto para o ano que vem (R\$ 39 bilhões), além do programa Bolsa-família (R\$ 8,32 bilhões) e do orçamento do Ministério da Saúde (R\$ 37 bilhões).

A estimativa é da consultoria GRC Visão, segundo a qual o país ostenta uma taxa de juros real (descontada a inflação) duas vezes mais alta do que a do segundo colocado, a China. O Brasil atinge, com a redução de 0,25 ponto percentual ocorrida na última semana, taxa real de 14%, contra 6,3% da economia que mais cresce no mundo. Em outras palavras, o custo do dinheiro para um brasileiro é o dobro do que para um chinês.

– Além de uma redução do valor pago, com a própria queda dos juros, haveria a possibilidade também de diminuir a exposição a este passivo. Afinal, quando uma dívida é alta, é rolada. Quando cai, é honrada – avalia o economista-chefe da GRC Visão, Jason Vieira.

A exigência de austeridade fiscal é bem conhecida, porém poucas vezes respeitada.

– Seja via déficit nominal zero ou superávit primário maior do que a meta atual de 4,25% do PIB, é preciso fazer economia. Só assim, o Brasil terá um upgrade – diz, referindo-se à declaração do ministro Antonio Palocci, na última semana, de que o país alcançaria em breve o grau de investimento (investment grade), o que significa pequeno risco a investidores.

– Para ter grau de investimento, é preciso alcançar crescimento e só baixar juros não é suficiente. É preciso manter contas equilibradas – endossa o economista-chefe da RC Consultores, Marcel Pereira.

O governo central pagará este ano, segundo cálculos do Ministério do Planejamento, R\$ 127 bilhões em juros, 60% a mais do que em 2004 (R\$ 79,4 bilhões). A causa indiscutível é a elevação da taxa básica de juros (Selic) e sua manutenção em níveis elevados pelo maior tempo desde a liberação do câmbio e a adoção das metas de inflação, em 1999. A média da Selic saltou de um patamar de 16% anuais em 2004 para 19,2%.

Para muitos, o Comitê de Política Monetária (Copom) foi além do tolerável.

– Poderia ter baixado há mais tempo, em junho ou julho – avalia o diretor do Banco Itaú e ex-diretor de Política Econômica do Banco Central, Sérgio Werlang. – Daqui para frente, o BC vai ficar de olho nos indicadores de agosto para decidir se aumenta a velocidade de queda de juros. Se a indústria continuar desacelerando, o corte poderá ser de 0,5 ponto percentual.

Com a perspectiva, o déficit nominal do governo – que inclui todas as despesas, inclusive o pagamento de juros – deverá voltar a crescer, de 2,7% do PIB no ano passado para algo perto de 3,6%, segundo estimativa da Consultoria Tendências.

– Se mantiver o superávit de 4,25%, como prevê o orçamento de 2006, o governo poderá ver cair um pouco o resultado nominal no ano que vem, para 3% – estima o economista Guilherme Loureiro, especialista em finanças públicas da Tendências.

Devido à conjugação de juros muito elevados e estoque de dívida também alto, segundo Loureiro, há a impressão de que o superávit primário, na casa dos 5% do PIB – como está ocorrendo este ano, embora a meta fixada seja de 4,25% –, não ajuda a resolver o problema. A dívida mobiliária brasileira atingiu, em julho (dado mais recente) R\$ 915 bilhões e o governo não descarta que o passivo atinja a marca histórica de R\$ 1 trilhão ainda este ano.

– O superávit é muito positivo, mas não está sendo suficiente para evitar que o resultado nominal pare de crescer. Em um cenário com juros em queda, como se estima para o ano que vem, há a perspectiva de melhora – diz o economista.



**TEXTO 139****O número 1 em taxa de juros****Histórico de sete calotes desde o século 19 dificulta redução da Selic***MARIANA CARNEIRO*

Por que o Brasil, um país que tem a maior economia da América Latina, tem que manter uma taxa de juros tão elevada? O tema está distante de ser uma questão apaziguada entre os economistas.

- O tema ainda é uma esfinge para os analistas - admite o economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Eustáquio Reis.

Entre as razões mais lembradas, está o histórico de hiperinflação e indexação da economia brasileira, além de uma dívida de enorme proporção. No ano passado, em esforço histórico e graças ao crescimento da economia, o país viveu pela primeira vez em muitos anos a redução da relação dívida/PIB (Produto Interno Bruto), um dos principais indicadores de solvência observados por investidores e analistas, e atingiu 51,7% do PIB. Neste ano, porém, estimam analistas, juros em alta farão com que o indicador volte a contar pontos contra o país.

Para o economista Guilherme Loureiro, da Tendências, a estimativa é que essa relação volte para a casa dos 52,8%. Em 2006, a perspectiva, mesmo com juros mais baixos - a estimativa é que a taxa Selic fique, em média, a 16,5% -, é que o endividamento não recue muito, mantendo-se em 52,1% do PIB.

- O mercado parece punir com mais intensidade o Brasil do que outros países. O Japão, por exemplo, tem uma dívida equivalente a 150% do PIB. Isso porque temos que resolver uma questão institucional e fiscal (muitos gastos) que prejudicam a melhora da percepção sobre o país - analisa Loureiro.

Para o economista-chefe da RC Consultores, Marcel Pereira, por conta de um conservadorismo exagerado, o Brasil vem andando em descompasso com os demais países.

- O Brasil sempre esteve na liderança no ranking dos juros, mas a diferença nunca foi tão grande. Enquanto os países em desenvolvimento aproveitaram a liquidez mundial para reduzir a taxa de juros, o Brasil insiste em manter a rigidez, preso a um ciclo de aperto monetário para tentar controlar as expectativas de inflação de curto prazo - avalia.

Eustáquio Reis lembra ainda que o sistema financeiro brasileiro também não ajuda a reduzir os juros.

- O mercado oligopolizado é bom para extrair ganhos elevados, obtidos com a diferença entre a captação e o repasse de recursos - analisa.

No mês passado, um dos maiores especialistas em política monetária, o americano Kenneth Rogoff, professor de Harvard University, incluiu na conta o histórico de calotes que o Brasil já distribuiu aos investidores estrangeiros. Segundo ele, foram sete reestruturações de passivo desde o século 19. Mas isso não explica toda a história. México, por exemplo, teve oito e Colômbia, sete. Ambos tem risco país - indicador que mede, a partir da remuneração dos títulos do tesouro americano, a capacidade de um país honrar com suas dívidas - mais baixos do que o Brasil.

- O Brasil tem muito a avançar na área fiscal e institucional. Há problemas jurídicos que ainda precisam ser solucionados. A Lei de Falências ajuda, mas ainda é preciso avançar em termos regulatórios. Além disso, o Brasil

**TEXTO 140****Receita contra a inflação**

A nota emitida pelo Comitê de Política Monetária (Copom), ao informar a decisão de corte de 0,25 ponto percentual na taxa básica de juros (Selic) guardava uma certa dose de comemoração pelo recuo da inflação. Todos os indicadores passaram a exhibir deflação e as expectativas dos analistas finalmente convergiram pela meta. Graças à taxa de juros, mas não da maneira clássica.

- O câmbio, é claro, contribuiu para a deflação, mas também para o preço das commodities, como soja e minério de ferro, que estão sob menos pressão do que no ano passado - diz o presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon) e ex-coordenador do IPC da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (Fipe), Heron do Carmo.

Enquanto a taxa de juros afeta a demanda no espaço mais longo de tempo, o dólar baixo afeta hoje a inflação, graças à queda imediata de produtos que têm em sua cadeia insumos indexados à moeda americana.

- Por causa de um efeito defasado do câmbio sobre os preços, a inflação do ano que vem também ficará baixa, apesar das eleições e de uma queda esperada nos juros - avalia Heron. (M.C.)

**TEXTO 141****Parece mas não é****Gigantes do setor de alimentos brigam nos tribunais para impedir cópias de suas embalagens***BRUNO ROSA*

Embalagens com design semelhantes e motes publicitários capazes de confundir consumidores no ato da compra nem sempre são mera coincidência. Prova disso são as constantes brigas judiciais entre as principais empresas de consumo do país em segmentos como cereal matinal, balas, iogurtes, biscoitos e até de cremes de leite.

O mais recente entrave é a briga entre as duas maiores fabricantes de cereal matinal no país. De um lado, está a americana Kellogg's, que há 44 anos é líder na categoria no país e responsável por mais de 40% das vendas de sucrilhos - nome que virou sinônimo do produto e já virou de domínio público por estar há mais de quarenta anos no mercado - no país. Do outro, está a segunda, e desconhecida, companhia do mercado, a goiana Alca Foods, que lançou a marca Corn Sugar.

As peculiaridades vão desde a identidade visual da embalagem, a posição das letras, grafia semelhante e uso de um prato e uma colher estilizada na logomarca. Enquanto a americana estampa o tigre Tony, a Corn Sugar vende seus produtos com um leão, que possui ainda traços parecidos com o mascote da multinacional.

Assim, a Kellogg Company disse em nota ao JB que "gerencia e defende suas marcas registradas através de escritórios legais autorizados em cada região. Por isso, já estão sendo tomadas as medidas legais cabíveis".

A disputa se justifica porque está em jogo um mercado que movimenta mais de R\$ 200 milhões por ano. Só a Kellogg produz no Brasil, segundo executivos do setor, mais de 1,1 mil toneladas por ano, faturando mais de R\$ 120 milhões. A Corn Sugar é a segunda no ranking, com 450 toneladas vendidas anualmente e receitas de R\$ 22 milhões. Bem atrás está a suíça Nestlé, com 380 toneladas vendidas por ano.

- Começamos a crescer e estamos incomodando os concorrentes. Temos um volume grande de vendas no país porque produzimos para as marcas próprias dos maiores supermercados do país. A estratégia da empresa é

popularizar o produto com preços mais baixos e impulsionar o crescimento do mercado, que registra altas de 10% no volume ao ano – explica Roberval Dias Martins, diretor comercial da Alca Foods.

Martins alega que utiliza a cor azul, por exemplo, por ser um padrão internacional. Já o mascote da marca, diz, é diferente da concorrente.

– Não tiro o leão da minha marca por nada. Posso até fazer algumas modificações, mas tudo terá que ser conversado – ressalta Martins.

A mexicana Canel's, marca de chiclete criada em 1925, possui similaridades com a marca Chiclet's, da americana Cadbury Adams. As peculiaridades vão desde as cores na embalagem – ambas em formato retangular – até a tipografia das letras. As coincidências devem parar nos próximos meses nos tribunais. A multinacional não se pronuncia oficialmente sobre o caso. Porém, segundo um executivo, a empresa deve entrar com ação na justiça.

Segundo Carlos Eduardo de Paulo e Silva, diretor comercial da distribuidora da Canel's no Brasil, a All Alimentos, a marca possui o registro no país desde 1988. Presente em mais de 60 países, a companhia, de acordo com Silva, possui registros em todos os lugares onde vende suas gomas de mascar.

– As cores dos produtos estão relacionadas aos sabores. É um padrão mundial. E em relação a embalagem, nenhuma empresa é proprietária dos formatos. Além disso, o nosso chiclete não tem similaridade fonética ou tipográfica. Se não fosse isso, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial não aceitaria o nosso registro de patente – explica Silva.

Impasse semelhante aconteceu entre os iogurtes Corpus, da francesa Danone, e o Cyclus, da holandesa Bunge, em julho deste ano. No primeiro momento, através de uma ação judicial no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a Danone obteve liminar que obrigava a concorrente a retirar a marca do mercado sob pena de multa diária de R\$ 10 mil.

A multinacional francesa alegou a mesma combinação de cores, em azul e violeta, tipografia semelhante e uso de figura humana nas embalagens. Além disso, há uma figura humana no rótulo com traços semelhantes a do concorrente.

A empresa alega que a semelhança entre as marcas promove “desvio de clientela” por “meio fraudulento”, já que os dois itens se encontram próximos nos refrigeradores dos supermercados. A Danone diz que “vem, diariamente, suportando enormes prejuízos com o desgaste e diluição do poder atrativo de sua marca”.

Para evitar mais problemas em um mercado que fatura mais de R\$ 2,5 bilhões por ano no Brasil, a Bunge, através de sua assessoria de imprensa, disse que entrou em acordo com a Danone e fará mudanças na logomarca de seu Cyclus.

Esta é a segunda vez que a Danone enfrenta problemas com suas marcas alegando imitação de seus produtos. No primeiro semestre deste ano, a empresa notificou extra-judicialmente a Batávia, dona da marca Batavo, para que a empresa alterasse a apresentação das embalagens dos iogurtes Kissy Smoothies e Bio Fibras que seriam similares ao padrão visual dos iogurtes Corpus Fresh.

Há dois anos, a Nestlé entrou com processo na Justiça de São Paulo contra a Parmalat acusando a rival de imitar

na semelhança da ilustração dos morangos com cobertura de creme de leite. Na época, a empresa suíça pediu à Justiça que fossem suspensas as vendas do produto fabricado pela italiana. Mas o pedido de liminar foi negado. Procurada, a Nestlé do Brasil informou que o executivo que acompanha o andamento do processo não foi localizado.

#### **TEXTO 142**

##### **Consumidor pode entrar na Justiça**

Na avaliação do advogado José Armando Falcão, da Falcão Associados & Advogados, a cópia de marcas agride o consumidor, que pode entrar com ação judicial caso se sinta lesado.

- A cópia é uma agressão ao direito econômico, do consumidor e administrativo. Dependendo do nível de imitação de um outro produto, o caso pode ser considerado crime, e a empresa ainda terá de responder uma ação penal. Esse é um atalho usado por algumas empresas para aumentar o lucro de forma indevida - explica Falcão.

Entre os biscoitos, a disputa e o monitoramento dos concorrentes é intenso. Ainda mais no precioso segmento dos "individuais salgados", que só no ano passado faturou mais de R\$ 6,13 milhões e produziu mais de mil toneladas. Desde o ano passado, a Kraft, dona da marca Club Social - líder, com 50% de participação no mercado -, entrou com ação judicial para impedir a concorrente Bauducco - que lançou o similar Toda Hora - de usar a expressão "toda hora" no produto.

A americana Kraft pleiteia a suspensão não só das embalagens mas também em campanhas publicitárias, alegando que é a proprietária da expressão "qualquer hora é hora", justamente o *slogan* usado nos comerciais de televisão. No mês passado, a Bauducco reagiu e entrou com ação alegando que a expressão não infringe o direito da multinacional. Em primeira instância, a Kraft perdeu. Mas recorreu da decisão, que ainda não foi julgada.

A preocupação da Kraft é justamente porque foi ela quem inaugurou o segmento no país, em fevereiro de 2000. Já o biscoito da Bauducco chegou às gôndolas em outubro de 2002.

Na avaliação do advogado João Luis Caldeira, o perigo é quando uma empresa se aproveita de forma ilegal de uma marca já tradicional e conhecida no mercado. Para ele, essas ações são conhecidas como parasitárias.

- As companhias fazem isso para registrar altas vendas sem a necessidade de grandes investimentos em marketing e na comunicação. Como o público identifica, é legal que as empresas que se sintam prejudicadas entrem na justiça podendo, até, pedir indenizações pelo recuo nas vendas - diz Caldeira.

#### **TEXTO 143**

##### **Proteção contra armadilhas**

##### **Consumidor não é obrigado a cumprir contratos de adesão com cláusulas abusivas**

*CRISTIANE CRELIER*

Consumidores insatisfeitos com serviços, taxas ou produtos são constantemente despachados por funcionários de empresas sob a alegação de que as cláusulas que motivam as queixas "estão no contrato". Mas os clientes devem saber que o Código de Defesa do Consumidor (CDC) dá grande amparo contra cláusulas contratuais consideradas abusivas, principalmente em contratos de adesão.

- Cláusula abusiva é sempre aquela que causa desequilíbrio, dando mais vantagem para aquele que fez o contrato. O problema é que esses contratos não são discutidos, não são elaborados em conjunto com o

contratante. O consumidor é obrigado a aderir a um texto pré-impresso. Portanto, pode ser questionado mais tarde - esclarece a advogada Fabiana Ricardo Molina, do escritório Moreau Advogados.

Um segmento onde o contrato de adesão é muito utilizado e contestado é o de planos de saúde. Muitas são as discussões sobre o que os planos podem ou não restringir da cobertura dos segurados. Mas o maior problema é o fato de as cláusulas restritivas serem vagas, deixando espaço para ampla interpretação. Na última semana, o juiz Rogério de Oliveira Souza, da 20ª Vara Cível, obrigou a Golden Cross a autorizar a um segurado o procedimento cirúrgico de enxerto ósseo.

"Esse é mais um caso dentre as dezenas de milhares em que os planos de saúde e seguradoras de saúde entendem por interpretar ao seu contento cláusulas contratuais dúbias", afirma o magistrado em sua decisão.

A Golden Cross esclarece que já foi informada da decisão e que vai recorrer na Justiça, "pois o contrato do associado, por ser anterior à Lei 9656/98, não prevê cobertura de transplantes".

Uma cláusula que tem sido foco constante de debate judicial é a que obriga o consumidor a permanecer um tempo mínimo com determinado serviço.

De acordo com o advogado Robson Pedron Matos, também do escritório Moreau Advogados, as empresas costumam estipular uma multa para o caso da desistência de um determinado serviço antes do fim do prazo mínimo, embora tanto o tempo mínimo como a multa sejam questionáveis, mesmo nas promoções onde se oferece a exclusão de taxa de adesão em troca desse tempo mínimo de contratação.

- O serviço pode não ser satisfatório, ou a família pode ter problemas financeiros, entre outras coisas. O consumidor que pagar a multa pode recorrer à Justiça para pedir a restituição do valor pago considerado indevido ou ir antes ao judiciário e pedir uma medida cautelar para evitar que seu nome seja negativado. Afinal, qualquer valor pode levar um consumidor ao cadastro de inadimplentes - afirma Matos, também do Moreau Advogados.

Segundo ele, a boa-fé é um dos quesitos mais importantes para o Judiciário.

- A questão dos juros no cartão de crédito, por exemplo, teve uma espécie de desfecho desfavorável para o consumidor. Súmula do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determina que as empresas de cartão podem acordar com as partes quaisquer juros, não sendo estas submetidas aos limites da Lei de Usura. Mesmo assim, a súmula não impede que a questão venha a ser judicialmente discutida através dos princípios da boa-fé e da equidade - diz o advogado.

Nos Procons do país, segundo dados do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec), os serviços essenciais (água, luz, telefone, etc) são os que recebem o maior número de reclamações. No que se refere a produtos específicos, os principais vilões são os contratos de serviços de telefonia celular. Assuntos financeiros ocupam o terceiro lugar, seguidos por serviços privados e saúde.

**TEXTO 144****Começa disputa pelo 29º Prêmio Mauá  
Votação para o 'Oscar' do mercado financeiro reunirá 180 analistas, corretores,  
gestores e jornalistas até o dia 26 de setembro****BRUNO ROSA**

Começa amanhã a votação de um dos prêmios mais tradicionais da área econômica do país, o Prêmio Mauá, concedido à empresa de capital aberto que mais se destacou no mercado de capitais durante o ano passado, quando o Produto Interno Bruto (PIB, soma de todas as riquezas produzidas no país) cresceu 4,9%, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em sua 29ª edição, os 180 analistas e corretores de mercado, administradores de fundos de investimentos e jornalistas participarão da eleição, que termina no dia 26 deste mês.

O Prêmio Mauá é uma espécie de *Oscar* do mercado financeiro e rende homenagem ao Barão de Mauá, responsável pelo início da industrialização no país, no século 19. Os especialistas econômicos vão eleger, de forma direta e com votação pela internet, através do site {[www.premiomaua.com.br](http://www.premiomaua.com.br)}, a empresa que apresentou o melhor relacionamento com seus acionistas. Isso inclui a qualidade na divulgação de informações a todos os participantes do mercado, a política de remuneração de dividendos e o retorno satisfatório para os acionistas, além da transparência dos balanços e de outros resultados.

- Só ganha a empresa que tiver uma boa prática de governança corporativa. O fato de as empresas estarem investindo cada vez mais em ações sociais é extremamente importante. É um dos quesitos, com 25% de importância - disse Leonardo Faccini, superintendente-geral da Comissão Nacional de Bolsas.

Segundo Faccini, o objetivo do Prêmio Mauá é estimular o aperfeiçoamento das relações entre as empresas de capital aberto e seus acionistas. O anúncio do vencedor será feito em outubro.

A premiação é concedida pela Comissão Nacional de Bolsas, com apoio do **Jornal do Brasil**, *Gazeta Mercantil*, Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais (Abamec), Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) e Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Em quase três décadas, grandes empresas já levaram o troféu para casa, como Bradesco, Souza Cruz, White Martins e Petrobras, entre outras. O Banco do Brasil foi o vencedor do ano passado e, em 2003, a Vale do Rio Doce conquistou o prêmio.

- A importância de se ganhar um prêmio como este é enorme. Os resultados das companhias abertas foram excelentes em 2004, um ano de crescimento da economia. Com isso, a competição ficou mais acirrada. No ano passado, ainda houve uma retomada do mercado de ações, com sete empresas abrindo capital e outras sete companhias fazendo novas ofertas públicas para captar recursos - lembrou Faccini.

O executivo lembra ainda que 53 mil pessoas físicas compraram essas novas ações durante 2004, o que demonstra o sucesso da política de popularização do mercado de capitais promovida pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). O total de novos recursos somou mais de R\$ 9 bilhões no mercado. O ano foi marcado também pelo aumento da demanda interna e das exportações. Por isso, muitas companhias obtiveram lucros recordes e outras conseguiram, pela primeira vez, notas maiores nas agências de classificação de risco.

- Apesar de bons resultados das empresas, não se deve supervalorizar apenas os lucros. É importante prestar atenção em outros itens como governança corporativa e responsabilidade. Fatores tão importantes quanto os resultados financeiros - afirmou Faccini.

#### **TEXTO 145**

#### **Além do Fato: A redução tarifária e a competitividade brasileira**

*DURVAL DE NORONHA GOYOS\**

Dias atrás, o Ministério da Fazenda apresentou uma proposta para a oferta brasileira de redução tarifária de bens no âmbito da Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC). Como é sabido, durante as rodadas de negociação, os Estados membros fazem, uns aos outros, ofertas que são então multilateralizadas, aplicáveis a todos, por força da cláusula da nação mais favorecida.

Não há dúvidas de que, numa perspectiva exclusiva de técnica de negociação, a ocasião para uma concessão tarifária dá-se realmente durante tais rodadas, porque permite a obtenção de contrapartidas da parte dos principais parceiros econômicos. O sucesso na negociação depende de como os benefícios das contrapartidas obtidas irão superar os ônus e percalços das concessões feitas.

Nas últimas rodadas, conforme cálculos do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização das Nações Unidas (ONU) o Brasil, como os países em desenvolvimento em geral, foi um grande perdedor. Na Rodada Uruguai, mais de 73% dos benefícios couberam aos países desenvolvidos, segundo cálculos do FMI. Por exemplo, o Brasil foi praticamente excluído do comércio internacional de serviços.

Pois bem, a proposta tornada pública pelo Ministério da Fazenda é generosa aos parceiros comerciais porque propõe a redução do máximo consolidado (patamar superior de cobrança possível), de 35% para 10,5%, e a redução da tarifa média efetivamente cobrada para 9,79%. Os objetivos internos desse grande corte tarifário seriam a ampliação da produtividade e capacidade da economia, via crescimento sustentado da corrente de comércio. Segundo o Ministério da Fazenda, o aumento de exportações e importações ampliaria as possibilidades de investimentos, a produção e o emprego.

Como ainda não se sabe bem o que o Brasil obterá em troca da redução tarifária, constata-se que a proposta formulada leva em consideração apenas supostos benefícios institucionais para a economia brasileira. As tarifas, como bem é sabido, constituem a única fonte legal de proteção da indústria doméstica face à concorrência externa. Ao promover uma dramática redução tarifária, um país expõe-se à concorrência internacional em níveis de igualdade. Para sustentá-la e prevalecer no embate, devem existir alguns pressupostos institucionais básicos.

De fato, em sua importante obra, *Chutando a Escada*, o economista Ha-Joon Chang expôs como o protecionismo assegurou, num primeiro momento, a sobrevivência da indústria nascente, até se firmar a sua competitividade, para depois consolidar a hegemonia aos hoje países desenvolvidos. O protecionismo continua a ser utilizado pelos países desenvolvidos para manter a hegemonia conquistada e se manifesta através dos picos tarifários e das barreiras não tarifárias. Assim, enquanto as tarifas médias praticadas pela União Européia (UE) e Estados Unidos da América (EUA) são relativamente baixas (inferiores a 2%), nos setores que devem ser protegidos situam-se freqüentemente acima de 16%.

Ora, é de se indagar se a economia brasileira já atingiu um tal patamar de excelência em competitividade que permita ao nosso governo dar lições de liberalismo comercial aos parceiros hegemônicos do comércio. Afinal, já enterramos o chamado "custo Brasil"? Não são nossas taxas de juros as mais altas do mundo? Não é o nosso

investimentos próprios abaixo da necessidade mínima de sustentação de desenvolvimento básico? Não temos necessidade de grandes inversões sociais? Enfim, não somos mais um país em desenvolvimento?

Como então irão as empresas brasileiras poder competir com as estrangeiras, que têm não somente um amplo acesso aos mercados financeiros voluntários, como a subsídios e, principalmente, a taxas de juros 15% mais baratas? Como irão nossas empresas, que se deparam com tributos ao faturamento e sangram com mais de 70 impostos, competir com a eficiência tributária de um outro país em desenvolvimento, a China (menos de 20), sem contar com aquelas das potência hegemônicas?

Nesse ponto, é oportuno lembrar que um recente relatório do International Finance Corporation (IFC) colocou o Brasil em 119º lugar, num universo de 155 países pesquisados sob o prisma da competitividade internacional (153º lugar na competitividade fiscal). De mais a mais, a sobrevalorização artificial do real face ao dólar americano, já num patamar de 30%, favorece os importadores de produtos estrangeiros por suplantarem os valores tarifários, num verdadeiro subsídio aos produtores de terceiros países. Essa situação já faz do Brasil, na realidade, o país que pratica o maior liberalismo nas importações.

Como então poderá o Brasil competir praticando tarifas de primeiro mundo, numa situação de tamanha grave adversidade institucional? Para que se possa dimensionar adequadamente uma oferta de redução tarifária no âmbito multilateral, deve-se em primeiro lugar definir, com sobriedade, qual o grau de proteção necessária à indústria, face à realidade nacional. Em segundo lugar, deve-se buscar contrapartidas dos parceiros comerciais que beneficiem o acesso a mercados da indústria doméstica. Por último, deve-se assegurar que as concessões recebidas sejam maiores e melhores do que aquelas feitas.

Com o quadro desejado pela Fazenda, dar-se-á o agravamento da falta de competitividade institucional brasileira, com o que os investidores estrangeiros preferirão constituir plataformas de exportação em outros países, para atender ao mercado brasileiro. Da mesma forma, a Fazenda estará promovendo a fuga de capitais do Brasil, pois será mais eficiente atender ao mercado brasileiro desde terceiros países. Melhor seria a Fazenda patrocinar negociações realistas e tratar de promover a recuperação da competitividade nacional.

*\*Árbitro do Brasil na OMC e sócio sênior do escritório Noronha Advogados*

[19/SET/2005]

#### **TEXTO 146**

#### **Remédio amargo e tóxico**

#### **Juro alto contribui para aumento da inflação por inibir investimento produtivo, sustenta especialista**

*LILIANA LAVORATTI*

**SÃO PAULO** - Ao contrário do que o Banco Central apregoa, os juros altos reprimem mais a oferta do que o consumo e, com isso, causam inflação em vez de contribuir de forma eficaz para o controle de preços. Além disso, a taxa básica (Selic) elevada faz com que mais da metade dos tributos arrecadados anualmente pela Receita Federal seja consumida pelos gastos com juros da dívida pública, hoje o maior problema orçamentário do governo federal.

As conclusões são do consultor em finanças públicas Amir Khair, ao avaliar os resultados da política monetária oficialmente voltada para controle do processo inflacionário nos últimos seis anos. Tal política se baseia no chamado sistema de metas de inflação, em que os juros são mecanismo para fazer a trajetória da inflação



convergir para a meta anual estipulada. Pelos seus cálculos, a Selic contribuiu para gerar pressões inflacionárias, pois o custo do dinheiro para as empresas cresceu mais do que para as pessoas físicas.

- Política monetária ou inflacionária? - pergunta Khair. Seu trabalho contraria a política econômica que tem prevalecido desde o governo Fernando Henrique Cardoso, baseada no pressuposto de que juros altos desestimulam o consumo, contribuindo, assim, para conter a inflação.

- De cinco anos para cá, porém, é possível verificar que a política monetária praticada afetou muito mais a oferta do que a procura - enfatiza Khair. Em seu entender, a Selic alta causa inflação ao desestimular o investimento produtivo, pois, explica ele, aplicações financeiras remuneradas de acordo com a taxa de juros, sem riscos e com liquidez imediata são capazes de atrair mais o empresário do que o investimento na produção ou prestação de serviços, com risco maior e prazo de retorno mais longo. Sem expansão da produção, a oferta não acompanha a demanda, provocando alta de preços, ressalta o consultor, engenheiro formado pelo Instituto Técnico da Aeronáutica (ITA) e ex-secretário de Finanças da Prefeitura de São Paulo entre 1988 e 1992.

#### **TEXTO 147**

##### **Câmbio oculta efeito dos juros**

##### **Dólar baixo compensa inflação causada por oferta menor, avalia especialista w Remédio tóxico continuação da pág. A17**

Embora criticada, especialmente pelo setor produtivo, a alta da taxa de juros é comemorada, agora, por ser apontada como responsável pelo afastamento da ameaça de crescimento da inflação, trazendo sua expectativa para próximo da meta fixada pelo Banco Central (BC), de 5,1%, em 2005. Ao ter chegado a esse ponto, foi dado finalmente o sinal para o início da lenta e gradativa redução dos juros básicos - neste mês, o Comitê de Política Monetária (Copom) baixou a Selic de 19,75% para 19,50% ao ano, pela primeira vez em dezessete meses.

O consultor em finanças públicas Amir Khair lembra que, no conceito tradicional, a política monetária visa controlar mais o consumo via taxa de juros do que o investimento. Quanto maior a taxa, mais restrições imporia ao consumo. Pela teoria, consumo menor diante do mesmo nível de oferta acarreta queda nos preços. O que importa é a taxa de juros na ponta do consumo, e é esperado que a definição da taxa básica de juros ajude a definir a taxa ao consumidor.

Contudo, essa política não tem reprimido a demanda a contento, em face da expansão desenfreada da oferta de crédito pelas instituições financeiras, como o crédito consignado com desconto em folha, que oferecem empréstimos mais baratos ao tomador final. Inseparáveis desse fenômeno são as parcerias entre as grandes redes varejistas e bancos.

- Quanto maior a Selic, mais pessoas irão procurar os empréstimos em consignação, com farta oferta, pela grande diferença entre as taxas de juros - diz Khair.

Enquanto as financeiras cobram cerca de 12% ao mês, os empréstimos consignados, por terem taxa de inadimplência quase nula, têm taxas próximas a 3% no mesmo período.

Segundo Khair, a situação do crédito no Brasil é diferente em relação aos demais em dois aspectos fundamentais: no spread bancário (diferença entre a taxa pela qual um banco capta recursos e a taxa que pratica quando concede empréstimos, que representa seu ganho) e na relação entre o volume de empréstimos e o Produto Interno Bruto (PIB, soma de todas as riquezas do país). Enquanto aqui o spread é de 46 pontos percentuais no crédito ao consumidor, nos demais países é de 3 a 5 pontos percentuais.

- Por isso, a elevação de 1 ponto percentual na taxa básica repercute proporcionalmente muito menos aqui do que em outros países - avalia.

Exemplo recente, segue Khair, é o que ocorreu na última trajetória de alta da Selic, iniciada em setembro de 2004, quando subiu até maio 3,75 pontos percentuais, indo para 19,75%. A taxa só voltou a cair este mês, e apenas 0,25 ponto percentual. Enquanto isso, os juros ao consumidor subiram somente 1,4 ponto percentual no período.

Já a relação entre o volume de crédito e o PIB é de 27%, enquanto nos demais países supera 60%.

- Isto significa que a política monetária não tem a eficácia verificada em outros países.

Khair vê poucos pontos positivos na manutenção de uma Selic alta. Um deles é ajudar a apreciar marginalmente o real ao favorecer a atração de capitais externos especulativos, tornando as importações mais baratas.

- Mas essas aplicações são de curto prazo e repatriadas com maior retirada de dólares em relação ao ingresso, já que inclui a rentabilidade do investimento e o ganho com a desvalorização cambial - relativiza o consultor. - Assim, o efeito final é uma saída líquida de divisas.

Para o consultor, o Real deverá continuar se apreciando frente ao dólar devido à alta liquidez internacional da moeda, ao gigantesco déficit em transações correntes nos Estados Unidos, ao crescente superávit em transações correntes (saldo das trocas de bens e serviços entre o país e o mundo) no Brasil e à acentuada entrada de investimentos diretos estrangeiros.

- Mesmo que caíssem dos atuais 14% ao ano para algo como 5% ao ano, as taxas reais de juros continuariam ainda atrativas, uma vez que nos países emergentes a taxa é de 1,1% ao ano e nos países desenvolvidos, de 1% ao ano - lembra o consultor financeiro.

Diante disso, ele vê com cautela as recentes comemorações pelo sucesso da política monetária no controle da inflação.

- Como já foi descartada a eficácia da política monetária como mecanismo de contração do consumo, restou como argumento o fato de que atuou para manter o real valorizado, o que tornou as importações mais baratas - diz.

Segundo ele, transações correntes e investimentos diretos juntos contribuíram muito mais para a entrada de divisas no país do que os investimentos estrangeiros em carteira, de setembro de 2004 a julho deste ano, período no qual a taxa Selic subiu 3,75 pontos percentuais.

- Os verdadeiros responsáveis pela forte apreciação do real foram as exportações e os investimentos diretos e não os investimentos em carteira atraídos pela alta Selic - finaliza.

#### **TEXTO 148**

##### **Refino de lucro na Petrobras**

##### **Unidade de petroquímicos evitará perdas de US\$ 2 bi anuais**

*RICARDO REGO MONTEIRO*

Considerada fundamental para a Petrobras, a nova Unidade de Petroquímicos Básicos (UPB) que será construída

Petrobras tenha, em 2010, um prejuízo que poderá chegar a US\$ 2,2 bilhões por ano, segundo cálculos de executivos do setor. Como permitirá a produção de matérias-primas petroquímicas a partir do petróleo pesado da Bacia de Campos, a unidade – também conhecida como refinaria petroquímica – evitará que esse petróleo seja exportado a preços módicos e permitirá que se transformem em produto de maior valor agregado.

Num cenário em que o barril do petróleo WTI – o mais leve e, portanto, mais caro – na casa dos US\$ 70, o óleo do tipo Marlim (predominante na Bacia de Campos) é exportado com um desconto que chega a US\$ 12, por ser considerado de pior qualidade no mercado internacional.

Como o Plano de Negócios da Petrobras prevê a produção de um excedente de cerca de 510 mil barris por dia de petróleo nacional em 2010, tomando-se por base a cotação do WTI, a exportação pura e simples desse óleo representaria uma perda de cerca de US\$ 6 milhões por dia. Por ano, a companhia deixaria de ganhar US\$ 2,2 bilhões, o valor de uma refinaria convencional de grande porte. Como a refinaria petroquímica deverá produzir matérias-primas com maior valor agregado a partir desse óleo mais pesado, como eteno, propeno, óleo diesel e GLP, a expectativa é converter o prejuízo previsto em maior rentabilidade.

Assim, a empresa antecipou o cronograma da UPB na revisão do Plano de Negócios. Se antes a diretoria de abastecimento da estatal trabalhava com um prazo de 2012 para a conclusão do empreendimento, cujo valor poderá chegar a US\$ 9 bilhões – como antecipou o Jornal do Brasil em fevereiro –, agora a expectativa é que suas operações comecem em 2010, de modo a reverter o prejuízo. A previsão é de que a UPB tenha capacidade para refinar cerca de 200 mil barris por dia de petróleo Marlim.

O diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, afirma que as mudanças recentes promovidas no comando da Petroquisa não modificarão os rumos desse e de outros projetos previstos pela subsidiária petroquímica da estatal. Costa, que fez questão de elogiar a nova presidente da subsidiária – a ex-secretária do Ministério de Minas e Energia Maria das Graças Foster –, negou os rumores do mercado de que a troca no comando da empresa tenha sido fruto de uma intervenção da chefe da Casa Civil, ministra Dilma Rousseff, em um momento de esfriamento nas relações do PT com o PP, partido que teria sugerido a indicação. Segundo Costa, a ex-secretária foi escolhida por ele mesmo, baseado na competência da executiva.

[20/SET/2005]

#### **TEXTO 149**

**Juro eleva dívida em R\$ 5 bi**

**No ano, manutenção de taxa básica em patamar alto provoca aumento de R\$ 110 bi no passivo, que chegou a R\$ 920 bi em agosto**

*SILMARA COSSOLINO*

**BRASÍLIA** - A manutenção dos juros em patamar elevado - 19,75% ao mês - provocou uma elevação de R\$ 5,1 bilhões na dívida pública mobiliária entre julho e agosto, aumentando o passivo para R\$ 920,79 bilhões. A política monetária conduzida pelo Banco Central foi a grande responsável pelo crescimento de R\$ 110 bilhões do estoque da dívida em apenas oito meses, informou ontem a Secretaria do Tesouro Nacional.

A dívida só não cresceu mais por conta da crise política. Para evitar impacto da volatilidade, o Tesouro ofereceu menos títulos em leilões ao mercado. Os resgates superaram as emissões em R\$ 7,8 bilhões, o que não acontecia há alguns meses.

Nas contas do Tesouro, a redução da Selic de 19,75% para 19,5% ao ano, promovida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) na semana passada, pode gerar economia anual de R\$ 1,3 bilhão no pagamento da dívida pública.

Mas não há como voltar atrás nos estragos já feitos pela manutenção da Selic em um patamar ainda extremamente elevado em comparação a outros países emergentes. Pelos cálculos da Tendências Consultoria, a expectativa é que o governo desembolse R\$ 149 bilhões até o fim do ano somente com o pagamento de juros. Segundo a GRC Visão, o país economizaria R\$ 85 bilhões ao ano se mantivesse a Selic em patamar semelhante a outros emergentes, conforme antecipou o **Jornal do Brasil** na edição de domingo.

A participação dos títulos públicos pós-fixados, atrelados à variação da taxa básica de juros - as Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) - recuou de 57,32% para 55,85% entre julho e agosto. Já a parcela da dívida equivalente aos títulos prefixados - as Letras do Tesouro Nacional (LTNs) - passou de 22,37% em julho para 23,87% em agosto. A dívida atrelada à variação do câmbio recuou de 4,15% para 4,11%.

Para reduzir o impacto dos juros na dívida pública, o Tesouro está tentando aumentar a participação de títulos prefixados em dívida pública com a redução dos títulos corrigidos pela taxa Selic. Assim, o coordenador-geral de operações da Dívida Pública, Paulo Valle, considera que esse foi um mês positivo, já que está próximo da meta para o ano, que é terminar entre 20% e 30% do total da dívida corrigidos por papel prefixado.

Os dados do Tesouro Nacional mostram ainda que o governo está conseguindo alongar a dívida. O prazo médio das emissões passou de 25,1 meses em julho, para 27,9 meses em agosto. Por sua vez, a parcela de títulos públicos com vencimento em até 12 meses - em curto prazo - recuou de 44,2% em julho para 42,7%.

- O mercado, normalizado, ajuda nisso. Estamos prevendo que, ao fim do ano, a dívida de curto prazo caia para 40% - disse Valle.

Para ele, a crise política não deve causar impacto no cronograma de leilões do Tesouro, pois considera que ela hoje não está associada ao mercado financeiro. Ainda que tenha sido verificado um certo nervosismo no mercado nas duas últimas semanas de julho e nas duas primeiras de agosto, Valle afirmou que os leilões de títulos públicos estão dentro da normalidade e com boa demanda.

- Não temos tido problemas em cumprir o planejado do mês. Os leilões de títulos públicos estão dentro da normalidade e com boa demanda. No começo do mês, houve variação por conta do cenário político. Mas, de lá pra cá, voltou à normalidade - afirmou.

#### **TEXTO 150**

##### **Captação leva bolsa a bater recorde**

Folhapress

A Bolsa de Valores de São Paulo cravou ontem a quarta alta seguida. Resultado suficiente para alçar o Ibovespa, principal índice da Bolsa paulista, ao resultado histórico dos 30.076 pontos, com alta de 0,87% nos negócios.

O movimento de alta foi consolidado após a divulgação do resultado da primeira captação externa em reais feita pelo governo. O volume financeiro somou R\$ 2,719 bilhões, inflado pelo exercício de opções, que totalizou R\$ 917,895 milhões.

A participação dos estrangeiros foi fundamental para empurrar a Bovespa a seu novo pico histórico, avalia André Castro, gestor de renda variável da SulAmérica Investimentos. No acumulado até o dia 15, as compras dos investidores externos superavam em R\$ 185,95 bilhões as vendas.

A ação preferencial da Petrobras foi a mais negociada, ao movimentar R\$ 193 milhões, com valorização de 2,84%.

No mercado de câmbio, o dólar caiu 0,13% e encerrou o dia vendido a R\$ 2,296.

### **TEXTO 151**

#### **Estrangeiros com apetite**

#### **Governo capta o triplo do previsto em moeda nacional**

O apetite do investidor estrangeiro pelos mercados emergentes e a alta liquidez internacional garantiram o sucesso da primeira emissão de títulos da dívida externa em reais, realizada ontem pelo governo brasileiro. A operação resultou em uma captação de R\$ 3,4 bilhões, ou US\$ 1,5 bilhão - o triplo do previsto inicialmente. O prazo para quitação é 2016 e, até lá, os investidores receberão remuneração de 12,75% ao ano.

A taxa que o governo se propôs a pagar é 50% superior à aceita pelos investidores na última emissão externa do Tesouro, em 6 de setembro, quando pagou 8,52% ao ano na colocação de US\$ 1 bilhão, em dólares. Mas, para José Antônio Gragnani, secretário-adjunto do Tesouro, as condições obtidas pelo governo na emissão ficaram "dentro do esperado".

- O resultado mostra que o investidor estrangeiro está vendo as qualidades do país. Vê que é interessante investir no Brasil - comemorou.

Com a emissão em reais, o governo se livra do risco cambial. Mesmo que o dólar dispare, o valor do empréstimo não será alterado. O risco assumido pelo governo e pelos investidores na operação é, justamente, o comportamento dos juros no Brasil. Se permanecerem elevados nos próximos 11 anos, o ganho será do governo, que terá conseguido um empréstimo a um custo mais baixo que a média. Caso contrário, os investidores ganham mais.

Os recursos integrarão as reservas do país na próxima segunda-feira e serão utilizados para o pagamento de dívidas. A operação foi intermediada pelos bancos americanos Goldman Sachs e JP Morgan, com o auxílio do Itaú.

Gragnani diz que o lançamento do Tesouro poderá estimular o setor privado a fazer novas captações. Isso porque, a partir de agora, as operações privadas poderão usar o lançamento do governo como parâmetro, o que pode facilitar, por exemplo, negociações de prazo e taxas dos financiamentos.

O plano do governo era captar US\$ 9 bilhões entre 2006 e 2007 para refinarçar seus compromissos externos, mas, diante das condições favoráveis do mercado, começou a emitir títulos já neste ano. A primeira emissão do cronograma de 2006 foi a que pagou 8,52% ao ano.

A confiança do investidor estrangeiro em relação ao país também pôde ser confirmada pela evolução do risco Brasil. Ontem, o indicador atingiu 364 pontos, o menor patamar desde outubro de 1997.

*Com agências*

**TEXTO 152****Estaleiros em pé-de-guerra****Informações truncadas sobre licitação de dique deixam setor irritado com Petrobras***RICARDO REGO MONTEIRO E SABRINA LORENZI*

Uma concorrência da Petrobras para a construção de um dique com capacidade para fazer reparos em plataformas semi-submersíveis deixou o setor naval brasileiro novamente em pé-de-guerra. Estimado em US\$ 100 milhões, o projeto permitirá à empresa uma economia de mais de 85% com obras hoje contratadas em estaleiros de Cingapura. Informações que circulavam no setor davam conta de que a estatal construiria o dique, o que a tornaria concorrente dos estaleiros. Embora ainda esteja em discussão a forma de viabilizar o projeto, a intenção inicial da estatal é escolher, por licitação, o responsável pelo projeto ainda este ano, de modo a começar a construção em 2006.

Pelo projeto da estatal, porém, a idéia não é construir o dique, mas arrendá-lo da empresa que vencer a licitação, e promover os reparos em território nacional. Diferentemente dos diques utilizados para construção de petroleiros, o equipamento previsto por essa concorrência deve ter 120 metros de largura por 120 de metros de comprimento. Os petroleiros são construídos em diques que, na média, apresentam 400 metros de comprimento por 70 de largura.

O governo do estado da Bahia entrou de forma decidida na disputa para sediar o empreendimento, uma vez que a própria Petrobras demonstrou, inicialmente, disposição para construção do dique naquele estado. A empresa dispõe de uma base de reparos no município de São Roque, erguida na década de 70, que já foi utilizada na construção de plataformas de menor porte. Dependendo da evolução das negociações com o governo, o dique deverá ser instalado com isenção de impostos.

Responsável pelos entendimentos da Petrobras com o governo baiano, o consultor Eduardo Rappel, ex-presidente da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (Onip), atribui o mal-estar dos estaleiros nacionais a um mal-entendido. A intenção da estatal, segundo ele, é licitar a obra junto à indústria naval brasileira. Não haveria, por isso, qualquer risco de a Petrobras concorrer com os empresários nacionais do setor.

Ele acredita que grupos como o próprio Aker, da Noruega, que no Brasil controla o estaleiro Promar, de Niterói (RJ), poderão disputar a obra. Ele também lista o Mauá Jurong (RJ), além da Ultratec e dos grupos Odebrecht e Camargo Corrêa como potenciais candidatos ao novo empreendimento.

**TEXTO 153****Tempestade eleva preço do petróleo****Medo do 'Rita' faz barril subir 6,88%, para US\$ 67,39**

Folhapress

As preocupações quanto ao avanço da tempestade tropical Rita fizeram o preço do petróleo fechar em alta ontem. O barril para entrega em outubro, negociado na Bolsa Mercantil de Nova York, fechou o dia cotado a US\$ 67,39, alta de 6,88%. O governador do estado da Flórida, no sul dos Estados Unidos, Jeb Bush, declarou estado de emergência local, dando o direito de promover retiradas e ativar a Guarda Nacional. Previsões indicam também que o Rita pode atingir qualquer ponto entre o México e o Mississippi até o final desta semana.

Se a tempestade se tornar um furacão, as unidades de produção no Golfo do México, atingidas no fim de agosto pelo furacão Katrina, podem sofrer outro golpe, afetando a já prejudicada exploração petrolífera americana. Caso atinja o Texas, que concentra o maior volume de refino do país, com 26 refinarias, o fornecimento de gasolina nos EUA pode ficar ainda mais prejudicado.

Cerca de 55% da produção de petróleo e 35% da de gasolina ainda estão interrompidas devido à passagem do Katrina. O aumento do petróleo ocorreu às vésperas da reunião da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), que hoje deve decidir se irá ou não aumentar sua cota oficial de produção, atualmente de 28 milhões de barris por dia.

O presidente do cartel, xeque Ahmed Fahd Al Sabah, disse que os representantes dos países-membros se dividem entre manter a atual cota e disponibilizar 2 milhões de barris diários das reservas ociosas. Analistas afirmam que a decisão terá valor quase simbólico.

#### **TEXTO 154**

##### **Furlan vai à China sem salvaguardas**

##### **Governo alega que tentará reduzir invasão de importados produzidos no país por meio de negociação**

*DIMALICE NUNES*

**BRASÍLIA** - Diferentemente do esperado pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, e por boa parte do empresariado, a regulamentação das salvaguardas específicas contra a China dificilmente sairá antes da viagem do ministro à China, marcada para o próximo dia 28. A informação foi confirmada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, que conversou com jornalistas na saída da reunião da Câmara de Comércio Exterior (Camex). Rosseto não acredita, porém, que seja ingenuidade do governo viajar ao país sem esta carta na manga.

- O ministro Furlan viaja mesmo assim. O mais importante é tentar breçar as importações chinesas pela negociação - afirmou.

É justamente esse o objetivo da missão à China, segundo Rosseto. Antes da chegada de Furlan, segue para para o país amanhã uma missão precursora, coordenada pelo secretário de Comércio Exterior do Ministério, Armando Meziat, que tem como objetivo negociar a auto-limitação de produtos chineses que estão prejudicando determinados setores da indústria brasileira. Representantes da indústria paulista, dos setores calçadista, têxtil e de brinquedos, acompanharão a missão.

Um fator que pode contribuir para as negociações é a publicação, que deve sair ainda nesta semana no Diário Oficial da União, do protocolo de adesão da China na Organização Mundial do Comércio (OMC). Com isso, o Brasil reconhece a entrada da China no órgão internacional. Outro tema discutido na reunião foi a proposta feita pelo Ministério da Fazenda de redução da alíquota de importação.

- Da mesma forma que a Fazenda tem sua proposta, todos os ministérios com cadeira na Camex (*Câmara de Comércio Exterior*) também estão elaborando propostas - disse o secretário-executivo da Camex, Mário Mugnani. A idéia é elaborar o projeto brasileiro para a reunião ministerial da OMC em dezembro, em Hong Kong, onde será discutida a redução das barreiras à entrada dos produtos agrícolas dos países em desenvolvimento nos mercados de nações desenvolvidas.

A proposta da Fazenda reduz de 35% para 10,5% a tarifa máxima para importação de bens industriais consolidada pelo Brasil na OMC e causou chiadeira no setor privado e em áreas do governo. Três pontos ficaram decididos na reunião de ontem: todos os ganhos no setor agrícola terão como condição a análise de abertura em bens industriais; todas as propostas têm que evidenciar para o Brasil a compreensão de que serão necessários esforços da indústria; e as ofertas serão debatidas com o setor privado.

**TEXTO 155**  
**Buquê uruguaio**  
*RAFAEL ROSAS*

Aproveitar os benefícios do Mercosul para buscar clientes diferenciados, mas sem provocar uma invasão nos mercados vizinhos. Esta é a proposta dos produtores uruguaiois de vinho, que começam amanhã, no Rio, conforme antecipou o **Informe Econômico**, uma série de promoções para apresentar o seu produto aos brasileiros.

Mas se engana quem acha que os uruguaiois chegam agora ao mercado nacional. Apesar de terem vendido apenas US\$ 12,5 milhões em vinhos ao Brasil no ano passado, o volume representou 40% do total exportado pelas vinícolas uruguaiaias, que têm negócios com 30 países.

- Não é nosso objetivo atingir os níveis de venda dos argentinos e chilenos, muito comercializados em supermercados. O foco é em consumidores especializados, que já tomam vinho. Não temos o melhor vinho do mundo, mas um produto bom e diferente - garante José Luis Perrone Pereira, diretor de Comércio Exterior do Instituto Nacional de Vitivinicultura do Uruguai (Inavi).

Segundo ele, com apenas 9 mil hectares de vinhedos e 280 vinícolas, a produção anual de 90 milhões de litros não permite ao país brigar com os grandes fabricantes mundiais. A aposta é na tradição do país, que investiu US\$ 10 milhões em sete anos para modernizar a produção nacional. O hábito da bebida no Uruguai é tão disseminado que o país é o 8º do mundo em consumo per capita, com 32 litros anuais, o que deixa apenas 3% da produção para o mercado externo.

E deste volume exportado, 70% são da uva tannat. De origem francesa, tem como maiores produtores atuais exatamente os uruguaiois.

- O tannat combina muito com carnes e com feijoada - afirma Perrone.

A primeira degustação do produto acontece amanhã, no Barra Grill, na Barra da Tijuca. A aliança entre o Inavi - que destinou US\$ 30 mil para a série de promoções no país - e o Instituto Nacional de Carnes do Uruguai vai render ainda cardápios especiais, misturando vinhos e carnes do país, em dez restaurantes cariocas.

- Queremos casar vinho e comida. Nosso objetivo é crescer solidamente no mercado brasileiro, contando com a fidelidade do consumidor - explica Perrone.



[21/SET/2005]

**TEXTO 156****Alternativa à cisão da Varig****Docas Investimentos apresenta à Justiça e aos funcionários plano de recuperação que inclui capitalização de US\$ 360 milhões***MARCELO KISCHINHEVSKY E RAFAEL ROSAS*

Surgiu a primeira proposta concreta, envolvendo dinheiro novo, para a reestruturação da Varig. O empresário Nelson Tanure, da Docas Investimentos, controladora do **Jornal do Brasil** e da *Gazeta Mercantil*, apresentou ontem seu plano de recuperação da mais tradicional companhia aérea do país, que envolve uma capitalização no valor de US\$ 360 milhões, com a participação de credores, de funcionários e do instituto de previdência Aerus. De imediato, Docas se compromete a injetar US\$ 90 milhões na empresa, que não seria fatiada, como propôs recentemente o Conselho de Administração presidido por David Zylbersztajn.

Paulo Nocoella

**Nelson Tanure (dir.), na apresentação do plano: manutenção de empregos, base de operações no Rio e integridade da Varig.**

O plano foi exposto, no auditório da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a uma platéia composta de funcionários, sindicalistas, dirigentes da Fundação Ruben Berta (FRB, maior acionista da Varig), Aerus e magistrados escolhidos pela presidência do TJ-RJ para acompanhar o processo de recuperação da empresa.

A estratégia de Docas prevê investidas em duas frentes: o aporte de US\$ 90 milhões, correspondendo a cerca de 20% do capital do Grupo Varig, e a aquisição de até 25% da Fundação Ruben Berta Participações (FRB-Par, braço financeiro da controladora da companhia aérea), por US\$ 100 milhões. No caso da FRB-Par, seriam desembolsados mais US\$ 12 milhões referentes ao controle do capital e da gestão da holding, incluindo poderes para indicar a maioria do Conselho Administrativo durante 10 anos. Tanure defendeu, contudo, que os recursos aportados na FRB-Par sejam reinvestidos na recuperação do Grupo Varig.

- É preciso selar um pacto de governança entre todos os envolvidos, Fundação Ruben Berta, Aerus, funcionários, credores, sindicatos. A essência do sucesso do plano passa por esse pacto. São os conflitos que estão matando a companhia - afirmou o empresário.

A capitalização de US\$ 360 milhões equivaleria a 80% do capital da companhia, que seria preservada, sem venda de subsidiárias rentáveis. No total, Docas desembolsaria pelo menos US\$ 202 milhões para garantir o controle do Grupo Varig e tocar a recuperação, com prazo de 60 meses.

- Serão cinco anos de sangue, suor e lágrimas, mas a Varig é grande e vai superar as dificuldades. Docas tem experiência em gestão de empresas em crise - afirmou Tanure.

A proposta divulgada ontem apresenta diferenças importantes em relação ao plano de recuperação entregue na semana passada pelo atual Conselho de Administração da Varig ao TJ-RJ.

Enquanto o projeto dos atuais administradores da companhia aérea prevê a concentração das operações em São Paulo, a demissão de 13% dos funcionários (cerca de 1.200) e a divisão da empresa em duas, Docas acena com a manutenção dos empregos, a permanência da base operacional no Rio de Janeiro e a recuperação judicial sem

cisão da companhia. De acordo com Tanure, a idéia de dividir a Varig enfrenta a desconfiança dos credores públicos e privados.

O empresário elogiou ainda o corpo funcional da empresa e propôs que parte do pagamento dos salários possa vir a ser feito, de forma opcional, em ações da empresa.

- Os funcionários são um patrimônio fantástico. Os débitos poderão ser quitados com a troca de salários devidos por ações da empresa, de acordo com a aceitação e o nível salarial. Em relação à concentração das operações em São Paulo, Guarulhos hoje é um aeroporto muito congestionado, próximo à saturação - disse Tanure.

Outro item do plano é a restauração de 14 aeronaves paradas por falta de manutenção. A meta, afirmou Tanure, é chegar a 2010 com 120 aviões em operação, a exemplo do que ocorria em 2002. Hoje, são apenas 64.

O empresário ressaltou ainda a experiência da Docas Investimentos na recuperação de empresas e defendeu a manutenção das subsidiárias da Varig com maior potencial. Com isso, mira na proposta de venda da VarigLog para o fundo americano de private equity Matlin Patterson, por US\$ 38 milhões em recursos próprios.

- Poderíamos até vender parte de uma subsidiária, mas sem abrir mão do controle - ressaltou Tanure.

A proposta de venda da VarigLog aguarda as autorizações do Colégio Deliberante da Ruben Berta e do juiz responsável pela 8ª Vara Empresarial, Alexander Macedo. O plano apresentado por Docas ainda será submetido ao Colégio Deliberante da FRB.

#### **TEXTO 157**

##### **Plano é bem recebido por trabalhadores**

A proposta apresentada pelo empresário Nelson Tanure foi bem recebida por sindicalistas. Para Graziella Baggio, presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, foi o primeiro plano que efetivamente apresentou dinheiro com o objetivo de recuperar a empresa aérea.

- É claro que tudo depende de várias outras circunstâncias que não foram discutidas aqui, como acordos com credores. Mas em relação aos trabalhadores está muito bem pontuado o nosso interesse, que é a manutenção dos empregos e do fundo de pensão - afirmou Graziella.

A sindicalista também frisou que outro ponto positivo é a não redução de salários:

- Ficou bem claro que o pagamento com ações da empresa será opcional, o que permite que os trabalhadores se manifestem individualmente, sem obrigar ninguém a comprar papéis da companhia.

Celso Klafke, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil da CUT (Fentac), criticou o governo federal, que, em sua avaliação, não tem interesse na recuperação da empresa. De acordo com Klafke, dos planos apresentados desde o começo do ano, o projeto de Docas Investimentos se mostra o mais positivo para os trabalhadores.

- O plano é o melhor por razões muito simples: não demite, garante a integridade da empresa, garante o plano de previdência da companhia e mantém a Fundação Ruben Berta - resume o presidente da Fentac, acrescentando que o plano do Conselho de Administração da companhia pleiteava 1.500 demissões sem nenhuma contrapartida para os trabalhadores.

Oswaldo Cesar Curi, presidente do Conselho de Curadores da Fundação Ruben Berta, comemorou o interesse de Docas na empresa aérea.

- Para nós, que somos os controladores do Grupo Varig, sempre é positiva uma demonstração clara de interesse em empresas do grupo ou do próprio grupo. O surgimento de interessados no casamento mostra que a noiva é bonita, simpática, inteligente, interessante. E isso é sempre muito agradável - disse.

Curi, no entanto, evitou dar interpretações pessoais sobre o projeto de Docas.

- Toda resposta nossa sobre a viabilidade tem que ser oficial. Neste momento, foi feita uma apresentação, vamos fazer uma análise e no momento certo a fundação vai se pronunciar. Todas as análises de todas as propostas são feitas de forma profissional - afirmou, ressaltando que não há prazo para a FRB analisar o plano.

### **TEXTO 158**

#### **Investimentos em combustão**

#### **Demanda mundial aquecida emperra gastos da Petrobras**

*RICARDO REGO MONTEIRO*

A Petrobras não conseguirá investir todos os R\$ 29 bilhões previstos no Plano de Negócios para este ano. O diretor da Área Financeira da companhia, Almir Barbassa, justificou que a complexidade dos projetos da área *offshore* e a alta demanda mundial por serviços e equipamentos para plataformas marítimas têm dificultado o cumprimento do orçamento. O executivo acredita que, do total, cerca de R\$ 26 bilhões deverão ser efetivamente desembolsados.

Barbassa citou, entre outros motivos, os atrasos na entrega das plataformas P-34 e P-50 como causas para o não-cumprimento do orçamento deste ano. Ele não atribui esses atrasos, no entanto, às dificuldades que a indústria nacional tem encontrado para honrar as metas de conteúdo nacional mínimo em projetos desse porte.

Segundo Barbassa, na Nigéria, "parceiros (*da Petrobras*) têm encontrado dificuldades de contratar" plataformas de produção com prazos e preços compatíveis com a necessidade de produção. Essa, segundo ele, é uma situação global, derivada da alta demanda por esse tipo de serviço e equipamento. Como exemplo, ele lembrou que a primeira das plataformas contratadas pela estatal para exploração em águas profundas, a P-18 - construída em 90 para produzir 100 mil barris/dia -, custou US\$ 270 milhões. Hoje, comparou, o equipamento não sairia por menos que o dobro.

- O número de encomendas da Petrobras está muito grande. Por isso, esse tipo de atraso é natural - afirmou, após almoço com empresários, promovido pela Câmara Americana de Comércio do Rio.

### **TEXTO 159**

#### **Vale mais perto do níquel**

#### **Venda de ações de Eike Batista facilitará aquisição da Canico, avaliam analistas**

*RICARDO REGO MONTEIRO E DANIELE CARVALHO*

Em um lance inesperado para o mercado, a MPX Mineração e Energia, do empresário Eike Batista, abriu caminho para a Companhia Vale do Rio Doce sacramentar o controle da mineradora canadense Canico, detentora daquela que é considerada a maior reserva não-explorada de níquel do mundo, o projeto Onça Puma. Localizado no município de Orilândia, no Sul do Pará, o projeto recebeu ontem de autoridades ambientais do estado a licença para operação. Na quinta-feira passada, o empresário afirmou que não venderia os 12% do capital social que

A operação colocou Eike na condição de *market maker* (formador de preço) dos papéis, já que ditou o ritmo dos negócios ao estabelecer o preço de 20,15 dólares canadenses no pregão da Bolsa de Toronto, na última sexta-feira. Mas, passada a euforia inicial, a cotação caiu para 19.11 dólares canadenses ontem à tarde.

Anteontem, Eike comunicou a operação à autoridade regulatória do Canadá, uma vez que havia baixado de 12% para 10% o total de papéis da Canico sob seu controle. A exigência é determinada pela legislação canadense, toda vez em que o patamar de 10% é ultrapassada para cima ou para baixo.

Na última quinta-feira, a Vale comunicou ao mercado canadense uma oferta de compra do controle da mineradora Canico. A empresa ofereceu o equivalente a 17,50 dólares canadenses por cada ação detida pelo mercado. O capital da empresa, totalmente pulverizado, está dividido em 13,8% da canadense Inco; 8,9% da Management; 11,3% da Centennial Asset, braço da MPX no negócio; e 65,9% de posse de minoritários.

Eike justificou a decisão sob argumento de que considerava satisfatório o valor atingido na sexta-feira pelos papéis da mineradora.

- Consideramos que nesse patamar o papel estava bem precificado pelo mercado. Avaliamos que esse era um valor justo pelas ações - afirmou Eike, ao acrescentar que acredita ter impulsionado o negócio com a Vale.

Ele também comentou que, qualquer que seja o operador da mina Onça Puma, dependerá de toda a infraestrutura da Vale na região. Além disso, acrescentou, o projeto demandará investimentos de US\$ 1,1 bilhão, valor que segundo ele só uma mineradora do porte da Vale terá condições de dispender.

Para os analistas do setor de mineração, a iniciativa de Eike foi positiva para a consolidação dos planos da Vale.

- De certa forma ele estipulou um patamar de preço para as ações. A partir do momento em que um dos controles admite que o preço mais justo para as ações é de cerca de 20 dólares canadenses, ele está formando um preço. Dificilmente alguém pagará mais por estes papéis - diz Rodrigo Barros, analista da Unibanco Asset Management.

De mesma opinião é o analista do ABN Amro Bank, Pedro Galdi. Para ele, a transação realizada pelo empresário facilitará a obtenção do controle da Canico pela Vale.

## **TEXTO 160**

**Volks amplia produção no Rio  
Montadora investirá R\$ 220 milhões até 2007 na fábrica de caminhões de Resende**

*DANIELE CARVALHO*

O presidente mundial da Volkswagen, Bernd Wiedmann, disse ontem no Rio que a diretoria da empresa deu "sinal verde" para a complementação dos investimentos previstos até 2007 na unidade de Resende, no Sul Fluminense. De acordo com o executivo, foi liberado o aporte de R\$ 220 milhões nos próximos dois anos, o que permitirá atingir a meta de R\$ 1 bilhão entre 2002 e 2007.

**Rosinha e Cortes, vice-presidente da empresa: novos modelos.**

O anúncio foi feito durante o lançamento da linha 2006 de caminhões e ônibus da montadora, que vem apresentando forte ritmo de expansão em sua produção. Em 2004, foram fabricadas 34 mil unidades em Resende, número que, na avaliação de

Wiedmann, deve saltar para 38 mil neste ano. Deste total, 7,5 mil unidades serão exportadas, a maior parte para a Argentina (3 mil veículos) e México (1 mil).

Wiedmann disse ainda que a empresa ainda está estudando os investimentos que serão feitos a partir de 2007. Sem adiantar números, ele disse apenas que a Volkswagen está atenta a todas as oportunidades do mercado, o que poderia significar a produção de outros tipo de veículos em Resende, além dos ônibus e caminhões.

A nova linha da Volkswagen vai permitir que a empresa passe a oferecer veículos de todos os segmentos do mercado, com peso variando entre cinco e 45 toneladas de peso bruto. Vinte e cinco novos modelos de caminhões e ônibus serão montados na fábrica da Volkswagen, em Resende, incluindo o VW 19.320 Titan Tractor, nova geração do maior sucesso de vendas da montadora da linha Constellation.

A governadora lembrou que o seu governo não visa somente aos quatro anos de mandato, e por isso os frutos estão sendo colhidos aos poucos.

- Tenho certeza de que outros governos colherão também os frutos que foram deixados pelo Garotinho. Temos consciência de que quem emprega são os empresários, e é por isso que os fortalecemos. Tenho certeza de que o nosso estado é um exemplo de que é possível fazer o país crescer - afirmou a governadora.

#### **TEXTO 161**

##### **Decretada falência do Banco Santos**

*VIVIAN COSTA*

**SÃO PAULO** - O juiz Caio Marcelo Mendes de Oliveira, da 2ª Vara de Falências de São Paulo, decretou ontem a falência do Banco Santos e indicou Vânio Aguiar, que atuou como interventor do Santos pelo Banco Central, como administrador judicial da massa falida. O pedido de falência foi feito pelo promotor Alberto Camiña Moreira, atendendo pedido do liquidante.

O advogado do banco e de Edemar Cid Ferreira, Sérgio Bermudes, disse que vai entrar com embargo de declaração para que o juiz esclareça pontos da sentença.

- Só depois, veremos se entraremos ou não com recurso - disse Bermudes.

- Com essa sentença, os credores vão criar comitês para os representarem e requererem seus créditos - afirmou Ricardo Azevedo Sette, do Azevedo Sette Advogados. O escritório representa cerca de 30 empresas credoras do banco, que tem crédito cujo montante pode chegar a R\$ 500 milhões.

A intervenção do Banco Santos foi decretada pelo Banco Central em 13 de novembro do ano passado. A instituição foi liquidada por ter um rombo de cerca de R\$ 2,2 bilhões. Para o BC, o Santos perdeu liquidez e enfrentou a falta de recursos, o que podia comprometer os correntistas. O Banco Santos era, segundo levantamento do Banco Central, o 21º maior banco do país, com cerca de R\$ 6 bilhões em ativos, R\$ 2 bilhões em depósitos e 303 funcionários.

#### **TEXTO 162**

##### **Fraude dribla tecnologia**

Os investimentos das operadoras em tecnologia não foram suficientes para evitar o crescimento da clonagem de celulares. Segundo balanço apresentado ontem à Comissão de Infra-Estrutura do Senado pelo presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Elifas do Amaral, este ano, até agosto, o número de reclamações

A central de atendimento da Anatel recebeu 7.380 reclamações sobre clonagem até agosto. No ano passado inteiro, houve 4.694 reclamações. Em 2003, as reclamações registradas sobre o assunto somavam 603.

Técnicos da agência estimam, no entanto, que o número mensal de fraudes envolvendo celulares no Brasil já atinja cerca de 100 mil, incluindo o uso de documentos falsos, desvios e roubos de equipamentos, uso indevido de informações por funcionários das empresas e fraudes técnicas.

A Vivo lidera o número de celulares clonados, com 4.067 reclamações em 2005. A Claro aparece em segundo lugar, com 1.293 registros, a Telemig Celular, em terceiro, com 1.088, e a TIM, em quarto, com 581. Para tentar reduzir as fraudes, as operadoras decidiram organizar um cadastro nacional de celulares "impedidos", que não poderiam ser habilitados por outra companhia.

### **TEXTO 163**

#### **Financiamento imobiliário cai 39%**

#### **Bancos concedem menos crédito em agosto, apesar de Conselho Monetário Nacional ter determinado ampliação dos recursos**

O ritmo de concessão de crédito imobiliário começa a dar sinais de desaceleração. Os bancos destinaram R\$ 315,05 milhões em agosto para as operações de financiamento habitacional, uma queda de 39,35% em relação a julho. Essa redução nas contratações de crédito para a habitação acontece logo depois de o Conselho Monetário Nacional (CMN) ter determinado a elevação da meta de expansão de crédito concedido no segundo semestre, para 50% além do patamar de igual período de 2004. Esse percentual é superior às metas fixadas para o primeiro (30%) e o segundo (45%) trimestres do ano.

Já na comparação com agosto de 2004, houve um aumento de 39,9% na concessão de crédito imobiliário. No acumulado de janeiro a agosto, houve uma ampliação de 57,73% na concessão de crédito para a habitação, que somou R\$ 2,869 bilhões, segundo números da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip).

Todas essas operações foram financiadas com recursos da caderneta de poupança, cujo saldo de agosto recuou 0,08% em relação a julho, passando para R\$ 128,35 bilhões. Em relação a dezembro, o saldo da poupança evoluiu 1,18%.

Para atingir as metas de expansão do crédito do CMN, os bancos estão reformulando seus produtos e lançando linhas de crédito com taxas menores de juros ou com prazos maiores de pagamento. Entre as instituições que já reformaram suas linhas de crédito estão o HSBC, Nossa Caixa e Bradesco.

Os recursos destinados para o crédito imobiliário financiaram 34.494 unidades habitacionais de janeiro a agosto deste ano, 3,23% a menos do que o volume financiado em igual período de 2004.

Em agosto foram financiadas 3.798 unidades, uma queda de 31,85% frente a julho. Na comparação com agosto de 2004, houve um aumento de 8,79% no número de imóveis financiados com recursos da poupança.

**TEXTO 164****Além do Fato: Novos canais para a compra da casa própria***JORGE MATTOSO\**

Ao longo das últimas décadas, o Brasil acumulou um déficit habitacional superior a 7,2 milhões de moradias. Atualmente mais de 30 milhões de brasileiros estão desprovidos de condições adequadas de moradia. Tal número expressivo está longe de ser o resultado de um “fenômeno natural” ou de um processo de explosão demográfica ocorrido nas últimas duas décadas. Então, como explicá-lo?

Em 1980, no auge do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), recursos oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e dos depósitos de poupança permitiram o financiamento de pouco mais de 627 mil unidades habitacionais. A população brasileira naquele ano alcançou os 119 milhões de habitantes. Porém, a crise que se iniciou no SFH ainda na primeira metade dos anos 1980 fez com que tal década acabasse com uma média anual de apenas 259 mil moradias financiadas.

O pior ano da habitação ocorreu em 1993, quando os recursos do FGTS e da poupança financiaram a aquisição de apenas 53.708 unidades habitacionais. Ao longo dos anos 1990, a média anual de unidades habitacionais adquiridas com recursos do FGTS, da poupança e de diversos programas governamentais caiu para 219 mil. Ao mesmo tempo, a população total do país aproximava-se dos 170 milhões de habitantes.

Portanto, ao longo das últimas décadas, enquanto a população do país foi crescendo, o número de unidades habitacionais adquiridas ou construídas por meio de linhas de financiamento foi decaindo.

O descontrole inflacionário vivenciado pelo país dos anos 1980 até a metade da década de 1990 pode ser apontado como a origem dos problemas que solaparam o sistema financeiro para a habitação neste período. Tal ambiente tornou a contestação de contratos imobiliários quase uma regra, dadas as frágeis bases institucionais que regulavam o setor. Isso desestimulou os bancos privados a realizar financiamento imobiliário. Mesmo com o fim do regime de alta inflação, em 1994, permaneceu o desinteresse das instituições privadas por esse tipo de operação. As altas taxas reais de juros oferecidas pelos títulos públicos e a incerteza jurídica ainda reinante no mercado imobiliário para isso contribuía.

Ao iniciar o seu governo, o Presidente Lula impôs como um dos objetivos prioritários o combate do déficit habitacional e a recuperação do setor da construção civil. De forma complementar, duas grandes linhas de ação foram seguidas: a primeira, com o objetivo de ampliar a segurança jurídica das operações realizadas no mercado imobiliário brasileiro; a segunda, de aumentar os valores disponíveis para o financiamento habitacional.

A reforma institucional do setor imobiliário, consubstanciada principalmente na Lei 10.931 aprovada em 2004, estabeleceu ou regulamentou instrumentos como o patrimônio de afetação, a regra do valor incontroverso no caso de questionamentos jurídicos, a letra e a cédula de crédito imobiliário, entre outros, com o objetivo de diminuir os riscos jurídicos ou o ônus tributário em operações de financiamento ou investimento imobiliário. Mais recentemente, o governo federal concedeu a isenção do imposto de renda sobre ganhos de capital com a venda de imóveis, desde que os recursos daí originados sejam utilizados para a compra de outro imóvel no prazo de até 6 meses.

A determinação para que os bancos acelerassem o processo de amortização do chamado “FCVS Virtual” no cômputo de suas aplicações obrigatórias dos recursos de poupança em operações de financiamento habitacional e o fortalecimento do papel da Caixa Econômica Federal visaram ampliar o volume de recursos aplicados em

O resultado disso tudo são os R\$ 15 bilhões que deverão ser disponibilizados para a aquisição imobiliária neste ano de 2005, sendo mais de R\$ 10 bilhões por meio da Caixa. Até agosto, as demais instituições financeiras já ampliaram, na comparação com o mesmo período do ano passado, em 58% suas concessões de crédito imobiliário. A projeção é o país encerrar o ano com mais de 600 mil unidades adquiridas ou construídas com recursos do FGTS, da poupança, da Caixa ou dos programas do governo federal.

Refletindo e ajudando a reforçar o bom momento do mercado imobiliário brasileiro, a Caixa vem realizando, neste mês de setembro, eventos denominados de Feirão Nacional da Casa Própria. Graças às parcerias com diversas empresas e entidades do setor da construção e do mercado imobiliário, pessoas interessadas em adquirir a tão sonhada casa própria encontram em um único espaço ampla variedade de oferta de imóveis e de opções de financiamento habitacional.

O sucesso do Feirão realizado na cidade de São Paulo, com a visita de mais de 94 mil pessoas durante os quatro dias do evento, indica a importância da iniciativa. Demonstra também o interesse da população em adquirir moradia e a importância de se estabelecer novos canais para que essa mesma população possa conhecer melhor as alternativas de imóveis e de linhas de financiamento habitacional disponíveis.

Com grande expectativa, nesta semana se realiza o Feirão na cidade do Rio de Janeiro. Neste evento, a população fluminense contará mais de 24 mil imóveis ofertados e também poderá averiguar quais opções de financiamento imobiliário são mais adequadas às suas condições de renda e de capacidade de pagamento.

Seja em eventos como o Feirão Nacional da Casa Própria, seja nas agências bancárias, os brasileiros voltaram a ter à disposição um amplo volume e opções de financiamento imobiliário. Com isso, depois de muitos anos, o país pode estar iniciando uma trajetória de redução do seu déficit habitacional.

*\*Presidente da Caixa Econômica Federal e professor licenciado do Instituto de Economia da Unicamp*

#### **TEXTO 165**

#### **Votação da 'MP do Bem' é concluída Sugestões são elogiadas por senadores**

*DANIEL PEREIRA*

**BRASÍLIA** - Um acordo entre líderes de partido permitiu ontem a conclusão da votação da chamada MP do Bem na Câmara. A medida provisória segue para análise no Senado, onde entidades do setor produtivo já operam nos bastidores a fim de ampliar benefícios fiscais. Caso da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), que representa investidores donos de 66% da distribuição e 28% da geração de energia elétrica no país.

Ontem, o presidente da CBIEE, Claudio Sales, apresentou a senadores propostas destinadas a reduzir as tarifas cobradas dos consumidores (através de redução tributária) e incentivar investimentos no setor. As sugestões foram elogiadas por integrantes do PMDB, do PT e do PFL. Os parlamentares ressaltaram que a aprovação depende da negociação com o governo federal, para que não haja descontrole das contas públicas.

O líder do PMDB, Ney Suassuna (PB), vai organizar um encontro entre a CBIEE, os senadores do partido e o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, para discutir o assunto. Rondeau é da cota do PMDB, que indicou o relator da matéria na Casa, o ex-presidente José Sarney (AP).

A CBIEE quer que a incidência de PIS e Cofins nas contas de energia de todos os consumidores seja realizada pelo



texto aprovado pela Câmara restringe tal benefício aos consumidores residenciais, rurais, serviços públicos e iluminação pública. Para os demais consumidores, a alíquota é maior, de 9,25%, e não vale a cumulatividade.

Segundo o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), o sistema atual de tributação tem de ser revisto, pois aumentou em 4% o preço da energia.

Para o ministro do Planejamento Paulo Bernardo, que participou de reunião na Comissão de Orçamento do Congresso, haverá folga de R\$ 2,6 bilhões no Orçamento de 2006 para medidas de redução da carga tributária. As opções estudadas pelo governo são a correção da tabela do Imposto de Renda, a desoneração dos produtos da cesta básica e novos benefícios para os investimentos produtivos. Sua preferência é pelos produtos de consumo popular.

[22/SET/2005]

#### **TEXTO 166**

##### **FMI revê crescimento para baixo**

##### **Com juros altos, Brasil deve avançar só 3,3% no ano**

O crescimento econômico brasileiro deve ficar em 3,3% neste ano, contra uma previsão de 3,7% feita em abril, segundo o estudo *World Economic Outlook 2005*, divulgado ontem pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Segundo o Fundo, o crescimento no Brasil vem desacelerando desde meados de 2004, com a redução da demanda interna devido ao "aperto da política monetária". No segundo trimestre deste ano, no entanto, houve recuperação no consumo e no investimento, na avaliação do Fundo.

O FMI destaca que os recentes indicadores de atividade da economia brasileira mostram que há potencial para um cenário de crescimento, mas diz que "os altos preços do petróleo e o possível reflexo das incertezas políticas" no país aumentam os riscos para o crescimento.

A inflação para este ano está próxima da meta fixada pelo governo brasileiro, de 5,1%, aponta o FMI, e "mais quedas no núcleo da inflação podem permitir um afrouxamento gradual" da política de juros. Na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu a taxa de juros em 0,25 ponto percentual, para 19,5% ao ano. Foi o primeiro recuo depois de um ciclo de altas que durou de setembro de 2004 até maio deste ano.

*Com Folhapress*

#### **TEXTO 167**

##### **Além do Fato: Investindo em ações com segurança**

*JULIANO LIMA PINHEIRO\**

Quando tratamos de ganhos relacionados com ações, muitas vezes constatamos uma certa falta de conhecimento pela maior parte dos investidores. As únicas formas de ganho com ações são feitas por meio da propriedade e por meio da comercialização. Os ganhos por meio da propriedade são resultantes da manutenção das ações de empresas lucrativas que distribuem seus resultados aos acionistas. Estes ganhos não são vinculados ao desempenho dos preços das ações no mercado, mas sim, ao desempenho da empresa em seu segmento.

Os ganhos resultantes da comercialização referem-se à diferença de preços entre a compra e venda das ações. Um exemplo disso é quando compramos um papel por R\$ 10 e o vendemos por R\$ 12. Neste caso houve um

ganho de R\$ 2 por cada ação negociada. O problema da busca por este tipo de ganho é quando as expectativas de alta não se concretizam e ocorrem perdas resultantes da venda das ações a preços abaixo dos adquiridos.

Para o investidor que deseja segurança, a chamada análise fundamentalista é um importante instrumento. Por meio da avaliação de tópicos que se relacionam ao desempenho da empresa, a análise fundamentalista possibilita que se chegue a conclusões sobre as perspectivas. Esta análise utiliza os fundamentos econômico-financeiros para a determinação do valor da empresa.

O principal objetivo dessa análise é avaliar o comportamento da empresa visando à determinação do valor dela. Ela parte do princípio de que as ações têm valor intrínseco, que está associado à performance da companhia emissora e com a situação geral da economia. São estudados os fatores que explicam o valor intrínseco de uma empresa, setor ou mercado, colocando em segundo plano os fatores de mercado, como preço e volume. Esses fatores são chamados de valores fundamentalistas.

A justificativa para o uso desse tipo de análise é antecipar o comportamento futuro de uma empresa no mercado. O que significa adiantar-se ao mercado. Para que isto seja certo, é preciso partir de uma hipótese básica: o mercado não é eficiente a curto prazo, ainda que o seja a longo prazo. Se não fosse assim, não seria possível adiantar-se ao mercado. Hoje, o preço de uma ação não reflete o verdadeiro valor de uma empresa, mas existe uma tendência de que isso ocorra em um futuro próximo. O analista fundamentalista trata o tempo todo de descobrir supervalorizações ou subvalorizações, com base em determinada informação ainda não negociada pelo mercado.

Para esta análise, é adotada a hipótese de que o mercado de capitais é eficiente a longo prazo, podendo ocorrer ineficiências na valorização a curto prazo, que seriam corrigidas ao longo do tempo. O processo decisório dessa escola de análise de investimento envolve o cálculo do valor hipotético da empresa, que corresponderia a seu "preço justo" em determinado momento, e, pela comparação desse com seu preço de mercado, selecionando para investimento aquela com menor relação valor intrínseco/preço de mercado.

Para estimar o valor de uma ação em determinado momento, a análise fundamentalista baseia-se em alguns pontos. Um deles tem a ver com as perspectivas de rentabilidade da empresa. A rentabilidade certa oferecida por outros ativos disponíveis no mercado e a situação geral da economia também devem ser levados em conta.

Além de basear-se nesses pontos, a determinação do valor da empresa pode ser definida também como função de alguns fatores, como, por exemplo, o lucro esperado em exercícios futuros; investimentos realizados e que serão realizados, além das fontes de financiamento utilizadas.

*\*Professor de Finanças do Ibmecc*

#### **TEXTO 168**

##### **Bolsa bate recorde com fluxo positivo**

##### **Bovespa sobe 2,59%, impulsionada por rumores de alta na avaliação do Brasil. No câmbio, dólar cai 1%**

A quarta-feira foi de euforia no mercado nacional. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) subiu 2,59% e bateu mais um recorde ao fechar o dia em 30.837 pontos, com volume financeiro de R\$ 2,587 bilhões. No câmbio, o dólar recuou 1,08%, para R\$ 2,275, menor patamar desde 10 de abril de 2002, quando a moeda americana cravou R\$ 2,264.

A bolsa foi impulsionada por rumores de que o Brasil poderá ter um *upgrade*, com a melhora na sua classificação de risco pelas agências internacionais. O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, vai a Washington para se reunir com representantes das agências de risco.

Segundo Álvaro Borges, agente de investimento autônomo, a viagem de Levy gerou especulações no mercado sobre uma possível melhora na nota do Brasil.

Em tese, uma melhora do *rating* soberano - nota que mede o risco de o governo brasileiro não honrar o pagamento de títulos públicos - favorece a tomada de empréstimos no exterior, pois sinaliza uma chance menor de moratória na dívida.

A perspectiva de melhora da nota do país fez o risco Brasil voltar a cair ontem, depois de subir três pontos na terça-feira. O indicador tinha queda de 0,27% no fim do dia, para 363 pontos, menor patamar desde outubro de 1997.

A alta na Bovespa foi impulsionada também pelos ganhos expressivos das mineradoras Vale do Rio Doce e Caemi - do mesmo grupo -, que subiram após o aumento da recomendação de compra feita pela corretora Merrill Lynch.

As ações preferenciais da Caemi fecharam em alta de 8,05%. As preferenciais "A" da Vale subiram 4,74% e as ordinárias, 5,37%. Os três papéis ficaram entre os dez mais negociados da Bovespa.

A entrada de recursos estrangeiros também tem contribuído com a melhora do mercado acionário. Os investidores estrangeiros já trouxeram R\$ 186 milhões para a Bovespa em setembro até o dia 15, contra saldo negativo de R\$ 120,8 milhões em agosto.

No mercado de câmbio, o dólar comercial foi empurrado para baixo pelos ingressos de recursos no país e perspectivas de novas entradas no curto prazo. A divisa americana iniciou o dia em baixa e acentuou a queda principalmente no período da tarde, até fechar em R\$ 2,275.

Miriam Tavares, diretora da corretora AGK, avalia que o dólar está "sem limite de queda".

- A liquidez está forte e há rumores de que a Gerdau já estaria ingressando com parte dos recursos captados no exterior - afirmou Miriam.

A Gerdau captou US\$ 600 milhões em bônus perpétuos na semana passada. Além disso, o Brasil fez uma captação de R\$ 3,4 bilhões também na última semana, por meio de uma emissão externa de títulos em reais.

A analista ressalta, entretanto, que a queda expressiva da divisa aumenta a expectativa em torno de uma atuação do Banco Central no câmbio, o que não acontece desde 11 de agosto.

- O mercado está testando um novo piso para o dólar para ver se o Banco Central atua no câmbio - afirmou Miriam.

*Com Folhapress*

**TEXTO 169****Rita eleva preço do petróleo**

O temor de que o furacão Rita provoque mais uma interrupção na produção de plataformas e refinarias da região do Golfo do México levou a mais uma alta do petróleo ontem nos principais mercados internacionais.

O barril do petróleo para entrega em novembro, negociado na Bolsa Mercantil de Nova York, fechou o dia cotado a US\$ 66,90, em alta de 1,06%. Em Londres, o barril do tipo Brent, também para entrega em novembro, subiu US\$ 0,53, para US\$ 64,73.

O medo dos investidores aumentou à medida que a força do Rita cresceu. Ainda ontem, o furacão atingiu a categoria cinco, o máximo da escala que mede a velocidade dos ventos, que chegaram a 265 Km/h.

Há menos de um mês, o furacão Katrina devastou a região do Golfo do México, provocando a interrupção da produção de plataformas e refinarias. Agora é a vez do Rita, que se dirige para o Texas, no sul dos Estados Unidos, com risco inclusive de atingir Nova Orleans, ainda parcialmente inundada. O impacto sobre as cotações do petróleo se deve ao fato de o Texas responder por 25% da produção total da *commodity* nos EUA.

Segundo o governo americano, 136 plataformas estão vazias (53 a mais que na segunda-feira), com a retirada dos funcionários devido à passagem do Katrina e com o alerta da passagem do Rita. A indústria petrolífera americana já perdeu mais de 26 milhões de barris desde 26 de agosto, cerca de 4,7% da produção anual, quando começou a retirada de pessoal das plataformas do Golfo.

A alta dos preços do petróleo só não foi maior porque houve aumento do estoque de gasolina dos Estados Unidos, para 3,4 milhões de barris.

A pressão sobre as cotações internacionais é tão grande que a decisão tomada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) na terça-feira de disponibilizar para o mercado dois milhões de barris diários de suas reservas não teve efeitos sobre os preços do barril. A liberação das reservas acontecerá a partir de 1º de outubro, com duração de três meses.

A maior preocupação dos investidores, no entanto, não é a produção do óleo cru, mas a capacidade de refino, setor mais afetado pelo Katrina nos Estados Unidos.

*Com agências*

**TEXTO 170****Remessa de lucros avança 75%****Desvalorização do dólar incentivou saída de recursos. Efeito para as contas do país será neutralizado pelas exportações, prevê BC**

O aumento da rentabilidade das empresas estrangeiras no Brasil e a desvalorização do dólar frente ao real provocaram um crescimento de 75% na remessa líquida de lucros ao exterior. Nos oito primeiros meses, empresas e acionistas enviaram US\$ 7,88 bilhões para outros países, ante US\$ 4,5 bilhões registrados em igual período do ano passado. O valor já supera os US\$ 7,3 bilhões apurados ao longo de todo o ano de 2004. Em função desse resultado, o Banco Central elevou de US\$ 9 bilhões para US\$ 10 bilhões a previsão para o ano de saída de recursos nessa rubrica, um avanço de 36% em relação às remessas do ano passado.

O impacto da saída dos recursos na conta corrente do país (saldo de transações comerciais e de serviços, além do fluxo de renda). porém, será amortecido pelas exportações. Segundo o BC, o saldo das transações correntes deve

ficar positivo em US\$ 9,4 bilhões neste ano. Inicialmente, a previsão era de US\$ 4 bilhões, e, entre janeiro e agosto, o superávit ficou acumulado em US\$ 8,698 bilhões. Em agosto, o saldo em transações correntes ficou positivo em US\$ 822 milhões, queda de 68,29% frente aos US\$ 2,592 bilhões de julho mas abaixo do US\$ 1,751 bilhão registrado em agosto de 2004 - resultado direto do aumento das remessas de lucros.

Para a balança comercial, o saldo esperado pulou de US\$ 30 bilhões para US\$ 38 bilhões. Esse aumento se deve ao comportamento das exportações, que, nas contas do BC, devem chegar a US\$ 114 bilhões neste ano - confirmada essa previsão, o crescimento em relação a 2004 terá sido de 18%.

Além de neutralizar o efeito das remessas de lucro, as vendas externas também reduzirão o impacto nas contas dos gastos de brasileiros no exterior. O dólar barato tem incentivado o turismo internacional e, por isso, o saldo de viagens, que era positivo em US\$ 355 milhões, ficou negativo em US\$ 511 milhões. A previsão para as despesas com viagens internacionais saltou de US\$ 800 milhões para US\$ 1,2 bilhão.

Já a projeção para as importações foi reduzida pelo BC de US\$ 78 bilhões para US\$ 76 bilhões.

- As importações não estão vindo como o previsto. Imaginávamos que, com o aumento do nível de atividade, elas fossem crescer mais - afirma o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes.

Os investimentos estrangeiros diretos também seguem em disparada em relação ao ano passado. Nos oito primeiros meses, o país recebeu US\$ 9,4 bilhões. Já em igual período do ano passado, o apurado era de US\$ 3,35 bilhões, o que representa um avanço de 182%.

Já os investimentos em carteira - que incluem as aplicações estrangeiras no mercado de ações e em títulos do governo e de empresas - inverteram o fluxo negativo dos oito primeiros meses de 2004, de US\$ 3,9 bilhões, para um saldo líquido positivo de US\$ 2,4 bilhões. Esse ingresso de recursos - atraídos, no caso dos títulos, pelas altas taxas de retorno prometidas - colabora para a manutenção do real valorizado.

O saldo do balanço de pagamentos - soma das transações correntes e das movimentações financeiras avançou de US\$ 990 milhões, entre janeiro e agosto de 2004, para US\$ 4,5 bilhões - um salto de 362%.

Em agosto, as reservas internacionais - para pagamento de compromissos externos - cresceram US\$ 388 milhões, totalizando US\$ 55,1 bi, puxadas pela remuneração das reservas e captações. Já a dívida externa em junho (último dado disponível) caiu US\$ 10,6 bi em relação a março de 2005, totalizando US\$ 191 bi, devido a pagamento de compromissos externos e à valorização do real.

*Com agências*

#### **TEXTO 171**

#### **Esforço fiscal supera meta do ano Arrecadação maior puxou resultado**

**BRASÍLIA** - A meta de esforço fiscal federal para o ano de 2005 já foi cumprida com folga em agosto. O superávit primário (receitas menos despesas para pagamento dos juros) do governo central - que reúne Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central - atingiu R\$ 49,355 bilhões, o equivalente a 3,92% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todas as riquezas do país). O resultado é 20,4% superior ao de igual período do ano passado, quando atingiu R\$ 40,981 bilhões, e supera a meta anual, de R\$ 46,5 bilhões.

No entanto, o secretário do Tesouro, Joaquim Levy, diz que esse resultado irá convergir para a meta nos últimos meses do ano. Por isso, Levy anunciou que está mantida a meta de economia para 2005.

- No segundo semestre há aumento das despesas com pessoal, como 13º salário. Estão previstas ainda despesas judiciais e aumento salarial de algumas categorias.

O forte resultado é fruto do desempenho econômico, que elevou o lucro das empresas e, conseqüentemente, a arrecadação, aponta o Tesouro. As receitas provenientes do IRPJ e da CSLL tiveram um avanço de 28,9% no ano.

Entre janeiro e agosto, o Tesouro teve um superávit de R\$ 71,353 bilhões, contra déficits de R\$ 21,784 bilhões da Previdência e de R\$ 213,6 milhões do BC.

No ano, o aumento da receita e das despesas está praticamente no mesmo ritmo. Entre janeiro e agosto a receita apresentou um incremento de 15,8%. Já as despesas (pagamento de benefícios, pessoal e custeio) cresceram 14,8%.

Mas o secretário destacou como ponto negativo os gastos da Previdência, que estão crescendo acima do PIB per capita. O PIB per capita neste ano deve ter um crescimento de 8%, enquanto as despesas com o pagamento de benefícios crescem a 17% no ano. No mês passado, a Previdência apresentou déficit de R\$ 2,608 bilhões em agosto. No ano, o rombo é de R\$ 21 bilhões.

- Em um país de inflação baixa isso é bastante significativo - comentou Levy.

Em agosto, o governo central registrou superávit primário de R\$ 4,262 bilhões, uma queda de 16,6% em relação ao mês anterior. Segundo o Tesouro, a queda deve-se à sazonalidade dos tributos que têm apuração trimestral, como a CSLL e o IRPJ.

*Com Folhapress*

#### **TEXTO 172**

##### **Emprego formal cresce**

##### **Segundo governo, avanço foi de 0,53% em agosto**

*DIMALICE NUNES*

**BRASÍLIA** - No mês de agosto, 135.460 trabalhadores encontraram um posto de trabalho com carteira assinada, um crescimento de 0,53% no nível de empregos formais do país. O saldo (contratações menos demissões) superou o de julho, quando foram geradas 117.473 novas vagas. Em relação a agosto de 2004, porém, o saldo é menor do que os 229.757 registrados.

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, no acumulado de janeiro a agosto o saldo de vagas criadas é de 1.219.236 postos, alta de 4,95% no nível de emprego. Frente a igual período do ano passado, porém, o número é menor - naquele período de 2004, foram 1.466.446 empregos criados.

Na avaliação do ministro do Trabalho, Luiz Marinho, essa desaceleração é conseqüência da política macroeconômica.

- Além da indústria, existem setores mais sensíveis aos juros altos. No entanto, o nível de emprego deve crescer a partir da redução da taxa - afirmou, lembrando do impacto no câmbio.

Foram os setores atrelados à demanda interna que sustentaram o crescimento no emprego. Em agosto, o setor de Serviços obteve alta 0,7% na contratação. Outro bom resultado foi no comércio, com crescimento de 0,75%, a maior variação neste ano.

### **TEXTO 173**

#### **BNDES no túnel do tempo**

#### **Mantega defende redução da taxa de juros de financiamentos a empresas, reproduzindo discurso do antecessor Carlos Lessa**

*DANIELE CARVALHO*

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Guido Mantega, adotou um discurso que remetia à gestão de seu antecessor, Carlos Lessa. O atual titular da instituição defendeu, ontem, a queda da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP, referência para os empréstimos do banco) - uma das bandeiras de Lessa, que caiu, entre outras razões, em virtude dos ataques à condução da política monetária.

Adotando um tom mais comedido do que Lessa em sua avaliação sobre a taxa, Mantega alertou para os riscos da manutenção da taxa no atual patamar, de 9,75% ao ano, e pediu que o Conselho Monetário Nacional (CMN) que a reduzisse, para evitar o que chamou de "desequilíbrio inflacionário". A TJLP não cai desde o primeiro trimestre de 2002, afetando a competitividade do setor produtivo nacional.

Para Mantega, a queda na projeção da inflação, do risco país e da taxa básica de juros (Selic) prevista para os próximos meses abrem espaço para promover um corte na TJLP, na próxima reunião do CMN, semana que vem.

- Se a TJLP ficar no mesmo patamar, com a inflação caindo, vai ser reduzido o custo do consumo e aumentado o da produção - diz Mantega.

De acordo com o presidente do banco, a inflação e o risco país, ambos em trajetória descendente, são os principais fatores observados pelo conselho para a decisão.

A redução da TJLP foi um dos pleitos apresentados pelos presidentes das quatro maiores federações industriais do país: Paulo Skaf (São Paulo), Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira (Rio de Janeiro), Robson Braga de Andrade (Minas Gerais) e Paulo Tigre (do Rio Grande do Sul), que participaram de almoço com Mantega. Os empresários defendem que o corte da taxa seria um dos pontos impulsionadores da economia nacional.

- A discussão agora é saber como fazer o Brasil crescer acima do patamar esperado de 3,5% a 4%, que é baixo frente aos demais países emergentes. Não há remuneração de investimento que se compare com o custo atual do custo do capital. A taxa poderia estar entre 7% e 8% - argumenta Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Os empresários voltaram a defender uma reformulação do CMN. Para Skaf, seria importante que as decisões tomadas pelo conselho fossem também divididas com ministérios como o do Trabalho e Desenvolvimento e não somente pelos três membros atuais: Planejamento, Fazenda e Banco Central. Mantega endossa parcialmente o pleito, já que, em sua avaliação, a extensão do conselho deve se limitar a uma maior participação de integrantes do próprio governo.

**TEXTO 174****Eletrobrás formalizará oferta pela Transener***RICARDO REGO MONTEIRO*

A diretoria da Eletrobrás entregará à Petrobras, até o dia 10 de outubro, uma proposta formal de compra da Transener, empresa de transmissão de energia que a petroleira adquiriu na Argentina em 2002, com a compra dos ativos da antiga Perez Companc. O presidente da estatal do setor elétrico, Aloisio Vasconcelos, revelou que o negócio vem sendo costurado já há alguns meses, paralelamente ao acordo formalizado ontem entre as duas estatais, em Brasília.

A Transener detém 8.820 quilômetros de linhas de transmissão que interligam o território argentino de Norte a Sul. Sua transferência pela Petrobras foi imposta pelas autoridades regulatórias da Argentina, como pré-condição para a aquisição da Perez Companc (Pecom), hoje Petrobras Argentina. O negócio causou polêmica em função do caráter estratégico da Pecom.

Embora o diretor de Gás e Energia da Petrobras, Ildo Sauer, tenha afirmado que o negócio faz parte do acordo estratégico assinado entre as duas empresas, Vasconcelos fez questão de esclarecer que "uma coisa não tem nada a ver com a outra". Segundo ele, o investimento da Petrobras na Transener não é significativo, mas é estratégico para a Eletrobrás.

Especialistas questionam não só a operação em si, mas também a capacidade da Eletrobrás de formalizar o negócio. O consultor Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE), lembrou que o anúncio do negócio ocorre dias depois da franco-belga Suez, que deixou para trás a concessão dos serviços de água da Argentina. Além disso, ele questionou o investimento da estatal brasileira no momento em que o país precisa ampliar a oferta de energia nos próximos anos, sob o risco de enfrentar um novo racionamento como o de 2001.

**TEXTO 175****Gerdau investe R\$ 810 milhões****Empresa aposta na expansão de usinas gaúchas**

O grupo Gerdau anunciou ontem que investirá R\$ 810 milhões nos próximos oito anos para ampliar unidades no Rio Grande do Sul. Com estes novos investimentos, a Gerdau quer continuar modernizando suas unidades de aços especiais Piratini, em Charqueadas, e Riograndense, em Sapucaia do Sul.

O presidente da siderúrgica, Jorge Gerdau Johannpeter, inaugurou a nova etapa da expansão de sua unidade Piratini, cuja capacidade instalada anual passou para 500 mil toneladas de produtos acabados, principalmente aços especiais para a indústria automobilística.

Nessa unidade, a empresa já investiu R\$ 448 milhões como parte de outro programa de expansão anunciado anteriormente, segundo explicou a empresa em comunicado.

"Nos próximos oito anos, o estado receberá mais R\$ 810 milhões, voltados para a contínua modernização das unidades Gerdau Aços Especiais Piratini e Gerdau Riograndense", informou a empresa em nota.

O grupo é o principal produtor de aços longos do continente americano, com fábricas no Brasil, Estados Unidos, Argentina, Canadá, Chile, Uruguai e Colômbia. A capacidade instalada total é de 16,4 milhões de toneladas de aço por ano. Nos primeiros seis meses do ano, o Grupo Gerdau produziu sete milhões de toneladas de aço.



Também ontem, a empresa divulgou que não há data marcada para reabrir a unidade que possui em Nova Orleans, fechada desde a passagem do furacão Katrina pela cidade do Sul dos Estados Unidos. Jorge Gerdau Johannpeter disse que a expectativa é de que a reabertura ainda demore, embora a unidade americana tenha sofrido apenas "danos pequenos".

Atualmente, a companhia trabalha para abrigar e ajudar cerca de 90 funcionários da unidade da Atlas Steel desabrigados pelo furacão Katrina.

- O período de recuperação do furacão vai trazer alguns gargalos adicionais na indústria de construção americana, mas tudo vai se resolver rapidamente - previu Johannpeter.

A siderúrgica brasileira tem metade da sua receita nas operações nos Estados Unidos e no Canadá. As ações da empresa - que tem papéis nas bolsas de São Paulo, Nova York e Madri - subiram 22% desde a passagem do Katrina, devido à expectativa de que a reconstrução da região atingida impulse a demanda por aço. *Com EFE e Bloomberg News*

[23/SET/2005]

#### **TEXTO 176**

**BC prevê inflação abaixo da meta**

**Ata do Copom, porém, dá poucas pistas sobre evolução dos juros**

*JIANE CARVALHO*

A ata do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada ontem, confirmou a continuidade do processo de afrouxamento da política monetária, mas não deixou claro o ritmo em que os cortes nos juros ocorrerão. Como positivo, o documento afirmou, pela primeira vez, que, pelas projeções do Banco Central, a inflação ano deve ficar abaixo da meta de 5,1% no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o indicador oficial.

A perspectiva de uma inflação abaixo do alvo, porém, não foi suficiente, na opinião dos analistas, para sinalizar com maior precisão o movimento dos juros nos próximos meses. Depois de uma redução na Selic de 0,25 ponto percentual em setembro, a expectativa era de que o documento trouxesse sinais mais concretos da condução da política monetária, o que não ocorreu.

O documento mantém a cautela que marca as decisões do Copom ao afirmar que "a flexibilização da política monetária não comprometerá importantes conquistas dos últimos meses no combate à inflação". O resultado foi um mercado financeiro dividido entre mais um corte de 0,25 ponto percentual na Selic em outubro, para 19,25% ao ano, ou uma redução de 0,50 ponto percentual.

Embora considerem que alguns pontos da ata evidenciam melhora no humor do BC, muitos economistas lembram que o documento mantém ainda parte do conservadorismo que marca a instituição.

- O BC não quer cometer o erro do passado de alterar muito as expectativas do mercado e depois ter de recuar de sua decisão - avalia Joel Bogdanski, gerente de Política Monetária do Banco Itaú.

Em um dos trechos do documento, o Copom lembra que a flexibilização da política monetária só ocorrerá desde que não comprometa conquistas recentes.

- Acho mais razoável que em outubro a queda seja novamente de 0,25 ponto - diz Bogdanski. - Em 2003, por exemplo, o BC reduziu a Selic de 26,5% para 16,5% em seis meses e depois teve de reavaliar sua política - lembra o economista do Itaú.

O economista-sênior do banco WestLB, Adauto Lima, porém, considerou o documento mais otimista, o que o leva a reforçar as apostas em uma queda dos juros em 0,5% em outubro. Outro ponto positivo foi a avaliação do aumento dos combustíveis, que, por vir dentro do esperado, teria reduzido o foco de incertezas sobre a evolução dos preços em 2005 e 2006. O Copom descartou outro aumento da gasolina este ano, por considerar que a alta de 10%, aplicada há duas semanas pela Petrobras, absorveu o impacto da alta da commodity no mercado externo.

Ontem, o IBGE divulgou que o IPCA-15 - espécie de prévia do índice oficial - registrou alta de 0,16% em setembro, ante 0,28% no mês passado. O período de pesquisa, porém, foi anterior ao do reajuste dos combustíveis. Em agosto, o IPCA cheio ficou em 0,32% e, no ano, acumula 3,79%.

### **TEXTO 177**

#### **Desemprego estável, renda em alta**

#### **Índice de desocupação é de 9,4%. Salários crescem 0,7%**

Folhapress

Agosto foi o terceiro mês seguido em que a taxa de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas do país se manteve em 9,4%, a menor marca da série histórica da nova pesquisa Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em março de 2002. Em agosto de 2004, a taxa havia sido de 11,4%.

Já o rendimento médio do trabalhador subiu 0,7% de julho para agosto, na terceira taxa positiva nesse tipo de comparação. Sob efeito da inflação menor, a renda teve expansão 3,7% em relação a agosto de 2004. É a maior variação positiva desde março de 2003.

Em valores, o rendimento médio ficou em R\$ 973,20. A cifra é mais alta do que em agosto de 2003 e 2004, mas ainda está distante de retornar aos níveis de 2002. Em agosto daquele ano, o trabalhador recebia, em média, R\$ 1.098,34.

Para Cimar Pereira, coordenador de pesquisas do IBGE, os dados mostram que o mercado de trabalho está "em compasso de espera".

- Não dá para dizer que há um cenário mais favorável, mas também não podemos afirmar que há um retrocesso - disse Pereira.

Nos três últimos meses, o número de vagas abertas ficou praticamente estável, o que impediu que a taxa de desemprego mantivesse a forte queda registrada de abril a julho.

O número de pessoas ocupadas subiu apenas 0,4% em agosto. Indústria e serviços prestados às empresas foram as atividades que mais abriram vagas no período.

Segundo Marcelo de Ávila, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), não houve ingresso expressivo de pessoas no mercado de trabalho em agosto, e as vagas geradas foram suficientes para cobrir a procura.

Uma hipótese de Ávila para a menor procura é que alguns membros da família, lançados ao mercado no auge da crise, deixaram de buscar trabalho com a melhora da renda.

Já Pereira, do IBGE, diz que a melhora registrada até junho "perdeu fôlego", pois podem estar acontecendo menos investimentos na produção necessários à alta do emprego.

### **TEXTO 178**

#### **Brasil se mantém pouco competitivo**

O Brasil estacionou entre os países com uma das mais baixas taxas de competitividade. Em um ranking com 43 integrantes, o Brasil está na 39ª posição, segundo o Índice de Competitividade das Nações (ICN) divulgado pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

No mesmo grupo do Brasil, estão países como Polônia (35ª), México (36ª) e Chile (34ª). Já os Estados Unidos permanecem na liderança da lista de países competitivos, seguidos de Suécia, Suíça e Japão. A Argentina, que está no grupo de países com competitividade média, conseguiu melhorar e subiu quatro posições para o 31º.

O estudo mostra que o Brasil apresentou um bom desempenho em exportações e tecnologia, o que, no entanto, não foi suficiente para alterar a posição no ranking de competitividade. Segundo o estudo da Fiesp, a melhora na competitividade foi comprometida, sobretudo, pela alta carga tributária e pelos gastos públicos.

- Pagamos tributos de países desenvolvidos e temos serviços de Terceiro Mundo - afirmou o coordenador da pesquisa, José Ricardo Roriz Coelho.

Segundo ele, o Brasil precisaria de investimentos da ordem de 25% do PIB para melhorar algumas posições no ranking. Atualmente, eles correspondem a 20% do PIB. Desta forma, a Fiesp vai liberar em 20 dias uma agenda com propostas de políticas públicas que auxiliem o crescimento da competitividade do país.

Os dados se referem a 2003. São utilizadas 83 variáveis, entre elas, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), economia doméstica, gastos com investimentos e infra-estrutura.

### **TEXTO 179**

#### **'Barril de pólvora' à expansão mundial**

#### **FMI alerta autoridades monetárias para a ameaça da alta do petróleo ao crescimento econômico dos países**

**WASHINGTON** - A alta dos preços do petróleo é "uma ameaça à economia mundial", avaliou o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Rodrigo Rato, que pediu ontem atenção das autoridades monetárias para conter possíveis pressões inflacionárias provocadas pela alta da commodity. O comentário foi feito dias antes da Assembléia Anual do FMI e do Banco Mundial, que será realizada neste fim de semana.

AFP

O problema que o mercado petrolífero enfrenta atualmente se deve, segundo Rato, "não apenas à demanda, mas também às limitações ligadas ao fornecimento, em particular à capacidade de refino", que hoje são insuficientes, em sua opinião. Rato destacou que parte das altas dos preços se deve a uma insuficiência da oferta, o que ele avaliou como um "fator preocupante", já que, no passado, sua causa estava no crescimento da demanda.

**Embora tenha fechado em queda, barril chegou a US\$ 68 na Bolsa de Nova York com a ameaça do 'Rita'**

- É preciso ter isso em mente, não apenas do ponto de vista político, mas também dos bancos centrais e das autoridades de regulamentação monetária - avaliou.

No passado, o aumento extraordinário do consumo, na China e nos Estados Unidos principalmente, foi o motor da alta do valor do barril de petróleo, lembrou Rato. No entanto, diz, aquele era um aumento relativamente saudável, porque indicava atividade econômica. Mas altas de preços por falta de abastecimento são mais perigosas, já que podem ocasionar maiores pressões inflacionárias, que, por sua vez, segundo o Fundo, desembocam em uma elevação das taxas de juros mundiais.

Às deficiências estruturais, somaram-se nas últimas semanas as repercussões dos furacões nos Estados Unidos. Em 29 de agosto, o Katrina interrompeu temporariamente a produção e o refino no litoral de Louisiana, Mississippi e Alabama, e quatro refinarias importantes continuam fechadas na região afetada.

O Fundo pediu mais investimento nas nações produtoras de petróleo e na Ásia, com exceção da China, onde o investimento já é muito alto.

O diretor-gerente também fez uma advertência sobre os desequilíbrios mundiais em conta corrente - saldo de transações comerciais e de serviços, além do fluxo de investimentos - dizendo que "são um risco crescente para a prosperidade".

Nos Estados Unidos, o déficit em conta corrente ascenderá em 2005 a 6,1% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todas as riquezas do país), segundo cálculos do Fundo. Em compensação, a China, os países produtores de petróleo e a Europa têm superávit em conta corrente.

Rato reconheceu que houve avanços "em muitas áreas" para a redução do desajuste, mas, "dado o tamanho dos desequilíbrios, as coisas têm que acontecer mais rápido".

Em todo caso, o diretor-gerente descartou que os desajustes se devam ao fato de que há uma economia excessiva no mundo.

Apesar dessas advertências e recomendações, Rato deixou claro que "a economia mundial tem uma base robusta" e que "o sistema financeiro mundial é mais resistente agora que há muitos anos". *Com agências internacionais*

#### **TEXTO 180**

##### **Petróleo segue o 'Rita' e perde força**

Folhapress

O preço do petróleo recuou ontem, com a notícia de que o furacão Rita já perdeu um pouco de sua força. O barril para entrega em novembro, negociado na Bolsa Mercantil de Nova York, encerrou o dia cotado a US\$ 66,60, baixa de 0,3%. Antes disso, porém, a cotação chegou a atingir US\$ 68 durante o dia. O risco de que as refinarias do Texas sejam atingidas ainda é grande.

As instalações petrolíferas no Golfo do México, atingidas pelo Katrina ainda não recuperaram plenamente a capacidade e, se a produção do Texas for interrompida, os preços da commodity podem disparar. No último dia 30, o barril chegou a US\$ 70,90. O Texas responde por mais de 25% do petróleo produzido nos EUA. Das 26 refinarias do estado, 18 estão na costa do Golfo do México e, destas, nove foram fechadas.

No Brasil, a Bolsa de Valores de São Paulo fechou em baixa de 0,52%, com 30.678 pontos e volume financeiro de R\$ 1,814 bilhão. A alta de 2,59% registrada na quarta-feira e de 9,95% no acumulado do mês atraíram uma realização de lucros.

A baixa foi puxada pelas ações da Petrobras. Os papéis ordinários da companhia caíram 2,87% e os preferenciais, 2,62%, influenciados pelo recuo do petróleo.

No câmbio, o dólar comercial fechou em leve alta de 0,04%, cotado a R\$ 2,276. Segundo analistas, os baixos patamares da moeda americana criaram a expectativa de uma atuação do Banco Central no mercado para evitar uma queda maior. Na última vez em que o BC atuou no câmbio à vista, no dia 11 de agosto, a moeda estava cotada a R\$ 2,296.

- O mercado acaba usando esse valor como parâmetro para a atuação do BC - diz Mário Battistel, da corretora Novação.

Na avaliação dos analistas, entretanto, sem a atuação do BC e diante das perspectivas de ingressos de recursos no país, permanece a tendência de queda do dólar.

O banco Votorantim anunciou ontem que vai fazer uma emissão de eurobônus para captar pelo menos US\$ 200 milhões no exterior. Segundo o banco, será o seu primeiro acesso ao mercado de investidores institucionais americanos.

#### **TEXTO 181**

**Fôlego de US\$ 15 milhões para a Varig**

**Juiz determina que GE libere valores retidos desde junho. Índices de pontualidade e regularidade da empresa pioram em agosto**

*RAFAEL ROSAS*

A Varig conseguiu ontem uma importante vitória para oxigenar o caixa da companhia, asfixiado desde o pedido de entrada na Lei de Recuperação Judicial, em junho. O juiz Luiz Roberto Ayoub, integrante do grupo de magistrados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que acompanha o processo de reestruturação da empresa, determinou à GE Commercial Aviation Serviços a devolução de todos os valores bloqueados a partir de 17 de junho, que somam US\$ 15 milhões.

Ayoub também proibiu a empresa americana de transferir quantias decorrentes da liquidação de recebíveis da companhia aérea brasileira. A decisão será comunicada hoje ao juiz da Corte de Falências do Distrito Sul de Nova York, onde corre o processo da GE contra a empresa aérea. Só depois de uma decisão semelhante do juiz americano, o dinheiro estará liberado para a Varig.

Segundo o presidente da Varig, Omar Carneiro da Cunha, caso se confirme a decisão do Judiciário brasileiro, os US\$ 15 milhões serão utilizados principalmente nas necessidades de manutenção da companhia.

- A decisão significa um alívio importante para uma empresa em recuperação - afirmou Carneiro da Cunha.

Segundo ele, a decisão de terça-feira da juíza Márcia Cunha, que obrigou a GE Rio Revisão de Motores Aeronáuticos a devolver cinco turbinas que estavam em conserto quando a Varig entrou em recuperação judicial, já representou o aumento da frota em operação.

Ontem mesmo, um DC-10 da VarigLog que estava parado voltou a voar. Nos próximos dias, está previsto o retorno de um Boeing 737 da Varig aos vôos normais.

- Além disso, vamos evitar que um outro avião, um MD-11, pare por falta de turbinas - ressaltou Carneiro da Cunha.

A decisão do TJ-RJ acontece em um momento em que as 14 aeronaves paradas por falta de manutenção começam a afetar de forma mais forte o desempenho operacional da Varig. De acordo com dados divulgados ontem pelo Departamento de Aviação Civil (DAC), o índice de regularidade da empresa, que monitora o cancelamento de vôos, despencou de 92% em julho para 83% em agosto, enquanto a média do mercado foi de 91%. A pontualidade subiu, de 92% para 94% no período, mas se manteve abaixo da média do mercado, de 96%.

Ainda ontem, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região negou liminar à Procuradoria da Fazenda Nacional que buscava tirar a Varig do recuperação de débitos tributários de R\$ 1,5 bi no âmbito do Parcelamento Especial (Paes, o Refis 2). Para quitar esta dívida, a Varig desconta mensalmente R\$ 9 milhões de um crédito de R\$ 100 milhões a que teria direito por retenção de impostos e contribuições. A União tentava até ontem sustar este pagamento, o que cassaria as certidões negativas de débito da companhia.

## **TEXTO 182**

### **Dia do Sorvete, lucros gelados**

*BRUNO ROSA*

Hoje, 23 de setembro, é o Dia do Sorvete. Pelo menos nos últimos quatro anos, quando a data foi criada com chancela da Associação Brasileira das Indústrias de Sorvete (Abis), com o objetivo de impulsionar as vendas já na primavera. Afinal, os meses mais quentes do ano costumam representar até 70% das vendas do setor. Mas as projeções para 2005 não estão entre as mais cálidas. Para o mercado, que fatura cerca de R\$ 2 bilhões anuais, o crescimento deve ficar em torno de modestos 5% na comparação com 2004.

Nas palavras de Eduardo Weisberg, presidente da Abis, a grande dificuldade no Brasil é acabar com paradigmas de que sorvete é calórico e faz mal à saúde quando degustado no inverno. O consumo per capita do brasileiro não chega a três litros. Já na Europa, supera os 18 litros anuais.

- Um sorvete de creme possui 208 calorias. Um pão francês e um ovo frito têm 269 e 216 calorias, respectivamente. Além disso, no Brasil, acha-se que o sorvete faz mal à garganta quando ingerido em dias frios - diz Weisberg, lembrando que o produto, em alguns casos, tem indicação médica.

Do ponto de vista nutricional, insiste Weisberg, o sorvete é rico em proteínas, açúcares, cálcio e fósforo.

- O Brasil ainda conta com as frutas tropicais e é um dos mercados mais avançados no mundo - completa, na torcida para o frio dar uma trégua.

[24/SET/2005]

**TEXTO 183****Multa pesada para cartel do aço****Cade condena Gerdau, Belgo-Mineira e Barra Mansa a pagar 7% do faturamento bruto de 1999. Empresas vão recorrer***DANIEL PEREIRA*

**BRASÍLIA** - O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) condenou ontem, por quatro votos a um, Gerdau, Belgo-Mineira e Barra Mansa, pertencente ao grupo Votorantim, por formação de cartel no mercado de vergalhões. Cada empresa terá de pagar multa equivalente a 7% do faturamento bruto de 1999. A tendência é que haja recurso no Judiciário contra a decisão.

Arquivo

O julgamento só foi realizado porque a Procuradoria do Cade conseguiu derrubar, minutos antes do início da sessão, uma liminar concedida à Gerdau que impedia a análise do caso. De acordo com a maioria dos conselheiros, as três empresas dividiram entre si o mercado de vergalhões em São Paulo, oferecendo preços discriminatórios aos consumidores. Se um cliente da Barra Mansa, por exemplo, tentasse comprar da Belgo-Mineira, esta cobraria mais do que a concorrente.

**Gerdau quis impedir o julgamento do caso, por meio de uma liminar derrubada pela Procuradoria do Cade.**

- A divisão de mercado possibilitou o aprisionamento dos clientes, produzindo uma fidelização artificial - afirmou o relator do caso, conselheiro Luiz Esteves Scaloppe.

Ele disse que notas fiscais, tabelas de preço e depoimentos de funcionários das empresas comprovaram a existência do cartel. Segundo ele, a multa em 7% do faturamento - acima do tradicionalmente adotado, de 1% a 5% - decorreu de agravantes existentes no caso. Entre eles, as barreiras à entrada de novos concorrentes no mercado e o poder econômico das três empresas. Conforme a Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae) do Ministério da Fazenda, as participações de Gerdau, Belgo-Mineira e Barra Mansa no mercado de vergalhões em São Paulo, entre 1998 e 2000, foram de, respectivamente, 50%, 32% e 8%. Durante as investigações, a Barra Mansa alegou que não poderia integrar o cartel justamente por deter uma pequena fatia dos consumidores.

- O tamanho do participante não tem o condão de isentar qualquer uma de punição - declarou Scaloppe.

O conselheiro Luiz Delorme Prado votou pelo arquivamento do processo, aberto em 2000 a pedido dos sindicatos da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas de São Paulo (Sinduscon/SP) e das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo (Secovi/SP), por considerar as provas frágeis.

O conselheiro Roberto Pfeiffer rebateu o colega, lembrando que a Lei de Defesa da Concorrência (8.884/94) não estipula como condição para a condenação a consumação do cartel, mas apenas a intenção de prejudicar a livre competição e os consumidores. Presidindo a sessão, Pfeiffer reconheceu deficiências na instrução do processo, mas rechaçou o a alegação das empresas de que deveria ser anulada, entre outros motivos por não ter sido realizada uma perícia econômica.

- A prova econômica não foi requerida na fase de instrução (*como era devido*) - comentou Pfeiffer.

A defesa de uma perícia econômica tende a ser retomada para derrubar a condenação. O julgamento foi considerado uma grande vitória do Cade no Judiciário. Se não fosse realizado ontem, dificilmente sairia neste ano, pois com o término do mandato do conselheiro Scaloppe, que participou de sua última sessão, o órgão não teria quorum para julgar a denúncia de formação de cartel. A volta do processo à pauta dependeria da posse de um novo conselheiro, o que depende da nomeação pelo presidente da República e da aprovação do Senado.

O advogado da Belgo Mineira, José Del Chiaro, informou à banca de julgamento que irá analisar os votos de cada conselheiro para avaliar o melhor recurso a ser apresentado. Por meio de sua assessoria de imprensa, a Belgo afirmou que desconhece qualquer prática de fixação de preços ou acordos para divisão de mercado. Já a Gerdau informou que "continuará buscando o reconhecimento de seus direitos e a realização da Justiça".

Já o advogado da Associação Mineira dos Distribuidores de Aço para a Construção Civil, Bruno Peixoto, se disse satisfeito com a decisão.

- A decisão mostra a disposição do Cade em combater a cartelização.

*Com agências*

#### **TEXTO 184**

#### **Alcoa investe US\$ 1,6 bi no Brasil Expansão permitirá criação de 6,5 mil empregos**

*FERNANDO EXMAN*

**BRASÍLIA** - O presidente para a América Latina da Alcoa, Franklin Feder, anunciou ontem o investimento de US\$ 1,6 bilhão no Brasil nos próximos três anos. O aporte será destinado à modernização da unidade da Alcoa em Poços de Caldas (MG); à expansão da refinaria da fábrica de São Luís (MA); e ao início da operação da mina de bauxita de Juruti (PA). A Alcoa estima que, com os investimentos, a receita anual chegue a US\$ 400 milhões em exportações e a US\$ 200 milhões com vendas ao mercado doméstico.

Do montante a ser investido, US\$ 400 milhões serão destinados à mina de bauxita de Juruti, que tem reservas de 700 milhões de toneladas e começará com uma produção anual de 2,6 milhões de toneladas. Outros US\$ 100 milhões serão usados para modernizar a unidade de Poços de Caldas.

A empresa prevê, ainda, aplicar US\$ 1,1 bilhão na expansão da refinaria de alumina da fábrica de São Luiz (MA). Atualmente, a capacidade da refinaria é de 1,4 milhão de toneladas por ano, mas, com os investimentos, a unidade poderá refinar cerca de 3,5 milhões de toneladas por ano a partir de 2008.

Feder afirmou que os investimentos demonstram a confiança que a Alcoa deposita no Brasil. Os aportes, estimou o executivo para a América Latina, gerarão 6,5 mil empregos diretos no país. A empresa já emprega aproximadamente 6 mil pessoas no Brasil.

#### **TEXTO 185**

#### **Além do Fato: Combate à pirataria**

*GERALDO COUTINHO\**

O desenvolvimento da economia brasileira requer uma série de medidas e condutas a serem adotadas pela sociedade. Entre elas está o combate à pirataria, uma das principais práticas de concorrência desleal que engloba empresas na ilegalidade, sonegação de impostos, contrabando e uso indevido da marca. A pirataria prejudica



empresas e governo com redução de vendas e evasão de receitas, como também atinge diretamente o cidadão com a deterioração do mercado de trabalho e com riscos sobre sua saúde devido ao consumo de produtos sem qualidade.

Para a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), a solução do problema passa por uma ação articulada de toda a sociedade, representada por entidades empresariais, governo e cidadãos. Nessa direção, em 2004, foi criado o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNPC), resultante da CPI da Pirataria, instalada no ano anterior. Por sistematizar ações integradas de combate ao problema, a sua criação representa um marco para o enfrentamento do problema.

Além do CNPC, a CPI motivou outros esforços no combate à pirataria, como medidas adotadas pela Receita Federal e pelos ministérios da Justiça e da Ciência e Tecnologia. Grupos de trabalho foram criados em âmbito estadual, principalmente no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. A adoção de legislação punitiva mais ações de repressão e controle de mercadorias piratas inibiram, substancialmente, a circulação desses produtos em 2004.

O CNPC é um órgão colegiado consultivo, subordinado ao Ministério da Justiça, responsável pela definição de diretrizes para formulação e proposição de um plano nacional para o combate à pirataria, à sonegação fiscal dela decorrente e aos delitos contra a propriedade intelectual. A composição do Conselho é formada por representantes do governo e da sociedade civil. A Firjan, por meio do Fórum de Bens Não-Duráveis, participa do painel de colaboradores, contribuindo na preparação de ações que reprimem a pirataria.

Em fevereiro deste ano, o planejamento estratégico do CNPC estabeleceu 99 ações prioritárias para o biênio 2005/2006 que representam um esforço efetivo no combate à pirataria, com metas a serem atingidas em quatro áreas: educativa, repressiva, econômica e institucional. O cronograma ordena ações de curto, médio e longo prazos, que vão de recomendações, proposições, apoios institucionais e campanhas educativas, passando por acordos de cooperação e parcerias, até treinamentos. Foram criados cinco grupos de trabalho, dedicados a assuntos legislativos e trabalhos educacional, econômico, repressivo e institucional. A coordenação entre o setor público e o setor privado envolve atualmente associações e o Ministério Público, em parcerias de cooperação mútua para estudos, pesquisas e realização de cursos.

O Fórum de Bens Não-Duráveis coordena a discussão no Sistema Firjan sobre o combate à pirataria. Nos últimos três anos, entre as ações desenvolvidas para identificar o problema no estado, destacam-se pesquisas, seminários e campanhas para alertar a população sobre os riscos do consumo de produtos piratas. A Firjan, como integrante do CNPC, é a interlocutora das empresas para reivindicações e sugestões ao governo e instituições reguladoras. Temos consciência do longo caminho a ser percorrido e estamos confiantes e dispostos a desempenhar nosso papel nessa luta.

*\*Coordenador do Fórum de Bens Não-Duráveis da Firjan*

#### **TEXTO 186**

##### **Bolsa acumula alta de 5% na semana**

##### **Ibovespa supera os 31 mil pontos puxado por notícias sobre venda da Light e acordo na Brasil Telecom**

O mercado financeiro nacional viveu ontem mais um dia de recordes, desta vez em decorrência de rumores sobre a solução de conflitos societários na Brasil Telecom e a possível venda da Light. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em alta de 2%. no inédito patamar de 31.294 pontos e volume de R\$ 2.095 bilhões. Na semana.

o avanço acumulado da bolsa foi de 5%. No mercado de câmbio, o dólar comercial encerrou a sexta-feira em queda de 0,48%, cotado a R\$ 2,265, menor valor desde abril de 2002.

O risco Brasil recuou para 356 pontos básicos - menor patamar desde o mês de outubro de 1997.

As informações sobre uma possível venda da distribuidora de energia Light, que opera em 31 municípios do Estado do Rio, levou ontem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a afirmar que qualquer transferência de controle deve passar pelo crivo da instituição de fomento. Em julho, o banco capitalizou a distribuidora com R\$ 760 milhões.

Como resultado das especulações, as ações da companhia encerraram o pregão de ontem em alta de 4,99%, cotadas a R\$ 19,58, na maior variação entre os papéis das empresas do setor elétrico. Os boatos, que movimentaram o mercado logo no início da manhã davam conta de que a Electricité de France (EDF), controladora da Light, abriria, já na semana que vem, todas as informações da distribuidora fluminense para consulta de potenciais compradores.

Também circularam notícias de que o banco Goldman Sachs, que liderou o processo de reestruturação da dívida de R\$ 1,5 bilhão da Light, já teria enviado os primeiros convites para empresas interessadas.

Outra notícia que aqueceu os negócios ontem foi a promessa de que a maior disputa do mercado de telefonia brasileiro pode estar próxima do fim. A Telecom Itália teria chegado a um acordo com o Citibank e os fundos de pensão para assumir finalmente o controle da Brasil Telecom.

Embora as partes não tenham se manifestado sobre os rumores e os valores da negociação permaneçam em sigilo, fontes de mercado afirmam que os italianos comprarão 100% da participação do Citi e 30% da fatia dos fundos na Brasil Telecom. O restante da parte dos fundos seria vendida em um prazo de cinco anos.

Atualmente, o Citi e os fundos possuem, em conjunto, 58% das ações da holding controladora da Brasil Telecom, enquanto a Telecom Itália possui 38%. O Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas, possui apenas 3,8%, mas controlava a empresa por meio de um acordo de acionistas que acabou levando a um litígio que já dura mais de cinco anos.

Como resultado da possível solução, as ações preferenciais da Brasil Telecom subiram 12,29%. As ordinárias e preferenciais da Brasil Telecom Participações avançaram 10,48% e 7,20%, respectivamente.

Os investidores estrangeiros voltaram a apostar nos papéis de empresas brasileiras e já colocaram R\$ 672 milhões na bolsa paulista em setembro até o dia 20. Em agosto, o saldo de investimentos estrangeiros na Bovespa havia ficado negativo em R\$ 120,7 milhões.

*Com Ricardo Rego Monteiro*

#### **TEXTO 187**

#### **Anatel quer aumentar concorrência nas fixas Empresas-espelho terão vantagens**

Folhapress

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) quer fazer modificações nas regras da telefonia fixa para tentar estimular a concorrência no setor. As mudanças entrarão em vigor em 2006, nos novos contratos das teles com o

governo. As regras estão em consulta pública até 10 de outubro. A agência definiu que haverá restrições para a adoção de promoções e oferecimento de vantagens e serviços para os clientes das empresas que forem consideradas Poder de Mercado Significativo (PMS). Essas empresas são as concessionárias de telefonia fixa que surgiram do leilão da Telebrás: Telefônica, Telemar, Brasil Telecom e Embratel.

As concessionárias autorizadas, as chamadas empresas-espelho, como Intelig, GVT e Vésper, terão menos restrições.

- Queremos facilitar o que for possível para a concorrência - disse Harley de Souza, gerente de planejamento da Anatel.

As concessionárias também não poderão oferecer vantagens para os seus clientes que venham a adquirir serviços adicionais aos de telefonia fixa. Pelas novas regras, elas serão obrigadas a oferecer aos usuários um sistema pré-pago de telefonia fixa e não poderão repartir os ganhos com receita com provedores de internet. Nos novos contratos, a medição por pulsos será modificada para minutos.

### **TEXTO 188**

#### **Economistas criticam lentidão nos juros Delfim e Loyola cobram mais rapidez do Banco Central**

*DANIELE CARVALHO*

A lentidão no corte da taxa básica de juros e o fraco desempenho que o Brasil terá na expansão do PIB este ano foram as principais críticas que nortearam ontem o encontro da Associação Nacional das Instituições de Crédito Financeiro e Investimento (Acref). Para o economista e ex-ministro da Fazenda, Delfim Neto, o arrocho monetário promovido pelo governo Lula surtiu pouco efeito no controle da demanda e na concessão de crédito, colaborando apenas para a "armadilha" da sobrevalorização do real frente ao dólar.

- O real já está cerca de 10% supervalorizado frente ao dólar. Não é confortável se ter uma valorização acima das demais moedas quando esta é puxada pela taxa de juros - alerta.

Já na avaliação do ex-presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, as atas do Comitê de Política Monetária (Copom) indicam que a instituição tem sido excessivamente cautelosa por ver riscos inexistentes na economia brasileira.

- O Banco Central tem receio ainda de que a atividade econômica possa levar a uma pressão inflacionária e acha que a queda recente da inflação pode ter sido ainda mais localizada do que generalizada. Para mim esta pressão não existe e o BC poderia ter começado a queda dos juros antes - diz ele.

A opinião dos economistas também foi compartilhada pelo presidente do Bradesco, Márcio Cypriano. Para ele, o BC já poderia ter iniciado o corte da Selic em agosto.

- Os indicadores já permitiam isso - afirma ele, que acredita que, até o final do ano, a taxa possa cair 1,5 ponto percentual. O repasse para os clientes do banco, no entanto, não deverá acompanhar o mesmo ritmo.

- Não é só a Selic que determina a taxa cobrada ao consumidor. Outros fatores, como o alto depósito do compulsório, atualmente de 45%, a incidência da carga tributária sobre o *spread* bancário e a inadimplência também pesam na sua composição - justifica.

Em relação ao crescimento do PIB, previsto para 3,5%, os economistas foram unânimes em dizer que este ficará aquém do que poderia ser. Delfim o classificou como "medíocre" e José Roberto Mendonça de Barros, da MB Associados, alertou que o Brasil não está sabendo aproveitar a bonança atual do mercado internacional.

[25/SET/2005]

#### **TEXTO 189**

##### **Começa a sobrar salário no fim do mês**

*BRUNO ROSA*

Com a inflação em baixa, a renda do trabalhador vem se recuperando, mas a crise política, os juros altos e o elevado nível de desemprego no país continuam tirando o sono dos brasileiros. Mais famílias estão conseguindo esticar o salário além do mês, mas a sobra do orçamento, na maioria dos casos, fica reservada para uma eventualidade ou para a compra de um bem no futuro. Os dados fazem parte de um levantamento exclusivo feito pela Fecomércio-RJ.

A pesquisa traz boas notícias: aumentou em dois pontos percentuais o índice dos lares que conseguiram ter uma folga na renda no fim de agosto deste ano em relação a igual período de 2004, fruto da melhoria de alguns indicadores econômicos.

Dessa forma, no mês passado, 27,81% das famílias conseguiram, depois de pagar todas as despesas, poupar parte da renda. Os reflexos do aumento do salário mínimo atingiram de forma direta o orçamento. Entre maio, mês do reajuste, e junho, o índice de famílias com sobra de salário cresceu de 21% para 27,17%. Por outro lado, elas também deixaram de consumir alguns itens, conseqüência das altas taxas de juros. A Selic caiu 0,25 ponto percentual este mês, para 19,5%, mas não tirou o país da liderança do ranking de juros reais.

– A sobra no orçamento começou a ser sentida com destaque a partir do fim do primeiro semestre. Entre julho e agosto, por exemplo, houve estabilidade. A tendência agora é de alta, uma vez que os níveis de inadimplência começam a apontar uma leve queda – explica João Carlos Gomes, economista da Fecomércio-RJ.

#### **TEXTO 190**

##### **Preocupação com o futuro**

##### **Apesar dos indicadores econômicos apontarem estabilidade, famílias poupam**

*BRUNO ROSA*

De acordo com o estudo, a sobra do dinheiro já tem destino certo. Entre as 3,2 mil famílias entrevistadas na região metropolitana do Rio de Janeiro, cerca de 37% pretendem poupar para uma eventualidade no futuro. Além disso, 31% das pessoas querem guardar para as compras de fim de ano.

Para Carlos Thadeu de Freitas Gomes, Chefe do Departamento Econômico da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e ex-diretor do Banco Central, o fato de as famílias tentarem juntar dinheiro está ligado aos juros altos e ao desemprego.

- A crise política até agora afetou apenas o nível de expectativa do consumidor, que ainda se preocupa com os altos juros da economia e o receio de que fiquem maiores que o necessário. Por isso, querem evitar ficar gastando, até porque o desemprego se aproxima dos dois dígitos - afirma Freitas.

Os indicadores, apesar de altos, mostram uma tendência de estabilidade. A taxa de desocupação (nível de desemprego), de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), ficou em 9,4% em agosto deste ano, o mesmo resultado do mês anterior. Em comparação com igual mês do ano passado, registrou queda de 2 pontos percentuais.

Assim, o poder de compra do trabalhador continua crescendo. O rendimento médio real, estimado em R\$ 973,20, apresentou elevação de 0,7% em relação a julho de 2005. Na comparação com julho do ano passado, o quadro de recuperação também se confirmou (3,7%).

- A economia estabilizada tende a aumentar os níveis de poupança. Por isso, muitas pessoas estão segurando o dinheiro para gastar no futuro. Uma hipótese pode ser a queda da taxa básica de juros, a Selic, este mês. Apesar de ainda não surtir efeito na economia, alguns bancos já anunciaram a queda nos financiamentos - endossa João Carlos Gomes, economista da Fecomércio-RJ.

A renda também é beneficiada pelo recuo na inflação. Segundo o IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - que baliza as metas do governo - obteve variação de 0,17% no mês de agosto e ficou abaixo da taxa de 0,25% de julho. No grupo Alimentação e Bebidas, a queda continuou, situando-se em -0,73%.

- O brasileiro começa a se preocupar quando dói no bolso. É importante lembrar que as tarifas administradas pelo governo, como o telefone, registraram recuo no preço, o que beneficiou o consumidor. Além disso, a desvalorização do dólar em relação ao real também contribui - completa Freitas.

Virene Matesco, professora de economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), lembra que é importante observar o levantamento com um olhar pessimista. Para ela, cerca de 72% das famílias não conseguem chegar ao fim do mês com sobra.

- Isso é muito preocupante, mas as coisas vão as poucos melhorando. A sobra na renda dos lares pode ter sido ocasionada por uma reorganização da dívida familiar como, por exemplo, a negociação das dívidas a prazos mais curtos e a juros menores, a queda da inflação este ano. E ainda existe a possibilidade de algum membro da família ter conseguido algum emprego formal ou até mesmo um bico - aponta Virene.

### **TEXTO 191**

#### **Famílias consomem menos**

A sobra no orçamento também está relacionada ao fato de as famílias deixarem de consumir, como explicaram 37,3% dos entrevistados ouvidos pela Fecomércio-RJ. Outros 18% dos lares deixaram de pedir empréstimos a bancos ou financeiras e quase 18% passaram a trabalhar mais que de costume.

- Essas soluções foram encontradas por muitas famílias, já que sabiam das dificuldades que teriam que passar até o próximo pagamento de salário - ressalta João Carlos Gomes, economista da Fecomércio-RJ.

Esse é o caso de duas famílias ouvidas pelo **JB**. A do porteiro Erasmo, cuja renda é de oito salários mínimos, e da empresária Maria Luiza, com ganho superior à média nacional. Ele mora na Tijuca e ela, na Barra da Tijuca. Em comum, as dificuldades de conciliar o orçamento no fim do mês e um consumo cada vez mais controlado.

Erasmo Amaro, de 51 anos, mora com a esposa, Albertina da Conceição de Souza, empregada doméstica de 52 anos, e as duas filhas no condomínio em que trabalha, na Tijuca. Chegar ao fim do mês com sobra na renda, diz ele, é um sacrifício com o custo de vida cada vez mais alto.

- Consigo juntar dinheiro a partir do segundo semestre. Me esforço muito para chegar ao fim do mês com um dinheiro a mais, porque estou juntando para comprar uma casa própria. É difícil, mas estou tentando. Por isso, dificilmente aumento meu consumo ou gasto em lazer com as minhas filhas. O aumento do 13º salário ajudou bastante, mas as contas de telefone, luz e água consomem boa parte do meu orçamento - afirma Amaro.

Erasmus e a esposa ainda poupam custos como transporte e alimentação durante o horário de almoço. A esposa também trabalha nos apartamentos do prédio em que mora.

- A minha renda familiar é de R\$ 400. Não dá para ter muitas sobras no fim do mês. Mas o fato de minha esposa e eu trabalharmos onde moramos facilita bastante porque é um custo menor. Minha esposa faz o almoço, o que evita gastos extras na rua - completa Amaro.

Já Maria Luiza Marzullo, de 52 anos, também tem tentado juntar parte da renda de seu orçamento quando consegue organizar as despesas e controlar seus gastos. A saída, diz ela, é pesquisar os preços e as taxas de juros dos itens que pretende comprar. Maria diz que sempre teve o hábito de juntar dinheiro. Ela trabalha em uma fábrica de etiquetas de papel no Recreio dos Bandeirantes, Zona Oeste do Rio.

- Pesquiso tudo. Às vezes nem compro porque, quando tenho muitas contas, não sobra. Mas tento ajustar meu orçamento para poupar parte da minha renda para poder viajar no fim do ano. Olho todas as minhas despesas na agenda. Controlo tudo - diz Maria.

Segundo dados da Fecomércio-RJ, quando há sobra no orçamento, existem algumas diferenças nas intenções de gastos entre as famílias com renda até oito salários mínimos e as que ganham mais que isso. Nas duas categorias de famílias, 25% dos entrevistados pretendem gastar o extra com lazer. Já quando a pergunta é guardar para consumir no futuro, as famílias de maior renda se preocupam mais com a poupança. O índice é citado por 31% delas. Já entre as menos favorecidas, o percentual cai para 18,97%.

- Outro item que apresenta grande diferença é a reforma da casa. Varia de 2,44% a 0,71% entre os mais pobres e mais ricos, respectivamente. A diferença pode ser explicada pelo fato de que a população de baixa renda sempre está em processo de construção da casa - conclui João Carlos Gomes, economista da Fecomércio-RJ. **(B.R.)**

## **TEXTO 192**

### **Rio anda menos na fila do emprego**

### **Apesar da forte expansão na criação de vagas, estado tem desempenho abaixo do resultado nacional devido à indústria**

*SAMANTHA LIMA*

O Rio de Janeiro vive o melhor período de criação de emprego formal dos últimos dez anos. O número de vagas abertas no acumulado de 12 meses calculado a cada mês vem se mantendo acima de 100 mil desde meados do ano passado, em um resultado jamais atingido pelo mercado de trabalho fluminense. Embora forte, a expansão não acompanhou, porém, o resultado nacional, devido ao fraco desempenho de sua indústria. É o que revela estudo da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), com base em dados do Ministério do Trabalho.

O indicador superou a marca de 100 mil no Rio em maio de 2004. Atingiu o pico - 114 mil - em agosto do ano passado. No mês passado, o indicador registrou 102 mil postos criados nos 12 meses anteriores. Desde janeiro de 2004, quando o indicador registrou 65 mil postos, o salto foi de 56,4%. Um belo resultado, levando-se em consideração que, entre 2000 e 2003, a média não passava de 65 mil e, até 1998, o resultado era negativo. Mas,

Uma das razões para o resultado reside na estrutura da indústria fluminense. No estado, concentra-se a produção de bens de consumo não-duráveis e intermediários - os segmentos que menos se expandiram nos últimos meses. No país, a indústria avançou pelos setores de bens de capital e duráveis - que explodiram por conta do avanço do crédito -, que têm pouca representação no Rio.

- O Rio não foi beneficiado pela expansão da indústria dos últimos meses. O setor de bens intermediários teve o menor crescimento entre as categorias. Já o de bens de consumo não-duráveis depende da renda, que só agora está começando a crescer - explica Luciana de Sá, chefe do departamento econômico da Firjan.

O crescimento menor da indústria fluminense pode ser comparado, ainda, pela participação do setor na criação de empregos, que encolheu nos últimos 12 meses. Este ano, as fábricas fluminenses responderam pela abertura de 7.252 vagas, ou 9% dos 79 mil postos criados até agosto. Em igual período do ano passado, o setor criou 12.994 vagas, ou 15,25%. No Brasil, a atividade colaborou com a abertura de 18% do total ao longo do ano.

O setor de serviços liderou o crescimento do mercado de trabalho nacional. O Rio seguiu o movimento, mas em força maior. No total, o segmento respondeu por 453 mil vagas - ou 37% do total. Já no estado, as 47 mil vagas criadas respondem por 58% dos postos abertos.

O levantamento mostra que, nos últimos três meses, a criação de vagas entrou em declínio no Rio. Depois de atingir, em junho, 108 mil vagas, o acumulado de 12 meses caiu 102 mil em agosto, ou 5,7%. Mas, dessa vez, o Rio teve um desempenho menos negativo do que o resultado nacional, que tombou 12% na mesma comparação.

Mas, para Luciana de Sá, a tendência será revertida.

- A proximidade do fim do ano incentivará as contratações temporárias no setor de serviço. Na indústria, duas em cada dez empresas abrirão vagas, o que considero bom diante do perfil do setor no estado. Mas, com a taxa de juros enfim em trajetória de queda, a expectativa é positiva para todos os setores no ano que vem. E, com a inflação em queda, a renda aumentará, impulsionando as atividades econômicas - avalia.

Exemplo dessa perspectiva positiva é a unidade fluminense da fábrica de telhas e caixas d'água Eternit. Com capacidade produtiva de 14 mil toneladas de produtos por mês, a empresa deve ampliar em 10% as 140 vagas existentes. O plano foi incentivado pela expectativa de fechar o ano com um faturamento 40% superior a 2004.

- Esse foi um ano muito bom para nós. Depois de investirmos em qualidade, estamos colhendo os resultados. Mas não tenho dúvidas de que houve uma melhoria na renda. Nosso segmento é muito sensível a isso. Nosso cliente é aquele que compra material de construção aos poucos para reformar sua casa - comemora Rogério Renner, gerente da Eternit no Rio.

### **TEXTO 193**

#### **Safra de vagas em Campos**

Nem indústria nem serviços. O grande impulsionador do emprego no município que abriu mais vagas com carteira assinada fora da capital é a agricultura voltada à exportação. Em Campos, na região norte-fluminense, desde o início do ano foram abertos 5.353 postos, principalmente no setor açucareiro. A liderança já existia no ano passado, com 6.584 vagas no mesmo período.

Movimento curioso ocorreu no segundo lugar do ranking de empregabilidade dos municípios. Mangaratiba saltou para a segunda posição da lista nos sete primeiros meses do ano, ante um modesto 10º lugar em igual período de 2004. Este ano, foram oferecidos 5.222 empregos no município, ante os 1.096 em igual período de 2004.

O ranking aponta, ainda, Rio Bonito na terceira posição, com 4.460 vagas abertas no ano (ante 2.966 em 2004), na esteira do setor de serviços técnicos e hotelaria; Nova Friburgo vem em quarto, com 3.049 vagas (ante 1.027 em 2004), puxadas pela administração pública. Macaé, a cidade do petróleo, vem em quinto, com 2.306 empregos criados (ante 4.618 em 2004), com oportunidades nos setores de construção civil, hotelaria, extração mineral e metalurgia.

#### **TEXTO 194**

##### **Além do Fato: Por um corte de gastos drástico e eficaz**

*ANTONIO OLIVEIRA SANTOS*

Presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC)

Todas as análises sobre o desequilíbrio fiscal-orçamentário do setor público e sua influência negativa sobre a inflação e o crescimento econômico levam a uma única conclusão: a imprescindível necessidade de redução dos gastos do governo.

Infelizmente, ainda não surgiu uma proposta concreta, viável, para a redução dos gastos públicos, respaldada por evidente vontade política. As fórmulas trabalhadas, de um modo geral, são paliativos diante da gravidade do problema.

Os economistas do governo advogam a estratégia de aumento do superávit primário, o que pode significar uma redução das despesas de custeio e de capital, sem atacar, corajosamente, a redução dos gastos com o pagamento dos juros da dívida pública. Essa fórmula é indicadora da prevalente vontade dos monetaristas do Banco Central, certos ou errados, que ainda acreditam que a solução reside no aumento da taxa básica de juros. De outro lado, alguns economistas de maior senso prático desejam zerar o déficit nominal, o que poderá ser feito apenas reduzindo os juros, sem diminuir o total dos gastos públicos.

Em verdade, as duas fórmulas indicadas ficam aquém da necessidade real de uma drástica redução do tamanho do Estado, que atingiu proporções inaceitáveis em relação ao PIB nacional. O crescimento do Estado e a necessidade de cobrir os gastos públicos, sem recorrer ao financiamento inflacionário, de trágicas conseqüências, acarretou a elevação irresponsável da carga tributária, que condenou a economia nacional às taxas medíocres de crescimento, observadas na média dos últimos 25 anos.

É evidente que a solução correta e ideal seria implantar, drasticamente, uma "operação desmonte", capaz de reduzir, em termos reais, os gastos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário nos três níveis federativos: do governo central, estados e municípios. Já se disse, com clareza absoluta, da necessidade de começar com a redução do número de municípios, que só seriam mantidos se preenchessem dois requisitos fundamentais: tivessem população superior a 10 mil habitantes e arrecadação própria capaz de cobrir pelo menos 80% dos gastos.

Para alcançar esse resultado, ainda que em um prazo de dez ou 15 anos, uma medida lógica seria reduzir o número de vereadores municipais e tornar honorífico o desempenho de suas funções, sem remuneração, nos municípios de até 100 mil habitantes, permitindo, no máximo, o pagamento moderado de jeton por dois ou três meses de funcionamento anual das Câmaras de Vereadores. Ao que pode parecer, à primeira vista, esta seria uma



utopia, uma fórmula inviável e politicamente irrealizável. O mesmo se poderia dizer da redução drástica do número de ministérios, de secretarias, de universidades federais e estaduais deficitárias.

A conclusão dessa visão pessimista, entretanto, representaria a covarde aceitação do status quo, ou seja, a negação de uma solução racional e lógica para o verdadeiro problema do desequilíbrio fiscal.

Haveria alguma outra saída, menos dramática e mais viável, politicamente? Parece que sim e consistiria, simplesmente, em fixar o limite de todos os gastos públicos, todos, sem exceção, em termos nominais, isto é, sem aumento quantitativo em reais. Isso significaria uma redução dos gastos públicos, em termos reais, equivalente e na proporção das taxas de inflação.

Essa seria uma experiência fantástica, original, capaz, quem sabe, de ser alcançada sem maiores traumas políticos. Atualmente, o total de gastos públicos nos três poderes e nas três esferas de governo monta a cerca de R\$ 750 bilhões. Se esse montante fosse mantido de 2006 a 2010 toda a inflação desse período seria convertida em redução real dos gastos públicos.

Evidentemente, seria uma solução apenas na originalidade, porque, no fundo, dependeria, como qualquer outra solução, seja do déficit zero ou do aumento dos superávits primários, de uma férrea vontade política e de uma convicção patriótica de que é preciso salvar o país de um destino medíocre de pobreza, muito aquém de seu potencial de desenvolvimento econômico e social.

A racionalidade da redução do megaestado brasileiro está na necessidade, premente, de redução da carga tributária. Uma conclusão que a todos parece inexorável é a de que com a atual carga tributária, de cerca de 40% do PIB, jamais a economia nacional voltará a crescer de forma ordenada e sustentável às taxas históricas tradicionais.

#### **TEXTO 195**

##### **Vaidade, teu nome é Mãe**

##### **Pesquisa mostra que mulheres tornam-se vorazes consumidoras de cosméticos depois da primeira gravidez**

*BRUNO ROSA*

Os tempos em que ser mãe abalava a auto-estima das mulheres ficaram para trás. De acordo com pesquisa desenvolvida pela Coppead-UFRJ, a experiência da primeira gravidez faz com que elas intensifiquem o uso de cosméticos como cremes e condicionadores. Atentas à demanda, as principais empresas do setor de higiene e beleza lotam as prateleiras com itens criados exclusivamente para elas.

Segundo o estudo, desenvolvido pela economista Marcela Teixeira Lopes, essas mulheres são extremamente curiosas sobre novos produtos. E tornam-se mais exigentes em relação à vaidade como forma de compensação. Ainda segundo o levantamento, feito de forma qualitativa, elas intensificam o uso de itens para voltar o mais rápido possível ao corpo original antes da maternidade. O tempo, no entanto, é dividido com os cuidados do bebê.

– As mulheres utilizam mais produtos de cosméticos, em especial os hidratantes, como forma de se prevenir de problemas oriundos da gravidez. No entanto, é após o nascimento de seus filhos que sua relação com a beleza parece mudar de forma mais significativa, pois as entrevistadas mostram-se divididas entre a busca de seus ideais de beleza e o cuidado com os filhos – endossa Marcela, lembrando que as mulheres passam a associar diretamente o conceito de beleza às características físicas.

O uso de produtos de beleza aparece como um ritual de consumo, fazendo parte de suas rotinas. Segundo Marcela, elas admitem que “não abrem mão” do uso de cosméticos e que “não vivem sem eles”. Durante a análise, continua Marcela, uma das entrevistadas questionou o discurso de uma amiga que estava na mesma fase do seu ciclo de vida, ao dizer que não usava cosméticos.

– O fato de não saber usar maquiagem é considerado, na avaliação dessas mulheres, com um “distúrbio”. É importante lembrar que o fator financeiro, falta de hábito e preguiça surgem como elementos que atrapalham os cuidados – completa.

Desde que o pequeno Francisco nasceu, há quatro meses, a mãe Mariana Menezes Côrtes, arquiteta de 29 anos, vem cuidando do corpo com cosméticos que previnem estrias e rachaduras nos seios.

– Sempre usei hidratantes, mas com a gravidez intensifiquei o uso dos cosméticos para evitar flacidez e estrias. Agora, que sou mãe, uso cremes mais suaves no corpo – disse Mariana, enquanto comprava novos produtos na Época Cosméticos, no Rio Design Leblon.

Para o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec), João Carlos Basílio, as empresas do setor intensificam a cada ano o lançamento desses itens no comércio. Basílio lembra que há dez anos não existiam produtos para esse tipo de público.

– Entre renovações e novos lançamentos, a indústria de cosméticos lança cerca de 3 mil itens por mês – diz Basílio.

Leonardo Gomes, supervisor de vendas da Expo Bebê & Gestante, a maior feira do país, acredita que o conceito de qualidade de vida influencia na decisão das mulheres.

– A procura tem aumentado bastante. Este ano teremos a Casa Granado, Exalta Cosméticos e Drogasmil – diz Gomes. A feira acontece entre os dias 4 e 9 de outubro, no pavilhão 2 do Riocentro, das 14hs às 22hs. A entrada é franca e a organização do evento disponibilizou vans, que saem do BarraShopping, para os visitantes.

#### **TEXTO 196**

##### **Gastos chegam a R\$ 500 por mês**

A força nas vendas de cosméticos é sentida na rede Época Cosméticos. Os produtos representam de 15 a 20% do faturamento da loja. Para Heidi Georg, gerente de marketing da empresa, as mulheres, depois da primeira maternidade, passam a investir mais em cosméticos para o corpo. Na loja do Rio Design Leblon, o mais procurado é o Lansinoh, por R\$ 76,90, creme que evita o ressecamento dos mamilos. O produto pode ser usado desde o nascimento do bebê e é permitido durante a amamentação por ser 100% natural.

Na Niely, após uma reformulação na central de atendimento, o número de gestantes que procuram produtos para cuidar do corpo aumentou cinco vezes. Por isso, a empresa pretende criar novas linhas. Hoje, o principal item é o Óleo Corporal Vitaminado Amêndoa Doce, que tem cerca de 65 mil unidades vendidas por mês.

- As mudanças hormonais que ocorrem nesta fase prejudicam muito o aspecto da pele e dos cabelos, por isso é normal que busquem novas soluções de produtos cosméticos - diz João Freitas, consultor nacional da Niely Cosméticos.

A coordenadora da Gestação SPA do Espaço Stella Torreão, Márcia Chaves, recomenda a procura de especialistas. Ela indica uma receita para as mulheres não ficarem com estrias.

- Compre um creme tradicional e misture com uma ampola de vitamina A, outra de vitamina E e duas colheres de sopa de óleo de amêndoa. Misture bem e passe duas vezes ao dia no abd men e quadris - indica a especialista.

Os seios também estão no alvo das queixas. Segundo a sub gerente da Universelle do Shopping Tijuca, Sarita Henn, as clientes chegam a gastar R\$ 500 mensais.

- Depois do primeiro filho, elas ficam muito ansiosas para recuperar o antigo corpo. Em um ano o consumo desses produtos dobrou. Atentos à demanda, lançamos novas mercadorias - observa.

Rosângela Freitas, gerente da Green Park do Via Parque, ressalta que os hidratantes e cremes para o corpo são os campeões de venda.

- A depressão pós-parto também contribui porque as mulheres se acham feias e pouco atraentes - acrescenta.

Segundo Ângela Fontes, gerente do Boticário no Rio, os produtos mais procurados pelas mulheres que acabam de ter filhos são o Gel Redutor da Celulite, que auxilia na redução da aparência da celulite e devolve a tonicidade   pele, além do Fluido Firmador de Seios, que restaura a firmeza e hidratação da pele. Durante esse período, assim como na gravidez, o óleo de Amêndoa perfumado é bastante procurado, porque hidrata a pele da barriga fragilizada e flácida no período da gravidez.

Amanda Jacques, sub-gerente da Kay Francis do Shopping Nova América, concorda.

- São vendas específicas e direcionadas. Como trabalhamos com produtos dermo-est ticos, recebemos muitas clientes com receitas, buscando cremes indicados por m dicos - disse Amanda, ressaltando que marcas como Dior e Lanc me são as que fazem mais sucesso.

Amanda aposta em um lançamento da Biomarine para o rosto como o próximo sucesso. Trata-se de uma linha   base de safiras, que traz gel hidratante a R\$ 99,90. (B.R.)

[26/SET/2005]

#### **TEXTO 197**

##### **Futuro nas mãos da Justiça**

##### **Judiciário começa hoje a definir como será a escolha do representante dos trabalhadores no comitê de credores da Varig**

*RAFAEL ROSAS*

Os juízes que acompanham a recuperação judicial da Varig começam hoje a resolver um profundo problema que se abateu sobre a companhia no último sábado, na assembleia que definiu dois dos três titulares do comitê de credores da empresa aérea. Enquanto o fundo de pensão Aerus conseguia fazer a indicação do representante dos credores com garantia e a Infraero apontava o titular entre os sem garantia, uma cisão entre os trabalhadores impedia a definição do representante dos funcionários que acompanharia de perto o processo de reestruturação.

De um lado se encontram os sindicatos de aeronautas e aeroviários. Do outro, as associações de funcionários da companhia. No centro, uma briga que pode ser definitiva para a aprovação de questões pol micas como a venda

da VarigLog e a própria sobrevivência do plano de recuperação apresentado pelo Conselho de Administração, presidido por David Zylbersztajn.

A polêmica começou ainda no fim da tarde de sexta-feira, quando o juiz Luiz Roberto Ayoub, que faz parte do grupo que acompanha a recuperação judicial da companhia, determinou que os funcionários só poderiam ser representados na assembleia de credores do dia seguinte pelos sindicatos caso fossem associados às instituições. Na prática, a decisão significaria a escolha do titular e dos dois suplentes da classe um, a dos credores trabalhistas, pelo Trabalhadores do Grupo Varig (TGV), que contava no sábado com 2.546 procurações de funcionários. Os créditos somados por estes trabalhadores girava em torno de R\$ 45 milhões.

O esvaziamento da representação dos sindicatos de aeronautas e aeroviários provocado pela decisão do juiz Ayoub deixou estas instituições com o direito de representar o equivalente a R\$ 28 milhões. Revoltados com a decisão do magistrado, os sindicalistas não assinaram a presença na assembleia, o que impossibilitou o quórum de 50% mais um voto para a classe um.

- A decisão de ontem (sexta-feira) deixa de fora 40% dos trabalhadores da Varig, que teriam que largar o trabalho para vir à assembleia. Eles querem que a companhia pare para que todos compareçam? - questionou Graziella Baggio, presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

Fontes próximas aos sindicalistas afirmaram ainda que as associações inflaram indevidamente o volume dos créditos que de fato representariam. Para os sindicatos, a decisão de excluí-los contraria a Constituição, já que, para eles, as centrais sindicais representam a totalidade da classe.

O coordenador do TGV, Márcio Marsillac, por sua vez, não poupou críticas à atuação dos sindicatos. Para ele, a recusa das centrais em participar da assembleia prejudicará os trabalhadores da empresa.

- Vamos buscar uma reparação por perdas e danos, já que a decisão dos sindicatos significa que a reestruturação avançará sem a participação dos trabalhadores - afirmou Marsillac.

Os sindicatos garantem que também buscarão a Justiça.

- Vamos recorrer da decisão. Se for preciso, vamos ao STJ (Superior Tribunal de Justiça), ao Ministério do Trabalho e ao Congresso - afirmou Uébio da Silva, presidente do Sindicato dos Aeroviários de São Paulo.

O advogado do TGV, Jorge Lobo, confirmou que as associações buscarão reparação legal, embora a estratégia ainda não esteja definida.

Fontes afirmam que há possibilidade de as associações buscarem a representação no comitê de credores diretamente junto ao Judiciário. Segundo uma fonte, o artigo 26 da Lei de Recuperação Judicial prevê a possibilidade de indicação direta pelos juízes envolvidos na reestruturação da companhia.

Graziella Baggio, no entanto, garante que não abre mão da representação por parte dos sindicatos.

- Seria uma tristeza muito grande concluirmos que o primeiro caso da nova Lei de Recuperação deixou os legítimos representantes dos trabalhadores de fora - ponderou.

A decisão que será tomada pelos juízes que acompanham o caso na 8ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, será fundamental para o sucesso do plano de recuperação. Os sindicatos se opõem abertamente ao atual Conselho de Administração e repudiam a venda da VarigLog ao fundo americano Matlin Patterson por US\$ 103 milhões, considerada pela direção da empresa como fundamental para a sobrevivência da Varig.

Já o TGV prefere fazer algumas adaptações no plano em vez de vetá-lo e propõe a análise das finanças da Varig antes de definir a venda da VarigLog.

### **TEXTO 198**

#### **A nova conta do crescimento**

#### **IBGE prepara mudança no cálculo do Produto Interno Bruto, que terá mais oscilações**

*SABRINA LORENZI E SANDRA NASCIMENTO*

**RIO E SÃO PAULO** - O IBGE apresenta no próximo mês um novo modelo de cálculo para o Produto Interno Bruto (PIB). O resultado deve culminar num PIB mais sensível às variações da economia, tanto para cima como para baixo, já a partir de 2006. A mudança metodológica promete acabar com a estabilidade das taxas dos serviços, que, ao contrário da indústria e da agropecuária, vêm apresentando variações pouco significativas a cada ano.

A volatilidade tende a ser maior porque o IBGE decidiu parar de calcular o desempenho da administração pública (item de peso nos serviços) com base no crescimento da população, inexpressivo. O presidente do IBGE, Eduardo Nunes, antecipou que está testando indicadores de emprego e de custos do material consumido pelo governo para calcular o segmento. A administração pública responde por 16% do conjunto de riquezas e está incluída na conta de serviços.

A mudança atende a uma das mais recentes recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU). Desde 2000, o IBGE trabalha para adaptar as Contas Nacionais aos critérios de padronização definidos pela ONU. Todos os setores da economia serão atualizados pelas últimas pesquisas anuais do IBGE de indústria, serviços, comércio, construção, consumo e agropecuária. As maiores alterações devem surgir da telefonia, da agricultura e da administração pública, que terão mais impacto no PIB.

Entre os críticos ao atual modelo estão o ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes, da Macrométrica, e economistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que em recente boletim faz menção à falta de oscilação dos serviços. Nas simulações de Lopes, a equação para os itens administração pública e aluguel é alterada de modo que seu crescimento seja igual ao do PIB. Resultado: para 2005, a expansão do produto pode ser de até 1,5 ponto percentual a mais que o resultado pelo método atual - de 5% e não 3,5%, portanto.

A Pesquisa Anual de Serviços vai atualizar o setor, mas a mudança mais expressiva será na troca de indicadores no cálculo do item Administração Pública. "Em 1995, (...) a indústria chegou a apresentar variação negativa de 6% enquanto o PIB caía apenas 2%. Em 2001, a indústria chegou a cair 5% enquanto o PIB caía menos de 1% no mesmo trimestre", comenta Lopes no estudo *Desafios da Macroeconomia Brasileira*.

Os argumentos do presidente do IBGE para justificar a metodologia atual são convincentes. O critério foi adotado nos primeiros anos da década de 90, quando a inflação acima de 2.000% tornava inviável o uso de indexadores.

- Isso pode subestimar o PIB agora, mas também aliviou a taxa em momentos de retração - admite Nunes.

Em seu estudo, Lopes diz que o PIB, em 2005, deveria crescer 1 ponto percentual, para 4,8%.

- Não sei se a inclusão de novos indicadores fará diferença. Se essa hipótese (de mais volatilidade) for verdadeira, vai fazer crescer o PIB - diz Nunes.

### **TEXTO 199**

#### **Brasil gasta mal recursos públicos**

#### **Scheinkman cobra maior abertura da economia do país**

*MARCELA CANAVARRO*

O mau uso dos recursos públicos explica o atraso do Brasil em relação a outros países emergentes, como os tigres asiáticos, afirmou o economista brasileiro e professor da Universidade de Princeton, José Alexandre Scheinkman. Em seminário no Rio, Scheinkman ressaltou também que, apesar de mais integrado à economia mundial, o Brasil ainda é um país fechado.

Apesar de ter a mais alta taxa de impostos em comparação com os tigres asiáticos, de 1980 a 1997, o Brasil investiu metade do que os concorrentes orientais destinaram para energia e 50% a menos em estradas. O mau uso dos recursos públicos explicaria, segundo ele, a diferença nas diferentes realidades de crescimento para este ano: enquanto o Brasil espera crescer 3,5%, os concorrentes orientais trabalham com 7%.

O economista participou sábado de seminário promovido pela Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi). Na ocasião, afirmou que as previsões para 2006 são muito otimistas, já que não levam em conta a desaceleração cíclica da economia. Scheinkman destaca que, para manter um desenvolvimento sustentável, o país não deve ater-se só à política monetária, mas focar na integração com a economia mundial e na redução do mercado informal.

Scheinkman enfatizou a necessidade de aumentar o comércio e promover medidas efetivas para minimizar os efeitos do custo Brasil. Segundo ele, medidas de proteção para determinados segmentos são apenas paliativos.

### **TEXTO 200**

#### **Último dia para o Mauá**

#### **Termina hoje o prazo para 180 eleitores votarem nos finalistas da 29ª edição do "Oscar" do mercado de capitais brasileiro**

*BRUNO ROSA*

Termina hoje a votação para eleger os finalistas da 29ª edição do Prêmio Mauá. Os 180 analistas e corretores de mercado, administradores de fundos de investimentos e jornalistas participarão da eleição para eleger a empresa de capital aberto que mais se destacou no mercado durante o ano passado. A votação é feita de forma direta através do site {[www.premiomaua.com.br](http://www.premiomaua.com.br)}

Para Carlos Reis, presidente da Comissão Nacional de Bolsas, os analistas devem levar em consideração os principais acontecimentos de 2004 e escolher a empresa que melhor se destacou no ano em que a economia cresceu quase 5%.

- O mundo se deu conta do tamanho da China, que passou a comprar commodities do mundo inteiro, o que pressionou os preços. Assim, muitas empresas registraram bons resultados - completa Reis.

Espécie de "Oscar" do mercado, o prêmio faz homenagem ao Barão de Mauá, responsável pelo início da industrialização do país no século XIX. Os especialistas se baseiam em aspectos como o melhor relacionamento entre empresa e acionistas. Isso inclui a qualidade na divulgação de informações a todos os participantes do

mercado, a política de remuneração de dividendos e o retorno satisfatório para os acionistas, além da transparência e de outros resultados.

Empresas como o Bradesco, Companhia Vale do Rio Doce, Souza Cruz, White Martins e Petrobras são apenas algumas das 19 companhias que já levaram o troféu para casa. A White Martins, única companhia a ganhar quatro vezes o Prêmio Mauá, em 1986, 1989, 1990 e 1991, atribui a premiação ao reconhecimento do trabalho com investidores e parceiros.

A premiação é concedida pela Comissão Nacional de Bolsas, com apoio do **Jornal do Brasil**, *Gazeta Mercantil*, Associação Comercial do Rio de Janeiro, Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais e Associação Brasileira das Companhias Abertas.

### **TEXTO 201**

#### **Crise viabiliza nova matriz energética**

LUCIANA COLLET

**SÃO PAULO** - A crise internacional do petróleo que se instaurou, com a manutenção da cotação do barril na casa dos US\$ 60, deverá, na avaliação dos principais analistas de mercado, acelerar o até agora lento processo de mudança da matriz energética brasileira. A tendência é que a manutenção do atual patamar de preços do petróleo intensifique cada vez mais a substituição dos combustíveis fósseis por produtos como álcool e biomassa.

Nos últimos anos, a principal alteração ocorrida foi a redução da participação da lenha e do carvão vegetal e a ampliação, ainda que lenta, do gás natural e dos derivados da cana. Enquanto a lenha caiu de 47,6%, em 1970, para 13,2% no ano passado, o gás natural, que 30 anos atrás respondia por apenas 1% da oferta interna de energia, atingiu 8,9% no ano passado. Já o álcool passou de 5,4%, em 1970, para os atuais 13,5%.

- Ainda não dá para precisar qual deve ser o novo patamar de preços do petróleo - explica o professor Saul Suslick, da Unicamp. - Mas o crescimento da demanda por parte da China e o gargalo na produção de derivados indicam que não retornaremos mais aos US\$ 20, o que pode viabilizar projetos de fontes de energia antes consideradas pouco competitivas - diz.

[27/SET/2005]

### **TEXTO 202**

#### **Aperto fiscal vai pelo ralo**

#### **Economia do governo atinge patamar histórico, mas é insuficiente para cobrir encargos da dívida, inflados pela alta dos juros**

**BRASÍLIA** - A economia do governo para pagamento de juros da dívida pública atingiu recorde nos oito primeiros meses do ano, mas o resultado não foi suficiente para cobrir o passivo, que cresceu a passos largos sob efeito dos juros altos. O superávit primário (receita menos despesas, excluindo pagamento de juros) atingiu R\$ 78,931 bilhões entre janeiro e agosto, o equivalente a 6,26% do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas geradas no país). O resultado dos oito primeiros meses do ano foi recorde e ficou acima da meta estabelecida pelo governo para o período, de R\$ 60,184 bilhões. O pagamento de juros da dívida, porém, chegou a R\$ 105,8 bilhões - o montante equivale a 8,39% do PIB - o que deixou as contas com um rombo da ordem de R\$ 26 bilhões.

Em igual período do ano passado, o resultado nominal (receitas menos despesas, incluindo o pagamento de juros) apresentava um déficit menor, de R\$ 20 bilhões. Este ano, a dívida pública, representada por títulos mobiliários - adquiridos por investidores no mercado financeiro -, sofreu impacto direto da elevação promovida na taxa básica de juros. Em agosto de 2004, quando a Selic ainda estava em 16%, os pagamentos de juros tinha alcançado

o patamar de R\$ 83,7 bilhões no acumulado do ano, cobertos parcialmente pela economia, no período, de R\$ 63,7 bilhões. Em setembro de 2004, porém, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central iniciou o processo de altas. Em nove meses, a taxa básica passou para 19,75% ao ano. Como a taxa remunera 55% dos títulos públicos, o efeito na conta foi imediato.

Os encargos financeiros, somente em agosto, totalizaram R\$ 13,4 bilhões. A economia no mês para pagamento dos juros foi de R\$ 10,1 bilhões, o que gerou um déficit de R\$ 3,3 bilhões. O chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, reconheceu o efeito dos juros sobre a dívida pública. Ele também lembrou que a reversão das operações de *swap* cambial - que foram muito utilizadas no primeiro semestre pelo Banco Central, como tentativa de impedir a queda do dólar - teve impacto sobre as contas.

Lopes reconheceu ainda que o esforço fiscal recorde no período foi em vão.

- Fez-se o superávit para justamente a trajetória da dívida não sair do lugar - comentou, ao apresentar o resultado.

Com o resultado recorde, Lopes prevê que a meta de superávit fixada pelo governo para 2005 será cumprida.

- Faltam R\$ 4,9 bilhões para o cumprimento da meta nominal (*de superávit*) estabelecida para o ano. Eu diria que está praticamente garantida. Mas temos que considerar que o último quadrimestre é de sazonalidade pesada, em termos de dispêndios, e este ano certamente não será diferente - avaliou Lopes.

Para 2005, o governo espera um esforço fiscal de 4,25% do PIB, ou R\$ 83,85 bilhões.

A dívida líquida do setor público consolidado alcançou R\$ 973,7 bilhões em agosto. A relação dívida/PIB - importante indicador da capacidade do país de honrar seus compromissos - atingiu, com o resultado, 51,7%. A expectativa do Banco Central é fechar o ano com uma proporção de 51,5% do PIB, sendo que, para setembro, o projetado é 51,7%.

- Se o câmbio permanecer na casa de R\$ 2,26, a estimativa é fechar nesse mesmo patamar de agosto - disse Lopes.

Ele explicou que o ponto fundamental na relação dívida/PIB tem sido o uso do IGP-DI. Por conta do índice ter apresentado deflação, o comportamento da dívida tem sido diferente do esperado pela instituição.

- É possível que a gente venha fechar a relação dívida/PIB na casa de 51,5% ao final do ano - ressaltou.

*Com Silmara Cossolino*

### **TEXTO 203**

#### **Governo estuda mudar meta de economia**

**KELLY OLIVEIRA**

**BRASÍLIA** - A reformulação de cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), preparada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como anteciparam o **JB** e a *Gazeta Mercantil*, poderá alterar a meta fiscal do governo. Segundo o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, o percentual da meta de superávit primário (receitas menos despesas, excluindo gastos com juros) poderá ser modificado. Entretanto, o ministro afirmou que não tem detalhes sobre a nova fórmula de cálculo. por isso não pode estimar como será a alteração no superávit.



O objetivo perseguido é 4,25% do PIB, o que equivale a R\$ 83,85 bilhões, mas o governo estaria trabalhando informalmente com 5%. Para o próximo ano, a meta de aperto fiscal também é de 4,25%.

Segundo o ministro, a decisão de alterar o cálculo não partiu do governo, mas dos técnicos do IBGE, que consideram a fórmula atual ultrapassada. Com a alteração, serão recalculadas as séries do PIB desde 1995.

- Eles querem fazer uma mudança para tornar o índice mais fiel à realidade - afirmou.

Paulo Bernardo afirmou também que nenhum servidor terá reajuste salarial inferior a 29,17%, inflação acumulada e projetada entre 2003 e 2006. Os reajustes, que só serão repassados aos servidores no ano que vem, estão sendo negociados desde junho, quando começaram as greves. De acordo com o ministro, de 1 milhão de servidores, cerca de 300 mil tiveram reajustes menores do que a inflação. Entre os que tiveram aumento superior à inflação, estão os servidores do Banco Central, em greve desde o dia 19.

O governo dispõe de R\$ 1,5 bilhão de reserva para os reajustes do próximo ano, sendo que mais R\$ 437 milhões estão garantidos para aumentos salariais.

#### **TEXTO 204**

##### **Palocci afirma que dívida será reduzida**

A dívida pública, que caminha acelerada rumo à marca de R\$ 1 trilhão, será reduzida em 2006 devido aos fundamentos da economia brasileira, aposta o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Durante almoço promovido pela Câmara de Comércio Brasil-EUA, em Washington, o ministro afirmou que o governo contrariará a tradição de elevação de gastos públicos em anos eleitorais, e promoverá uma redução no passivo.

- Vamos reduzir pela primeira vez a dívida pública em ano eleitoral. Podem anotar - afirmou, durante seu discurso.

O ministro afirmou, porém, que não atingirá o objetivo por meio de elevação da meta de superávit primário - economia para o pagamento de juros -, o que poderia significar aumento na carga tributária ou, ainda, contingenciamento maior de recursos. Ele disse que, para 2006, a meta de economia será a mesma de 2005 - 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todas as riquezas do país).

Na avaliação do ministro, a economia provou, nos últimos meses, que atingiu um ponto de maturidade capaz de enfrentar crises externas e políticas e que isso não se deve apenas ao governo Lula, mas a uma conduta adotada em anos anteriores.

Palocci afirmou, ainda, que não teme o efeito da proximidade das eleições sobre a austeridade fiscal.

- A sociedade não aceita mais comportamento leniente em relação à trajetória da inflação ou no plano fiscal, porque comprovou que o controle da inflação atinge diretamente o bolso do trabalhador - comentou.

#### **TEXTO 205**

##### **Importações derrubam saldo**

##### **Superávit comercial encolhe 34% na semana. Exportações também recuam**

*DIMALICE NUNES*

**BRASÍLIA** - A média diária das importações na quarta semana de setembro foi a maior do mês, somando US\$ 340,6 milhões. O forte desempenho fez com que o saldo comercial na semana passada registrasse queda de 34%

na comparação com o período anterior, para US\$ 858 milhões, resultado de US\$ 2,561 bilhões em exportações e de US\$ 1,703 bilhão em importações.

Mesmo com a queda no superávit, no mês, em 16 dias úteis, o saldo acumulado é de US\$ 3,541 bilhões, 11,67% maior que o apurado em todo o mês de setembro do ano passado. No ano, já soma US\$ 31,889 bilhões, crescimento de 28,36% em relação ao ano passado, sendo US\$ 84,424 bilhões em exportações e US\$ 52,535 bilhões em importações.

Em relação a 2004, as vendas externas cresceram 22,7% entre janeiro e a quarta semana de setembro, enquanto as importações subiram 19,5% no mesmo período. A expansão das compras do exterior foi motivada, principalmente, pelo aumento dos gastos com combustíveis e lubrificantes, equipamentos mecânicos, aparelhos elétricos e eletrônicos, químicos, veículos automóveis e partes, instrumentos de ótica e médico, borrachas e obras.

Nas importações, a média diária até a quarta semana do mês foi de US\$ 299,8 milhões, 9,5% acima da média de setembro de 2004 e 10,2% abaixo da de agosto. Na comparação com setembro do ano passado, cresceram os gastos com produtos siderúrgicos, borrachas, automóveis e autopeças, instrumentos de ótica e precisão, equipamentos elétricos, eletrônicos e mecânicos e plásticos.

Em relação a agosto, houve retração nas aquisições de combustíveis e lubrificantes, químicos, farmacêuticos, equipamentos mecânicos e plásticos.

Nas exportações, a média foi de US\$ 512,2 milhões, 2,5% abaixo do apurado até a terceira semana. Houve retração nas vendas de semimanufaturados (21,3%), para US\$ 54,2 milhões, e manufaturados (2,4%), para US\$ 272,4 milhões. Nos básicos, porém, houve crescimento de 5,2%, para US\$ 172,5 milhões.

#### **TEXTO 206**

**Mercado mantém aposta em inflação  
Previsão para IPCA é de 5,2%, acima do centro da meta**

*SILMARA COSSOLINO*

**BRASÍLIA** - Embora o Banco Central tenha previsto, pela primeira vez, que a inflação ficaria abaixo do centro da meta deste ano, de 5,1%, o mercado financeiro não se sensibilizou e manteve em 5,21% sua estimativa para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2005. A aposta consta na pesquisa Focus divulgada ontem pelo próprio BC. Por outro lado, os investidores reduziram a projeção para o ano que vem, de 4,8% para 4,64%.

Os analistas acreditam que a taxa Selic sofrerá corte de 0,5 ponto percentual na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de outubro, passando para 19% ao ano. A previsão é a mesma das duas últimas semanas. A expectativa para o fim do ano ficou estável em 18% e, para 2006, revisada para cima, atingiu 16%.

As expectativas para outros indicadores também foram revistas. No caso do Índice Geral de Preços no conceito de Disponibilidade Interna (IGP-DI, referência para reajuste de tarifas como telefonia fixa), passou de 1,54% para 1,51%. Para 2006, a projeção permanece em 5%.

A variação para o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) ficou em 1,56% ante 1,65% da pesquisa anterior. Para 2006, manteve estável em 5%. Quanto ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), passou de 4,37% para 4,35%. As previsões de mercado para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano subiram levemente pela quarta semana consecutiva, de 3,26% para 3,28%.

Os analistas também revisaram para baixo a projeção para o crescimento da produção industrial deste ano, de 4,34% para 4,22%. As projeções para o saldo em conta corrente deste ano aumentaram para US\$ 12,9 bilhões, ante US\$ 12,5 bilhões da sondagem anterior.

#### **TEXTO 207**

**Escassez deixará energia mais cara  
Oferta será ampliada para evitar racionamento em 2009, mas tarifas vão subir.  
Leilão de dezembro tem 258 propostas**

*RICARDO REGO MONTEIRO*

O governo trabalha com a hipótese de normalização, até 2009, não só da importação de energia da Argentina, como também das operações da usina termelétrica de Araucária (PR), que se encontra paralisada por conta de pendências com o governo do Paraná. Por isso, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Mauricio Tolmasquim, afirma que o país não sofrerá necessariamente um novo racionamento de energia em 2009. A tendência, segundo ele, é que o Brasil tenha um cenário de equilíbrio, ainda que no limite, entre oferta e demanda de energia elétrica. Isso, no entanto, como ele mesmo admitiu, deverá provocar pressões sobre os preços da energia no futuro.

- Ter sobreoferta de energia melhora a segurança do abastecimento, mas alguém paga a conta disso. Por isso não é bom ter sobreoferta de energia, porque também há um custo muito alto de manutenção de toda uma infraestrutura de geração ociosa - justifica o presidente da EPE, que anunciou ontem o recebimento de 258 pedidos para inclusão de projetos no leilão de novas usinas previsto para o dia 16 de dezembro.

Embora admita que nem todos os projetos deverão apresentar os pré-requisitos necessários para participar do leilão, ele considerou a demanda satisfatória por "demonstrar a disposição de investidores em construir novas usinas". O leilão de energia nova vai ofertar ao mercado capacidade instalada de energia para os anos 2008, 2009 e 2010.

Entre os candidatos, até mesmo a Petrobras, e sua subsidiária Petrobras Distribuidora (BR), apresentaram pedidos para habilitação de novas usinas. A Petrobras pretende participar com as usinas termelétricas a gás natural construídas e adquiridas de grupos privados, enquanto a BR deverá participar com projetos de cogeração a partir de bagaço de cana.

Para oficializar a participação, os candidatos, segundo Tolmasquim, terão que apresentar o pacote de exigências nos dias 14 de outubro - no caso das usinas hidrelétricas - e 6 de novembro, no caso das demais usinas. Os pedidos totalizam 63.378 megawatts (MW), dos quais 14.781 MW de 44 usinas hidrelétricas; 404 MW de 23 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs); 849 MW de 24 projetos de biomassa; 10.626 MW de 23 termelétricas a gás natural; 3.220 MW de cinco térmicas a carvão; 16.941 de 76 térmicas a óleo diesel; 13.386 MW de 62 térmicas a óleo combustível; e 170 MW da termelétrica boliviana de Puerto Suarez.

#### **TEXTO 208**

**Varig terá nova assembléia  
Encontro para analisar plano será dia 13 de outubro**

*RAFAEL ROSAS*

Os juízes envolvidos no processo de recuperação da Varig decidiram ontem, em reunião com representantes dos sindicatos e das associações de funcionários da companhia, realizar nova assembléia de credores no próximo dia 13 de outubro, no Hotel Glória. Na pauta estarão a definição do representante dos funcionários no comitê de

Caso não haja quórum para a assembléia, haverá segunda e última chamada no dia 19.

- A convocação da assembléia foi motivada pela petição dos sindicatos recusando o plano de recuperação - disse a juíza Márcia Cunha.

Segundo ela, o plano pode ser aprovado já no dia 13, em votação individual dos credores trabalhistas presentes e de acordo com os créditos entre os demais. Em caso de rejeição, os juízes avaliarão o caso. Qualquer modificação sugerida será encaminhada para análise da diretoria da Varig.

Para Márcia Cunha, a única definição certa para o dia da assembléia será sobre a venda da VarigLog para o fundo americano Matlin Patterson, sugerida no plano apresentado pelo Conselho da Varig.

- Com certeza a questão da VarigLog vai ser decidida na assembléia - afirmou a juíza.

O fundo americano se comprometeu a pagar até US\$ 103 milhões (dos quais US\$ 65 milhões a título de antecipação de receitas com vendas) para assumir o controle da subsidiária. O dinheiro é considerado essencial pelo Conselho de Administração para a Varig manter as operações até o fim do ano.

Segundo Marcio Lobo, do escritório Jorge Lobo, que representa as associações unidas no Trabalhadores do Grupo Varig (TGV), a preocupação com a situação financeira da empresa foi determinante para a data da assembléia.

- A Justiça americana deu até o dia 20 para a Varig depositar parcelas atrasadas do aluguel de aviões, sob pena de perder aeronaves arrendadas. A decisão sobre a VarigLog tem que sair antes - ressaltou.

#### **TEXTO 209**

#### **Além do Fato: Do déficit ao equilíbrio habitacional**

*ROBERTO KAUFFMANN\**

A cada nova revelação sobre a extensão de nosso vergonhoso déficit habitacional e do perverso processo de favelização de nossas grandes e médias cidades fica evidenciado que é urgente a implantação de novo Plano Nacional de Habitação, dotado de recursos orçamentários e extra-orçamentários. É instrumento imprescindível para enfrentar efetivamente esses desafios acumulados nas últimas décadas e permitir a construção em larga escala de novas unidades habitacionais.

É justo, no entanto, reconhecer que o atual governo, atendendo a pleitos das entidades empresariais da construção civil, apresentados na fase da campanha eleitoral para a Presidência da República, tornou realidade uma série de medidas estruturais que são fundamentais para a reversão do atual quadro, a saber: Definição de interlocutor qualificado na esfera federal para dar tratamento prioritário às questões do desenvolvimento urbano – aí está o Ministério das Cidades –; promulgação da Lei 10.931/04, que traz segurança jurídica para todas as partes envolvidas nos negócios imobiliários; aprovação do maior orçamento da história do FGTS, de R\$ 11,2 bi em 2005; e aprovação da Lei 11.124/2005, que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e respectivo fundo para subsídio explícito às famílias de baixa renda.

Apesar dos avanços, identificamos falhas na gestão da aplicação dos recursos do FGTS destinados às classes média e média baixa, e que acreditamos ser possível reverter. Do orçamento recorde de R\$ 11,2 bilhões, até o mês de agosto, apenas R\$ 2,8 bi foram efetivamente aplicados. Mais grave ainda: deste valor, menos de 20% foram para construção de imóveis novos.

É fundamental que seja destinado percentual maior destes recursos, da ordem de 70%, para a produção de imóveis novos, que reduzem o déficit, gerando empregos e renda. Para tanto, deverá ser relançado o financiamento direto à produção para as construtoras. A linha existente não deslanchou, pois exige percentuais elevados de obras executadas e de pré-comercialização. O ideal é que haja financiamento de 100% do custo da construção sem exigência de vendas na planta.

Outra alteração importante diz respeito aos parâmetros para a avaliação da concessão dos empréstimos às construtoras. Por exemplo, a viabilidade do empreendimento é de vital importância, possibilitando, por meio de pesquisas rigorosas da demanda e do produto, a definição de tipologias e especificações corretas para o público-alvo. Nas análises das empresas devem ser também considerados os acervos técnicos atestados pelos órgãos regionais, que comprovam a experiência profissional e a regularidade fiscal, além da fixação de parâmetro limitador de empréstimo de financiamento até 20 vezes o patrimônio líquido das empresas. É imprescindível que, pelo menos, 10% das construtoras no país, cerca de 7 mil empresas, sejam credenciadas (hoje são 900).

Mais do que justificam essas propostas o atual estágio de estabilidade da economia e a necessidade de se enfrentar o enorme déficit habitacional do país, proporcionando moradia digna para as camadas mais carentes da população, onde se concentram 92% deste déficit. É importante frisar a notável capacidade de geração de empregos formais que o setor proporciona: 65 empregos diretos, indiretos e induzidos para cada R\$ 1 milhão aplicado. Também alia qualidade aos empregos formais gerados pelos benefícios concedidos: assistência à saúde, alfabetização, café da manhã, almoço e piso salarial médio 50% acima do salário mínimo.

Precisamos urgentemente de competente gestão operacional. Se em 2006, além do mesmo volume de recursos do FGTS, for regulamentada a Lei 11.124/05, com expressiva dotação do Orçamento da União para subsídio explícito às famílias de baixa renda por meio do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, e mantido o mesmo patamar de aplicação dos agentes privados via SFH, poderemos contar com recursos totais da ordem de R\$ 20 bilhões para financiamento habitacional. Neste cenário, será possível produzir 300 mil novas moradias e criar 1,3 milhão de empregos, com redução significativa da parcela da população que vive hoje em condições subumanas.

*\*Presidente do Conselho Empresarial da Indústria da Construção da Firjan e presidente do Sinduscon-Rio*

## **TEXTO 210**

### **Ausência do BC derruba o dólar**

### **Moeda cai ao menor patamar em quatro anos após Meirelles descartar atuação no mercado para segurar cotação**

A ausência do Banco Central no mercado de câmbio e a contínua entrada de recursos no país levaram o dólar de volta ao patamar de maio de 2001. A moeda americana fechou os negócios de ontem em queda de 0,62%, cotada a R\$ 2,251 para venda. No ano, a desvalorização acumulada da divisa diante do real já chega aos 15,18%.

A valorização do real foi puxada ainda por declarações do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, afirmando não ter planos para interromper a queda do dólar.

Meirelles disse ontem em Washington que "o Banco Central não pretende direcionar nem influenciar" a taxa de câmbio, mesmo após a valorização de 41% em relação ao dólar que vem ocorrendo desde maio de 2004 e tem prejudicado os lucros dos exportadores.

- Não temos meta de câmbio, que é dada pelo mercado. Nossa intenção ao construir reservas internacionais não é a de fixar uma taxa de câmbio - disse.

Meirelles evitou fazer prognósticos sobre o comportamento dos juros no curto prazo, mas disse que manterão "tendência de queda" (caíram de 19,75% para 19,50% neste mês).

Os comentários frustram as expectativas de alguns investidores de que o banco possa vir a vender reais por dólares esta semana.

- É bem possível que ele esteja sinalizando que eles não vão intervir e, nesse caso, o dólar provavelmente cairá mais - disse Mário Battistel, diretor da Novação Corretora.

A queda do risco Brasil também colabora com a entrada de dólares no país. O indicador - que funciona como um termômetro da confiança dos estrangeiros no país - caiu 1,6% ontem, para 353 pontos básicos, no menor patamar desde outubro de 1997.

- O fluxo está muito forte. E o mercado internacional segue tomador de papéis brasileiros - diz Caio Santos, estrategista do BankBoston. Ou seja, a tendência de entrada de dólares deve prosseguir.

A oferta de dólares no mercado doméstico tem superado a procura há algum tempo. Com as recentes captações de recursos fechadas pelo setor privado no exterior e a continuidade dos saldos positivos da balança, a tendência é a de a entrada de dólares seguir significativa.

- Com o volume grande de entrada atual, ficaria até difícil para o BC, se assim quisesse, tentar segurar o dólar - diz Santos, do BankBoston.

João Medeiros, diretor de câmbio da corretora Pionner, diz que a taxa de ontem do dólar servirá de base para a liquidação dos US\$ 1,5 bilhão em títulos atrelados ao real que o Tesouro Nacional emitiu no exterior na semana passada.

- Por isso, mais do que nunca, o BC não tinha interesse em aparecer no mercado hoje (ontem). Era mais interessante que o real se apreciasse mesmo.

Segundo analistas, o câmbio pode se tornar mais volátil a partir de quarta-feira, quando será eleito o sucessor de Severino Cavalcanti (PP-PE), na presidência da Câmara dos Deputados, o que pode trazer algum estresse para o mercado.

*Com agências*

### **TEXTO 211**

#### **Snow exalta Palocci e Lula**

Folhapress

O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, John Snow, disse ontem que as políticas econômicas do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva restauraram a fé dos mercados internacionais no Brasil. Snow, cujo cargo equivale ao de ministro da Fazenda no Brasil, lembrou o rápido crescimento econômico, a inflação em queda no país, a criação de empregos e os salários mais altos como sinais de que o governo Lula está trabalhando com eficiência.

- Sob qualquer ponto de vista, o Brasil vai indo bem - disse Snow em evento na Câmara de Comércio Brasil-EUA, em Washington. - O Brasil está apagando aquela dúvida que era tão evidente três meses atrás.

Snow já havia feito elogios à economia brasileira em agosto, quando esteve no país. O secretário americano do Tesouro disse que são "bons os fundamentos da economia brasileira" e reforçou que os mercados não estavam sendo afetados à época pelos problemas políticos, em referência ao escândalo da compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional.

Ele não fez, na época, comentários diretos sobre a crise política e as denúncias de corrupção e desvio de dinheiro público que envolvem o governo Lula. Ontem, citou como exemplo da "exuberância" do país o crescimento econômico e a criação de 100 mil empregos formais por mês divulgado pelo governo. Ele o classificou como um *terrific number* (número exuberante).

Para o secretário americano, os investidores deram um sinal inequívoco de confiança no país quando os prêmios pagos pelo governo (spreads) mantiveram trajetória declinante durante a fase mais turbulenta da crise política.

- Esses líderes do Brasil tiveram coragem não só de abraçar boa política econômica, mas também de se manter fiel à ela - exaltou, ao se referir ao presidente Lula e ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Ele lembrou, ainda, que a grande demanda pelos títulos do governo em reais também confirma o bom momento da economia do país. Segundo ele, a demanda representou um sinal positivo para a economia brasileira, que estaria mais fortalecida para enfrentar eventuais turbulências do mercado.

Um momento em particular chamou a atenção dos presentes à Câmara Brasil-EUA, quando o secretário chegou a declarar que o ministro Palocci era "a voz da razão da economia global".

[28/SET/2005]

#### **TEXTO 212**

##### **Nova parceria vai sair do papel**

**Aracruz e Stora Enso podem voltar a se unir no Brasil. Veracel produzirá 36% acima do esperado este ano**

*DANIELE CARVALHO*

**EUNÁPOLIS, BA** - Os negócios no Brasil entre a Aracruz e a companhia sueco-finlandesa Stora Enso poderão se ampliar. Na véspera da inauguração oficial da Veracel, joint venture formada pelas duas gigantes do setor de celulose, o diretor-presidente da empresa nacional, Carlos Aguiar, não descartou a formação de mais uma parceria para a construção de outra fábrica no país.

Divulgação

Na segunda-feira, o presidente mundial da Stora Enso, Jukka Härmälä, anunciou que o grupo europeu estuda a construção de uma nova unidade de celulose e papel no Brasil, provavelmente no Rio Grande do Sul, onde possui plantações de eucaliptos e pinos.

**Aracruz e Stora Enso podem voltar a se unir no Brasil. Veracel produzirá 36% acima do esperado este ano.**

- Não há conversas em andamento com a Stora Enso sobre o assunto, mas como somos bons parceiros na Veracel, também poderemos ser bons parceiros lá no Rio Grande do Sul. Se formos convidados, vamos avaliar - disse Aguiar.

De acordo com o executivo, caso a parceria com a Stora Enso seja fechada, esta não será impedimento para a Aracruz tocar paralelamente projetos próprios de expansão.

A parceria entre os grupos tem rendido bons números para ambas as partes. Superando as expectativas iniciais, a Veracel – localizada no município de Eunápolis, no Sul da Bahia – deve fechar o ano com produção de 450 mil toneladas de celulose. O desempenho é quase 36% maior ao estimado no início das operações, em maio deste ano.

– Tivemos um start da produção melhor que o esperado – explica o diretor-presidente da Veracel, Renato Guéron.

O grande desafio da Veracel é ser uma das unidades mais competitivas e econômicas do mundo na fabricação de celulose. Segundo o gerente de Recuperação e Utilidades da empresa, Ari Medeiros, a meta da companhia é atingir custo de produção de US\$ 235 por tonelada, quando a média mundial é de US\$ 300. Boa parte da economia virá da logística privilegiada.

– Cerca de 50% do custo da produção é proveniente da madeira do eucalipto, que, por sua vez, tem aproximadamente 50% de seu custo na logística. Na Veracel este custo é menor porque nossas plantações estão a um raio de 45 quilômetros. A média internacional é de 300 quilômetros de raio – explica o gerente.

O diretor-presidente da Veracel ressalta que a empresa deverá alcançar a média desejada de produção, de 2,5 mil toneladas, em novembro e seu pico de produção, de 3 mil toneladas, no fim do ano que vem. Na avaliação de Guéron, o mercado de celulose deve se manter estável no próximo ano. A Veracel trabalha com crescimento do setor para 2006 da ordem de 3% a 4%.

Hoje, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará da inauguração oficial da fábrica em Eunápolis.

### **TEXTO 213**

#### **Empresa venderá energia**

**EUNÁPOLIS, BA** - A celulose não será o único negócio explorado pela Veracel. A energia elétrica também entrará na carteira de ativos da empresa. O novo nicho virá da venda do excedente da produção da termelétrica da companhia, que tem capacidade de gerar 100 MW.

O gerente de Recuperação e Utilidades da Veracel, Ari Medeiros, explica que o consumo da companhia é de aproximadamente 65 MW. O restante da produção é vendido na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Cerca de 15 MW vão para a empresa sueca Eka, também em Eunápolis, que fabrica produtos químicos para a própria Veracel. A venda é realizada por uma terceira empresa, já que a Veracel só tem autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para ser produtora e não comercializadora de energia. A estimativa é de que a partir de outubro a venda já seja feita pela própria *joint venture*.

– Pedimos a autorização à Aneel. Desta maneira poderemos fazer negócio diretamente com a Eka e com os demais interessados – explica Medeiros. (D.C.)

### **TEXTO 214**

#### **Sinal livre para telefone popular**

**Acordo com operadoras prevê assinatura 50% mais barata para cliente de baixa renda**



**BRASÍLIA** - O ministro das Comunicações, Hélio Costa, afirmou que hoje pode ser anunciado um acordo entre o governo e as operadoras de telefonia fixa para reduzir em aproximadamente 50% a assinatura básica do serviço para pessoas que recebem até três salários mínimos. Segundo Costa, a medida pode beneficiar 35 milhões de usuários e o serviço será o mesmo oferecido nos planos completos. A renda das pessoas beneficiadas pelo acordo será comprovada com a utilização dos cadastros mantidos pelo governo federal.

- Para essa classe, chamada de telefone popular, as empresas concordam em reduzir a assinatura básica em cerca de 50% - disse o ministro.

O ministro também mandou um recado aos governadores para que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incide sobre a assinatura básica seja reduzido, o que poderá gerar benefícios a outros usuários de telefonia.

- Apelo aos governadores de Minas Gerais (Aécio Neves) e São Paulo (Geraldo Alckmin) para reduzir o ICMS para a assinatura cair ainda mais - afirmou o ministro. - Só com a boa vontade das empresas de telefonia, nós já podemos reduzir para aqueles que ganham entre dois e três salários mínimos em 50%. Se conseguirmos reduzir também o ICMS, poderemos diminuir ainda mais o preço da assinatura básica.

Costa participou ontem de audiência pública na Comissão de Educação do Senado Federal. Na ocasião, ele também disse que a definição do padrão de TV Digital a ser adotado no Brasil terá a participação das emissoras de TV. O ministro justificou a decisão, ao lembrar que a transição do sistema analógico para o digital demandará investimentos volumosos por parte das emissoras, que terão de digitalizar os equipamentos de suas sedes e redes transmissoras.

Costa estima que as emissoras necessitarão investir aproximadamente R\$ 1 bilhão para a conversão, apenas nos próximos cinco anos. Ao todo, disse o ministro, esses aportes podem atingir até R\$ 3 bilhões. O governo federal quer iniciar a implementação da TV Digital no início de 2006.

- Não vamos impor o sistema - afirmou o ministro, ao completar que a definição do padrão - europeu, norte-americano ou japonês - deve ocorrer em janeiro.

Costa disse ainda que já procurou o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para pedir que seja estabelecida uma alíquota quase zero para a importação dos equipamentos necessários para implementar a TV Digital no Brasil. O ministro afirmou também que o governo federal não vai impor uma data limite para que todos os televisores do país sejam digitais. Assim, ressaltou, as pessoas não serão prejudicadas por terem que trocar seus aparelhos de televisão.

- Só no ano passado o país parou de produzir TV em preto e branco - exemplificou.

#### **TEXTO 215**

**Uso de cartão no exterior cresce 30%**

**Dólar barato estimula compras lá fora e contribui para déficit nos gastos de turistas, aponta Credicard**

*BRUNO ROSA \**

**SÃO PAULO** - Se no ano passado, pela primeira vez, os gastos dos estrangeiros no Brasil com cartão de crédito superaram as despesas dos brasileiros no exterior, este ano, a desvalorização do dólar frente ao Real pode provocar um déficit nos transações comerciais com cartões. A queda de 15% da moeda americana desde

dezembro de 2004, já provocou um aumento de 30% nos gastos dos brasileiros lá fora até agosto deste ano, em relação ao mesmo período do ano passado, de acordo com os números da Credicard, que tem 20% de participação no mercado. No ano passado, o dólar valorizado beneficiou os turistas estrangeiros, que desembolsaram R\$ 2,6 bilhões em território nacional usando apenas os cartões, uma alta de 17% em relação a 2003. Já os brasileiros, reprimidos pela desvalorização de sua moeda, gastaram R\$ 2,3 bilhões, crescimento de apenas 7% no mesmo período.

De acordo com Fernando Chacon, diretor-executivo de marketing da Credicard, a queda da moeda americana estimulou as viagens de brasileiros. Para ele, com o dólar a R\$ 2,25, a tendência é que o mercado não registre superávit este ano como em 2004, quando os gastos dos estrangeiros no país superaram em 12% o dos brasileiros no exterior.

- Haverá uma inversão este ano. Há uma tendência de consumo maior no exterior com a moeda mais valorizada. E essa curva dificilmente irá mudar neste último trimestre, quando aumenta o número de viagens - endossa Chacon.

O Brasil é o sétimo maior país em número de cartões, com 52,7 milhões de unidades ativas em 2004, e o terceiro em crescimento de transações no ano passado. O país voltou a ficar à frente da Austrália, para quem tinha perdido o sétimo lugar em 2003, e está atrás dos Estados Unidos, França, Reino Unido, Canadá, Japão e Coreia do Sul.

Este ano, no entanto, a expectativa é de subir ainda mais no ranking internacional, já que é esperado crescimento de 27,5% no faturamento em 2005 (para R\$ 127,5 bilhões) e alta de 24% no número de transações (para R\$ 1,630 bilhões). Chacon, no entanto, classifica como pequena a participação do Brasil no mercado internacional.

- O Brasil precisaria dobrar sua atual participação na América Latina, que hoje é de 24% no volume de transações. Isso seria possível com o aumento da renda, além da maior transferência da forma de pagamento tradicional para a eletrônica - completa.

O mercado mundial de cartões de crédito registrou faturamento de US\$ 4,25 trilhões em 2004, superior ao faturamento de 2003, de US\$ 3,70 trilhões.

Com o faturamento de R\$ 100,4 bilhões em 2004, o Brasil aumentou a sua participação em 0,1 ponto percentual entre 2003 e 2004, para 0,8%. Na América Latina, a participação do Brasil é superada apenas pelo México, que tem hoje 1,3% do faturamento do mercado mundial.

No quesito volume de transações, que representa o total gasto pelos portadores, o mercado brasileiro de cartões alcançou a terceira maior taxa de expansão do mundo em 2004 na mesma base de comparação: a alta foi de 24,1%, perdendo para a Espanha e Reino Unido.

*\*O repórter viajou a convite da Credicard*

## **TEXTO 216**

### **Cafezinho para vender crédito a aposentados**

### **Bradesco expande estratégia para cativar clientes no Rio**

*MARIANA CARNEIRO*

Cafezinho e bolachas para cativar a simpatia do cliente. O Bradesco vai usar a receita da vovó para alavancar

segundo o presidente do banco, Márcio Cypriano, deu certo em São Paulo e deve atrair agora os clientes do Rio de Janeiro.

Dez agências da região metropolitana contarão com uma equipe de aposentados maiores de 50 anos, que terão a missão de apresentar a possíveis clientes o crédito consignado.

- A experiência foi muito boa em São Paulo e agora vamos fazer o mesmo no Rio, em seguida em Salvador, e depois expandir a idéia por outras cidades - disse Cypriano, durante a apresentação da estratégia de marketing no Rio.

As agências escolhidas pelo Bradesco respondem por 12,5% dos beneficiários do INSS que recebem o benefício pelo banco, cerca de 45 mil aposentados. Ou seja, um potencial e tanto de ganho de mercado. Para colocar a estratégia na rua, o banco contratou, na primeira fase, 100 aposentados, mas Cypriano não descarta o recrutamento de novos funcionários da terceira idade caso a estratégia dê certo.

A carteira de crédito consignado e vinculado do Bradesco soma aproximadamente R\$ 2 bilhões. Segundo dados da Dataprev, os empréstimos com desconto em folha a aposentados e pensionistas cresceram 1.345% entre julho de 2004 e agosto deste ano.

#### **TEXTO 217**

**CNI revê crescimento para 3,5% este ano  
PIB da indústria também é revisado para cima. Confederação estima que taxa de juros possa cair para 17,5% em três meses**

*DIMALICE NUNES*

**BRASÍLIA** - Baseada mais em esperança do que em cálculos, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) projeta para o fim deste ano uma taxa de juros (Selic) de 17,5% ao ano. Para alcançar esse patamar, o Banco Central teria que reduzir a taxa em 2 pontos percentuais em três meses, cortes superiores a 0,5 ponto em cada uma das três reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) que faltam até o fim do ano. Na média anual, a Selic deve ficar em 19,1% neste ano, segundo a entidade.

Para o coordenador da Unidade de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, há espaço para cortes mais elevados do que o previsto, e por isso o economista não vê a estimativa como otimista. O mercado projeta Selic de 18% em dezembro.

- É estranho esperar um juro básico de 17,5%. Não há razão para estar em 18,5% ou 18% no fim do ano - disse ele.

O principal argumento para a projeção é a inflação, que cai mês a mês e agora já mostra convergência para a meta. A CNI espera que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) esteja exatamente na meta ajustada estipulada pelo governo, 5,1%, no fim do ano. Na projeção de julho, a estimativa era de inflação de 6%. No início de 2005 a previsão era de 7,6%. Com a queda dos juros, a formação bruta de capital fixo, que mede o volume de investimentos, deve crescer 4% esse ano.

Assim, a CNI revisou de 3,2% para 3,5% a previsão de crescimento da economia brasileira para este ano. O PIB industrial, formado pelo desempenho das indústrias de transformação, extrativa, construção civil e serviços industriais, deverá crescer 4,4% contra 4,2% da projeção anterior. Para a indústria de transformação, a projeção

Segundo Castelo Branco, apesar da acomodação registrada em julho e agosto, as perspectivas para os últimos meses do ano são de aumento nas demandas interna e externa. Para ele, apesar da atividade industrial ter iniciado o terceiro trimestre com sinais de arrefecimento, esse movimento deve ser temporário.

A expansão do crédito é um impulso extra para a venda de bens semi e não-duráveis. Para a CNI, esse crescimento é "intrigante" e "paradoxal", pois contrasta com a crise política, os juros ainda altos e a desvalorização cambial. No entanto, o PIB do segundo trimestre, que cresceu 1,4%, mostra que a economia está crescendo a níveis comparáveis aos de 2004.

- A demanda interna mostra sinais de crescimento por conta do aumento do emprego e do rendimento do trabalhador. Quanto às exportações, mesmo com a questão cambial, não há sinais de queda.

Com isso, a CNI também revisou para cima a projeção para o superávit da balança comercial brasileira, que deve atingir a casa dos US\$ 41 bilhões neste ano, acima da estimativa do governo, que prevê saldo de US\$ 38 bilhões.

A estimativa é resultado da alteração da projeção para as exportações que, apesar da desvalorização do dólar, devem chegar a US\$ 117 bi, acima dos US\$ 114 bi previstos inicialmente. A projeção de importações se manteve em US\$ 76 bi.

#### **TEXTO 218**

##### **Greenspan anima investidor americano**

##### **Para presidente do Fed, EUA resistiram bem a choques**

O presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos), Alan Greenspan, animou os mercados americanos ontem, ao afirmar que a economia do país está "razoavelmente bem".

A Bolsa de Valores de Nova York registrou ganho de 0,12% no índice Dow Jones, com 10.456 pontos, e estabilidade no S&P 500, com 1.215 pontos. A bolsa eletrônica Nasdaq foi a única a apresentar queda, de 0,24%, para 2.116 pontos.

Greenspan afirmou que a economia tem mostrado uma "incrível" resistência em face dos últimos choques, como o da bolha do mercado de ações em 2000 e o impacto dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 contra as torres do World Trade Center, em Nova York.

Os investidores ficaram particularmente animados quando Greenspan disse que, mesmo com os altos preços do petróleo, a economia americana tem lidado "razoavelmente bem" com os aumentos de preços, em especial da energia.

Por outro lado, o presidente do Fed afirmou também que os investidores não devem se deixar levar por uma falsa sensação de segurança inspirados pelas baixas taxas de juros da economia americana.

A declaração de Greenspan conseguiu praticamente neutralizar a divulgação de dados fracos sobre a economia americana ontem.

A confiança do consumidor registrou queda em setembro, recuando para 86,6 pontos, contra os 105,5 pontos registrados em agosto, segundo o instituto privado de pesquisa The Conference Board. A queda, de 18,9 pontos, foi a maior desde outubro de 1990.

A expectativa dos analistas era de que a queda de setembro fosse menor, para 98.

Outro indicador que afetou os negócios foi o índice de vendas de casas novas no país registrado em agosto, que caiu 9,9%, para uma taxa anualizada de 1,24 milhão de unidades.

No Brasil, o mercado financeiro teve um dia morno, com queda na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e alta no câmbio, depois de o dólar atingir na segunda-feira o menor patamar desde maio de 2001.

Na Bovespa, os investidores deram continuidade ao movimento de realização de lucros. O Ibovespa caiu 0,86% e fechou com 30.874 pontos e negócios de R\$ 1,8 bilhão.

Na avaliação de Luiz Toledo Filho, da corretora Magliano, o mercado acionário deve devolver parte da alta de quase 5% acumulada na última semana para depois retomar o movimento positivo.

Além disso, o risco país brasileiro voltou a subir, 1,7%, para 359 pontos, depois que a agência de classificação de risco Fitch Ratings anunciou que a crise política doméstica impede uma melhora da nota do Brasil.

No mercado de câmbio, o dólar subiu 0,35% e fechou a terça-feira cotado a R\$ 2,259, depois de recuar 0,26% e atingir a mínima de R\$ 2,245 ao longo do dia.

Segundo analistas, a crença dos investidores é de que o Banco Central pode, a qualquer momento, intervir no câmbio para conter a queda excessiva do dólar.

*Com agências*

[29/SET/2005]

#### **TEXTO 219**

**Das águas profundas ao além-mar  
Petrobras negocia compra de fatia na estatal portuguesa de energia Galp, que tem negócios também no Brasil e em Angola. A operação viabilizaria a participação da empresa brasileira no leilão da distribuidora Gas Brasileiro, que está na mira de gigantes estrangeiras, como Tractebel e Gas Natural de Espanha**

*RICARDO REGO MONTEIRO*

A Petrobras iniciou negociações para adquirir uma fatia da Galp, estatal portuguesa de energia que também tem entre seus acionistas o grupo Eni, da Itália, a portuguesa Electricidade de Portugal (EDP) e a espanhola Iberdrola. O negócio, cujos valores a empresa mantém em segredo, poderá não só garantir ativos no segmento de refino para a Petrobras, como também cinco áreas de exploração e produção em Angola. Com a operação, a petroleira brasileira também poderá driblar as restrições legais à sua participação no leilão da Gas Brasileiro, distribuidora de gás da região Noroeste de São Paulo, previsto para os próximos dias.

O diretor da Área Internacional da Petrobras, Nestor Cerveró, revelou a operação ao JB. Ele afirmou, no entanto, que os entendimentos ainda encontram-se em um estágio inicial, faltando definir não só o percentual negociado como também o valor total envolvido. Comenta-se no mercado que a petroleira brasileira poderá incorporar uma fatia de até um terço do capital total da companhia.

Constituída em abril de 1999, a Galp Energia é a holding responsável pela reestruturação do setor energético de Portugal. A empresa detém 100% da Petrogal, o braço do grupo na área de exploração e produção de petróleo. Por

meio dessa empresa, a Galp detém a concessão de quatro blocos exploratórios no Brasil, em parceria com a Petrobras. Também via Petrogal, o grupo opera a distribuição de combustíveis e controla duas refinarias em Portugal. A Galp também controla 100% da Gás de Portugal (GDP), que se dedica à importação e transmissão de gás natural, através da Transgás, e à distribuição de gás natural através de seis distribuidoras regionais portuguesas. A Petrobras negocia com a GDP a formação de um consórcio para disputar o controle da Gas Brasileiro. A participação direta da Petrobras no leilão da empresa está proibida porque a empresa ainda está incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND), que veda a compra de ativos estatais por empresas federais.

#### **TEXTO 220**

##### **Queda-de-braço por refinaria**

##### **Disputa agora é por localização de unidade no Estado**

A queda-de-braço entre a Petrobras e o governo do Rio pela instalação de uma refinaria petroquímica no estado atrasará para outubro a definição do local do novo empreendimento. A pendência já começa a ganhar contornos de uma guerra sem quartel, com estilhaços atingindo até a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan).

O subsecretário estadual de Energia, Marco Abreu, deixou claro ontem que a governadora Rosinha Matheus deverá recorrer à legislação ambiental para impedir a construção da nova unidade de US\$ 6,5 bilhões que a Petrobras e, principalmente, o Grupo Ultra querem construir no município de Itaguaí, próximo ao Porto de Sepetiba.

Abreu, que defende a instalação da unidade no distrito de Guriri, em Campos dos Goytacazes - base eleitoral da governadora -, chegou a afirmar que o projeto da Petrobras poderá transformar Itaguaí na "nova Cubatão", em alusão ao município paulista que na década de 70 ganhou as manchetes de todos os jornais por causa dos impactos ambientais do parque petroquímico e refinador lá instalado. Ele também rechaçou de forma categórica os argumentos do presidente da Firjan, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, de que o projeto custará R\$ 600 milhões a mais caso seja realmente implementado no Norte fluminense.

Segundo Abreu, o empreendimento ficará mais caro justamente se for instalado em Itaguaí, região que deverá alcançar, nos próximos quatro anos, um alto índice de ocupação industrial. Além da instalação da siderúrgica CSA, da Companhia Vale do Rio Doce com a alemã ThyssenKrupp, também estão previstos para a região projetos da nova siderúrgica da Gerdau e a ampliação da Cosigua.

- Estamos tentando evitar que a refinaria faça uma nova Reduc ou Cubatão. Itaguaí corre o risco de ser uma Reduc piorada, que já vai nascer sob uma enorme pressão ambiental - afirmou.

Dotada de uma tecnologia inovadora no país, a unidade prevê o refino de aproximadamente 150 mil barris por dia de petróleo do tipo pesado, extraído da Bacia de Campos, e sua conversão em derivados nobres, como diesel, GLP e nafta petroquímica. Também prevê a conversão em matérias-primas petroquímicas, como eteno e propeno.

Abreu participou, juntamente com Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, de palestra da nova presidente da Petrobras Química S/A (Petroquisa), Maria das Graças Foster, na sede da Firjan. Na ocasião, Foster negou que o projeto estivesse sofrendo interferências políticas. Segundo ela, a localização do empreendimento ainda não foi decidida por causa de indefinições de caráter técnico. Ela revelou que, por não querer se comprometer com os prazos do projeto, a definição de sua localização deverá ser feita em outubro. (R.R.M.)

**TEXTO 221****Energia na medida certa para indústria***SABRINA LORENZI*

O mercado de energia oferece agora produtos sob encomenda, a exemplo do que já acontece em quase toda a economia. Há empresas pagando pela energia que consomem conforme suas receitas, outras de acordo com o horário mais freqüente de produção. De olho nestas diferenças, comercializadores do setor estão lançando contratos personalizados, sob medida para clientes interessados em adequar o consumo de eletricidade às suas próprias características.

Para a Associação Brasileira dos Consumidores de Energia Elétrica (Abracel), a personalização atrairá cada vez mais consumidores para o mercado livre, que hoje responde por 16% de todo o consumo no país.

Também fazem parte das prateleiras do mercado de energia os pacotes de racionalização de energia, com foco nos clientes que precisam economizar. São contratos realizados graças à tecnologia digital que permite programar o uso de energia conforme momentos em que o megawatt está mais barato.

- Os clientes perceberam que estavam comprando energia sem nenhum tipo de controle. Agora, querem ter previsão do que estão comprando e da evolução dos preços - diz Paulo Pedrosa, presidente da Abracel, que esteve ontem no segundo leilão do produto na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

No pregão, o apetite dos compradores foi o mesmo, mas o preço da energia caiu. O valor médio de cada megawatt comercializado do mercado livre recuou de R\$ 39,48 para R\$ 36,49, no caso da região Sudeste, responsável por 70% dos negócios fechados.

Assim, o leilão movimentou R\$ 3,4 milhões, menos que os R\$ 3,7 milhões do anterior. Mas a demanda por energia continua forte. Tanto que o número de contratos do leilão cresceu de 263 para 271 de um mês para outro.

**TEXTO 222****Telefone social terá interurbano pré-pago****Benefício será concedido a famílias com até três mínimos***DIMALICE NUNES*

**BRASÍLIA** - Dentro de 45 dias deve estar concluída a regulamentação do telefone social, serviço que dá desconto de 50% na assinatura básica da telefonia fixa, mas reduz em 40% a franquia, ou seja, o número de minutos embutidos no valor da assinatura. Com isso, a assinatura será de R\$ 19,90, equivalente a 60 pulsos ou 100 minutos. Nas linhas telefônicas convencionais, a assinatura é de cerca de R\$ 40, que inclui 100 pulsos ou cerca de 300 minutos. As chamadas interurbanas (DDD), para celulares ou aquelas feitas depois do limite de 60 pulsos terão um sistema pré-pago e dependerão da compra de um cartão especial.

O benefício será concedido às famílias com renda de até três salários mínimos. Segundo o ministro das Comunicações, Hélio Costa, pesquisas apontam que as classes C e D utilizam em média 40 pulsos mensais.

O consumidor que tiver um telefone social receberá em casa uma conta sempre no mesmo valor, o da assinatura.

Nas chamadas de fixo para fixo excedentes, a tarifa será de R\$ 0,31, mais cara do que a praticada atualmente. A tarifa normal do pulso é de R\$ 0,11 e permite uso de até quatro minutos. Para as chamadas para celular e interurbanas, a tarifa será a mesma dos telefones convencionais.

O novo plano, discutido com as operadoras durante três reuniões, também prevê que a habilitação seja parcelada em dez vezes sem juros. Como referência para os primeiros beneficiados, o governo utilizará cadastros de programas sociais, como o Bolsa Família, que no total somam 13 milhões de nomes.

A próxima etapa será negociar a isenção de impostos para a assinatura desses planos. O primeiro passo, explica Costa, é discutir com os governadores a redução, ou isenção, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Se houver acordo, serão os próprios governadores que levarão a proposta ao Conselho de Política Fazendária (Confaz).

A proposta depende ainda de decreto presidencial, pois ela altera parâmetros regulatórios. Entre hoje e amanhã Costa levará a sugestão ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

### **TEXTO 223**

#### **BNDES financiará comprador da Light**

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Guido Mantega, afirmou ontem que o banco pode vir a financiar o futuro comprador da Light. A EDF, estatal francesa que controla a distribuidora fluminense, já contratou o banco Goldman Sachs para encontrar um parceiro estratégico para investir na Light, mas não vai se desfazer da empresa.

- Se houver necessidade, podemos financiar um potencial comprador ou qualquer nova empresa que pretender ampliar investimento, com base em cálculos fundamentados - afirmou.

No final de junho, o BNDES acertou um socorro de R\$ 727 milhões à Light, a única que aderiu ao programa de capitalização das distribuidoras de energia elétrica, criado em 2003. Para tanto, o banco subscreveu debêntures conversíveis em ações no valor do financiamento e tem a opção de se tornar sócio da Light com participação de até 30%.

O empréstimo previa uma cláusula que lhe permite participar no caso de venda da empresa. Se o comprador não estiver de acordo com as condições previstas no contrato, o banco pode pedir o vencimento antecipado das debêntures. O banco estabeleceu a cláusula porque sempre condiciona o crédito à melhoria de gestão da empresa. O BNDES quer lançar uma linha de debêntures, parte do projeto de recuperação do mercado de capitais do banco.

*Com agências*

### **TEXTO 224**

#### **Corrupção afeta competitividade**

#### **Investimento e credibilidade em baixa fazem país perder 8 posições no ranking do Fórum Econômico Mundial**

Folhapress

Controle da inflação, recorde de exportações e ajuste fiscal em alta. Nada disso foi suficiente para evitar uma queda de oito posições do Brasil no ranking de competitividade global do Fórum Econômico Mundial e a piora da avaliação do país em praticamente todos os índices que compõem o estudo.

A perda de credibilidade das instituições públicas, a corrupção no governo e a percepção dos empresários de que não será possível avançar em questões importantes para sustentação do crescimento, como a implementação das parcerias público-privadas (PPPs), pioraram o ambiente de negócios e mancharam a imagem do país no documento, que será divulgado oficialmente hoje.



No ano passado, o Brasil ocupou a 57ª posição no ranking elaborado pelo Fórum Econômico Mundial em parceria com a Fundação Dom Cabral e o Movimento Brasil Competitivo. Neste ano, caiu para o 65º lugar e ficou atrás de países como El Salvador, Colômbia, Gana, Trinidad e Tobago e Namíbia.

O Brasil também está bem distante de economias com as quais disputa investimentos estrangeiros. É o caso do Chile, que está na 23ª posição, da China, na 49ª, da Índia, na 50ª, e do México, na 55ª. O ranking brasileiro é melhor que o da Argentina (72ª posição), o da Rússia (75ª) e o da Venezuela (89ª).

Como a pesquisa junto a 212 executivos de 190 empresas instaladas no país acabou em maio, o relatório não reflete integralmente a crise política que começou com denúncias de corrupção nos Correios. Em todo o mundo foram consultados 11 mil executivos de 117 países.

Apesar de não refletir diretamente a crise política, Carlos Arruda, diretor da Fundação Dom Cabral e coordenador da pesquisa no Brasil, argumenta que a queda de 17 posições, registrada somente no item relacionado a corrupção e pagamentos de propinas para deslanchar negócios, antecipou uma percepção dos empresários "sobre práticas que tornaram-se públicas depois, com o escândalo dos Correios".

Na avaliação sobre o ambiente legal, que inclui independência do Judiciário e todo processo burocrático para abrir e fechar empresas, o Brasil despencou 24 posições. Houve avanço, com melhoria de 16 posições, na avaliação da estabilidade macroeconômica.

No entanto, até mesmo o ajuste fiscal brasileiro, constantemente destacado como uma das maiores conquistas do país, foi considerado ineficiente.

- Nesse item avalia-se não só nível do superávit primário, mas como é feito o gasto do governo - explica o pesquisador Rafael Tello, que também participou do trabalho.

- O Brasil ainda tem um serviço da dívida muito elevado, num sinal de que a economia do governo vai para pagar juros e não para tornar a economia mais competitiva - completa, ressaltando que países melhores colocados como o Chile realizaram forte ajuste fiscal, mas investiram muito em educação, saúde e infra-estrutura.

Para o economista-chefe do Fórum, Augusto Lopez Claros, o Brasil teve uma clara "deterioração do ambiente institucional e perda de credibilidade". O ajuste fiscal, diz, melhorou em alguns aspectos, mas piorou em outros.

- O volume melhorou, mas há uma preocupação em relação à qualidade dos gastos públicos no Brasil - destaca.

No item desperdício de recursos públicos, o Brasil ocupa a 111ª posição entre as 117 economias pesquisadas.

Isso afeta o nível de investimentos no país e também o potencial de crescimento da economia nos próximos anos. Segundo Arruda, no final de 2004 houve um grande otimismo em relação ao desempenho do Brasil, que se reverteu no início de 2005.

- A sensação da comunidade empresarial é que o governo não vai entregar o que prometeu, como melhoras em infra-estrutura, marcos regulatórios e PPPs. Há uma sensação de perda de oportunidade - diz, observando ainda pouco avanço nos programas sociais.

**TEXTO 225****Ensino pesa na renda  
Escola particular consome 13,6% do orçamento**

As famílias que têm filhos que estudam na rede privada gastam 13,6% de seu orçamento com educação. É o que aponta a pesquisa *Números do Ensino Privado no Brasil* feita pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). De acordo com Salomão Quadros, autor do estudo, o objetivo é mostrar a dinâmica econômica do ensino privado, que conta com 10 milhões de alunos e representa 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB), equivalente a R\$ 20,6 bilhões.

Arquivo JB

Existem no país 210.094 estabelecimentos de ensino. Deste total, 16,8% são da rede privada, o equivalente a 35.200 escolas. O número de pessoas ocupadas no setor de ensino privado no país é de 660 mil, o que corresponde a cerca de 1% da população ocupada. O levantamento da Fundação considerou dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do IBGE e da FGV.

**Existem 35.200 escolas particulares no Brasil, diz FGV.**

Segundo Quadros, a remuneração média no setor é de R\$ 915,28, superior em 25% aos salários nas escolas públicas. A despesa média das famílias com educação no país é de 5,74%. No caso das famílias que têm filhos na rede privada, o percentual sobe para 13,6%. Os gastos variam também de acordo com a faixa de renda.

Famílias com rendimento até R\$ 400 gastam menos de 1% dos ganhos com educação. Neste caso, ao invés de mensalidades, o que pesa no orçamento são os gastos com material escolar, aponta Quadros. Nas famílias com renda superior a R\$ 6 mil, as despesas com educação chegam a 7% da renda, incluindo educação formal, ensino básico, superior e cursos livres.

O Rio tem a maior proporção de escolas privadas no país: 37,58% dos estabelecimentos. Na região Sudeste, a média é de 28,72%.

**TEXTO 226****Menos água no chope da Ambev  
Fabricante de bebidas intensifica ações ambientais e estuda negociar contratos no mercado de crédito de carbono da Bolsa do Rio****BRUNO ROSA**

A Ambev, dona das marcas Skol, Brahma e Antarctica, investe pesado para tirar água do chope, literalmente. A ação faz parte de um dos pilares do projeto de gestão de sustentabilidade promovida pela principal cervejaria da América Latina. Ano a ano, a empresa destina recursos da ordem de R\$ 50 milhões para o programa de desenvolvimento sustentável.

Arquivo

As ações incluem ainda o aumento de reciclagem dos resíduos orgânicos e a redução do gasto de energia elétrica. Além disso, a empresa também promove, aos poucos, a substituição de combustíveis fósseis na matriz energética por

**Ambev investe para reduzir uso de água na produção de cerveja, reduzindo os danos ao meio ambiente.**

fontes alternativas de energia. A ação é suficiente para a companhia analisar e quantificar a redução de sua emissão de gás carbônico no meio ambiente, passando a negociar contratos no mercado de crédito de carbono criado pela Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

As mudanças na gestão ambiental vão permitir que a receita com os subprodutos orgânicos aumentem este ano 20% em relação a 2004 e alcancem a meta de R\$ 50 milhões até dezembro.

- Sustentabilidade é uma questão de sobrevivência para qualquer empresa. Investe-se agora e colhe-se os resultados depois. Estimulamos a conscientização de todos os funcionários e monitoramos os resultados de todas as fábricas, criando, inclusive, entre elas, competições para alcançarem as metas. Além de obter ganhos financeiros, gasta-se menos recursos naturais como água, o que reduz o impacto na natureza - explica Beatriz Oliveira, gerente de área de meio ambiente da Ambev ao **JB**. Ela participa hoje do seminário *A Ecoeficiência no Setor Empresarial* promovido pelo Sebrae-RJ e pelo Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre).

A quantidade de água usada para fabricar um hectolitro (100 litros) de cerveja passou de 5,62 litros de água em 2001 para 4,37 litros em 2004. A meta para este ano é de redução ainda maior, para 4,08 litros. A economia total de água gerada pela empresa entre 2003 e 2004 é suficiente para abastecer, por mês, uma cidade com cerca de 60 mil habitantes.

- Investimos em tecnologia e na padronização dos procedimentos, como a quantidade suficiente de água para a limpeza de um tanque, por exemplo. Todas as fábricas possuem estações de tratamento que, juntas, têm capacidade para tratar 200 mil metros cúbicos de efluentes por dia - completa Beatriz.

A reciclagem de itens como restos de garrafas e casca e bagaço do malte, por exemplo, também é alvo dos investimentos da companhia. Na fábrica do Rio, a maior do país, o índice de reciclagem das sobras é de 99%. Acima, portanto, da média das outras 29 unidades da empresa, de 96,5%. A meta para este ano é de 97%.

A empresa acabou de aprovar investimentos de R\$ 1 milhão para a compra de dois secadores que tiram a umidade do fermento e o transformam em levedura seca, fonte de proteína. O menor consumo de energia também vem obtendo bons resultados. Caiu de 9,62 killowatts por hora a cada hectolitro de cerveja em 2000 para 8,78 kw/h ano passado. A meta este ano é de 8,52 kw/h.

Além disso, cinco fábricas da companhia já adotaram o sistema de biogás. Juntas, elas reduzem a emissão de 2.900 toneladas de carbono por ano.

- Tecnologias em novos equipamentos consomem menos. Sempre estamos melhorando as práticas internas e buscando novas soluções para melhorar nossos resultados. Com a união com a Interbrew esse processo foi potencializado - afirma Beatriz, lembrando que a InBev (fusão das duas cervejarias) divulgará o balanço de responsabilidade social este ano.

#### **TEXTO 227**

#### **Varig pede crédito do BNDES à Embraer Empresa quer operar com aviões médios**

*RAFAEL ROSAS*

A criação de uma linha de financiamento de aviões que viabilize a utilização de aeronaves da Embraer pela Varig e a formação de um fundo específico para investimento em empresas em recuperação judicial. Estas foram

Zylbersztajn, ao presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Guido Mantega, em reunião na sede do banco, no Rio.

Zylbersztajn afirmou que a visita ao BNDES não envolveu nenhum pedido de ajuda à aérea, em recuperação judicial desde 17 de junho. Segundo ele, as propostas serão analisadas por técnicos do banco.

- A Varig pode no futuro operar Embraer, mas só depois da entrada do novo investidor - disse.

O presidente do Conselho da Varig comemorou a decisão da Justiça de submeter a decisão de venda da VarigLog ao fundo americano Matlin Patterson a uma auditoria independente. Na terça-feira, os juízes Luiz Roberto Ayoub e Márcia Cunha indicaram a Deloitte Touche Tohmatsu para verificar se o negócio é necessário para manter as finanças da Varig equilibradas.

- A decisão do Judiciário é muito boa, pois vai ficar comprovado que a venda é necessária - ressaltou Zylbersztajn.

Ainda não há, no entanto, confirmação sobre quem auditará as contas da Varig. A Deloitte, indicada pelos juízes Luiz Roberto Ayoub e Márcia Cunha, terá que confirmar se aceita o trabalho. Procurada, a consultoria informou que ainda não foi notificada pela Justiça e que por isso não comentaria a decisão.

Zylbersztajn negou que o Matlin Patterson tivesse desistido da compra da VarigLog. Segundo ele, um representante do fundo passou a manhã de ontem reunido com a direção do Aerus para colher informações sobre a empresa.

[30/SET/2005]

#### **TEXTO 228**

##### **Poupança perde para consumo**

##### **Gasto das famílias e do governo avança em ritmo maior do que a economia de recursos. País produz R\$ 918 bi no semestre**

O consumo das famílias e do governo cresceu num ritmo duas vezes maior que o da poupança no segundo trimestre. Sem descontar a inflação, os gastos dos brasileiros cresceram 12% em relação ao mesmo período do ano passado, enquanto a poupança avançou apenas 6%. Já os investimentos em produção e construção civil, carro-chefe da economia neste ano, dispararam 16%, bem acima do crescimento nominal do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas pelo país), de 10%, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em valores de mercado, o país produziu, no período, R\$ 918,6 bilhões.

O crescimento do consumo do governo, em 1,1%, superou o aumento das despesas das famílias, que avançou 0,9%. O avanço do consumo nas duas esferas teve influência direta no comportamento da poupança, que se expandiu menos, somando R\$ 213,2 bilhões. Com isso, a taxa de poupança - calculada pela renda nacional, menos o consumo total - representou 24% do PIB, o segundo maior resultado desde 1995. Em 2004, a poupança equivalia a 25% do PIB. A taxa de poupança serve como parâmetro da capacidade de investimento porque representa os recursos disponíveis para aplicação nos mercados interno e externo.

- A poupança diminuiu porque o país consumiu mais - frisa a economista do IBGE Cláudia Dionísio.

O aumento do consumo também foi um dos motivos que levaram à redução da capacidade de financiamento do país de R\$ 0,6 bilhões no segundo trimestre de 2004 para R\$ 0,5 bilhões no segundo trimestre deste ano. Mas foi

a disparada das remessas de lucros, juros e capital que mais esvaziou as contas externas no semestre. O envio de lucros e dividendos das filiais para as matrizes estrangeiras cresceu 50% neste período, de R\$ 10,7 milhões para R\$ 15,5 milhões, em relação ao mesmo período de 2004.

No segundo trimestre deste ano, a remessa de lucros e dividendos superou o pagamento de juros no exterior. O que acontece historicamente é o contrário: o país sempre enviou mais divisas em forma de juros. A reviravolta acontece porque os investimentos externos realizados no período de privatizações maturaram, com retornos crescentes.

O aumento das importações também impactou a capacidade do Brasil de emprestar recursos para o exterior.

Apesar do bom desempenho no segundo trimestre, o Banco Central divulgou, no Relatório de Inflação, que manterá a projeção de crescimento do PIB para o ano em 3,4%. Segundo o diretor de política econômica do BC, Afonso Bevilaqua, a atividade econômica continuará com processo de crescimento nos próximos trimestres, mas em ritmo menor em relação aos anteriores.

- Nós não imaginamos que nesses próximos trimestres haja um crescimento tão elevado quanto vimos no segundo trimestre desse ano. Mas esperamos que a economia continue crescendo.

A projeção de crescimento para a agropecuária foi revista de 4% para 3,6%. Já no setor industrial, a expectativa foi elevada de 3,7% para 4,4%, puxado, principalmente, pelo setor de extração de petróleo, com a entrada em funcionamento de novas plataformas. Já o setor de serviços sofreu redução de 0,3 ponto percentual, para 2,4% na estimativa, influenciado pelos ajustamentos baseados nos resultados do segundo trimestre, nos segmentos de comunicações, aluguéis, instituições financeiras e outros serviços. *Com Silmara Cossolino*

### **TEXTO 229**

#### **Brasil passa México em atração**

#### **País lidera ranking da ONU de investimento estrangeiro entre latino-americanos**

O Brasil recebeu em 2004 US\$ 18,166 bilhões em investimentos estrangeiros diretos (IED), o chamado investimento produtivo, o que fez o país subir cinco posições no ranking das nações com maior fluxo de entrada de recursos, alcançando a 10ª posição. Entre os emergentes, o Brasil pulou para o terceiro lugar, ultrapassando o México, o que garantiu a liderança entre os latino-americanos.

Os dados são do *Relatório Mundial de Investimentos em 2005*, divulgado ontem pelo braço das Nações Unidas (ONU) para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad, na sigla em inglês). O salto do Brasil foi de 78%, já que em 2003 o país havia recebido US\$ 10,1 bilhões em recursos.

A América Latina e o Caribe viram o fluxo de investimentos estrangeiros crescer 44%, para US\$ 68 bilhões, no primeiro aumento para a região em quatro anos. Os países em desenvolvimento, em geral, receberam US\$ 233 bilhões no ano passado, um aumento de 40%.

O aumento dos investimentos estrangeiros entre esse grupo de países seguiu a tendência mundial. O volume global de IED voltou a crescer depois de três anos e chegou a US\$ 648 bi, 2,43% a mais do que em 2003.

Outra vez a China foi o país em desenvolvimento que mais atraiu investimentos estrangeiros, com o valor recorde de US\$ 60 bilhões, seguida por Hong Kong, Brasil, México e Cingapura. Segundo a Unctad, o aumento do fluxo de IED para economias em desenvolvimento é uma tendência que deve continuar nos próximos anos.

- As empresas transnacionais estão procurando aumentar a competitividade ao expandir seus negócios em mercados que estão crescendo rapidamente em economias emergentes - afirmou a coordenadora do levantamento da Unctad, Anne Miroux.

Sete dos dez países que registraram maior crescimento em novos negócios estrangeiros são economias em desenvolvimento, enquanto os dez países que sofreram maior queda em IED no ano passado são ricos.

No geral, porém, os EUA continuam sendo o país que mais atraiu investimento estrangeiro. Em 2004, a alta foi de 62%. Os americanos ficaram com US\$ 95,9 bilhões dos novos negócios. Na União Européia, os investimentos caíram 40%, nível mais baixo desde 1998.

### **TEXTO 230**

#### **Taxa de investimento se recupera**

#### **Indicador atinge o melhor resultado em oito anos**

A taxa de investimento do país alcançou 19,9% de participação no Produto Interno Bruto (PIB, soma de todas as riquezas produzidas no país). A taxa ficou quase um ponto percentual acima da registrada no primeiro semestre de 2004 (19%). É a maior desde 1997, quando o investimento atingiu 20,4% do do conjunto de riquezas. O indicador reflete a compra de máquinas e equipamentos destinados à ampliação do parque industrial e também para a construção civil, que chegou a R\$ 95,59 bilhões no trimestre e R\$ 183 bilhões no semestre.

- O investimento cresceu a uma velocidade maior do que o PIB, que atingiu 10% - afirmou a economista do Departamento de Contas Nacionais do IBGE, Claudia Dionísio.

Em termos nominais, os investimentos (formação bruta de capital fixo) cresceram 16% na comparação do primeiro semestre deste ano com o mesmo período do ano passado.

O diretor de Estudos Macroeconômicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Paulo Levy, considera a taxa de investimento próxima a 20% positiva, já que mostra maior disposição para os investimentos. Ele pondera, no entanto, que parte desse aumento tem relação com a alta de preços dos bens de investimento.

Para o economista-chefe da Global Invest, Alex Agostini, a taxa indica uma recuperação moderada na capacidade do empresário em investir.

- Mas a taxa ainda não está em um nível satisfatório - disse. Sua estimativa é que apenas com uma taxa de 25% o país pode crescer 5% ao ano, sem gerar pressões inflacionárias. *Com Folhapress*

### **TEXTO 231**

#### **Risco afastado, remédio mantido**

#### **Mesmo prevendo inflação em 5%, abaixo da meta, BC indica que prossegue aperto monetário**

*SILMARA COSSOLINO*

**BRASÍLIA** - Depois de prever que a inflação anual ficará abaixo da meta, na semana passada, o Banco Central cravou ontem sua aposta para o indicador em 5% - 0,1 ponto percentual abaixo do centro do alvo. O dado consta do Relatório trimestral de Inflação. A autoridade monetária, porém, indica que manterá os juros em patamar elevado.

O relatório anterior, de junho, previa que o resultado oficial medido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficaria em 5,8%. Já o mercado financeiro estimou, semana passada, que o indicador registraria 5,2%, conforme divulgado no Boletim Focus na última sexta-feira.

A nova projeção leva em conta uma taxa básica de juros em 19,50% ao ano e uma taxa de câmbio próxima ao patamar de R\$ 2,35. A autoridade monetária também reduziu a projeção para a inflação em 2006, passando de 3,7% para 3,5%.

O BC levou em conta os resultados da inflação de 2005, tidos como favoráveis. No caso de 2006, a redução deveu-se à diferença na trajetória esperada para a taxa de câmbio, que passou de R\$ 2,47 para R\$ 2,35.

Mesmo que a projeção tenha ficado abaixo dos 5,1%, o Banco Central deve continuar perseguindo a meta estabelecida para esse ano. O diretor de política econômica do BC, Afonso Bevilaqua, ressaltou que nunca houve mudança do objetivo de 5,1% e que, se houvesse alguma alteração, estaria explicitada na ata do Comitê de Política Monetária (Copom), que é divulgada todo mês após a definição da Selic.

- Tudo o que temos a dizer com relação ao assunto está na ata (do Copom) de setembro. Por que se mudaria o objetivo de política monetária, no final do terceiro trimestre? Faz pouco sentido. O que é relevante é a ata de setembro, que mostra claramente a nossa visão sobre os 5,1%.

Bevilaqua se referiu, ainda, à influência de fatores como o recuo do dólar e dos alimentos.

- Parcela da melhora se deve a fatores pontuais, que devem se reverter no médio prazo. Ainda assim, o que se observa é uma tendência positiva para a inflação - afirmou Bevilaqua.

A vitória sobre a inflação ganhou ontem mais um capítulo. Pelo quinto mês consecutivo, o IGP-M (Índice Geral de Preços ao Mercado) registrou deflação, dessa vez de 0,53% em setembro. A queda dos preços, no entanto, foi menos intensa do que a do mês anterior, de 0,65%. O IGP-M corrige a maioria dos contratos de aluguel. O índice acumula alta de 0,21% no ano e de 2,17% nos últimos 12 meses.

No campo externo, o BC estima que o saldo comercial deverá encolher em 2006. Dos US\$ 38 bilhões previstos para este ano, o resultado na balança comercial cairá para US\$ 29 bilhões, devido à alta de 21% das importações.

### **TEXTO 232**

#### **Dólar fecha a R\$ 2,213**

#### **Deflacionada, cotação é a menor desde 1998**

Após subir 0,45% na manhã de ontem, o dólar encerrou em baixa de 0,98%, a R\$ 2,213, na menor cotação desde maio de 2001. Operadores avaliaram que o movimento de tesourarias bancárias - fortemente vendidas em dólar - teve peso para derrubar um pouco mais a cotação da moeda. Descontando-se a inflação, o valor de ontem da moeda norte-americana é o menor desde dezembro de 1998.

A alta verificada na manhã foi empurrada por informações desencontradas de um discurso de Afonso Bevilaqua, diretor de Política Econômica do BC. Ele disse que o programa de recomposição de reservas do governo "continua em vigor", o que gerou pressão sobre o câmbio por algum momento. Alguns entenderam que o BC entraria no mercado ainda ontem, o que não ocorreu, levando o real a subir novamente.

O risco Brasil, que se mantém em seu mais baixo patamar desde 1997, caiu 2,25%, para 348 pontos, próximo de seu menor nível histórico, de 337 pontos. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) recuou um pouco e fechou em queda de 0,35%. Mesmo assim, o Ibovespa deve registrar a maior rentabilidade do mercado em setembro. Até ontem, a valorização acumulada do Ibovespa no mês estava em 11,28%.

A corretora Merrill Lynch elevou ontem a estimativa para a Bolsa, mencionando fatores como queda do risco país e bom desempenho de empresas. A instituição prevê retorno de 17% no mercado acionário nos próximos 12 meses e reduziu de 550 para 450 pontos-básicos o nível de risco país de suas projeções. *Com agências*

### **TEXTO 233**

#### **Empréstimo do BNDES mais caro**

A decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN) de manter a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) em 9,75% ao ano no quarto trimestre vai encarecer os empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), revela um executivo do banco. A inflação recuou e a taxa continua a mesma há mais de um ano, em 9,75%. Com isso, os juros reais que baseiam o custo do crédito do BNDES subiram e, conseqüentemente, o custo do financiamento.

Guido Mantega, presidente do BNDES, reagiu com surpresa à decisão do CMN, segundo a fonte. Para Mantega, o lógico seria que a taxa acompanhasse a queda do risco Brasil e das projeções de inflação. Mantega preferiu não dar declarações oficiais sobre a manutenção da taxa antes de ouvir as explicações de Palocci e dos demais integrantes do CMN.

O executivo teme reação do empresariado diante do aumento do custo dos empréstimos do banco. Para ele, "existe pressão para que os juros recuem e isso vai se intensificar".

*Com Silmara Cossolino*

### **TEXTO 234**

#### **Briga na BrT perto do fim**

#### **Opportunity tenta manobra para se manter no controle da operadora**

*HUGO MARQUES*

**BRASÍLIA** - Indiciada pela Polícia Federal por formação de quadrilha e corrupção pelo seu envolvimento com a empresa de espionagem Kroll Associates, a italiana Carla Cicco está de novo envolvida em uma tentativa de manobra para beneficiar o grupo Opportunity na disputa pelo controle da Brasil Telecom, empresa da qual ela é diretora de relações com investidores. Ontem, véspera da assembléia decisiva para o grupo, Carla divulgou fato relevante no site da Brasil Telecom com o título de "Íntegra de decisão proferida por comissão do Senado Federal".

Arquivo

O fato relevante citava a suposta decisão da comissão como justificativa para desconvocar a assembléia geral extraordinária que pode, às 10h de hoje, tirar o Opportunity do comando da operadora.

**Assembléia hoje pode tirar do Opportunity, de Daniel Dantas, o controle da Brasil Telecom depois de longa briga com sócios.**

Mas o que a Brasil Telecom chamou de decisão da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, não passa de um ofício, que o presidente da comissão, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), enviou ao Tribunal de Contas da União pedindo ao ministro Benjamin Zymler que os fundos de pensão



e o Citigroup se abstenham de mudar o controle da empresa até a conclusão de todas as investigações dos negócios dos fundos e do banco americano.

O ofício foi encaminhado também ao Tribunal de Contas da União (TCU), que indeferiu o pedido do senador, ratificando, portanto, o direito de que a assembléia ocorra. A Brasil Telecom Participações, holding controladora da operadora, divulgou então novo fato relevante reiterando a realização da assembléia e apresentando argumentos da senadora Ana Júlia Carepa (PT-AP), integrante da comissão do Senado.

"A sugestão encaminhada pelo senador Leomar Quintanilha não foi assunto tratado pela comissão, portanto, ignorada pelos seus membros. Com efeito, não vejo justificativa para que haja interferência no curso natural desse processo", diz o segundo fato relevante.

A confusão levou a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) a cancelar, no after market as negociações com os papéis da Brasil Telecom.

O presidente da Brasil Telecom Participações, Ricardo Knoepfelmacher, afirmou que só a assembléia só não acontecerá se a Justiça determinar.

- Eles vão tentar de tudo, será uma madrugada tumultuada. Estamos em plantão e vigília permanente - disse ele ontem, referindo-se a ofensivas em tribunais para anular qualquer liminar que venha a suspender a assembléia.

A holding solicitou à 4ª Vara da Justiça Federal de Brasília acompanhamento policial e de um oficial de justiça para assegurar a realização da assembléia. O juiz autorizou o acompanhamento do oficial de justiça, mas a polícia só será chamada se o profissional não garantir o início da assembléia.

Os sócios da Brasil Telecom disputam o controle da empresa há anos. Depois que o Opportunity foi destituído como gestor representando os fundos de pensão brasileiros e do Citigroup, teve início o processo para que eles assumissem o controle de fato da operadora. Com uma cadeia societária complexa, fundos e Citi tiveram que realizar assembléias para assumir primeiro, em junho, o Conselho da Zain, 40 dias depois o da Brasil Telecom Participações e, agora, tentam o da operadora.

A utilização do ofício de Quintanilha como manobra para tentar influir na assembléia de hoje irritou a senadora Ana Júlia Carepa. Ela não acredita que Quintanilha tenha agido de má fé ao utilizar o timbre da Comissão para divulgar o ofício. Ana Júlia culpa Carla Cicco pelo fato:

- A Carla usou de má fé para enganar, como tem sido a prática usual do Grupo Opportunity. A Comissão não tem nada a ver com esse assunto - criticou.

*Com agências*

**TEXTO 235****Nova refinaria custará US\$ 2,5 bi  
Projeto binacional será em Pernambuco***KARLA CORREIA*

**BRASÍLIA** - Brasil e Venezuela oficializaram a decisão de construir a refinaria de petróleo em parceria entre a Petrobras e a estatal venezuelana PDVSA no estado de Pernambuco. O acordo bilateral foi assinado ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o chefe de estado venezuelano, Hugo Chávez.

A obra deve consumir investimentos conjuntos superiores a US\$ 2,5 bilhões, na estimativa das duas estatais envolvidas no empreendimento. A escolha de Pernambuco, que concorria com Ceará, Maranhão, Sergipe e Rio Grande do Norte pela preferência da PDVSA, teve influência direta de Hugo Chávez, que nunca escondeu sua preferência pelo estado para sediar a nova refinaria. O principal motivo seria a infra-estrutura do porto de Suape, por sua posição estratégica no litoral do Nordeste.

A refinaria General Abreu e Lima terá capacidade para processar 200 mil barris de petróleo por dia. A produção será dividida meio a meio entre as duas gigantes sul-americanas do petróleo, assim como os investimentos para a construção. Essa estratégia assegura a divisão do risco de mercado entre as duas estatais, em um projeto de processamento de óleo pesado em grande escala que se inicia justo em um momento em que a capacidade mundial de refino está prejudicada.

O principal objetivo, no mercado brasileiro, é atender o crescimento da demanda de derivados de petróleo no Nordeste, hoje deficitário em combustíveis. A região também se beneficiará com a geração de 230 mil empregos com a construção e montagem da refinaria. Para o governo venezuelano, o principal interesse atendido é a entrada no mercado brasileiro.

Além do acordo bilateral sobre a refinaria General Abreu e Lima, foram assinados ontem mais quatro projetos. Entre eles, um acordo sobre a formação de uma *joint venture* para desenvolver campos de hidrocarbonetos na Venezuela e uma parceria para exploração das reservas de petróleo da faixa do Orinoco, também na Venezuela.

À noite, a Petrobras e a petroquímica Braskem anunciaram mais um passo para o aumento de 10% para 30% da participação da petroleira no capital da empresa do grupo Odebrecht. Ontem, as duas empresas acertaram que, caso opte pelo aumento, a Petrobras incorporará à Braskem suas participações na Copesul e na Petroquímica Triunfo, do Rio Grande do Sul, e da Petroquímica Paulínia, a nova fábrica de polipropileno que será construída em São Paulo. Na mesma reunião de que definiu a questão, as diretorias das duas empresas também acertaram a prorrogação do prazo para definição sobre o aumento da participação da Petrobras, de 31 de dezembro para 31 de março.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)